

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE WILLEMANN SUTIL DE OLIVEIRA

OS TERRITÓRIOS DO CUIDADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELAS
MULHERES NA PERIFERIA CURITIBANA:
RESISTÊNCIAS, PERTENCIMENTO E EDUCAÇÃO POPULAR

CURITIBA

2023

DANIELLE WILLEMANN SUTIL DE OLIVEIRA

OS TERRITÓRIOS DO CUIDADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELAS
MULHERES NA PERIFERIA CURITIBANA:
RESISTÊNCIAS, PERTENCIMENTO E EDUCAÇÃO POPULAR

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Setor de Ciências da Terra, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Ângela Massumi Katuta

CURITIBA
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Oliveira, Danielle Willemann Sutil de
Os territórios do cuidado e a produção do espaço pelas mulheres na
periferia curitibana: resistências, pertencimento e educação popular / Danielle
Willemann Sutil de Oliveira. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Ângela Massumi Katuta

1. Periferias urbanas. 2. Mulheres – Aspectos sociais. 3. Política urbana. I.
Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Katuta, Ângela Massumi. IV . Título.

Bibliotecário: Leticia Priscila Azevedo de Sousa CRB-9/2029



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DANIELLE WILLEMANN SUTIL DE OLIVEIRA** intitulada: **Os territórios de cuidado e a produção do espaço pelas mulheres na periferia curitibana: resistências, pertencimento e educação popular.**, sob orientação da Profa. Dra. ÂNGELA MASSUMI KATUTA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

15/08/2023 14:05:27.0

ÂNGELA MASSUMI KATUTA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/08/2023 15:12:11.0

SILVIA LOPES RAIMUNDO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

21/11/2023 18:10:26.0

MARIA FRANCO GARCIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB)

Assinatura Eletrônica

14/08/2023 15:02:18.0

ELAINE DE CACIA DE LIMA FRICK

Avaliador Externo (null)

Assinatura Eletrônica

14/08/2023 17:36:35.0

JOSELI MARIA SILVA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Av. Cel. Francisco H dos Santos, 100 - Ed. João José Bigarella - 1º andar - sala 108 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 81531-980 - Tel: (41) 3361-3450 - E-mail: posgeografia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 306498

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 306498

*Dedico este trabalho a todas as “mulheres da periferia”:
As de ontem, de hoje e aquelas que ainda virão.
Que a força encampada nas trincheiras deste mundo
possibilitem futuros outros, repletos de esperança.
Desejando firmemente que vejamos, cada dia mais,
as histórias, trajetórias e memórias das nossas
preenchendo os corredores das academias e da sociedade.*

AGRADECIMENTOS

A autora bell hooks, em seu livro **tudo sobre o amor: novas perspectivas** – publicado em 2020 no Brasil, explica que embora a palavra amor seja um substantivo, provavelmente amaríamos melhor se pensássemos o amor como uma ação. Ao pensar em como iniciar os agradecimentos desta tese, a reflexão do amor enquanto uma ação se fez presente em minha cabeça, e passo então a revisitar pessoas, lugares e situações que foram não somente necessárias mas fundamentais para que este trabalho pudesse finalmente ser concretizado.

Ao longo de quatro anos foram horas dedicadas, compromissos faltados, semanas atribuladas (inclusive de sentimentos), algumas explosões de stress e misteriosos “desaparecimentos” das rodas de amigos e da vida online. Sei que abdicar destes momentos fazia parte do conjunto de coisas a serem feitas para que uma tese seja produzida, porém acima disto, reconheço o esforço coletivo de todas e todos aqueles que precisaram ter sua paciência redobrada para ouvir minhas lamúrias e/ou entender minhas sumidas.

Por isto, esta pequena parte inicial busca reconhecer e agradecer – ainda que minimamente – todo o cuidado, sabedoria e amor que na prática me sustentaram ao longo deste período, sem vocês e sem suas ações este caminho não poderia ser trilhado. Ainda que muito se diga que a pesquisa se apresenta como uma tarefa solitária, acredito veementemente que quando feita através da coletividade e da afetividade conjunta andamos mais e de modo menos doloroso.

Não poderia iniciar este agradecimento de outra forma que se não agradecendo a Deus, nestes quatro anos consegui me encontrar em um outro lugar dentro da espiritualidade, nesta relação que as vezes se mostra um tanto quanto complexa e atribulada. A própria pesquisa, os espaços dos quais participei e as memórias desbloqueadas neste processo me fizeram dia após dia ter a certeza que é pela fé que seguimos e que buscamos ainda esperança para transformar a realidade apresentada.

Do mesmo modo, quero reforçar o papel fundamental da família neste processo. Por meio deles aprendi os valores que embasam toda minha postura crítica, postura esta que se manifesta também dentro de minha pesquisa. Agradeço a meu pai Rosaldo e a minha mãe Valdiria por me ensinarem a perseverar e entender que ninguém além de nós mesmos podemos falar até que ponto podemos voar. Agradeço aos meus avós Irene, Iolanda e Wilson (e em memória de meu avô Lindolfo) e as avós do Edu (Iracema e Elizabeth) por me apresentarem o cuidado e o amor em sua forma mais

plena, passarem ensinamentos, histórias e me ajudarem a observar que parte de quem eu sou, se deve diretamente a caminhada que vocês realizaram. Agradeço a minha irmã Juliana, sempre disposta a ser um ombro amigo, uma bela ouvinte e ajudar a desenvolver ideias criativas em todas as áreas da vida. Agradeço também aos pais do Edu, Giane e Angelo e sua irmã Aline, por sempre se preocuparem genuinamente comigo, reforçando que família não encontra-se apenas nos laços consanguíneos.

E para aquele que me aguentou todos os dias, não somente neste processo de quatro anos mas desde o início desta caminhada acadêmica é preciso um espaço maior de dedicação. Eduardo, nem mesmo um livro com milhares de páginas (que você sabe que eu poderia fazer) seriam capazes de descrever todo o amor, carinho e gratidão que tenho por ti. Obrigada por estar ao meu lado, quando nem mesmo eu queria estar ao meu lado. Obrigada por ser meu porto seguro nas noites mais frias e escuras. Obrigada pelas jantas feitas, dias de preguiça e momentos em que me lembrava de respirar. Obrigada por estar aqui, ontem, hoje e no futuro, fazendo com que eu tivesse combustível de concluir mais esta etapa.

À minha orientadora Ângela Katuta obrigada pelos ensinamentos, pela dedicação e pela escuta ativa ao longo destes anos (a partir do mestrado), você me ensinou e ensina através do exemplo que tipo de educadora pretendo ser e busco ser no meu cotidiano. Graças as nossas conversas de horas, partilhas e momentos, consigo hoje visualizar toda a evolução enquanto pessoa pela qual passei e na qual você tem uma grande participação.

Um agradecimento especial também a todas as mulheres, fortes, imponentes e acolhedoras que auxiliaram neste caminho para que o trabalho fosse escrito, sintam-se todas abraçadas e lembradas nas figuras de Irenilda, Ivani, Vera, Claudia, Santa, Sebastiana e Lina, obrigada pela atenção dedicada, pelas portas de suas casas abertas, pelas entrevistas regadas a café, por me acolherem desde o primeiro contato e demonstrarem concretamente a potência existente em vocês – que promoveu e promove grandes transformações no espaço e no nosso mundo.

Aos amigos e amigas obrigada por perdoarem minhas ausências, por se mostrarem presentes quando necessário, por partilharem tantas e tantas alegrias imensuráveis para serem transmitidas no papel. Foram muitas formaturas, casamentos, chás de bebes e dias de bar em que reforçamos o compromisso de estar presente, ainda que a rotina adulta seja mais atribulada do que foi outrora. Seria impossível nominar

toda e todo aquele que tem parte do meu coração e memória, logo sintam-se abraçados e lembrados neste parágrafo.

Todavia, também não posso deixar de mencionar alguns destes, que estiveram estritamente ligados ao meu cotidiano, fazendo os dias serem menos complicados e mais bonitos. Fernando Mendes obrigada por ser meu eterno parceiro do terceiro andar na geografia, pelas conversas intermináveis e por partilhar o mesmo neurônio na hora de pensar ideias loucas na vida e na academia. Camila Garcia e Natalia Cordeiro, obrigada por serem o melhor e maior grupo apoio que já existiu, nos desabafos e desafios da vida, é bom sabem que posso contar imediatamente com vocês quando qualquer coisa acontecer. Marcielh Lemos obrigada por permanecer, sendo minha dupla desde 2010 quando nos encontramos e nos perdemos pelos corredores do politécnico, provando que estar presente nem sempre corresponde à presença física.

Marcela Dias, Ana Medeiros, Fernanda Pimentel e Mariana Felix, obrigada por cada momento partilhado nestes anos, no auxílio e na força mutua para cada pequena (ou grande) mudança pelas quais as nossas vidas passaram, vocês são a prova de que a amizade pode sobreviver a oceanos, continentes e perspectivas de vida diferentes no caminho. E por fim, coletivamente fica o meu agradecimento à Família Buffalo, significado verdadeiro de “família que a gente escolhe”; ao C7, e em especial – e ainda não citados – Guilherme Campestrini, José Giordano, Gustavo Gonçalves e Gabriel Vasconcelos, uma vez que os vínculos de amizade e apoio que construímos ali dentro podem, e no nosso caso são, levados pra vida; as “meninas e o nosso grupo de família” por representarem a escolha de permanecermos construindo redes de apoio, através de gerações, conversas e vinho.

Em relação aos amigos, agradeço ainda, num parágrafo especial e de maneira póstuma, ao nosso querido Pedro Mangrich, que durante a sua curta passagem pela Terra apresentou uma maneira e um olhar único de ver a vida, que fez entender que sem o risco de se arriscar o mundo não vale a pena. Obrigada por todas as conversas olhando estrelas, por todos os momentos partilhados e por todo o carinho genuíno destes encontros, você me ensinou a enxergar o mundo com outros olhos e espero profundamente que esteja bem e que esteja em paz acompanhando todos nós.

Assim, encerro estes agradecimentos correndo o risco de ser ainda mais clichê (tal como em tantos outros momentos já fui), através da fala do poeta Sergio Vaz de que *“revolucionário é todo aquele que quer mudar o mundo e tem a coragem de começar por si mesmo”*, reforçando meu muito obrigada a toda e todo que permanece

diariamente na tarefa mais árdua de todas: sobreviver e escolher permanecer resistente frente aos problemas do mundo. Viver em uma sociedade marcada pelo desrespeito, pela intolerância e pela constante ameaça de morte é prova de que não apenas almejamos mas que lutamos por um mundo outro, no qual a esperança e o cuidado imperem em relação aos valores individuais destrutivos, em que se reconheça o valor de um abraço e dos momentos partilhados, e no qual toda criança possa crescer cercada pelas promessas e pelos frutos das lutas que hoje lhes dedicamos.

*“A mãe da menina sonha leite, pão, dinheiro.
Sonha remédios para o filho doente,
emprego para o marido revoltado e bêbado.
Sonha um futuro menos pobre para a menina.
A mãe da menina sonha
não ter nenhuma necessidade.”
Conceição Evaristo, Becos da Memória*

RESUMO

Esta tese busca verificar a existência, mapear e compreender as lógicas de produção de espaços do cuidado nas/das periferias urbanas, a partir das práticas sociais e ações cotidianas das mulheres. A motivação para o mesmo surgiu da necessidade de apresentar as lógicas da produção do espaço na periferia curitibana, uma vez que entendíamos existir uma centralidade no papel que as mulheres possuem nestes processos. O trabalho foi tecido cotidianamente através de encontros e oficinas realizadas no período de 2020-2022 com três grupos principais: antigas lideranças da Ocupação do Xapinhal (bairro Sítio Cercado), integrantes do Clube de Mães e Pais Vila Torres (bairro Prado Velho) e integrantes da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular – ACNAP (bairro Sítio Cercado). Partindo de uma metodologia ação-participação-ação realizamos trabalhos em conjunto com as associações e realizamos entrevistas individuais com as lideranças selecionadas, revisitando suas trajetórias e como estas se conectam com a construção de seus bairros. Optamos por dividir a tese da seguinte forma: no primeiro capítulo demonstramos que a geografia hegemônica invisibilizou a existência e o papel das mulheres na produção do espaço, impactando na forma como se constrói a leitura analítica da sociedade, também apresentamos a “cozinha” da tese e a metodologia adotada de modo detalhado. No segundo capítulo debatemos a relação existente entre a ética do cuidado, o gênero e as políticas urbanas no que confere a produção dos territórios na/da periferia, realizando desta forma uma análise espacial crítica sobre o modo como o espaço periférico é produzido, formado e transformado pelas dinâmicas espaciais e sócio territoriais que ali se estabelecem. No terceiro capítulo trazemos uma cartografia acerca dos territórios de cuidado produzidos por diferentes mulheres na periferia urbana, registrando suas trajetórias políticas e seu corpo/ação no cotidiano de seus bairros, fazendo uso de “palavramundo” para contextualizar o leitor. Por fim, no quarto capítulo analisamos as dinâmicas espaciais que se estabelecem nas periferias por meio da existência de territórios do cuidado, lidos como contra-espacos construídos como alternativa aos territórios de precariedade impostos à população periférica, sendo o cuidado elemento fundamental na política de transformação espacial na periferia curitibana.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Mulheres; Periferia; Territórios de Cuidado; Contra-espacos.

ABSTRACT

This thesis seeks to verify the existence, map and understand the production logic of care spaces in/from the urban peripheries, based on social practices and actions in the women's daily lives. The motivation for this work came from the need to present the logic of space production on the peripheries of Curitiba, since we understood that there a centrality in the role that women have in these processes. The work was build daily through meetings and workshops held in the period 2020-2022 with three main groups: former leaders of the Occupation of Xapinhall (Sítio Cercado), members of the “Clube de Mães e Pais União Vila Torres” (Prado Velho) and members of the “Associação Cultural de Negritude e Ação Popular”- ACNAP (Sítio Cercado). Based on an action-participation-action methodology, we carry out works in together with the associations and we conducted individual interviews with the leaders selected, revisiting their trajectories and how they connect with the construction of their neighborhoods. We chose to divide the thesis as follows: in the first chapter we demonstrate that hegemonic geography hidden the existence and role of women in the production of space, impacting the way that analytical reading is build by society, we also present the “kitchen” of the thesis and the methodology adopted so detailed. In the second chapter we discuss the relationship between the ethics of care, the gender and urban policies which refers to the production of territories in/from the periphery, thus performing a critical spatial analysis on how space peripheralized is produced, formed and transformed by spatial dynamics and socio-territories established there. In the third chapter we bring a cartography about of the care territories produced by different women in the urban periphery, recording their political trajectories and their body/action in the daily life of their neighborhoods, using “wordsworld” to contextualize the reader. Finally, in the fourth chapter we analyzed the spatial dynamics that are established in the peripheries through the existence of territories of care, read as counter-spaces constructed as alternative to the territories of precarity imposed on the peripheralized population, being the care, a fundamental element in the policy of spatial transformation in the periphery Curitiba.

Keywords: Space Production; Women; Periphery; Care Territories; Counterspaces.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPAS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE CURITIBA.....	43
FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO COLABORADORAS DA PESQUISA	77
FIGURA 3 - CAPA DO DIÁRIO DE TIANA – TRADUZIDO PARA O ITALIANO E ALEMÃO	134
FIGURA 4 - VISTA PARCIAL DO ACAMPAMENTO DO XAPINHAL.....	138
FIGURA 5 - BARRACO DE LONA NA OCUPAÇÃO DO XAPINHAL, COM CRIANÇAS.....	139
FIGURA 6 - O ACAMPAMENTO E A CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS CASAS NO XAPINHAL.....	141
FIGURA 7 - CONSTRUÇÃO DA CASA (3X6) DE TIANA NA OCUPAÇÃO.	142
FIGURA 8 - SORTEIO DOS LOTES E MUTIRÃO PARA REALOCAÇÃO DAS CASAS.....	143
FIGURA 9 - FACHADA FRONTAL DO CLUBE DE MÃES UNIÃO VILA TORRES	145
FIGURA 10 - SALÃO PRINCIPAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR – ACNAP, 2022.....	147
FIGURA 11 - CAFÉ DE ENCERRAMENTO SEMANA “MULHERES EM AÇÃO” DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DE 2022.....	156
FIGURA 12 - FEIJOADA DA ACNAP E CHURRASCO NO CLUBE DE MÃES – 2022.....	160
FIGURA 13 - HORTA COMUNITÁRIA ACNAP	163
FIGURA 14 - CESTAS BÁSICAS ENTREGUES À FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DURANTE DA PANDEMIA DE COVID-19.....	163
FIGURA 15 - ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS PELA ACNAP.....	165
FIGURA 16 - FOTOS DAS AÇÕES DO COMITÊ DE SOLIDARIEDADE VILA TORRES DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA	166
FIGURA 17 - VERA PAIXÃO, DECLAMANDO SUA POESIA	175
FIGURA 18 - OFICINA DE DANÇA REALIZADA DURANTE O ENCONTRO MULHERES E O COMBATE AO RACISMO.....	176
FIGURA 19 - ENCENAÇÃO DO TEATRO RACISMO NATURALIZADO.....	183
FIGURA 20 - PRIMEIRA E ÚLTIMA FOTO DO CICLO MULHERES EM AÇÃO DO CLUBE DE MÃES E PAIS VILA TORRES.....	188

FIGURA 21 - AÇÃO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - COLÉGIO ESTADUAL BENEDICTO JOÃO CORDEIRO	192
FIGURA 22 - OFICINA AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA (MÊS DE JUNHO) NO CLUBE DE MÃES.....	207

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - CURITIBA: BAIRROS COM 90% OU MAIS DA POPULAÇÃO COM RENDA PERCAPITA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	45
QUADRO 1 - APRESENTAÇÃO COLABORADORAS DA PESQUISA.....	75
TABELA 2- OS 10 BAIRROS COM MAIOR E MENOR RENDA DE CURITIBA/PR	99
TABELA 3 -CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES DE BAIXA RENDA E POPULAÇÃO NÃO BRANCA NOS 10 BAIRROS COM MENOR RENDA MÉDIA DE CURITIBA/PR (2010)	111

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNAP – Associação Cultural de Negritude e Ação Popular

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

COHAB – Companhia de Habitação Popular

ERE – Ensino Remoto Emergencial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binários

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

PcDs – Pessoas com Deficiência

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	19
INTRODUÇÃO	21
1. A “cozinha” da tese: Reflexões acerca da construção da pesquisa	29
1.1 O ocultamento das mulheres como projeto societário na produção científica moderna.....	30
1.2 Uma contextualização necessária: a periferia de Curitiba e suas espacialidades	41
1.3 A cozinha da tese: transformações metodológicas, caminhos trilhados e outros olhares acerca da realidade	55
1.4 Sobre métodos, metodologias e instrumentos: o fazer pesquisa em tempos de pandemia.....	62
1.4.1 O passo a passo de nossos campos e entrevistas	68
1.4.2 Apresentando as colaboradoras da pesquisa: trajetórias, imagens e redes de conexão.....	73
2. "Da margem ao centro": reflexões sobre a periferia urbana tecidas na interseccionalidade do classe/gênero/raça, da ética do cuidado e das políticas espaciais de precariedade.....	82
2.1 A periferia vista do lado de cá: literatura, território e narrativas na explicação do espaço periferizado	83
2.2 As políticas espaciais urbanas de precariedade e sua materialização nos bairros periferizados	95
2.3 Gênero, raça, classe e periferia: como a interseccionalidade auxilia a realizar uma análise espacial contextualizada	106
2.4 A ética do cuidado e o cotidiano da periferia: uma reflexão necessária como contraponto às biopolíticas de precariedade	115
3. Sobre espaços e tempos vinculados: a produção de contra-espaços pelas mulheres a partir da ética do cuidado	128
3.1 O pertencer e o direito de existir: mobilizações e permanências na conquista do espaço nas periferias	130
3.2 As mãos que transformam os alimentos: o papel da comida e da alimentação nas relações comunitárias da periferia	149

3.3 Mais que sobreviver, é pelo direito de viver! Denúncias, cultura e felicidade no caminho de “se fazerem ouvidas e vistas” em Curitiba.....	168
3.4 Quem se movimenta produz espaço: da redução de danos às práticas educativas de liberdade	185
4. Os Territórios do Cuidado como contra-espços criados na periferia por mulheres: Resistências, Esperanças e Amorosidade.....	197
4.1 A produção coletiva dos contra-espços nas periferias pelas mulheres: ação, solidariedade e esperar	198
4.2 Que potência existe no cuidado? A espacialização a partir de redes geográficas na periferia.....	205
4.3 Ensinaentos, Práticas e Saberes: os espços periferizados pela ótica do pertencimento e da amorosidade	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS	240

PRÓLOGO

Que preço se paga por ser mulher em uma sociedade machista, patriarcal e capitalista? E que preço se paga por ser mulher na periferia? Quando esta pergunta ecoa na mente, uma série de questões aparecem, rodopiam à nossa volta, desde os problemas, às pressões trazidas por lógicas – sejam estas hegemônicas ou consequências de nossos locais de fala. Que preço se paga por ser quem busca o sustento – muitas vezes em uma tarefa solitária? Ou em não abandonar a casa, a prole, ainda que a vontade seja de largar tudo? Qual o preço de assumir ser o exemplo, a fortaleza, a esperança?

Longe de romantizar o papel e a trajetória das mulheres da periferia, entendo a efetiva necessidade de escrevermos e evidenciarmos a potência de luta e resistência que estas representam em suas comunidades e seus papéis na produção dos territórios de cuidado. Quando me perguntam o porquê ou a motivação de pesquisar e escrever com e sobre estas mulheres, as respostas também borbulham, tal como um caldo que cozinha lentamente desde que cheguei a este mundo. A resposta encontra-se nos relevantes fatos que construíram e ainda constroem minha identidade.

Em geral, nestes momentos reforço a luta, a garra, a esperança presente neste cotidiano, retomo o sol, a alegria, os momentos de risadas cercados pelo cheiro de bolo fresco no forno, mas algo que pouco falamos – as vezes por ocultar ou para esquecer – é: de onde vem toda esta potência para enfrentar dia após dia cada adversidade que aparece nos territórios de vida?

Estes dias, em uma conversa no Clube de Mães e Pais da Vila Torres, Irenilda Arruda¹ disse ser uma redutora de danos e na hora minha mente me levou a outra conversa, com a Ivani Oliveira², na escola, sobre o fato de que não nos é permitido parar! E a resposta para toda a potência contida na trajetória de cada uma destas mulheres e de suas famílias é simples: não se pode parar, não se é permitido parar, o direito a parar nos é negado desde sempre, pois parar significa – na mais drástica das consequências – a morte.

Pode parecer exagerado, eufemismo ou até mesmo força de expressão, mas basta conversar por alguns minutos com alguém que vive/viveu esta realidade para perceber que todos compreendem o significado desta relação. Por isto, não poderia iniciar esta tese de outro modo senão reforçando que, apesar do esperar e das

¹ Colaboradora da pesquisa, fundadora e presidente do Clube de Mães e Pais Vila Torres

² Colaboradora da pesquisa, pedagoga da rede pública de ensino no Paraná, militante do movimento negro.

produções espaciais destas mulheres serem voltadas a um mundo melhor, a potência de sua luta encontra-se embasada em um terreno de dor e sofrimento, fundamentado no medo ou na materialidade de ver um dos seus morrendo, seja pela violência do assassinato e da bala perdida, por doenças e desnutrição, ou ainda pela falta de segurança e saneamento em seus bairros.

E a morte reverbera em choro incontido, em dor que rasga o peito, em inconformidade diante de tamanha tragédia. Se vão filhos, mães, avós, amigos, pais, conhecidos, se vão memórias, trajetórias e futuros, se vão possíveis médicos, professores, engenheiros, levados não ao acaso, mas como consequência de uma política de morte empreendida pelas mãos do Estado em sua face excludente.

É importante ainda reforçar que esta dor, latente e constante, se manifesta também a partir do medo de perder alguém. Porque a gente sabe que na periferia este é o maior e mais constante dos medos. Nossas mães, familiares, avós e vizinhas/os organizam suas rotinas em uma constante vigília, para saber onde nos encontrar, para nos lembrar como devemos nos comportar, para ensinar que é preciso sobreviver – colocando no estudo formal muitas vezes suas apostas.

Nesta reflexão, optamos por apresentar não as dores, mas o que se faz com ela, pois ao contrário de imobilizar, a dor e o medo podem transmutar-se em combustível que inflama, que acende e se alastra, como demonstram as colaboradoras desta pesquisa. Vira faísca que gera o incêndio da inconformidade. E é aí que mora o motivo de não parar, de seguir reduzindo danos, de lutar contra os destinos trágicos... Porque é preciso acreditar que o mundo não se resume a isto, que não estamos fadados a morrer jovens, que podemos acessar todos os níveis do ensino formal, que se pode trabalhar tranquilo sem pensar nos filhos brincando nas ruas.... É preciso acreditar, para caminhar e, caminhando, não morrer!

INTRODUÇÃO

*“Essas mulheres raramente são nomeadas nos textos acadêmicos,
mas todos sabem quem elas são nos bairros onde vivem”
(Patricia Hill Collins. Pensamento Feminista Negro, 2019, p. 319)*

No final do processo de escrita da dissertação intitulada **“Entre vozes, espaços, cartografias e ações: os territórios da juventude do bairro Sítio Cercado e o ensino de geografia”** pensei nas possibilidades que se desdobravam com o trabalho realizado. Uma inquietação tomava “corpo” mais que outras e girava em torno de compreender qual é o papel das diferentes mulheres r-existentes na periferia na conquista e na produção dos espaços de educação formal de seus bairros. Posteriormente, já tendo acessado o doutorado, este questionamento se ampliou, me fazendo pensar qual o papel destas mulheres na produção do espaço nas/das periferias, e consequentemente, na formação do que nomeamos como territórios do cuidado.

Considerando os processos de transformação e amadurecimento pelo qual este trabalho passou, chegamos a uma tese cujo objetivo central encontra-se na verificação da existência, mapeamento e compreensão das lógicas da produção de espaços do cuidado nas/das periferias curitibanas, a partir das práticas sociais e ações cotidianas das mulheres. O trabalho, tecido cotidianamente através de encontros e oficinas, buscou apresentar justamente a potência que estas mulheres representam em suas comunidades e os contra-espços de resistência produzidos pelas mesmas.

Para chegar até este resultado partimos de alguns objetivos específicos que, somados, resultam nas páginas que seguem. O primeiro deles encontra-se na demonstração de que a geografia hegemônica invisibilizou a existência e o papel das mulheres na produção do espaço, impactando e produzindo uma certa leitura analítica da sociedade. No capítulo um desta tese debatemos a epistemologia e a metodologia de trabalho adotadas, avançando no debate dos impactos causados por esta invisibilização, bem como apresentamos as possibilidades de retirar o “véu” de invisibilidade que as mantém ocultas.

Um segundo objetivo específico da tese foi estabelecer a relação existente entre a ética do cuidado, o gênero e as políticas urbanas para a produção dos territórios na/da periferia. Este objetivo foi desenvolvido ao longo do segundo capítulo da tese, no qual realizamos uma análise espacial crítica sobre como o espaço da periferia é produzido,

formado e transformado pelas dinâmicas espaciais e sócio territoriais que ali se estabelecem.

O terceiro objetivo específico buscava cartografar os territórios de cuidado produzidos por diferentes mulheres na periferia curitibana, bem como registrar suas trajetórias políticas e seu corpo/ação no cotidiano de seus bairros. A produção desta análise é encontrada no capítulo três, no qual apresentamos os grupos com os quais trabalhamos e seus impactos espaciais na produção de suas territorialidades.

Por fim, buscamos analisar que dinâmicas espaciais se estabelecem nas periferias por meio da existência de territórios do cuidado, contrapondo-se aos de precariedade impostos à esta população, entendendo o cuidado como elemento fundamental na política de transformação espacial na periferia curitibana. Com isto, o capítulo quatro apresenta uma reflexão acerca de toda a construção realizada, demonstrando que, de fato, as lógicas da produção de espaços do cuidado a partir da prática cotidiana das mulheres irá influenciar no modo como estas localidades se territorializam na forma de contra-espacos em relação à lógica urbana hegemônica.

Dito isto, e sabendo que o processo de construção de análises parte da interação com a sociedade, e que quem pesquisa baseia-se também em sua trajetória de vida, é preciso realizar uma breve retomada para compreender como chegamos a esta tese.

Em minha trajetória pude contar, na família e comunidade, com exemplos maravilhosos de mulheres e de homens, que me ensinaram desde cedo a importância da escola e de valorizar a possibilidade de estudar – negada e dificultada para as gerações que me antecederam. Todos eles acompanharam com alegria minha entrada em uma Universidade Pública, através de processo seletivo das cotas, minha permanência no curso apesar das dificuldades e, por fim, a chegada à pós graduação, tendo sido a primeira da família a passar por estes muros antes considerados distantes.

De antemão, reconheço a excepcionalidade e privilégio de ter contado com pai e mãe em tempo integral e de forma acolhedora, ainda que trabalhassem duro. Isto porque em um país onde inúmeras pessoas não possuem o nome do pai em suas certidões de nascimento e outras tantas não contam com a presença ativa e afetiva dos mesmos, contar com este afeto e rede de cuidados influencia nosso modo de agir, estar e ser no mundo.

Neste sentido, cabe também destacar que cresci cercada por exemplos de mulheres fortes, que buscavam encontrar saídas em meio às dificuldades e que conciliavam estudos, trabalho e criação dos filhos no fluxo da vida cotidiana. É preciso

evidenciar o quanto admiro e me espelho no exemplo de minha mãe que, mesmo não tendo acesso à educação formal após o ensino fundamental I, nunca desistiu e estudou à distância enquanto trabalhava e criava duas filhas, até conseguir formar-se em Pedagogia pela UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), seu sonho de infância.

É importante ainda frisar que, ainda que tenha acompanhado desde cedo e de muito perto a batalha de diferentes mulheres de minha família e comunidade para garantirem o cotidiano dos seus, sou privilegiada por não ter passado pelas mesmas situações. Eu cresci podendo focar em estudos, cercada por pessoas que mostraram desde cedo a importância de “sonhar grande”. Com isto, entrei na Universidade Pública com 17 anos, na qual permaneço até hoje – ainda que conciliando todo o período de pós graduação com emprego fixo. Ou seja, meu lugar de fala parte de uma perspectiva de admiração, de reconhecimento e de valorização por todas as batalhas, privações e problemas que estas passaram para que hoje eu estivesse aqui.

Digo isto pois as trajetórias não podem ser confundidas. É preciso, desde o reconhecimento de meu privilégio de ter acessado a Universidade e a pós graduação, registrar a memória e a trajetória destas inúmeras mulheres – que majoritariamente permanecem no anonimato – e que possuem em seus olhares a lembrança da luta empreendida para que seus filhos, netos, sobrinhos e/ou crianças próximas pudessem sonhar com futuros outros.

Foi através destes exemplos que grande parte de minha identidade foi se constituindo. E é justamente por estar e crescer, imersa nesta conjunção de olhares, vivências, que pude verificar o protagonismo delas na conquista dos espaços educativos e do cuidado em seus bairros, sendo estes produzidos por meio destes muitos processos de luta e resistências diárias.

Com isto, e considerando que a ciência – e geografia – hegemônica insistem em ocultar sujeitos, desconsiderando seus corpos e suas trajetórias espaciais, e tomando, conseqüentemente, a produção do espaço de forma neutra, homogeneizada e acrítica, que evidenciamos a necessidade de pensarmos criticamente a epistemologia, a ontologia e categorias das quais partimos para estruturar e dar forma ao visível, aos resultados e tecimentos que realizaremos, visto que influenciam inclusive em nosso modo de escrever e de levantar as problemáticas da pesquisa.

Correia (2015) expressa que a pesquisa é um processo contínuo, que nos move na intenção de trabalhar com o que dá sentido à nossa luta, ao nosso ser no e com o mundo. A conexão entre o estar e ser no mundo, neste ponto, precisa ser enfatizada,

uma vez que contínua e ininterruptamente estamos em alguma porção do espaço geográfico e que, deste modo, cada parte do nosso ser se conecta à materialidade da espacialidade.

Pois bem, podemos dizer que a entrada na Universidade se constitui – neste e em outros aspectos – como um rompimento com o modelo de pensamento/universo de significados encontrados nos bairros periféricos. Se fora do campus permanecemos convivendo com inúmeros exemplos de mulheres “labutando” no dia a dia, na Universidade, especificamente no Departamento de Geografia da UFPR (Universidade Federal do Paraná) esta presença feminina é quase inexpressiva. Se nosso olhar ainda visualiza a importância do contexto e as violências simbólicas contra as camadas populares dentro da graduação e pós graduação, outros colegas parecem alheios ao que acontece à nossa volta.

Aliás, o incomodo gerado por determinados ocultamentos e debates da academia abrangem inclusive a esfera do feminismo, uma vez que alguns grupos tendem a realizar homogeneizações que excluem de seu universo de compreensão a vivência e trajetória das mesmas mulheres excluídas da Universidade e de boa parte dos direitos. Significa dizer que este feminismo que prega que a libertação feminina começa com a conquista do trabalho assalariado e do voto para as mulheres brancas da classe média não representa a trajetória da minha e de outras tantas famílias da classe trabalhadora.

Nestas localidades, a saída da mãe para o trabalho ocorre desde incontáveis gerações, e a esperança de transformação esteve (e está) relacionada à conquista da educação formal! Este deslocamento de pensamento é importante para entendermos a necessária desconstrução do feminismo branco moderno, com a explicitação de outros pontos de vista que interrogam a categoria universal do “ser mulher”, ainda muito difundida em diferentes campos de pesquisa e militância.

Logo, se para sermos precisamos estar, os caminharos dentro das pesquisas também serão permeados pelas angústias, trajetórias e expectativas de quem pesquisa, organizadas através da vivência coletiva e cotidiana nos espaços de onde vem. A pesquisa condensa em uma linguagem escrita academicamente “o que nos move”, resultado de questionamentos produzidos pelas dinâmicas de nossas vivências e inquietações produzidas a partir destes meios. Por isso, existe uma enorme variedade de pesquisas dentro e fora do campo geográfico, chegando a resultados únicos, uma vez que são permeadas pelo olhar de quem se propõe à esta tarefa.

Como apresentamos anteriormente, a dinamicidade que a construção da ciência e da pesquisa apresentam torna importante realizar um exercício de reflexão acerca dos pontos e bases epistêmicos e ontológicos dos quais partimos. A epistemologia representa um campo do conhecimento que discute justamente o que é o conhecimento científico e de que forma ele pode ser validado, levando-nos a conectá-la com a postura dos diferentes grupos de pesquisadores diante da ciência que, a partir de metodologias, estudos e debates, visam contemplar a relação entre esta produção científica e a realidade cotidiana observada/vivenciada.

Com isto, evidenciamos que este trabalho busca caminhar em conjunto com as e os que tentam romper com a lógica posta, ampliando a visibilidade de mulheres que histórica e repetidamente são desconsideradas, e que levam consigo memórias e vestígios de suas ações. Estas ações estão ancoradas e submersas no desenrolar do cotidiano, produzindo territorialidades e espacialidades que se relacionam com suas trajetórias geográficas e de vida, e que são responsáveis por produzir e dar forma ao espaço de suas comunidades.

Defendemos que estas mulheres, que passam despercebidas por grande parte das análises geográficas e acadêmicas e que pouco são ouvidas em espaços institucionais, são imprescindíveis na construção dos territórios das periferias urbanas brasileiras. Logo, o trabalho se justifica pela possibilidade de adentrar um campo ainda pouco explorado, que consiste em compreender os espaços, territorialidades e trajetórias femininas da/na periferia, bem como suas lutas, seus entraves, suas conquistas e potencialidades, presentes em suas ações e atividades, majoritariamente conectadas a dimensão do cuidado³.

Dito isto, levanta-se aqui ainda a seguinte problemática: como evidenciar na linguagem escrita as experiências e narrativas carregadas de oralidade, olhares e gestos? Como transcrever e analisar as observações, convicções, experiências e anseios construídos ao longo da pesquisa? Como transgredir este modelo tão bem consolidado dentro da ciência sobre a forma e formato de escrever academicamente? De que forma podemos apresentar todo um universo simbólico territorial tecido no cotidiano, muitas vezes invisível aos olhos de quem não teve contato com tal realidade e que assim,

³ Orozco (2012, p. 54) entende por cuidado a dimensão que seria “[...] a gestão e a manutenção da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida”.

difícilmente, compreenderá de antemão as dinâmicas complexas que se expressam no território e em suas geo-grafias?

Estas e outras questões do processo de escrita foram explicitados para expormos o desafio de criar um documento que seja traçado a partir destas mulheres histórica e geograficamente ocultadas, e também explicitar nossa tentativa de criar uma experiência de escrita que busque aproximar e traduzir da melhor forma possível os conhecimentos desenvolvidos ao longo deste processo e de nossa vivência para a linguagem acadêmica. Isto porque entendemos que são nestes detalhes, ao nosso ver cruciais, que revelamos o cuidado com a sistematização deste tema, costurado e tecido nas diferentes narrativas e trajetórias de mulheres periferizadas.

Escrever, tal como Anzaldúa (2000) expressa, tem diferentes significados a partir de quem somos e de onde estamos. Revela-se como exercício de poder em diferentes setores de nossa sociedade, majoritariamente apartado dos bancos de ensino formal, quando não esquecidos nas salas super lotadas. É exercício de rebeldia e resistência ao trazer para estas linguagens, não raro elitizadas e excludentes, trajetórias negligenciadas e ocultadas conscientemente e que determinados grupos sociais insistem em afirmar que não existem.

Assim, a escrita é também possibilidade de demarcar um certo lugar, pois tal como outras ações de nossas vidas, constrói e potencializa territórios, evidenciando sua existência numa nova forma de linguagem, reivindicando produções e existências até então desconsideradas e ocultadas. Enfim, escrever nunca é um ato só, ainda que por vezes recaia sobre os ombros de uma pessoa, o ato da escrita – principalmente nestas circunstâncias – traz consigo um universo de memórias, de vivências, de trajetórias de pessoas reais, conhecidas ou anônimas, que construíram e teceram os espaços e territórios que agora traduzimos para a linguagem acadêmica escrita.

Refletindo sobre estas questões, queremos com este trabalho demonstrar a necessidade de repensar a produção do espaço sob a ótica de grupos sociais ocultados e que, majoritariamente, encontram-se interditados dos espaços acadêmicos. Buscamos então comprovar que as mulheres periferizadas são protagonistas na produção do espaço de seus bairros, criando contra-espacos e territórios do cuidado através de ações estruturadas na lógica da educação formal, não formal e informal. Esta produção passa pela evidenciação de seus corpos que, para nós, são categoria central para compreender como o espaço é construído em localidades excluídas da ótica e ciência hegemônicas.

Como apresentado no início desta introdução, a presente tese encontra-se dividida em quatro capítulos distintos, nos quais trabalhamos os objetivos específicos que permitiram tecer um caminho até nosso objetivo geral.

O capítulo um, cujo título é *A “cozinha” da tese: Reflexões acerca da construção da pesquisa*, apresenta uma reflexão acerca do processo de pesquisa e sua “cozinha”, iniciando por uma análise crítica acerca do ocultamento das mulheres pela ciência/geografia moderna hegemônica e capitalista, passando por uma contextualização da periferia curitibana e finalizando pelo caminho percorrido com a pandemia e as metodologias adotadas para realização do trabalho.

Já no segundo capítulo, intitulado *“Da margem ao centro”: reflexões sobre a periferia urbana tecidas na interseccionalidade do gênero/classe/raça, da ética do cuidado e das políticas espaciais de precariedade*, nos dedicamos a conceituar e apresentar a periferia urbana – em especial a curitibana – visto que suas nomeações, interpretações e escritas são variadas. Iniciamos apresentando a periferia na perspectiva de mulheres que ali vivem e expressaram suas vivências a partir da arte (literatura, música, poesia). Em seguida, relacionamos a existência de relação entre o conceito de precariedade com as políticas espaciais urbanas, demonstrando que esta resulta na segregação espacial e geográfica das periferias. Num terceiro momento, apresentamos um debate sobre a relacionalidade existente entre os corpos dos sujeitos e suas resistências, por meio de uma perspectiva interseccional. E, por fim, trabalhamos com as análises anteriormente tecidas e sua conjunção com a ética do cuidado que, em nossa percepção, permeia o cotidiano das periferias urbanas.

O terceiro capítulo *“Sobre espaços e tempos vinculados: a produção de contra-espaços pelas mulheres a partir da ética do cuidado”* traz os diferentes processos espaciais que ocorrem nas periferias de Curitiba a partir das mulheres e grupos pesquisados. Para tanto, em cada subtítulo deste capítulo refletiremos sobre as trajetórias espaciais que cada grupo constrói e construiu, buscando tecer e apresentar os bairros periferizados pela ótica destas mulheres que, em seu cotidiano, vão construindo territórios de cuidado para proteger as vidas que ali se encontram. Aqui buscamos demonstrar a complexidade existente nestas localidades, que mesclam precariedade e esperanças, numa perspectiva de territórios em disputa.

Por fim, o capítulo quatro *“Os territórios do cuidado como contra-espaços: resistências, esperanças e o amor como potência de transformação da realidade”* busca demonstrar como a produção de territórios do cuidado permitem pensar a

periferia numa outra perspectiva, na qual a coletividade, a amorosidade e a preocupação com o próximo possibilitam compreender as estratégias de resistência diante dos diferentes ataques a que esta população está constantemente exposta.

1. A “cozinha” da tese: Reflexões acerca da construção da pesquisa

Como destacamos anteriormente esta tese buscou *verificar a existência, mapear e compreender as lógicas da produção dos espaços de cuidado nas periferias curitubanas a partir das práticas sociais e ações cotidianas das mulheres*. Para trilhar este caminho proposto, muitas mudanças ocorreram no percurso, além das escolhas metodológicas que deram tom ao trabalho apresentado. Por isso, decidimos iniciar a apresentação da tese por sua “cozinha”, palavra escolhida por representar tanto substantivo quanto verbo que reflete no processo de construção desta pesquisa.

A cozinha representa um espaço cotidiano central das casas das famílias brasileiras – principalmente da periferia -, sendo sinônimo de reunião, local no qual diferentes mulheres passam parte de seu tempo dedicado ao cuidado primordial da alimentação ou a busca por este alimento diante de sua falta. É a cozinha uma das primeiras paisagens a serem associadas por nossa mente na infância, e é diante das refeições que, provavelmente, refletimos pela primeira vez sobre o trabalho dedicado em torno do cuidado. Expressões como “comida de mãe/avó” ou “almoço de domingo” referem-se a atividades ligadas à lembranças boas, conectadas ao cuidado voltado para o próximo, preparadas em cozinhas espalhadas e construídas das mais diversas formas.

Ao mesmo tempo, cozinha pode remeter ao verbo cozinhar, representando uma tarefa de paciência, de acrescentar temperos, cortar, organizar, escolher ingredientes e fazer a alquimia junto ao fogo, de preferência em fogo baixo – melhor ainda se num fogão a lenha – mexendo calmamente para que a refeição seja finalizada. Desse modo é possível construir uma relação entre a cozinha onde se prepara os alimentos e a produção da tese, isto porque ao construir uma pesquisa também precisamos pensar, acrescentar autores, construir pensamentos (tal como camadas de sabores) que harmonizem e apresentem uma leitura da realidade condizente com o que observamos e constatamos.

Este capítulo buscou apresentar o que vem antes da própria tese, este processo de cozimento, de construção, distribuídos ao longo de quatro anos, com trabalhos de campo e leituras diversas, tempos de reflexão e mudança, caminhos outros que se apresentam neste desdobrar, enfim, como chegamos onde chegamos e porque chegamos a este entramado.

O mesmo encontra-se distribuído em quatro subtítulos, nos quais trabalhamos primeiramente como a ciência/geografia moderna hegemônica ocultou as mulheres – e

seu papel – das explicações sobre o mundo, dentre elas da produção do espaço, servindo assim a um projeto específico de sociedade baseada na manutenção de hierarquias sociais.

Em seguida, apresentamos um panorama geral acerca da periferia curitibana, evidenciando de que modo ocorreu a formação de seus bairros, as políticas públicas ali desenvolvidas e índices demográficos apresentados em mapas, que nos dão melhor noção acerca da espacialidade a partir da qual a tese se desenvolveu.

Num terceiro momento, nos dedicamos a evidenciar o caminho que nos levou até aqui, ou seja, o cozinhar da tese que antes ressaltamos. Nele, debatemos as transformações e reorganizações pelas quais o trabalho passou, fruto tanto dos apontamentos preciosos realizados durante a qualificação como do amadurecimento gerado pelas idas a campo e leituras acerca do tema.

Por fim, trazemos um debate acerca da metodologia e dos instrumentos metodológicos escolhidos para construir esta tese, expondo de que modo os campos foram ocorrendo, suas adaptações frente aos desafios que a pandemia da Covid 19 nos trouxe e o impacto positivo em propor, já nesta tese, metodologias voltadas ao trabalho extensionista com as comunidades envolvidas na pesquisa.

1.1 O ocultamento das mulheres como projeto societário na produção científica moderna

Ora, já na introdução deste trabalho demonstro o contexto e a trajetória familiar, política e geográfica aos quais estou vinculada, isto porque, segundo Harvey (2013, p. 28) “[...] A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos.”. Ou seja, num mundo marcadamente desigual, assumir “nosso lado da cerca” e compreender o que este processo implica é crucial na produção de uma ciência contextualizada e criticamente orientada.

Deste modo, é possível dizer que quem vem destes contextos familiares e comunitários observa e sente a presença feminina em cada aspecto de sua vida cotidiana. Ela são os olhos da vizinha quando ficamos sozinhos em casa, pois os pais estão no trabalho e, muitas vezes, não há acesso a Centros Municipais de Educação Infantil; são os braços da tia que transformam os alimentos em refeições; são as mãos da

mãe que confortam ou repreendem, a depender das situações; são as conversas protagonizadas por professoras, diretoras ou “tias da escola” em momentos em que estamos vulneráveis; são a voz que ouvimos em nossa defesa quando chamadas nas escolas e os ensinamentos orais passados a cada história contada pelas avós na hora do café. Enfim, exemplos não faltam sobre como estas mulheres estão imiscuídas em cada memória e momento das gerações que crescem, em especial, nos bairros periféricos.

Todavia, quando chegamos à academia e à pesquisa, pouco ou nada vemos desta presença ser destacada ou, até mesmo, considerada. Algo que para nós mostrava-se como normalidade, passa para a esfera de invisibilização, constante e violenta. Esta abrupta ruptura que ocorre ao não as encontrar nas literaturas ou análises sobre a produção do espaço permite questionar: onde, na geografia, encontram-se reconhecidas, registradas e grafadas as trajetórias e a produção espacial destas mulheres? Em quais momentos se evidencia o protagonismo destas em seus bairros, cidades e comunidades? Quais são as motivações para que sejam totalmente invisibilizadas de nossos debates acadêmicos?

Estes questionamentos encontram-se no cerne do que queríamos entender, tendo sido a força motriz para o trabalho que foi sendo modelado em seguida. Isto porque entendemos que construir um debate sobre a produção do espaço pelas mulheres periféricas relaciona-se intrinsecamente a um outro modo de olhar a realidade, por meio da espacialização e materialização das trajetórias e narrativas destas mulheres anônimas que, ao viverem e resistirem em seus bairros, vão criando territorialidades próprias.

Dito isto, foi possível perceber, ao longo de nossa pesquisa que, ao trabalhar a produção do espaço a partir de uma perspectiva neutra, muitos geógrafos e geógrafas acabam por validar a posição do sujeito universal e oculto que, ao não ter reconhecida sua dimensão corporal, observa a realidade numa aparente perspectiva neutra e privilegiada. Sabemos, cada vez mais, que não é possível construir uma pesquisa alheia à realidade que nos cerca ou abdicando de nossa trajetória de classe, política, acadêmica, econômica, corporal e geográfica, sendo impossível então construir ciência pela perspectiva destacada.

Ainda que muito tenhamos avançado em relação a contextualização da pesquisa – tanto do pesquisador como sobre quem é pesquisado – existe uma dinâmica hegemônica na qual a geografia permanece ancorada, fazendo-nos questionar: a quem e

a quais estruturas interessa a manutenção de uma pesquisa na qual os corpos, espaços e trajetórias de sujeitos sejam ocultados e/ou desconsiderados?

Na realidade, esta constitui-se como ponto de fundamental importância para implementação e manutenção do sistema capitalista moderno, uma vez que a invisibilização de grande porcentagem dos sujeitos – que produziram e produzem conhecimentos e espaços a partir de outras ontologias – permitiu a consolidação de uma “ciência superior” na qual a figura do “outro” foi ocultada.

O “Outro” aqui pode ser entendido como mulheres, negras/negros, povos originários (da América, África, Oceania), PcDs (pessoas com deficiência), LGBTQIA+, periféricas/periferizados, enfim, todos e todas que fogem da norma estabelecida como regra para a constituição deste sujeito oculto/universal. A separação entre os “outros” e o sujeito universal será a base para o histórico e constante apagamento da diversidade de sujeitos e sujeitas que existem, resistem e produzem espacialidades no mundo.

Para Collins (2019) suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício de poder por parte dos grupos dominantes. Isto porque ao não reconhecer que grupos subalternizados produzem conhecimento, é possível excluí-los das linhas e documentos oficiais da história e geografia do mundo. Autoras como Oyèwùmí (2021), Spivak (2010) e Gonzalez (2020) denunciam que a hegemonia produzida na ciência – e aqui destacamos a geografia – no contexto da produção colonial retira do sujeito subalterno a escrita, a história e a voz, fazendo com que a perspectiva europeia e/ou hegemônica domine o modo como as informações, descrições e interpretações da realidade são realizadas.

Neste sentido, Gonzalez (2020, p. 41) explica que

[...] Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história.

A autora revela que a hierarquização de corpos negros e femininos como inferiores implica não apenas na exclusão e ocultamento de todas as outras formas destas sujeitas estarem e serem no mundo, mas também lhes retira a possibilidade de se sentirem donas de seus próprios discursos, de significar sua trajetória, suas identidades, histórias, geografias e, sobretudo, de registrá-las e explicá-las para o restante da sociedade. Ou seja, verifica-se que este modelo de pensamento serve ao modo de produção capitalista europeu porque elimina e/ou coloca na posição de inverdades toda

e qualquer outra racionalidade e visão de mundo, considerando apenas seu modo de produção como o verdadeiro.

Castro-Gomez (2007) compreende este modelo epistêmico – baseado no sujeito universal – a partir do conceito de *hybris do ponto zero*. Trazendo esta reflexão para a produção acadêmica, o sujeito que pesquisa analisa o mundo a partir de um ponto externo a ele: o ponto zero. Dessa forma, se coloca como um “deus” que é capaz de racionalizar os fenômenos sem ser influenciado pelos mesmos⁴. Essa crença gera a falsa ideia de que pesquisadores têm a capacidade de observar a realidade a partir de uma perspectiva privilegiada: a da academia, que está para além dos mortais que vivem em seu mundo cotidiano, fortalecendo a crença na neutralidade e na universalidade.

Do mesmo modo é a partir da *hybris* que se instituem histórias e geografias baseadas no ocultamento, sob as quais ocorre uma descomplexificação da realidade, deixando à margem quem não corresponde a expectativa da normalização produzida pelos parâmetros de raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros. Em nossa sociedade, atravessada por estes parâmetros – transformados em hierarquias – o sujeito universal corresponde então ao homem, cisheteronormativo⁵, europeu, proprietário de bens e branco, ou seja, aquele que tem acesso e direito a estar na sociedade sem ser questionado.

Neste sentido, a produção espacial dos considerados subalternos (periferizados, negros e negras, mulheres, trabalhadores, latinos, povos originários, entre outros) será desconsiderada, ocultando o modo como vivenciam e constroem suas espacialidades e territorialidades, ou, quando reconhecidas, criticadas e vistas como expressão do caos, impeditivas do desenvolvimento e, por isso, não raro criminalizadas, a exemplo da produção dos espaços periferizados.

É na construção deste discurso – e de quem discursa sobre – que podemos compreender a exclusão e inferiorização de diferentes sujeitas e sujeitos lidos e compreendidos na posição de subalternidade. Para Morrison (2019) através do processo chamado de outremização será possível compreender como as características corporais foram classificadas, validadas e exaltadas para promover quem seria considerado um

⁴ Spivak (2010) expressa que esse sujeito oculto alegará não ter “nenhuma determinação geopolítica”, ainda que sua consolidação seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente como superior.

⁵ A cisheteronormatividade, corresponde a um conceito que trata do conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza gênero, sexo e sexualidade em uma linha binária e oposta. Ou seja, é um conceito que explica a conformação e classificação das pessoas a partir de seu sexo biológico (pela anatomia se separam em homens e mulheres) e também sua sexualidade (atração sexual pelo sexo biológico oposto ao seu).

sujeito, criando ao mesmo tempo um imaginário de inferioridade naqueles que não possuem determinadas características.

Para além de um imaginário, tal inferioridade é materializada nas políticas de precarização e morte às quais estes grupos são submetidos pelo tipo de políticas e programas públicos excludentes, expressos na negação do emprego – ou de um menor salário nos mesmos postos de trabalho -, da exposição à fome, na falta de moradia, do não acesso à educação formal ou a apenas uma parte precarizada dela etc.

A diferenciação dos outros através de alegorias que remetem à aparência aperfeiçoam, segundo Akotirene (2019), as opressões antinegros e antimulheres dentro do padrão global moderno de nossa sociedade. A partir das ideias defendidas pela autora verifica-se que as marcas corporais serão essenciais para, de antemão, classificar quem tem acesso e direito às condições básicas de sobrevivência em nossa sociedade e quem deve ser barrado e/ou impedido de continuar ou de ter vida digna.

Ao aprisionar pessoas nestas diferenciações, os grupos dominantes, segundo Silva, J. (2013), ficam aptos a tomar sua posição – de sujeito universal -, não sendo marcados corporalmente por nenhuma característica excludente e se constituindo, portanto, como referência positiva e superior. Percebe-se então que tal produção discursiva – materializada na separação e exclusão dos sujeitos corporalmente marcados – será o fundamento para as inúmeras divisões presentes em nossa sociedade e para a manutenção do poder dos sujeitos universais.

Collins (2019) aprofunda este debate com a noção de “imagens de controle”, condizentes com aquelas estereotipadas da condição de mulher negra que assumem um significado especial e foram produzidas para serem poderosas justificativas ideológicas para a manutenção do poder anteriormente explicitado. Segundo a autora:

[...] Como os “Outros” da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos ameaçam a ordem moral e social. Ao mesmo tempo, são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade. As afro-americanas, por não pertencerem, colocam em evidência o significado do pertencimento. (p. 136)

Ora, Morrison (2019) ao falar do processo de outremização também reforça que o estrangeiro (o outro) jamais é desconhecido. Na realidade, ele é lembrado e serve como “sinal de alarme”, podendo ser utilizado para explicar e justificar socialmente o lugar de não pertencimento na sociedade das pessoas marcadas corporalmente, uma vez que estas delimitam a fronteira entre estar e ser visível e o estar e ser invisível na sociedade.

Ainda que todos estejamos nos lugares e o construamos, apenas a produção realizada por sujeitos universais será considerada, nomeada e reconhecida, enquanto isto, do outro lado da história e da geo-grafia, milhares de pessoas que produzem o espaço com suas existências, trajetórias e lutas, permanecem no anonimato, afastadas da legitimidade do seu papel e dos seus lugares no espaço geográfico.

O estabelecimento destas hierarquias e invisibilizações não ocorrem de modo pacífico, muito menos são superadas e aceitas pelos sujeitos e sujeitas deixados à margem. Pelo contrário, em diferentes localidades do mundo – e em distintas temporalidades – torna-se possível constatar redes de enfrentamento, resistência, denúncia e desconstrução do sistema imposto. Gonzalez (2020) explica a existência de uma batalha discursiva através das noções de consciência e memória, na qual

[...] Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (p. 78)

Ao contrapor consciência e memória, a autora elucida a relação conflituosa e constante entre as tentativas de ocultar do discurso (pelo apagamento da memória e construção de outras histórias) a existência dos “outros” através da produção de uma consciência coletiva. Logo, a evidenciação destes grupos invisibilizados a partir da memória, passada de geração em geração, representa resistências tecidas cotidianamente na sociedade.

Collins (2019) demonstra esta disputa a partir da presença dos chamados saberes coletivos de mulheres negras que, segundo ela, desafiarão duas interpretações predominantes a respeito dos oprimidos: de que grupos subordinados se identificam com os poderosos, evidenciando a incompreensão independente da opressão sofrida, e de que os oprimidos são menos humanos que os dominantes, sendo menos capazes de interpretar suas experiências.

A partir da memória e do repasse destes saberes coletivos, estas mulheres - negras, não-brancas, latinas, periféricas e subalternizadas espalhadas pelo mundo-, vão construindo contra-narrativas, que reivindicam e estabelecem os seus lugares na história e no espaço produzido. São estas estratégias de sobrevivência que garantem a presença dos “outros” na linguagem, na cultura e no cotidiano de todos, ainda que por vezes esta presença seja “imperceptível” na perspectiva hegemônica.

Por isto, torna-se central compreender a potencialidade de desconstrução e renovação trazida por meio de pesquisas que inserem a questão de gênero, de classe, raça, sexualidade, entre outras hierarquizações sociais como elementos essenciais para pensar a estrutura da sociedade, evidenciando que a produção da ciência a partir do sujeito oculto/universal nunca foi neutra e objetiva, mas atravessada por inúmeros preconceitos, visões deturpadas e códigos de julgamento condizentes com sua esfera de atuação.

Em seu ensaio “*pode o subalterno falar?*” Spivak (2018) termina expressando que

[...] o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (p. 165)

Para nós este entendimento traz consigo um compromisso e uma provocação sobre a impossibilidade de se produzir conhecimento/ciência, de modo comprometido com os subalternizados e subalternizadas, sem problematizar, desconstruir e desnaturalizar as bases da epistemologia moderno-ocidental hegemônica. Pensar a pesquisa por meio de outras óticas implica expandir e considerar cosmologias, epistemologias e modos de produção sumariamente descartados no processo de conformação desta sociedade eurocentrada.

Assim, parece-nos óbvio que a construção da geografia e da ciência hegemônica caminham no sentido de reforçar o *modus operandi* da sociedade capitalista moderna, a partir da naturalização de suas estruturas e hierarquias sem problematizar a construção espacial destas relações. Lorde (2019) expressa que

[...] É na interdependência de diferenças mútuas (não dominantes) que se encontra a segurança que nos permite submergir no caos do conhecimento e retornar com as verdadeiras visões do nosso futuro, acompanhadas pelo poder simultâneo de realizar as mudanças capazes de fazer nascer esse futuro. As diferenças são a bruta e poderosa conexão da qual o nosso poder pessoal é forjado (p. 137)

Com isto, e baseadas pelos estudos das diferentes teorias e geografias feministas criadas nas últimas décadas, buscamos construir uma pesquisa interseccional, que considere a complexidade das categorias e grupos subalternos criados, em especial das mulheres periféricas da cidade de Curitiba. A ampliação de nossas visões acerca do que pode e deve ser considerado conhecimento científico permite, também, revisar teorias geográficas consolidadas buscando trazer novas leituras e perspectivas acerca do modo como o espaço é produzido, descrito, refletido e interpretado.

A entrada dos sujeitos subalternizados na Universidade irá promover uma significativa guinada na produção e nos temas das pesquisas, estabelecendo um esgarçamento do pensamento hegemônico a partir do tensionamento das invisibilizações – e a que projeto de sociedade serve uma ciência descontextualizada. Em tempos de ataques constantes à ciência criticamente situada é preciso reforçar o impacto da produção de pesquisas que busquem denunciar as desigualdades apresentadas por este sistema, assim como que se proponham a somar-se na construção de compreensões outras de mundo.

As geografias feministas e suas respectivas teorias emergem justamente para transformar o conhecimento acadêmico, situando e contextualizando as pesquisas produzidas. Ao romperem com a neutralidade de uma ciência aparentemente monolítica, permitem registrar e demonstrar a diversidade de sujeitos, corpos e espaços existentes no mundo. Em nossa tese, optamos por trabalhar nesta perspectiva, entendendo que as mesmas se constituem como alternativa epistêmica mais adequada para comprovar que as mulheres, nos bairros periféricos, são responsáveis pela efetivação e produção de territórios do cuidado, materializados em escolas, postos de saúde, associações de moradores, clubes de mães, ações voluntárias, dentre outros espaços.

Apesar da possibilidade de realizar um intenso – e extenso – diálogo sobre as modificações e rupturas ocorridas na geografia mundial e brasileira, compreendemos não ser este o momento adequado para isto. Cabe destacar apenas que o campo das geografias feministas, trilhado arduamente por inúmeras pesquisadoras brasileiras, latino-americanas e de outras partes do mundo, permitem a realização de releituras do espaço, a partir da constatação de que o gênero – interseccionado à raça, classe, sexualidade, dentre outros – interfere na forma como estamos e somos no espaço, devendo compor as interpretações e teorias geográficas existentes, sobretudo aquelas que abordam a produção do espaço pelas outridades.

Também podemos afirmar que as relações de gênero e as representações de sujeitos construídas por meio delas (homens e mulheres, cis e trans etc) ocorrem em espaços e tempos determinados, condicionando ao passo que são condicionados por estes lugares. Tendo em vista o exposto, verificamos a importância e potencialidade de incluirmos gênero como fator crucial para compreensão da produção do espaço, uma vez que nossas relações espaciais se configuram a partir do contato entre o eu e os outros, num processo atravessado pelas categorias de identificação e hierarquização dos corpos.

Neste sentido, enfatizamos o debate sobre a necessidade de relacionarmos gênero com outras categorias como raça, classe e sexualidade, visto que operam de forma diferenciada e conectada em nossa sociedade, para assim chegarmos mais perto de uma análise complexa do espaço, no qual as ações sócio territoriais de diferentes sujeitos e sujeitas são consideradas. A geografia é uma ciência voltada para a interpretação dos fenômenos espaciais e nos parece evidente que a interseccionalidade pode facilmente ser incorporada aos estudos geográficos, para que assim as ausências e silêncios sejam trabalhados em nosso campo científico.

Considerar o gênero de modo interseccional na análise geográfica implica na evidencição da pluralidade de corpos, mentes e corações que produzem o espaço cotidianamente, dando destaque para suas subversões, reivindicações e lutas, além da constatação de que estas práticas sociais implicam diretamente no modo como o espaço encontra-se hoje organizado. É apostando nestas considerações que apresentamos as mulheres dos bairros periféricos como protagonistas de seus espaços.

Silva, J.; Ornat e Chimin (2016) expressam que

[...] Uma das primeiras lições que tivemos foi a de que a pobreza das cidades não é homogênea, e que a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade. As reuniões nas periferias repletas de mulheres, muitas delas negras, traziam problemas de falta de creches, escolas, de segurança de si e dos filhos, que implicavam uma intersecção entre classe e a condição feminina e de raça. (p. 15)

Assim, compreendemos que, ao observar a realidade a partir de uma única lente de aproximação, incorre-se no risco de deixar de captar outros tons e perspectivas que permitam um olhar mais apurado sobre como esta complexa trama se desenvolve. As periferias brasileiras são atravessadas por políticas de precariedade e necropolíticas que atingem – antes e primeiramente – corpos marcados como negros, femininos e de sexualidades compreendidas pelo campo conservador como desviantes.

Enfatizar a existência desta diversidade na periferia não corresponde a um preciosismo acadêmico, nem a um levantamento das identidades, mas caminha no sentido de defender que a constituição do espaço da periferia – seja pelos ataques sofridos e pelas resistências constituídas – só ocorre deste modo justamente pela presença destes sujeitos e sujeitas, não raro, excluídos das análises.

José de Souza Martins, no prefácio do livro “*A ilusão fecunda: A luta por educação nos Movimentos Populares*” de Marília P. Spósito (1993), reforça que é na dimensão da história que o sonho se torna luta, revela carências, proclama direitos, enfim, torna fecundas as ilusões. Acrescentamos que é no campo das lutas por

territórios e direitos que os movimentos e as organizações, com suas reivindicações e lutas pela transformação desta sociedade – carente de direitos –, vão se desenvolvendo, cabendo à geografia compreender tais mudanças e direcionamentos, verificar as potencialidades analíticas contidas na existência e resistência de quem passa por estas privações.

Ainda que por muito tempo gênero, raça, classe, sexualidade e outras hierarquizações sociais tenham sido vistas pela geografia como variáveis não espaciais, tornou-se evidente, com as geografias feministas e de gênero, os impactos causados pelas mesmas na produção, conformação e transformação do espaço. Reconhecer a multiplicidade de corpos e as espacialidades e territorialidades criadas a partir de suas resistências para manter suas existências na sociedade permite romper com o histórico quadro de invisibilizações e contextualizar os fenômenos espaciais, explicando as contradições e materialidades dispostas – e entendidas em um momento anterior como “naturais” e até mesmo invisibilizadas.

É destas desconstruções e leituras que surge a vontade de produzir uma tese que considere estas outras narrativas políticas para compreender a produção do espaço, demonstrando dinâmicas outras que escapam aos olhares pouco apurados para tal realidade. Neste sentido, verificar o papel das mulheres na produção de territórios de cuidado e, acima disto, compreender o papel do cuidado (por meio da ética do cuidado) na produção de uma sociedade outra passa por evidenciar saberes, construções e percepções pouco debatidos ainda na academia.

Para Lugones (2020) a divisão do trabalho e da sociedade é racializada, generificada e geograficamente diferenciada, logo, se torna impossível trabalhar tais categorias de modo separado. Fazer pesquisa contextualizada no cotidiano destas mulheres significa compreender as diferentes intersecções existentes em suas vidas, que as colocam em posições de vulnerabilidade ou de precarização.

Significa também trabalhar na construção de uma ciência que caminha no sentido oposto ao instituído pelo sistema capitalista hegemônico, numa perspectiva que demonstre a potência da politização do cotidiano, do comunitário, das relações estabelecidas pela necessidade de vencer as dificuldades a que estamos expostos na vida. Vem no sentido de valorizar o trabalho, o esperançar e a luta de diferentes mulheres anônimas, que dedicam sua trajetória a avançar, levando consigo seus semelhantes.

Como afirmamos no título deste tópico, acreditamos que o ocultamento das mulheres nas explicações sobre a produção do espaço serve a um projeto de sociedade, no qual as diferentes ações protagonizadas por elas representam rupturas e tensionamentos ao estabelecido. Significa a permanência de uma sociedade patriarcal, na qual a lógica individualista impera e os direitos reprodutivos sejam decididos sem o consentimento e/ou opinião das principais afetadas.

Foi a partir destes questionamentos que baseamos as conversas, entrevistas e oficinas realizadas, debatendo com diferentes mulheres – com características distintas – suas opiniões acerca dos trabalhos do cuidado e manutenção da vida cotidiana, além de adentrarmos nas discussões acerca de suas trajetórias políticas e a invisibilização de suas ações. A organização deste trabalho evidencia o papel destas ocultadas na produção do espaço nas periferias, demonstrando que o cuidado – essencial à vida humana – também organiza e reorganiza territórios, a partir de seus diferentes sujeitos a partir de uma lógica que se contrapõe à da exclusão e da precarização.

Tal percepção torna-se ainda mais relevante quando constatamos que a esfera de ocultamento posta nestas trajetórias, acaba por apagar este protagonismo dos documentos oficiais que tratam dos processos de conquista e direitos em suas comunidades, destacando aqui os referentes à construção das instituições de ensino formal e/ou equipamentos públicos voltados à saúde, segurança e lazer, reivindicadas por grupos de mulheres para que as mães, avós e demais companheiras das classes populares pudessem trabalhar e para que as crianças e jovens da comunidade tivessem acesso à estes direitos e pudessem ter suas demandas de vida atendidas.

Focalizar este trabalho como um esforço de registro e de fazer reverberar estas vozes, abre caminho para construirmos outras narrativas acerca da produção do espaço, olhando neste processo, os territórios produzidos por meio destas ações e identidades, que atravessam gerações. A mudança de ótica proposta permite observar a construção dos territórios na periferia por um outro ângulo, no qual as trajetórias das sujeitas são fundamentais para a força do movimento coletivo, formando, por meio destes desdobramentos, territórios que se baseiam nas dimensões do cuidado e da esperança, fundamentais na organização das lutas por direitos nestas localidades.

Neste breve tópico buscamos apresentar a contraposição existente entre a geografia vinculada a uma concepção de ciência hegemônica – que oculta a partir de uma aparente neutralidade a manutenção deste sistema excludente e violento – e as resistências tecidas por diferentes grupos de sujeitos outros, que irão tanto denunciar as

fragilidades e incoerências existentes na produção clássica da ciência como tecer e apontar caminhos a partir de outras teorias (tal como a geografia feminista faz) para construir pesquisas desde outras perspectivas.

Nas linhas que seguem fizemos uma contextualização espacial da tese, compreendendo os processos de formação e construção da periferia curitibana, apresentando um primeiro panorama acerca de como hoje ela se encontra formulada para, posteriormente, avançarmos no papel das mulheres nesta configuração e na transformação das desigualdades ali encontradas.

1.2 Uma contextualização necessária: a periferia de Curitiba e suas espacialidades

Quando se aborda a cidade de Curitiba, capital paranaense, inúmeras imagens e discursos idealizados se destacam. Em geral, são exaltados seus parques, seu planejamento urbano, o sistema de transporte público e, num segundo plano, a aparente falta de pobreza no lugar. Imagens dos parques urbanos e das grandes vias estruturais que cortam os bairros para que os biarticulados circulem são as primeiras a aparecerem em sites de pesquisa. Auxilia neste processo, a rota milimetricamente calculada da chamada “linha turismo” que leva visitantes aos principais pontos turísticos da cidade apresentando uma Curitiba modelada e estruturada por estratégias que visam construir sua imagem como a capital de estado mais “europeia” do Brasil.

Logo, é de se esperar certa estranheza e até mesmo contestação quando anunciamos um debate sobre a periferia curitibana. Isto porque uma boa parte da população brasileira desconhece a existência de bairros populares e de trabalhadores e trabalhadoras na cidade, visto a convincente estratégia de *citymarketing* empregada na promoção de sua imagem. Os bairros periféricos de Curitiba, que circundam a cidade, encontram-se fora dos olhares dos desapercibidos e a primeira tarefa de uma pesquisa contextualizada nestas localidades é justamente evidenciar a existência destes sujeitos e de seus territórios de vida.

Carvalho (2014) afirma que a capital paranaense foi concebida a partir de uma dualidade, na qual a pobreza e a falta de recursos foram estrategicamente ocultadas dos holofotes, criando um imaginário popular de uma cidade sem problemas sociais. O autor expressa que

[...] embora Curitiba seja considerada uma cidade “rica”, a maior parte de sua população não pode ser assim considerada. Segundo o Censo de 2010, o

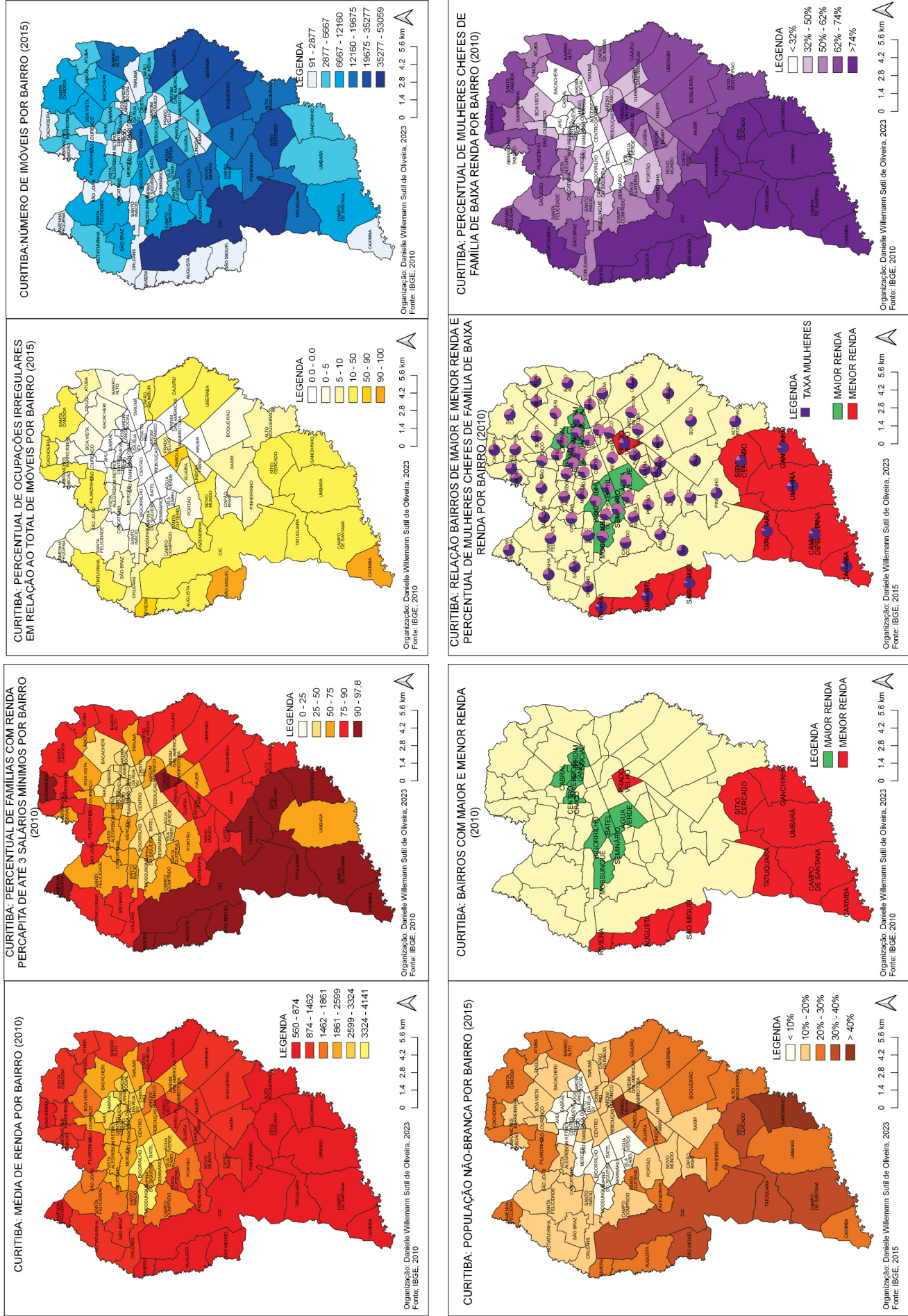
rendimento mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade em Curitiba é de 1,4 salários mínimos. [...] 50,7% dos bairros que abrigam a maior parte da população total de Curitiba, apresentavam o rendimento entre 1,1 e 1,9 salários mínimos, sendo que nenhum destes situa-se próximo ao centro. (p. 62)

Os dados sobre renda e de ocupação populacional indicam que os bairros massivamente ocupados na cidade possuem rendimento médio abaixo de 3 salários mínimos, revelando significativas desigualdades com aqueles de maior poder aquisitivo, que foram, a partir do planejamento urbano da cidade, iniciado ainda na década de 1940, destinados à porção da população que possuía renda e status para permanecer nestes locais.

Observemos na Figura 1 o conjunto de mapas abaixo para melhor visualizarmos a distribuição de renda por bairro na cidade⁶ bem como outras características da distribuição populacional.

⁶ É necessário frisar que os mapas e dados aqui utilizados referem-se ao último censo realizado pelo IBGE em 2010, sendo então R\$ 510,00, o valor de referência para salário mínimo.

FIGURA 1 - MAPAS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE CURITIBA



Os primeiros mapas contidos na figura 1 apresentam, respectivamente, a distribuição de renda percapita das famílias e a média de renda da população de cada bairro. Assim, é possível, já num primeiro momento, verificar que a distribuição dos baixos salários (até 3 salários mínimos, o que equivalia a R\$ 1.530,00 no período) possui um padrão de distribuição concêntrico na cidade, no qual a área central e adjacências possuem um menor percentual de famílias de baixa renda que segue aumentando à medida em que ocorre o distanciamento dessa região.

Verifica-se que nas bordas da cidade, os percentuais estão acima de 85,8% das famílias recebendo até 3 salários mínimos. A partir dos dados utilizados para a confecção do mapa foi possível perceber que os bairros Caximba, São Miguel e Tatuquara apresentam a maior concentração de famílias que recebiam até 3 salários mínimos per capita, com uma média acima de 97%, indicando uma potencial concentração da pobreza nesses bairros.

Ganha destaque também o bairro Prado Velho que, apesar de estar localizado próximo ao centro, apresenta 90% de sua população ganhando até 3 salários mínimos. É nesta localidade que encontramos a Vila Torres que tem resistido às seguidas tentativas de desocupação e pressões do setor imobiliário para que deixem suas casas, sobretudo a partir dos anos 1990, com a implementação de obras estruturais.

Do mesmo modo indicamos que o bairro Umbará, está em tonalidade mais clara do que os bairros no entorno no mapa 2, apesar de estar nas bordas da cidade. Isso porque possuía na época menos moradores do que nos bairros adjacentes, com muitas chácaras e poucos conjuntos habitacionais, casas de autoconstrução, levando a um aumento da média de renda da população. Nos últimos dez anos este bairro tem sido o foco das novas ações da COHAB (Companhia de Habitação Popular) para habitação popular.

Verifica-se então a existência em Curitiba de um padrão de distribuição de renda no formato de círculos concêntricos em que, gradativamente, o poder aquisitivo das famílias vai diminuindo das áreas centrais para a periferia, demonstrando que – majoritariamente – as populações trabalhadoras e empobrecidas ocupam as regiões à margem dos centros econômicos e de poder. Logo, a periferia de Curitiba possui expressão geográfica, uma vez que expressa espacialmente as áreas onde falta políticas públicas e sociais que promovem a exclusão do direito à vida digna nos locais para estas famílias.

Percebe-se também uma conexão entre a questão da ocupação da moradia/conquista da habitação e a renda percapita das famílias que ali residem, bem como o adensamento populacional de cada área, a partir de dados de número de imóveis e da taxa de ocupações irregulares por bairro. Os bairros que possuem maior densidade de imóveis são CIC (9,21% dos imóveis da cidade) e Sítio Cercado (6,12%) ambos contando com uma população acima dos 100.000 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010), respectivamente: 172.669 e 115.525 habitantes.

Outro destaque é o bairro Cajuru (com 5,18% dos imóveis), terceiro mais povoado com 96.200 habitantes no censo de 2010. Ora, a média de renda da população destes bairros em 2010 correspondia à: CIC R\$ 779,67; Sítio Cercado R\$ 726,28 e Cajuru R\$ 873,67 (como demonstrado no mapa 2). A distribuição espacial dos dados evidencia que, além de serem os bairros com maior número de habitantes da cidade, também são aqueles que concentram o conjunto populacional de mais baixa renda do município.

Para melhor compreensão destes dados, apresentamos a Tabela 1, com os bairros que possuíam em 2010 pelo menos 90% da população ganhando até 3 salários mínimos percapita, em conjunto com o número de habitantes, densidade demográfica, percentual de ocupações irregulares em relação ao número total de imóveis do bairro, percentual de raça e média de renda por localidade.

TABELA 1 - CURITIBA: BAIRROS COM 90% OU MAIS DA POPULAÇÃO COM RENDA PERCAPITA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS

Bairro	Percentual Renda	População	Renda Media	Densidade Demográfica	Pop não branca	Ocupações
Caximba	97,79%	2.522	559,51	3,07	26%	91,94%
Tatuquara	97,79%	52.279	590,06	46,53	35%	16,73%
São Miguel	97,19%	4.773	578,00	6,33	32%	100%
C. do Santana	97,17%	27.158	627,14	12,59	34%	10,18%
Ganchinho	97,01%	11.178	615,91	9,84	39%	48,77%
Sítio Cercado	94,76%	115.525	726,28	103,15	30%	10,81%
Lam. Pequena	94,48%	1.056	815,34	3,01	25%	3,99%
Augusta	94,04%	6.598	731,64	7,19	29%	11,06%
Riviera	93,91%	289	770,79	1,19	28%	53,85%
CIC	92,55%	172.669	779,67	38,97	29%	24,26%
Cachoeira	91,42%	9.314	814,30	28,91	28%	36,67%
Prado Velho	91,06%	6.077	691,78	24,97	41%	7,89%

Organização: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2022.

Estes dados permitem uma melhor contextualização geográfica da periferia curitibana, demonstrando a intersecção entre diferentes fatores vinculados à formação

sócio territorial dos mesmos vinculados a pessoas de baixa renda. Além disto, destaca que o critério de renda não foi o único utilizado para compreender a periferia, haja visto que partimos de um conceito amplo da mesma, baseado tanto na renda como no acesso pleno a bens e serviços considerados essenciais – saúde, educação, moradia, transporte, cultura, dentre outros.

Por isto, buscamos agora aprofundar a leitura de uma periferia curitibana circular, às margens dos bairros centrais, utilizando como primeiro fator de divisão, o percentual de população ganhando salários considerados baixos pelo IBGE. Como foi possível observar, com exceção do bairro Prado Velho, todos aqueles apresentados na tabela são os bairros mais afastados do centro, com maior número na região sul da cidade.

A concentração da população empobrecida na região sul não ocorre por acaso. Desde os primeiros planejamentos urbanos da cidade é possível constatar a intenção de reunir a classe popular em regiões afastadas, sendo o sul o local mais propício por não estar ocupado ainda na época. Explicaremos sobre o planejamento da cidade e a consequente configuração da periferia de Curitiba mais adiante neste tópico.

Do mesmo modo, nota-se que os bairros destacados correspondem às áreas mais densamente povoadas, visto que ao somarmos a população dos mesmos teremos cerca de um quarto da população total da cidade (23,3% para sermos exatos). Com isto, constata-se que uma grande porcentagem da população curitibana se encontra exposta à precariedade, contrariando os discursos veiculados sobre a não existência de pobreza ou de periferias na capital.

Outro fator que nos chama a atenção corresponde a maior presença de população não branca nestes bairros. Quando cruzamos os dados de renda com os dados de raça (Mapa 5 da Figura 1) observamos que os bairros com menor renda média também correspondem aos locais nos quais a população não branca encontra-se concentrada. O Prado Velho se destaca possuindo 41% de sua população não branca, seguido por Ganchinho (vale destacar que o bairro possuía na época 97% de sua população recebendo menos que 3 salários mínimos percapita por família), Tatuquara e Campo de Santana.

Tendo em vista os dados apresentados na coleção de mapas da Figura 1 e na tabela 1, é possível então contrapor o discurso de que Curitiba não possui população negra, reforçando ainda uma dupla invisibilização, já que se encontra presente nos bairros ocultados da cidade onde predominam famílias de baixa renda. Essa geografia curitibana foi um dos motivos que fez com que nosso trabalho fosse baseado numa perspectiva interseccional, uma vez que não é possível realizar uma leitura de gênero e classe sem incluirmos a questão da raça neste processo, tal como já exposto por Gonzalez (2020), Davis (2019) e Collins (2021).

Os mapas também apresentam o percentual de ocupações irregulares nos bairros comparadas à totalidade de imóveis existentes nos mesmos. Este dado foi trazido para compararmos as ocupações em relação à extensão de seus bairros, uma vez que muitos possuem taxas populacionais muito distintas, por exemplo: o CIC com 172.669 e Riviera com 289 habitantes. A imagem mostra que os bairros Caximba e São Miguel possuem, respectivamente, 86% e 91% de moradias irregulares, demonstrando a falta de políticas de habitação popular para quase a totalidade desta população.

Como veremos a seguir as políticas habitacionais da COHAB e as ocupações de terrenos ociosos constituem as principais formas de ocupação dos bairros periféricos de Curitiba. É preciso reforçar então que algumas localidades foram palco de intensas lutas desde a década de 1970 e 80, tendo como resultado um alto índice de regularização de seus loteamentos e terrenos, como é o caso do bairro Sítio Cercado que hoje conta com apenas 12% de moradias não regularizadas, apesar de ser o segundo bairro mais populoso da cidade e que historicamente nos seus primórdios, entre os anos de 1980 E 1990, concentrava um grande número de ocupações.

Disto isto, cabe entendermos de que modo ocorreu a ocupação do solo urbano nas periferias de Curitiba, considerando que, tal como outras localidades do Brasil e da América Latina, a cidade passou por um intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX⁷. Este movimento foi protagonizado por uma significativa massa de trabalhadoras e trabalhadores camponeses, que buscavam nos centros urbanos a oportunidade de se reestabelecerem após serem obrigados a sair de suas terras com a intensificação do processo de modernização conservadora do campo - conhecida como Revolução Verde.

⁷ Maricato (2000).

A saída/expulsão destas famílias para os centros urbanos será marcada pela falta de condições materiais para ali se estabelecerem plenamente, uma vez que será ocasionada pelas dificuldades vivenciadas no campo e a esperança de ter mais oportunidades na cidade, que se torna o epicentro de atração com a industrialização, expressão da modernização conservadora da cidade.

Neste processo de migração, em geral, acabam por formar os bolsões de pobreza, onde as ocupações demandam por ações do poder público que acaba sendo obrigado a direcionar áreas específicas para construção de moradias populares, modificando planejamentos urbanos e fortalecendo processos de especulação imobiliária em algumas localidades que agem aumentando o preço da terra. Mescla-se enfim uma série de medidas que irão produzindo uma periferia geograficamente localizada à margem do centro.

Carvalho (2014) afirma que

[...] a Curitiba dos parques, dos memoriais e marcos urbanos, das avenidas bem cuidadas e do famoso sistema de transporte é aquela onde a camada de mais alta renda se auto-segregou e demandou as devidas atenções do poder público e os maiores investimentos urbanos. A Curitiba “ilegal”, informal, não prevista e desconsiderada dos Planos Diretores que surgiu ao entorno da cidade “idealizada” foi a que restou aos habitantes menos favorecidos economicamente e àqueles que acabaram sendo expulsos pelas transformações urbanas ocorridas a partir da década de 1970. (p. 64)

A localização, a forma e a dinâmica estabelecida na cidade é fruto de uma série de ações e políticas, voltadas a ocultar a existência das classes populares e trabalhadora na localidade. Evidência latente da existência de muitas cidades em uma grande cidade, dada a desigualdade produzida a partir das lógicas de exclusão a partir das quais a mesma é construída.

A organização dos arranjos espaciais das grandes metrópoles – que não se restringe a Curitiba – no Brasil, se efetivou historicamente a partir de políticas desiguais e combinadas, evidenciando a presença de uma lógica da exclusão a partir da qual são produzidos movimentos antagônicos entre centro e periferia, sendo as famílias de trabalhadores e destituídos dos meios de produção alocadas nas áreas menos valorizadas e mais precarizadas. Passam com isto a estabelecer e construir suas moradias afastadas dos centros comerciais e cartões postais da cidade, constituindo seus bairros à margem do que é considerado urbano, gerando neste processo territorialidades e modos de vida que diferem dos padrões até então encontrados.

Albuquerque (2007) afirma que na constituição do discurso acerca de Curitiba muitos elementos paisagísticos e estruturais aparecem, todavia, a questão habitacional

não é citada, demonstrando que o material discursivo da cidade sempre buscou ocultar e não transparecer as problemáticas habitacionais ali existentes, principalmente a partir da década de 1970 quando sua população cresce significativamente de um momento para outro – pela vinda de famílias com pouca ou nenhuma condição econômica para “tentar a vida” na cidade.

Novamente é preciso então compreender que a configuração dos bairros periféricos de Curitiba não são fruto nem do destino ou acaso e muito menos da falta de planejamento para que tivessem suas necessidades sanadas, pelo contrário. Nos planos diretores e as políticas públicas efetivadas, vemos uma espécie de “ausência assistida”, demonstrando que o ocultamento, a distância e a falta de infraestrutura básica nas novas localidades de moradia condizem com estratégias de *citymarketing* para a criação da imagem de uma cidade modelo cujo pressuposto é o maciço investimento público nas áreas centrais em detrimento das áreas mais distantes a estas, que se constituem por processos de periferização.

Ao não contemplar em seu escopo de planejamento “que deu certo” a questão habitacional, percebe-se a pouca atenção para a população mais empobrecida que chegava à cidade. Isso porque a moradia deveria ser foco das políticas habitacionais – uma vez que boa parte dos expulsos do campo não possuíam condições de acesso à moradia, tendo em vista os processos de especulação imobiliária fundados nas leis do mercado capitalista.

Tonella (2010) explica que a habitação é mais do que apenas a infraestrutura, mas confere estabilidade e segurança às famílias. Em outras palavras, a moradia é a condição básica para a cidadania, sendo então a primeira grande pauta organizacional dos movimentos populares da periferia em Curitiba, uma vez que esta conquista abre portas para outros direitos como à educação, à saúde, à infraestrutura viária, entre outros.

A conquista da moradia expressa aspectos que extrapolam um debate material, constituindo-se como a garantia ou a certeza de que a família passará a fazer parte desta grande trama que se desenrola na metrópole. A conquista do seu espaço tem relação simbólica, na qual o desejo de ter relaciona-se ao estar – sem que ninguém lhe tire este direito – diferindo do ter a posse capitalista – focada na especulação imobiliária.

Albuquerque (2007) revela ser possível

[...] dividir a política habitacional de Curitiba em três fases distintas. A primeira referente ao final da década de 1960 e 1970, se caracterizou pela predominância de ações voltadas à promoção e erradicação de favelas. A

segunda fase, década de 1980, marcou o início das ações de urbanização de favelas e na revisão de loteamentos urbanizados e, a última fase – década de 1990 – se caracterizou especialmente pela instituição de programas realizados em parceria com a iniciativa privada. (p. 70)

Mesmo não havendo oficialmente preocupações com o direito à moradia da população recém chegada, o poder público curitibano, desde cedo, focou seu discurso na existência das favelas espalhadas por sua cidade, dando indícios que sua política habitacional estava ancorada na invisibilização da população empobrecida.

A década de 1970, por exemplo, será marcada pela presença do chamado Plano de Desfavelamento, que buscava realocar mais de 4000 famílias de suas casas para conjuntos de habitação popular. Este deslocamento tinha por objetivo afastar as favelas e periferias das porções centrais da cidade, constituindo-se como o primeiro grande movimento de realocação de pessoas na capital. As famílias foram sendo realocadas principalmente no conjunto Nossa Senhora da Luz, primeiro conjunto habitacional de Curitiba, que já havia sido criado em 1967.

Também na década de 70 teremos a eclosão de diferentes movimentos populares por moradia na cidade de Curitiba. Segundo Neves (2006), estes surgem a partir de duas vertentes: a primeira vinculada às associações de bairros e ao Conselho dos Representantes das Associações de Moradores de Bairro e Amigos de Vilas e Jardins de Curitiba e a segunda, relacionada às chamadas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Igreja Católica.

A movimentação em torno da pauta de moradia buscava suprir a necessidade de inúmeras famílias que não possuíam os pré requisitos para serem atendidas pelas políticas habitacionais promovidas pelo poder público. Isto porque a maior parte das famílias que passa a se mobilizar não possuía rendimentos e/ou estabilidade financeira para comprometer parte do dinheiro do mês para a parcela necessária para moradia popular, por isso, não teriam aprovados seus cadastros. Ao mesmo tempo, com o passar da década, ficou evidente que a existência de apenas um conjunto habitacional seria insuficiente para comportar a quantidade de famílias que chegavam a cada dia do campo e de outras cidades, necessitando que novas políticas fossem pensadas pelo poder público.

Durante o período da década de 1970 e 80 começam a se organizar as associações de bairros, principalmente na região sul, vista a falta de infraestrutura de suas áreas, formando, segundo Polli e Gusso (2013), o conselho de representantes, que contava com a assessoria de advogados, sociólogos e professores, vindo mais tarde a se

fragmentar e formar a Federação de Bairros do Paraná e a União Geral de Bairros. É importante pontuar que este período será marcado por intensas e violentas remoções de comunidades que, sob o regime ditatorial, será o combustível para que os movimentos criassem estratégias e outras organizações para resistirem a tais atos. Foi justamente no período de grande repressão das mobilizações e ações sociais que os grandes movimentos por terra e ocupações aconteceram na cidade de Curitiba.

Albuquerque (2007) explica que ao fim da década de 1970 e início de 1980 inaugura-se uma segunda fase da política habitacional curitibana, resultado da mobilização e dos embates que surgem no período. Segundo a autora, em 31 de março de 1980 publica-se a Carta da Favela na qual o poder público propõe a urbanização de favelas mediante alguns critérios, estabelecendo aqui uma mudança no tratamento da população periférica – que vai de “baixo padrão social e cultural” para “famílias constituídas de trabalhadores”.

Ora, é importante pontuar que

[...] O que marcou os anos de 1980-1990, foi a luta coletiva pela posse da terra urbana através da organização que precede a ocupação, nos moldes do movimento rural. Até a década de 80, o primeiro passo dado pelas famílias mais carentes para o acesso à moradia era individual – comprar um lote a baixo custo (muitas vezes em loteamentos clandestinos ou construir um barraco em alguma área disponível). Como esses espaços começaram a ficar escassos, soluções coletivas começaram a ser pensadas. (TONELLA, 2010, p. 243)

Percebe-se duas movimentações em relação à moradia neste período: o primeiro de intensificação das reivindicações, pautadas em movimentos organizados – cada vez maiores – por uma população que não se enquadrava nos critérios apresentados; e, por outro lado, respostas – ainda que incipientes – do poder público, que busca em parcerias público-privadas mitigar a questão da habitação.

Será deste período, segundo Albuquerque (2007), o Plano Municipal de Habitação – 1984 – e as Diretrizes para a Política Habitacional – 1989, sendo necessário destacar que se rompe com a ideia de que a remoção seria a única possibilidade de resolver as questões relativas à periferia. Para nós, fica explícito que é diante dos embates criados e das resistências tecidas pelos trabalhadores e trabalhadoras que o poder público busca outras estratégias para “esconder” a população periférica, uma vez que a violência e expulsão não geraram os resultados esperados.

Pode-se constatar que, durante o período, poucas soluções surgiram para a questão do déficit de moradias. Tonella (2010) afirma que, ao analisar os dados fornecidos pela Cohab, foi possível observar que entre 1967 e 1988 a média anual de

entrega de unidades (casas, lotes ou apartamentos) era de 1833. Este número, visto a quantidade de famílias cadastradas na COHAB (ao fim de 1989 eram 40.000 famílias) correspondia então a um valor muito baixo para suprir a demanda daqueles que necessitavam de um espaço para morar, aumentando a cada momento os tensionamentos entre população e poder público.

Outro ponto de destaque encontra-se na concentração dos loteamentos e conjuntos habitacionais da COHAB nos bairros afastados do centro da cidade. Será neste período que a região sul de Curitiba começará a ser mais densamente povoada, pela construção de conjuntos habitacionais na região. O conjunto Parigot de Souza, seguido de Coqueiros, São João Del'Rey e Guaporê são exemplos deste primeiro movimento, que continua nas décadas de 1990 e 2000 com o conjunto Bairro Novo A e B, além dos conjuntos habitacionais originados por loteamento nos bairros Ganchinho, Umbará e Tatuquara.

Com todo o contexto apresentado e a insuficiência de políticas que atingissem de fato toda a população periférica, no fim da década de 1980 ocorrerá um movimento que impactará profundamente as dinâmicas até então apresentadas: a ocupação do Xapinhã. Promovida por 16 entidades comunitárias e organizada ao longo de dois anos – de reuniões estratégicas, mobilizações para decidir acerca da localização, do modo de realizar e outras alternativas – esta ocupação marca uma ruptura no modo de construir ações coletivas para a conquista da terra, isto porque as famílias e movimentos populares deixam de realizar uma pressão apenas política nos governantes, passando a agir conjuntamente e ocupar efetivamente um espaço até então subutilizado.

A ocupação do Xapinhã ocorre em meio a um processo de desesperança e desespero de inúmeras famílias, e será protagonizada principalmente por mulheres, em sua maioria mães, que buscam neste movimento garantir um local para que possam criar e cuidar de suas famílias. Tiana, em seu diário publicado em forma de livro "*Diário de Tiana: uma experiência de fé na periferia de Curitiba*" revela no início de sua escrita que

[...] Neste momento, estou com muito medo, é chegada a hora tão esperada... Depois de aproximadamente 2 anos de reuniões, discussões, organização do povo em busca da moradia, da casa própria, esgotados todos e qualquer meio legal de conseguir a terra, nos preparamos para ocupar a terra... (MOTTA, 1991, p. 05)

Neste trecho é possível compreender que a ação de ocupar chega quando todas outras alternativas foram esgotadas, sendo fruto de um último ato de esperar que

busca alcançar a moradia para cerca de – segundo registros da época – 10.000 pessoas que compunham mais de 3.000 famílias.

A intensa e complexa luta que se desenrola a partir de então será dividida em diferentes etapas, desde a conquista por sua visibilização e existência, passando por inúmeras reuniões para indenizações dos donos da terra ocupada e divisão dos lotes, pela mobilização de infraestrutura até chegar à efetiva conquista da terra com os documentos de posse. Tiana expressou em seu diário, após a divisão oficial das terras que “[...] Esta é apenas uma etapa vitoriosa. Agora é lutar por água, luz e construção de uma casa digna para morar. Muita luta vem pela frente.” (MOTTA, 1991, p. 40), demonstrando que a mobilização dos povos periféricos não cessa com o conquistar da terra, mas passa a focar em outros pontos da ausência de políticas que resultam na precariedade a que estão expostos.

Tonella (2010) reforça que após a ocupação bem-sucedida do Xapinhal outros movimentos se reorganizam na década de 1990, como por exemplo Jardim Natal (1990), Jardim Cristo Rei (1990) e Osternak (1991). Além disto, a autora explica que a ocupação da Ferroviária, em 1991, também será de grande impacto para a questão de moradia de Curitiba, uma vez que este terreno, localizado na parte sul da capital, seria destinado à moradia popular. Todavia, a organização da área iria consistir na parceria com empresas que construiriam conjuntos habitacionais destinados à venda para seus funcionários, fazendo com que em 7 de setembro a área fosse ocupada pela União Geral dos Bairros.

[...] A ocupação adquiriu visibilidade e foi motivo de grande atenção por parte da imprensa, pois não foi concentrada num bairro periférico, a ponto de não incomodar o ritmo cotidiano da metrópole, pelo contrário, ela atravessou de forma longitudinal 14 km de cidade, sem excluir bairros mais estruturados, como o caso do bairro Portão. (TONELLA, 2010, p. 247)

Com isto, as ocupações tensionam o poder público a pensar novas formas de política de urbanização e regularização de terra, já que ficou evidente que as famílias e os movimentos compreenderam que pela ocupação de terrenos ociosos havia uma maior chance de negociação com os governantes da “capital modelo”.

Albuquerque (2007) relata que a década de 1990 será marcada por ações que se voltam principalmente para a produção de lotes urbanizados. A autora dá destaque para o programa Parceria com a Iniciativa Privada, responsável por 33% dos lotes produzidos e ao Projeto Sítio Cercado, posteriormente denominado Bairro Novo, que visava atender cerca de 30.000 famílias, entre loteamentos e apartamentos.

É neste período que a autoconstrução deixa de ser apenas uma alternativa para os povos que ocuparam “irregularmente” a terra, passando a ser uma política amparada pelo Estado, possuindo inclusive programas para compra de materiais de construção para que as famílias construíssem suas moradias – diferente do período anterior no qual as políticas majoritariamente amparavam-se na construção e entrega de casas já construídas.

Polli e Gusso (2013) afirmam que o período de noventa também será marcado pela entrada de um novo ator central: a Caixa Econômica Federal, criando desde linhas de crédito, critérios, objetivos até execução de obras e acompanhamento administrativo do processo de construção de habitações populares. A década de 1990 será marcada por uma nova etapa de acesso à moradia, focalizada na venda de imóveis e terrenos por meio do financiamento via bancos e/ou empresas parceiras, demonstrando a tendência neoliberal do Estado para resolver a questão habitacional, intensificando o processo de mercantilização e financeirização da moradia.

As parcerias com empresas privadas para o acesso às moradias populares também é destacada por Albuquerque (2007):

[...] essa tem sido a prática municipal (no setor da habitação) que, a partir da década de 1990, se tornou dominante na cidade de Curitiba. Das 42.294 unidades habitacionais produzidas pela COHAB-CT na década de 1990, aproximadamente 28% (11.701) foram originadas dos loteamentos realizados em “parceria” com a iniciativa privada. (p. 91)

Com isto, chegamos à última das fases de urbanização e políticas habitacionais para a cidade de Curitiba, uma vez que, de 1990 em diante, as parcerias com o setor privado constituem a principal ferramenta na implementação de novos loteamentos urbanos na cidade. Além disto, a tendência de ocupar regiões cada vez mais afastadas do centro permanece existindo, seja a partir do poder público, seja pelas ocupações realizadas pelos movimentos urbanos, como no caso da Caximba.

Através deste breve registro foi possível perceber que a conquista e a permanência das famílias trabalhadoras em seus locais de moradia são fruto de resistência e organização coletiva – sendo as políticas governamentais respostas dadas à mobilização existente. Diferente do discurso proclamado de que a capital “do planejamento que deu certo” pensou, estruturou e propiciou moradia e infraestrutura para toda sua população, o que fica evidente neste processo é que as classes populares precisaram lutar, reivindicar e literalmente ocupar espaços para que pudessem de fato ter garantido o seu direito à moradia.

A produção da periferia curitibana passa por uma série complexa de tensionamentos, disputas, discursos e ações, compostas por tentativas bem sucedidas de ocultação dos bairros periferizados, como relatado anteriormente, e de visibilização destas populações, graças às suas movimentações, a exemplo da ocupação de avenidas, ou da resistência aos despejos, gerando uma ruptura com a imagem de uma Curitiba sem periferia.

Tendo em vista o exposto, demonstramos que a periferia de Curitiba se constitui como um complexo emaranhado fruto de políticas voltadas à precarização da vida da população trabalhadora e também de resistências tecidas cotidianamente pelas famílias em busca de melhores condições de vida. Ao longo desta tese demonstramos o papel das mulheres na constituição destas territorialidades de resistência, entendidas aqui como territórios de cuidado, uma vez que centralizam suas forças na manutenção e realização do cuidado de si e do outro, a partir de algo prioritário às existências: o direito à moradia, essencial na conquista de outros que lhes são histórica e espacialmente interditados.

Neste tópico apresentamos a periferia curitibana tendo como base dados quantitativos, mapas e demonstrativos acerca das políticas de habitação produzidas pelo poder público na cidade, fundamentais para contextualizarmos nossa pesquisa. Nos capítulos que seguem avançamos na compreensão sobre como as resistências foram sendo tecidas, a partir da perspectiva de quem esteve e está à frente dos processos narrados. Apresentamos as transformações pelas quais a tese passou ao longo desta trajetória e os obstáculos que surgiram com o cenário da pandemia COVID-19, iniciada em março de 2020 no item que denominamos a “cozinha” da tese.

1.3 A cozinha da tese: transformações metodológicas, caminhos trilhados e outros olhares acerca da realidade

No início deste capítulo explicamos que a “cozinha da tese” representa, para nós, uma dupla metáfora em relação aos percursos e percalços pelos quais sua construção passou, pois trata-se de um ambiente comum, porém íntimo, território do ato de cuidar... É o espaço da casa na qual as pessoas são convidadas a sentar, conversar, cuidarem-se, educarem-se mutuamente. Assim, apresentar neste capítulo o cozinhar e a cozinha remetem a um olhar para as bases, as estruturas, os modos como foram construídas as reflexões tecidas. Também se conecta com o desvendar do caminhar da tese e as

transformações existentes neste processo, que exigiu assertividade, opções e reflexão em relação aos caminhos metodológicos escolhidos.

Silva, C. (2014) explica que a geografia se constitui enquanto uma ciência do presente, e que o fazer geográfico representa

[...] o conjunto de ações que desempenhamos em nosso cotidiano vivido, no exercício da aula, da gestão e da pesquisa, na nossa relação com os sujeitos que constroem suas histórias e visões de mundo a partir do cotidiano. [...] consiste então no agir e pensar sobre o agir, e apesar de todo o peso da cotidianidade, também em pensar sobre o sentido de nossa ação, que é individual, mas tem rebatimentos coletivos, tem implicações na formulação da visão de mundo, produzindo e disputando visões de mundo. (p. 25)

O fazer geográfico encontra-se presente em nosso dia a dia, através de nossas ações cotidianas e intrinsecamente relacionado com o modo pelo qual agimos e reagimos no mundo e no nosso entorno, estando organicamente vinculados às nossas práticas sociais. Logo, não existe fazer geográfico separado do sujeito e de seu lugar no mundo - seja ligado às classes sociais, gênero, cor de pele, orientação sexual, entre outros.

As transformações que ocorrem ao longo de um processo de pesquisa de doutorado em geografia também se relacionam com as interrelações proporcionadas pelo fazer geográfico, pelo trilhar que concebemos e executamos neste período, tendo como subsídio os livros e referências encontrados, as conversas e diálogos em grupos de pesquisa e na relação de orientação, os campos e as inquietações geradas a partir dos mesmos, o acesso a filmes e literaturas encontrados que elucidam outros aspectos da realidade, as conversas cotidianas que demonstram novas perspectivas do que já havíamos pensado, enfim, tudo isto vai sendo somado, recortado, refletido e sistematizado na tese, fazendo com que seu resultado final nem sempre seja exatamente como o projeto proposto para o processo de seleção em um programa de pós graduação.

Em 2019 quando entramos no programa de doutorado em Geografia uma parte da caminhada já havia sido feita. No mestrado, ao trabalharmos com a juventude periférica do bairro Sitio Cercado, compreendendo que a escola era um dos territórios centrais de sua vivência – fator reforçado durante o período das ocupações -, já apontávamos para uma presença efetiva das mulheres e do que as mesmas representavam para estes jovens.

Ainda no processo de escrita da dissertação começamos a perceber cada vez mais como esta juventude – bem como grande parte dos estudantes com quem convivíamos – remetiam suas percepções de cuidado às mulheres, ou então, reproduziam em suas falas os esperançares que estas mulheres depositavam neles e

nelas. Com isto, um outro campo de investigação a ser explorado começou a se desenhar, ganhando força à medida em que as inquietações aumentavam.

Porém, por onde começar? Eram tantas as dúvidas e as possibilidades abertas para falar sobre mulheres e a periferia urbana que os anseios acabavam por se confundir, ou como uma avaliadora do projeto, já no programa, relatou: “*uma ansiedade em falar sobre tudo, porque ainda existe tudo a ser dito*”. No primeiro ano de doutorado lapidamos o projeto que inicialmente trabalharia com a possível relação entre a existência de escolas de educação formal e os movimentos de mulheres que se organizaram para sua conquista.

Ao fim da disciplina de “Seminário de Projetos” realizamos uma banca com convidadas externas para que avaliassem e auxiliassem a lapidar os projetos até então apresentados. O diálogo proporcionado neste momento foi pedra angular para que sentássemos e recortássemos o trabalho e a realidade com a qual gostaríamos de trabalhar. Do mesmo modo, as disciplinas e espaços vividos encaminhavam cada vez mais a pesquisa para transbordar para “além da escola”, ainda que esta fosse um espaço importante na periferia, ela não abarcava a potência de atuação das mulheres nestas localidades.

Zibechi (2015) afirma que os verdadeiros protagonistas do mundo popular, nas décadas de 1970 e 80 em diante, já não eram os sindicatos ou organizações camponesas, mas mulheres, mães mobilizadas para assegurar a vida cotidiana nas periferias. O entendimento de que eram elas que garantiam a rotina e o transcorrer das vidas em seus bairros passa a ganhar força quando olhamos e pensamos em nossos próprios exemplos cotidianos, no próprio esforço de diferentes mulheres de nossas famílias para que seus filhos e netos pudessem sobreviver às estatísticas, no próprio suor, lágrimas e rearranjos pensados para dar conta deste recado.

Com isto, decidimos extrapolar dois dos principais entendimentos que até então vínhamos construindo na pesquisa:

- O primeiro dizia respeito ao recorte espacial escolhido: num primeiro momento havíamos selecionado três bairros para nossa pesquisa, mas à medida em que a mesma avançava mais dificuldades apareciam para justificar metodologicamente estas escolhas. Com os diálogos e o amadurecimento do processo decidimos por não restringirmos a periferia curitibana à bairros recortados ou regionais, uma vez que a extensão da periferia extrapola a divisão oficial imposta pelos órgãos municipais. Passamos a trabalhar com a periferia de modo ampliado, decidindo

por localidades, ações, grupos e mulheres em diferentes pontos da cidade, que participam nas redes de resistências tecidas cotidianamente.

- O segundo ponto correspondia a noção de educação: enquanto no projeto de acesso ao doutorado pensávamos na relação entre educação formal e mulheres, agora, após inúmeros debates e reflexões, decidimos por expandir esta concepção, partindo do entendimento de que a educação ocorre nos mais diversos espaços e das mais diversas formas, optando então por olhar a relação dialética entre a educação formal, não-formal e informal (GOHN, 2006).

Deste modo, iniciamos 2020 com um projeto lapidado e alguns contatos para que os campos pudessem ocorrer. Ainda neste ano, e em conjunto com o cumprimento da carga horária de disciplinas, realizamos 2 entrevistas e 3 encontros com mulheres que auxiliaram na construção e na produção de territorialidades do bairro: Dona Maria - conhecida como Maria do Facão, ex-diretora da primeira escola pública estadual do Sítio Cercado; Dona Lina e Dona Tiana, lideranças do período de ocupação do Xapinhal, localidade que compõe a região do Sítio Cercado.

O objetivo destas primeiras entrevistas era entender a trajetória destas mulheres, a partir de autobiografias, com intervenções apenas para estimularmos suas falas a fim de explorar as histórias e as reflexões sobre sua participação na ocupação que forjou o surgimento de vários conjuntos habitacionais e habitações populares contadas pelas mesmas. Neste momento, os encontros já apontavam para a construção de uma pesquisa que iria comprovar a presença e a força destas mulheres nos mais diferentes episódios para conquista e formação dos territórios periféricos, alguns destes inclusive documentados na forma de livros, diários e fotografias.

Todavia, de um momento para outro nos deparamos com a pandemia de COVID-19, um fator que mudaria todos os rumos até então traçados. Pesquisar, como bem sabemos, é um ato coletivo e, ao mesmo tempo solitário. Coletivo uma vez que não fazemos a pesquisa sozinhos, isolados, de modo individual, pelo contrário, necessitamos estar em contato com o outro, com os sujeitos com quem pesquisamos, com a realidade que se desenrola para traçar reflexões sobre a mesma; e solitária no momento em que sabemos que o processo de escrever, de revisar e de pensar reflexões remete à horas em frente a um computador pensando, achando referências e organizando a melhor forma de transformar o que sentimos, vimos, vivemos e ouvimos para uma linguagem escrita e acadêmica.

No momento em que nos vimos todos envolvidos pelo isolamento social, o ficar em casa, transformou o pesquisar em uma tarefa mais solitária ainda. Os momentos de cafés e conversas nos corredores acabaram, os campos tiveram que ser – num primeiro momento – adiados para datas em aberto, disciplinas foram ofertadas no formato de ensino remoto emergencial (ERE), fizemos as últimas reuniões de pesquisa sem saber que seriam as últimas reuniões presenciais em pelo menos dois anos. Enfim, de um dia para o outro, meio sem saber como fazer, fomos retirados do modo de pesquisar que fazíamos e sabíamos fazer há anos, gerando a necessidade de parar, repensar e entender o que poderíamos fazer com as condições e ferramentas às quais tínhamos acesso.

O ano de 2020 foi um período de adaptações e re-adaptações, passamos por intensas leituras de autoras que se tornaram a base de nosso pensamento, lapidamos nosso ponto de partida e as bases ontológicas e epistemológicas que davam sustentação para o que queríamos olhar e pesquisar, reorganizamos o modo como víamos o mundo e como pensar o fazer geográfico nesta perspectiva.

Ao mesmo tempo foi neste período que o cuidado voltou a “pisar alertas” incessantes à nossa volta. Escolas mobilizaram-se para distribuir cestas básicas com as merendas que chegavam para famílias mais vulneráveis, ações comunitárias e grupos de mulheres passaram a organizar cozinhas solidárias e momentos para denúncia de violência doméstica, bem como acolhimento das vítimas. Individualmente, diferentes mulheres criaram movimentos de arrecadação de alimentos e roupas para que o máximo de pessoas fossem assistidas.

O trabalho do cuidado foi intensamente demandado, num cenário no qual quem podia ficava em casa – gerando a necessidade de mais alimentação, mais limpeza, maior cuidado com a saúde mental – e quem não podia saía todos os dias para o trabalho na incerteza se voltaria para casa a salvo desta nova doença – demandando uma carga maior de lavagens de roupa, cuidados com a higienização, máscaras etc. Do mesmo modo, quando os hospitais esgotaram seus leitos, o trabalho do cuidado com os doentes passou a ficar a cargo da esfera familiar: inúmeras mulheres cuidaram de si e de outros familiares doentes tentando se equilibrar e dar conta desta nova vida a qual não estávamos acostumados.

Lorde (2019) explicita que

[...] O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade. [...] tal como o sonho faz nascer o conceito, tal como a

sensação faz nascer a ideia, tal como o conhecimento faz nascer (antecede) a compreensão. (p. 45)

Ora, num momento de total introspecção do pesquisar, em que nossas expectativas com uma retomada rápida foram ruindo e que o único contato com outros se dava através da internet, foi necessário nos atermos a esta espécie de luz para examinarmos nossa vida, para ativarmos um querer pesquisar e entender o sentido do mesmo, de não se deixar vencer pelas circunstâncias do momento nada promissoras.

Então, é preciso frisar que a produção de pesquisas durante a pandemia foi profundamente afetada, não sendo esta tese exceção. Os caminhos percorridos se inverteram e, nesta inversão, de fato, nosso objetivo se consolidou, ou seja, a partir das diferentes leituras realizadas e o cozinhar em fogo baixo exigido pela pandemia, pudemos tecer definitivamente a visão sobre o que gostaríamos de apresentar e pesquisar em nossa tese. Representada na seguinte questão: **em que medida as mulheres protagonizam a produção de espaços vinculados à educação formal, não formal e informal nos bairros periféricos em Curitiba, que materializam os territórios do cuidado?** Esta pergunta ainda sofreria modificações durante a banca de qualificação, ocorrida ao fim de 2021.

O ano de 2021 iniciou de um modo diferente, a esperança de que as coisas se normalizassem passa para um segundo plano, e o pensar ações metodológicas para o agora vai ganhando força. Com isto, começamos a pensar possibilidades de realizarmos campos e entrevistas de um modo outro, seja através da internet ou de encontros em espaços abertos, que demandassem menos tempo – uma vez que as rotinas já não eram as mesmas.

Como anteriormente, decidimos ampliar os locais e grupos com os quais produziríamos a pesquisa, se fez necessário estruturar uma estratégia metodológica para chegarmos até estas mulheres. Por isto, em abril de 2021 lançamos um formulário online buscando conhecer outras ações, coletivos e mulheres das periferias da cidade de Curitiba, disseminando-o através dos inúmeros contatos e redes aos quais tínhamos acesso. O formulário ficou online durante três meses e após este período concluímos que possuíamos elementos suficientes para os campos que faríamos. Também foi neste momento que optamos por iniciar a retomada dos campos após a qualificação, compreendendo que este momento de reflexão permitiria delimitar melhor os caminhos a serem percorridos para que a pesquisa fosse concretizada.

O ano de 2021 foi marcado por um intenso processo de escrita e de pensar de que modo gostaríamos de escrever esta tese – ainda que não tivéssemos os dados do

campo – uma vez que precisávamos demonstrar a potência que sabíamos que ali existia ao mesmo tempo em que sabíamos que boa parte do que estava escrito ali não estaria presente no documento final.

O momento da qualificação, ocorrido ao fim de outubro de 2021, foi um bom divisor de águas, cada uma das pesquisadoras presentes – mesmo que de modo virtual – dedicou um olhar precioso sobre a pesquisa e o que havíamos escrito, conseguindo captar as angústias e necessidades para que o trabalho avançasse. A pesquisa que aqui se apresenta possui também uma grande influência destas mulheres e os diálogos que ali ocorreram.

Após este momento, nosso objetivo geral finalmente se consolidou: **verificar a existência, mapear e compreender as lógicas da produção de espaços de cuidado das periferias curitibanas a partir da prática e ação cotidiana das mulheres**. Para isto, começamos a entrar em contato com as lideranças e coletivos anteriormente identificados a partir do formulário e a preparar campos presenciais – nos primeiros encontros sem gravadores para que estabelecêssemos relações de confiança e fluidez nestes momentos. As referências à estes momentos foram possíveis graças ao diário de campo produzido sempre no fim dos encontros, por meio da memória, reflexões e percepções geradas.

Além disto, avançamos na busca por outras fontes de apresentação da realidade, encontradas amplamente na literatura feminista e periférica produzida, que evidencia uma outra abordagem acerca destas inúmeras experiências cotidianas que se desdobram nestes ambientes.

Os caminhos trilhados e retilhados foram essenciais para que chegássemos aonde chegamos, cabendo a constatação de que desde o primeiro momento o nosso intuito ou “o que nos move” permaneceu intacto: demonstrar a força e a presença feminina na produção dos espaços periferizados, ainda que tenham sido ocultadas durante a história e geografia de uma boa parte da humanidade.

Balizar esta visibilização através da centralidade da ética do cuidado é importante para apresentar como este campo da vida é fundamental para que a mesma possa ocorrer. É pelo cuidado que as resistências são geradas e que os movimentos populares pautam suas lutas – para que possam sobreviver. É pelo cuidado que somos levados ao “ser mais”, buscando transformar a realidade na qual estamos inseridos. É pelo cuidado que, dia após dia, esperamos futuros melhores e outros contextos a serem vividos. É pelo cuidado e pelo autocuidado que somos e estamos no mundo,

muitos se colocando ou se opondo à lógica mercantilista da vida. Enfim, é pelo cuidado que podemos observar o mundo desde outra perspectiva e, é justamente este campo da vida destinado e assumido – majoritariamente – pelas mulheres.

Longe de realizar uma idealização, como já indicamos em nossa introdução trabalhamos com a realidade. Se os trabalhos e a ética do cuidado são assumidos e/ou impostos sobretudo pelas e para as mulheres, então partimos desta perspectiva para demonstrar que, ao realizar o trabalho do cuidado estas produzem e constroem territórios, que fortalecem a esperança e constituem expressão de resistência às políticas de precariedade a qual estão expostas as pessoas.

Demonstramos neste tópico os caminhos e descaminhos da pesquisa, sendo agora necessário dedicarmos um tempo para a apresentação das metodologias escolhidas e um relato acerca de como os campos se desenvolveram, permitindo ao leitor compreender todas as etapas pela qual a pesquisa passou e as reflexões geradas deste processo.

1.4 Sobre métodos, metodologias e instrumentos: o fazer pesquisa em tempos de pandemia

Como bem sabemos, uma pesquisa se constrói a partir de escolhas, dentre elas as metodológicas. Já problematizamos anteriormente a impossibilidade de se realizar pesquisa de forma neutra ou de partirmos dos sujeitos universais para refletir sobre realidades periféricas e subalternizadas. Do mesmo modo, seria incoerente não apresentar uma reflexão sobre as trilhas metodológicas escolhidas e traçadas, visto que estas foram adaptadas à medida em que optamos por uma perspectiva interseccional e feminista para abordar a produção do espaço na perspectiva do cuidado nos bairros periféricos urbanos de Curitiba pelas mulheres.

Se as epistemologias são fundamentais na composição das categorias e modos de compreender o mundo e as experiências produzidas, podemos dizer que as metodologias constituem o conjunto de ferramentas e procedimentos a serem adotados para captar, compreender, organizar, apresentar e debater tais observações e vivências, visando compreender de forma sistematizada uma dada realidade. Assim, ambas se encontram conectadas e serão desdobradas à medida em que a pesquisa vai se desenvolvendo.

De uma macro perspectiva, podemos afirmar que partimos de uma metodologia qualitativa, ainda que exista uma análise em dados quantitativos para contextualizar o campo no qual a tese se desenrola. Compreendemos que conhecer as trajetórias espaciais e de vida de parte das mulheres destes bairros – lideranças no passado ou presente – e seus respectivos grupos/movimentos, influencia em suas vidas individuais caminhando para a construção de compreensões do coletivo, do impacto destes grupos na organização e produção espacial de seus bairros.

Outro ponto a ser destacado é a existência e importância das metodologias feministas e interseccionais que balizaram este trabalho, isto porque partem do pressuposto da inexistência do conhecimento neutro e do sujeito universal, possibilitando uma apresentação e apreensão mais complexa da realidade e dos discursos que a estruturam. Góes (2013) explica que produzir saber localizado implica no reconhecimento de práticas político-ideológicas que afetam a produção do conhecimento, além da corporificação dos sujeitos e a priorização do cotidiano, das experiências e da percepção das pessoas em posição de marginalidade.

Curiel (2020) ao trabalhar com a possibilidade de uma metodologia feminista decolonial questiona quem seriam os sujeitos e os objetos de nossas pesquisas. A autora, em seguida, afirma que uma das características da colonialidade do saber foi assumir e definir quem seria o outro considerando a diferença colonial. Colocada quase sempre como objeto de pesquisa (mulheres empobrecidas, negras, indígenas, migrantes, imigrantes, entre outras). Numa perspectiva feminista e decolonial a relação de oposição entre sujeito e objeto é destruída, fazendo com que se reconheça que as experiências e pontos de vistas são produzidos a partir das experiências vividas, contribuindo para as reflexões e proposições que auxiliam a construir um mundo mais justo.

No mesmo sentido Narvaz e Koller (2006) afirmam que o conhecimento deve ser visto sempre de forma situada, indo contra uma pretensa objetividade ou neutralidade, sendo necessário ainda considerar a dimensão emocional neste processo de produção. Ora, isto acontece porque inferimos e interferimos no espaço, sentimos nele e, com isto, nossas conclusões estarão fundadas nestas experiências. A dimensão emocional da pesquisa constitui-se nas percepções que teremos ao vivenciarmos os campos, o que nos toca, o que nos movimenta, sendo necessário captar e apresentar este conjunto uma vez que interferem no modo como compreendemos e agimos a realidade.

A perspectiva situada demonstra a necessidade de se pesquisar as práticas coletivas pois é por meio delas que os grupos envolvidos interpretam, falam, agem e

interferem nos rumos e respostas construídas para garantir que suas memórias, trajetórias e visões de mundo estejam de fato expressas no trabalho da forma como foram apresentadas nos espaços de pesquisa. Sobre isto, Picchio (2012) expressa que a pesquisa feminista se relaciona à prática compartilhada e valoriza as experiências das mulheres como sujeitas de transformação, abrindo possibilidade para criarmos explicações outras acerca da formação e construção dos diferentes territórios existentes no espaço, evidenciando dimensionalidades até então ignoradas e/ou menosprezadas.

Quando somamos estas premissas à interseccionalidade, aqui vista enquanto uma teoria crítica e ponto de partida para compreender o mundo, percebemos a potência em reconhecer as sujeitas da transformação espacial, buscando uma nova compreensão acerca da formação dos bairros periferizados e o impacto causado pela resistência de diferentes mulheres nesta trajetória. Para Collins (2022) teorizar sobre a resistência tem sido essencial para os projetos de reconhecimento dos povos oprimidos.

A autora também destaca que “[...] conceituar a pesquisa como um processo técnico ignora o significado das relações de poder na configuração da própria pesquisa.” (2022, p. 204), argumentando que a produção do conhecimento é mais ampla que a metodologia e está refletirá as estruturas epistemológicas na qual foi produzida. Com isto, percebemos que a construção de uma pesquisa é compartimentada e dividida, mas que todos os processos e etapas relacionam-se, o que garante a coerência para o que queremos construir.

De nada adiantaria a produção de um discurso feminista sobre as mulheres se no processo de construção da pesquisa ignorássemos suas falas e as colocássemos na posição subalterna de objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, sabemos que a pesquisa estaria fragilizada ao ignorar a multiplicidade de opressões existentes no espaço que atinge estas mulheres diretamente – sejam em seus corpos ou de quem está próximo a elas. Com isto, destacamos que trabalhar com a perspectiva de resistência epistêmica parte também da coerência entre metodologia, epistemologia e escrita, sendo tais elementos orquestrados por um processo maior.

Collins (2022) também destaca a inexistência de uma metodologia ou método intrinsecamente "interseccional", mas que as premissas centrais desta teoria, tal como a relacionalidade, irão influenciar nas escolhas metodológicas adotadas por quem pesquisa. Logo, construir a pesquisa em uma perspectiva da metodologia feminista, interseccional e situada na geografia corresponde à:

a) Partir das experiências vividas por diferentes mulheres no espaço;

- b) Compreender o conhecimento como construído e politicamente posicionado;
- c) Entender as múltiplas opressões sofridas pelas sujeitas em suas vidas, de modo interseccional;
- d) Pensar ferramentas metodológicas que valorizem as trajetórias espaciais de vida das envolvidas;
- e) Construir reflexões vinculadas e comprometidas com a justiça social e a resistência epistêmica.

Poderíamos ainda situar inúmeros outros pressupostos que balizaram nosso modo de estruturar a metodologia aqui apresentada, todavia compreendemos que estes cinco pontos resumem a perspectiva metodológica que foi seguida desde o início deste processo bem como as linhas estruturais para pensarmos os campos.

Fazendo um recorte temporal entre o período pré e pós pandemia podemos notar alguns caminhos diferentes e importantes para a constituição desta tese, ainda que ambos traçados se conectem como expusemos anteriormente. Como já mencionado buscamos a realização de entrevistas em profundidade, com lideranças mulheres de bairros periféricos de Curitiba, que, em nosso entendimento, demonstrariam a conexão das ações coletivas das mulheres e a produção espacial de seus bairros. Optamos por trabalhar – no primeiro momento – com as narrativas e histórias orais, enquanto possibilidade para transcrever memórias de luta, em geral não registradas na história oficial e uma outra perspectiva sobre como os fatos aconteceram.

Considerando nossa trajetória e vivência, optamos então por trabalhar com antigas lideranças da Vila Xapinhal, considerada a primeira e uma das maiores ocupações urbanas existente no Paraná e no Brasil, situada no bairro Sítio Cercado/Curitiba, e com a qual possuíamos contato direto e constituído. Apesar de não conhecer pessoalmente Dona Tiane e Dona Lina, o primeiro contato com elas já revelou uma partilha política e emocional, uma vez que eu também representava ali aquelas crianças pelas quais elas lutavam e cuidavam, e elas representavam a existência de minha avó lutando para que sua família tivesse a possibilidade de futuros.

Antes do início da pandemia conseguimos realizar dois encontros, um coletivo e outro individual com a Dona Lina, além da apresentação de material gráfico do período da ocupação – como o Diário de Tiana e uma reportagem do período. Em suas falas a demonstração de que a constituição do Xapinhal e do Sítio Cercado passou pelas mãos e suor de muitas mulheres anônimas, com as quais cruzávamos em pontos de ônibus, na ida para a igreja ou no mercadinho do bairro, mulheres atualmente idosas,

que possuíam orgulho de não terem desistido de conquistar um lugar para seus filhos e netos e que, em suas memórias, guardavam todas as opressões e invisibilizações sofridas pela materialização de políticas de precariedade da moradia.

Infelizmente pouco depois de iniciarmos estes campos a pandemia fez com que os planos fossem adiados e reorganizados, no período seguinte de distanciamento social, muita coisa foi reestruturada e com ela a decisão de expandir o grupo com o qual trabalhamos, atingindo outras dimensões e regiões da cidade de Curitiba. Para tanto, estruturamos um formulário no qual obtivemos vinte respostas, dentre associações, ações e pessoas cujas atividades voltam-se à construção de espaços de cuidado na periferia curitibana.

A partir disto, e pela filtragem das respostas, definimos outros dois grupos de mulheres para trabalhar: o do Clube de Mães da Vila Torres, representada pela Irenilda e o das mulheres que compunham/compuseram a ACNAP (Associação Cultural de Negritude e Ação Popular) e o movimento negro em Curitiba. Num momento de contato a ideia era a realização de entrevistas em profundidade com estes grupos tal como com as lideranças do Xapinhal, visto que a possibilidade de contato só foi iniciada ao fim do ano de 2021.

Logo que as doses da vacina foram distribuídas marquei uma visita ao Clube de Mães Vila Torres, para conhecer finalmente Irenilda e o espaço localizado às margens da Avenida das Torres em Curitiba. No retorno às atividades da pesquisa optei pela realização de diários de campo, buscando registrar as percepções e reflexões que ocorriam nos campos e nas entrevistas além do que estaria gravado. A chegada ao Clube foi cercada por um acolhimento – inclusive inesperado por mim -, visto que – tal como descobri depois – a Irenilda representa uma força da natureza, que não para um segundo sequer.

Após uma conversa rápida fui convidada a iniciar um trabalho em conjunto com o Clube, ministrando uma oficina para mulheres no mês seguinte sobre Autocuidado que teria ações para o ano seguinte. Deste modo, pelo desdobramento da realidade, o planejamento metodológico inicial foi modificado, inserindo em nossa pesquisa uma perspectiva também extensionista e de formação educativa, nos auxiliando a verificar que também em pesquisas de doutorado é possível ocorrer a confluência entre ensino (processos educativos), pesquisa e extensão. Em meu diário escrevi sobre o Clube: “Desapercebido por quem transita por uma das avenidas mais

movimentadas da capital, representa – na materialidade – a máxima de que as rupturas cotidianas fogem aos olhos despercebidos, engolidos pela dinâmica da capital.”

Foi neste encontro de menos de uma hora que uma das maiores portas da pesquisa se apresentou aos meus olhos: a possibilidade de estar inserida nesta transformação, na formação de mulheres – em sua maioria mães e avós – a partir da realização de oficinas e, acima de tudo, um local para permanecer convivendo mesmo após o fim da presente pesquisa, visto que ainda existe muito trabalho a se fazer.

Após inúmeras reuniões focamos as ações a serem desenvolvidas nos seguintes eixos: o autocuidado e cuidado como formas de fortalecimento das mulheres; a autonomia e economia solidária para produzir ferramentas de sobrevivências e, por fim, – numa etapa que ainda não atingimos – a discussão de temas estruturantes da sociedade: violência doméstica, conhecimento de direitos, dentre outros debates que permitam que estas mulheres compreendam em que contexto se encontram inseridas e como transforma-lo.

A pesquisa se dividiu em dois conjuntos diferentes de metodologias adotadas, sendo uma delas divididas em dois momentos distintos, possibilitando avançar em três núcleos de ações coletivas de e com mulheres nos bairros periféricos de Curitiba:

- a) O primeiro baseado em entrevistas em profundidade⁸, na qual a entrevistada poderia ainda indicar outra pessoa para também participar do trabalho caso achasse importante, chegando assim às participantes por meio do método “bola de neve”. Ao longo de 2022 fui visitar e realizar entrevistas tanto com a Dona Lina como com Dona Tiana que durante a pandemia mudaram de casa, para conseguir registrar suas memórias de luta.
- b) Ainda tendo como base as entrevistas entrei em contato com militantes do movimento negro – que haviam participado da criação da ACNAP e de outras ações que promovem a resistência negra em Curitiba – realizando ao longo do segundo semestre de 2022, encontros para tecer este canteiro de memórias das relações espaciais racializadas de nossa cidade – invisibilizadas pelo poder público.
- c) Por fim, uma experiência de pesquisa-ação assentada na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no Clube de Mães, que mesclou a realização de entrevistas abertas, realização de oficinas, produção de materiais e auxílio nas atividades cotidianas do

⁸ As entrevistas em profundidade caracterizam-se por seu formato de “bate-papo”, no qual as perguntas possuem formato aberto, permitindo ao sujeito entrevistado que avance em temas que considera de maior importância. Esta técnica de entrevistas permitiu compreender a trajetória de vida e luta das mulheres que participaram do trabalho de modo sensível, por meio de suas memórias e suas visões sobre os processos em que estiveram inseridas.

Clube, trazendo uma visão mais orgânica do trabalho ali realizado através da observação participante neste espaço, sendo possível captar a potência existente nas ações ali desenvolvidas.

Foi através destes espaços que, de modo distinto - pois nos relacionamos de maneiras diferentes com as colaboradoras da pesquisa, produzimos e tecemos as reflexões contidas neste trabalho, através de uma postura ética e compromissada com a realidade que se desdobrou. É importante ainda frisar que, apesar da pandemia ter representado num primeiro momento um obstáculo que parecia ser intransponível, percebemos que foi possível adaptar e caminhar por outros percursos em sua decorrência – que provavelmente não seriam adotados num outro contexto.

Isto demonstra a necessidade de estarmos abertos às mudanças no percurso de nossa pesquisa, uma vez que a realidade não se encaixa em prazos, delimitações e frases que queremos expor na tese. Pelo contrário, ela apresenta rupturas, exige reorganizações, revira o que julgávamos saber sobre o tema e reforça que a pesquisa se faz ao caminhar, observar, sentir e pensar sobre o espaço produzido de fato.

1.4.1 O passo a passo de nossos campos e entrevistas

Fugindo um pouco da lógica de escrita realizada até este momento, fazemos uma breve pausa para apresentar – de modo organizado e descrito – como os campos foram produzidos em relação à realidade em que nos inserimos na pesquisa. A ideia, todavia, não se constitui como a apresentação de uma “receita” a ser aplicada literalmente em outras localidades, uma vez que os modelos que construímos condizem com os fatores e premissas anteriormente apresentadas.

Ainda sim consideramos importante apresentar as estratégias utilizadas para produção dos dados, permitindo uma melhor compreensão das reflexões que seguem nos próximos capítulos. O primeiro destaque a ser realizado, de antemão, foi a diferença existente entre as entrevistas em profundidade e os campos de oficinas coletivos, visto que enquanto no primeiro instrumento o uso de gravadores se mostrou proveitoso, na segunda a produção de registros tornava a dinâmica incapacitante.

Nas primeiras vezes que buscamos gravar as oficinas sentimos uma mudança de atmosfera, com as participantes mais acanhadas, perguntando o que “queríamos que elas falassem” ou performando suas falas para que “ficasse bonito escrito”. Com isto tomamos a decisão de não gravar oficinas, correndo o risco de retomar estes momentos

apenas pelas lembranças gravadas na memória e as notas de diário de campo, produzidas durante ou logo após os encontros.

Além disto, buscamos ao longo destes momentos entender questões que nem sempre eram ditas em voz alta. A necessidade de interpretar sinais, atmosferas de ambiente, quando avançar numa pergunta e quando recuar, o que falar e o que ocultar, todos estes momentos (que nem através de gravadores seriam captados) fazem parte da complexa teia formada posteriormente. Aleksievitch (2016) ao descrever a metodologia utilizada para escrever o livro premiado “*A guerra não tem rosto de mulher*” explica que, para ela, importa não apenas a realidade que nos circunda, mas também aquela que está dentro de nós, que ela denomina “a alma dos acontecimentos”.

Buscar encontrar esta alma e os sentimentos contidos nos fatos relatados e reorganizados nas memórias destas mulheres possibilitou chegar a reflexões únicas e inéditas inclusive em nosso planejamento. Somente com este foco foi possível constatar que questões impactavam diretamente a ação destas mulheres em suas comunidades e o que buscavam em suas caminhadas, bem como foi possível relembrar memórias até então esquecidas no “fundo do baú”, que reforçavam as análises desenvolvidas.

Dito isto discorreremos destes dois momentos separadamente:

Entrevistas em profundidade

Como já relatamos anteriormente, as entrevistas em profundidade realizadas tiveram por objetivo criar uma atmosfera na qual as entrevistadas se sentissem confortáveis em relatar suas principais memórias – de modo livre e pouco interferido por nós. Num primeiro momento foi, de fato, o que tentamos realizar. Todavia, já nos primeiros momentos ficou nítido que a ideia de uma pessoas apenas as ouvindo não funcionava, por isto, a partir deste momento nossas entrevistas tornaram verdadeiros “bate-papos com café da tarde”, em um diálogo franco e aberto – intergeracional inclusive – acerca de suas memórias e fatos vividos.

Por serem lideranças e estarem em seus movimentos a décadas estes momentos sempre representaram um grande aprendizado. Não apenas no que diz respeito ao trabalho, mas também à minha formação enquanto ser humano e educadora. A retomada da produção do espaço pela visão destas assim como suas trajetórias de abdicação e provação trouxeram a potência necessária para as reflexões tecidas, intercalando momentos em que enfatizavam a necessidade da luta e as falas de amorosidade e esperar sobre novas gerações.

E como estes momentos foram formatados?

Primeiramente o ambiente para a realização das entrevistas sempre foi escolha das entrevistadas, deste modo realizamos encontros desde corredores da Universidade à salas de estar em chácaras. Esta escolha previa tornar o local acolhedor para que elas pudessem partilhar suas histórias e memórias conosco.

Após nos acomodarmos e prepararmos o gravador, iniciava-se então o segundo momento das entrevistas: o bate-papo. Nem sempre começavam de modo direto, as vezes iniciávamos discutindo o tempo ou uma nova notícia política, as vezes sobre alguma “traquinagem” de neto ou conquista de um filho, até mesmo falando sobre receitas, mas sempre nestes momentos criávamos o vínculo em que estaríamos envoltas por horas, o de partilhar e ouvir ativamente o diálogo desenrolado.

A escuta ativa destes momentos marca principalmente o decorrer das entrevistas, foi preciso estar atenta para não interromper nenhuma reflexão em seu clímax, ou conseguir mudar o assunto quando o terreno se tornava doloroso demais para que elas continuassem a partilhar, bem como incentivar que dessem mais detalhes de uma história que as mesmas relatavam como “bobeira”. As preciosidades pelas quais as trajetórias das mesmas são compostas e a sabedoria com a qual observam seu passado e presente formaram páginas e mais páginas de transcrições diretas, que auxiliaram no momento posterior da escrita.

Todavia é importante explicar que estes momentos foram tão intensos e enriquecedores que na maior parte da escrita eram evocados na memória naturalmente enquanto escrevíamos, sendo retomados apenas para garantir a fidelidade do modo em que foram expostos. A conexão da escrita acadêmica através de seus relatos se fez possível pois foram suas experiências que modelaram toda organização e planejamento de escrita que viria a seguir, encaixando a literatura acadêmica à realidade e não ao contrário.

Por fim, a finalização deste momento se dava pelo encerramento da gravação, pelo menos formalmente, visto que ainda elas, após o fim das gravações nos presenteavam com mais histórias e ensinamentos que decidiam ocultar das horas anteriores. Assim, foi possível perceber que selecionavam que histórias e trajetórias queriam compartilhar com o “eu pesquisadora”, e que histórias e trajetórias decidiam compartilhar com o “eu pessoa”, a nova amiga que podiam chamar para um chá ou comemoração, que fazia parte da juventude pela qual elas lutam e lutavam para fazer sobreviver.

Ainda que estas segundas não estejam diretamente mencionadas na tese (e nem poderia realizar tal ato), elas são pedra angular em nossas análises, visto que foram responsáveis pelas maiores transformações ocorridas ao longo destes anos de pesquisa.

Oficinas e Encontros

Como expresso no momento anterior, durante as oficinas optou-se pela não realização de gravações de mídia, buscando tornar o ambiente menos “formal” para as mulheres participantes. Diferente das entrevistas, as oficinas foram pensadas nos espaços do Clube e da Associação, contando com a presença de inúmeras mulheres das mais variadas etnias, localidades, profissões e faixa etária, sendo construídas em conjunto com as lideranças entrevistadas.

Para tanto buscamos, no primeiro momento, adaptar-nos ao ambiente proposto, conhecendo quem participaria dos espaços, estreitando laços e partilhando nossa própria história e proposta da pesquisa para que estivessem confortáveis com o debate proposto. Cabe destacar que, considerando a dinâmica dos dois grupos, as oficinas também ocorreram de maneira distinta. Assim, enquanto no Clube estivemos à frente do processo de criar oficinas e debates sobre o cuidado com as mulheres ao longo de dois anos, na ACNAP nosso trabalho esteve relacionado com acompanhar os diálogos já propostos, bem como somar forças para que materialmente os encontros pudessem ser realizados.

Com isto, os momentos que partilhamos na ACNAP estão em um local de escuta ativa, entendendo a complexidade da discussão de raça na periferia do Sítio Cercado e a construção da identidade destas mulheres em suas espacialidades. Do mesmo modo, buscamos entender a potência que a cultura e estratégias como o teatro trazem para a discussão de pautas dolorosas, acompanhando estes espaços de modo observador, compreendendo nosso local de fala neste processo.

Já no Clube de Mães a construção ocorreu de modo diferente, inclusive pelo período de tempo que tivemos para desenvolver o trabalho. Num primeiro momento a ideia era atuar do mesmo modo que fizemos posteriormente na ACNAP, porém, já no contato inicial Irenilda propôs a realização de uma série de oficinas mensais, que trabalhariam temas que as mulheres do clube levantariam como essenciais e se relacionavam com a questão do cuidado.

O primeiro encontro ocorreu cerca de um mês após nosso primeiro contato e teve como tema a questão do Autocuidado das mulheres, oficina que aconteceu no último mês de dezembro. Com esta experiência nos encontramos cerca de quatro vezes

para programar como seriam os próximos encontros, definindo tarefas coletivas para que estes espaços fossem efetivados.

Alguns elementos foram considerados prioritários em nossa organização: o espaço em roda, permitindo que todas as mulheres pudessem se olhar durante o debate; a presença de brinquedos (quando não uma pessoa para cuidar das crianças) possibilitando um espaço acolhedor para mães – muitas vezes os bebês brincavam no espaço criado no meio da roda com diversos brinquedos espalhados pelo local; palestrantes especialistas nos temas abordados – com uma linguagem direta e com palestras que giravam em torno de meia hora e, não menos importante, um café da tarde, repleto de salgados e doces para finalizar nossos momentos.

Estes princípios foram trabalhados buscando tornar as oficinas locais que chamassem a atenção e fossem proveitosos – não desgastantes ou engessados, sem a possibilidade de participação. Assim, em alguns meses participavam mais de trinta mulheres e famílias – como no encontro de maio com a programação para o dia das mães – já em outros não passamos de dez pessoas – principalmente em dias chuvosos. O fato é que as oficinas continuaram a acontecer mês após mês com suas descontinuidades ou problemas, gerando um rico material que culminou na realização de uma semana de curso para fabricação de artesanato com materiais recicláveis.

Ao todo nossas oficinas tiveram os seguintes temas:

- 1º Do auto cuidado ao cuidado com o mundo
- 2º Mês das mulheres e a luta das mulheres trabalhadoras
- 3º “O que queremos trabalhar nas oficinas?” levantamento e organização
- 4º Encontro Dia das Mães no Clube
- 5º Mulheres e Autoestima
- 6º Empreendedorismo e oficina de artesanato
- 7º Oficina de Artesanato com materiais recicláveis
- 8º Semana “Mulheres em Ação Outubro Rosa, 2022”
- 9º Fim de Ano no Clube – encerramento e perspectivas

Durante o mês de setembro e novembro não tivemos ações por conta da semana realizada em outubro, exigindo uma maior organização do grupo para que pudessemos efetivá-la. Do mesmo modo, nosso calendário seguiu a dinâmica das aulas da escola pública, priorizando a colônia de férias do clube durante os períodos de recesso e férias escolares.

Em cada um destes espaços iniciávamos com um acolhimento e dinâmica que permitia a contextualização do tema a ser desenvolvido. Em seguida, a palestra era realizada após a apresentação da convidada/do convidado, num terceiro momento nos envolvíamos em atividades práticas, em geral ligadas ao artesanato e produções manuais, finalizando com o café e as indicações do tema do próximo encontro.

Percebemos ao longo desta sequência que as participantes se envolveram cada vez mais com a realização das atividades, sugerindo temas, palestrantes, se propondo a debater assuntos que conheciam ou a realização de atividades práticas. A principal ideia desenvolvida – mas que infelizmente até o momento não realizamos – foi a de uma feira de artesanatos produzidos por elas ao longo das oficinas, visando gerar retorno monetário destes momentos para complementar sua renda.

Assim, a construção destes instrumentos ocorreu de modo dinâmico e cotidiano, sendo retomado ao fim de cada encontro/entrevista para que pudesse estar melhor adequado para o próximo. O diário de campo foi ponto importante e de interseção em ambos instrumentos, uma vez que condensaram a tentativa de colocar em palavras os sentimentos e emoções vivenciados ao longo das partilhas realizadas.

A releitura das frases e considerações escritas criaram no momento da confecção da tese a possibilidade de retornar para os momentos vivenciados, trazendo uma maior proximidade entre o que ocorreu na memória e o transpasse para o papel, permitindo desdobrar novas análises por ângulos antes não explorados, rememorando o impacto desta construção conjunta – principalmente quando olhada na perspectiva do presente.

Enfim, o que tecemos nesta tese está longe de esgotar toda a riqueza e complexidade dos momentos criados ao longo dos campos e deste período de vivência – principalmente quando consideramos a dinamicidade do espaço e da trajetória de vida destas mulheres que estão em constante transformação, fazendo com que, tal como apontado por Aleksievitch (2016), “[...] você põe o ponto final, e ali mesmo ele se transforma em reticências...” (p. 27)

Sem mais delongas e com este parêntese realizado, buscamos agora apresentar as protagonistas da tese: as mulheres colaboradoras da pesquisa!

1.4.2 Apresentando as colaboradoras da pesquisa: trajetórias, imagens e redes de conexão

Considerando o que expusemos até este momento torna-se essencial abrir um breve parêntese para apresentar com maior profundidade as colaboradoras da presente pesquisa. Foi a partir da convivência e dos relatos com as mesmas que pudemos construir este complexo mosaico acerca da produção espacial da periferia urbana de Curitiba pelas mulheres.

Seus rostos, poucos entre tantos existentes nestas localidades, representam a totalidade de mulheres que dedicam suas vidas a transformar e criar espaços e territorialidades que permitam a permanência e a existência nas cidades. Suas mãos e braços ajudaram a construir os espaços que hoje encontramos nestas localidades e, suas vozes inspiram gerações que permanecem em luta atualmente.

Como apresentamos anteriormente, as colaboradoras desta pesquisa encontram-se divididas em dois grupos principais: lideranças com as quais realizamos entrevistas e encontros coletivos através dos quais realizamos diversas oficinas dialogadas. Assim, tal como expresso por Nunes (2018), é importante frisar que estas explicam a periferia a partir de seu coração, suas vivências e observação, falando desde o lugar do vivido, do reconhecimento de suas pertencas.

Logo, é necessário fazer uma breve apresentação das mesmas, uma vez que suas identidades e trajetórias constituem importantes sínteses e expressões sobre o modo como as periferizadas observam e vivem a realidade. O quadro 1 resume algumas informações acerca destas mulheres que, de modo individual e coletivo colaboraram com as reflexões que apresentamos nas linhas que seguem.

QUADRO 1 - APRESENTAÇÃO COLABORADORAS DA PESQUISA

Quadro Organizado por Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2023

Colaboradora	Faixa Etária				Estado Civil			Filhos		Escolaridade				Ocupação Profissional	Tempo morando no bairro	Tempo que frequenta o grupo		
	< 20	20 /30	30/40	40/50	> 50	S	C	D	V	O	Sim	Não	F. I.				F. C.	M. I.
Clube de Mães e Pais Vila Torres																		
Mara Aparecida																Do lar/ cuida do neto	32 anos	-
Conceição																Do lar	50 anos	20 anos
Neuza																Costureira	30 anos	4 anos
Leda																Desempregada	40 anos	1 ano
Emanoele																Do lar	3 meses	-
Marly																-	35 anos	-
Iara																-	37 anos	-
Alessandra																Do lar	30 anos	-
Mara																Desempregada	40 anos	1 ano
ACNAP																		
Maria																Aposentada	30 anos	1 ano
Marinete																Aposentada	29 anos	3 anos
Claudenice																Diarista	35 anos	3 anos
Taina																Desempregada	23 anos	20 anos
Angelina																Bem. Aux. Doença	30 anos	30 anos
Domingos																Aposentada	30 anos	30 anos
Rosane																Conselheira Tutelar	33 anos	33 anos
Israel																Aposentada	31 anos	30 anos
Marcia																Assistente Parlamentar	28 anos	2 anos
Mirian																T. em Rel. Mercado	10 anos	20 anos

Legenda: Estado Civil (S – solteira; C – casada; D – divorciada; V – viúva; O – outro); Escolaridade (F.I. – Fundamental Incompleto; F. C. – Fundamental Completo; M. C. – Ensino Médio Incompleto; M. C. – Ensino Médio Completo; E. S. – Ensino Superior)

I. – Ensino Médio Incompleto; M. C. – Ensino Médio Completo; E. S. – Ensino Superior

Ainda que mais mulheres tenham participado dos encontros e oficinas coletivas esta pequena amostragem das duas localidades na qual o trabalho foi desenvolvido permite compreender um pouco o perfil das colaboradoras da tese. O primeiro fato que chama a atenção é a faixa etária na qual estas mulheres encontram-se, sendo majoritariamente mulheres acima de cinquenta anos, com filhos e que ou estão aposentadas ou são dos lares. Com isto percebe-se que elas estarão à frente de boa porcentagem dos trabalhos de cuidado de seus filhos, netos e cônjuges (quando existentes).

Outro ponto de destaque encontra-se no fato de que, ainda que os arranjos familiares sejam diversos e com exceção de uma colaboradora, todas elas são mães – e muitas já são avós. Reforçando desde já a premissa de que estas mulheres ensinam e passam seus ensinamentos de geração para geração, fortalecendo valores de comunidade essenciais para criação dos territórios observados.

Tal fato é corroborado pelo tempo em que estas mulheres residem em seus bairros, tendo construído parte significativa de suas vidas na mesma localidade. Vê-se que, ao estabelecerem raízes em seus bairros, passam a construir suas relações ali, principalmente em relação à ACNAP na qual percebemos que o tempo de vivência no bairro para algumas é quase igual àquele em que frequentam o movimento: resistir no bairro pressupõe para as mesmas produzir e/ou fazer parte do movimento. O repasse de conhecimentos também se torna evidente ao percebermos que a colaboradora mais nova da ACNAP começa a frequentar o movimento com sua mãe a partir de seus três anos de idade, estando ainda hoje colaborando nas atividades desenvolvidas.

Além das mulheres com as quais realizamos as atividades coletivas, destacam-se algumas lideranças com as quais realizamos entrevistas individuais, revisitando suas memórias e trajetórias, a fim de compreender a produção espacial dos bairros desde as suas reflexões e práticas sociais (FIGURA 2). São elas

FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO COLABORADORAS DA PESQUISA



Figura 2 – Apresentação das colaboradoras da pesquisa: lideranças entrevistadas.
Org.: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2023

- Irenilda Arruda – Presidente e Fundadora do Clube de Mães e Pais Vila Torres, começou sua trajetória de militância através do trabalho voluntário na comunidade durante o fim da década de 1980, através de ações coletivas para trazer cursos profissionalizantes para as mulheres do bairro. Após um tempo e com a colaboração de outras pessoas, decidem criar o Clube, agregando estas

ações em um único espaço. Sendo mãe solo conciliou a criação dos filhos com o desenvolvimento do clube, além do trabalho remunerado para sustentar sua família;

- Lina de Carvalho – Militante e Liderança da Ocupação do Xapinhal – Curitiba na década de 1990, chega à cidade muito ainda criança, iniciando sua vida profissional em postos de trabalho remunerado aos treze anos e começa a frequentar os movimentos sociais aos dezoito anos através da militância político partidária, sendo uma das pessoas a assinar a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua luta por moradia inicia à medida em que o aluguel encarece e não possui uma localidade fixa para residir com sua família, fazendo com que participe das reuniões semanais promovidas na paróquia para pensar soluções e terrenos para ocupar na cidade. Hoje aposentada, criou seus filhos ao lado do marido e ainda reside em sua casa conquistada no Xapinhal onde cuida de sua filha mais nova e também de sua neta.
- Ivani Oliveira – Militante e Liderança do Movimento Negro de Curitiba atualmente trabalha como pedagoga no Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro e como Docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Araucária. Inicia sua trajetória de militância a partir do teatro musical em um grupo denominado arte negra, trabalhando temas sobre o racismo e retomada da cultura africana, participando também da pastoral da pessoa negra, que realizava reuniões na Paróquia da Rui Barbosa, isto com treze anos de idade. Passou por diversas profissões até encontrar-se na educação, onde até hoje dedica esforços para construir uma escola popular e antirracista na periferia curitibana.
- Sebastiana (Tiana) Motta – liderança da Ocupação Xapinhal – Curitiba, na década de 1990, relata ter crescido em uma família numerosa e que, por conta de um relacionamento abusivo, precisou fugir de Santa Catarina com seu filho ainda pequeno chegando assim em Curitiba. Durante toda sua juventude dedicou seu tempo entre a criação de seu filho e trabalhos remunerados para sustentar a família, possuindo um sonho de trabalhar em escolas – fato que se consolidou durante a ocupação do Xapinhal quando a mesma passou em um concurso para ser cozinheira na Escola Municipal do Parigot de Souza. Seu envolvimento com a ocupação do Xapinhal ocorreu a partir da Igreja e dos carmelitas, encontrando no movimento a possibilidade de conquistar um pedaço fixo de terra garantindo

maior estabilidade para sua família. Hoje, aposentada, mora com sua irmã na região metropolitana e já é avó.

- Claudia Axé – Militante do Movimento Negro e Fundadora do Bloco Pretinhosidade, conta que foi criada por sua avó na cidade de Curitiba. Desde cedo percebeu na escola a forma diferenciada como os professores tratavam seus colegas negros, conhecendo e entrando no movimento negro da cidade a partir de seus treze anos de idade. Toda quinta feira ia na Paróquia da Rui Barbosa para participar de reuniões semanais juntamente com cinquenta pessoas. Tendo feito magistério – e começado a atuar enquanto educadora – acabou por liderar dentro do movimento grupos de dança e de arte, participando da noite Kanaombo, da ACNAP e, posteriormente, do grupo pretinhosidade. É mãe de quatro filhos e conciliou a criação dos mesmos com o trabalho remunerado.
- Vera Paixão – Militante do Movimento Negro e fundadora do grupo Kanaombo, presidente da ACNAP. Inicia seu envolvimento com o debate antirracista jovem, participando das reuniões na Paróquia da Rui Barbosa às quintas-feiras, uma vez que queria entender a questão racial de forma mais aprofundada. Não sendo levada “a sério” por algumas pessoas, por ser uma jovem mulher negra, decide trazer para Curitiba uma festa que buscasse valorizar a beleza negra, para angariar fundos para o movimento: a chamada noite Kanaombo. Com auxílio escreveu o projeto e efetivou o mesmo arrecadando uma boa quantia. É desta forma que passa a atuar no campo cultural do movimento, criando posteriormente a ACNAP e realizando seus trabalhos na ocupação do Xapinhã desde a década de 1990, local em que seu pai residia. Criou seus filhos dentro do Movimento, sendo hoje também avó.
- Maria Santa de Souza – Militante do Movimento Negro, integrante da ACNAP, participante do Instituto Alice Quintilhano, consultora da comissão mulher advogada na OAB, da comissão da igualdade racial e da comissão de estudos sobre a violência de gênero da OAB. Oriunda de uma grande família com nove filhos, viveu até seus oito anos na região da tríplice fronteira, no campo com seus pais – sendo sua mãe negra e seu pai um homem branco. Com doze anos saiu de casa e começa a trabalhar de babá em uma residência em Curitiba, mudando em seguida de casa para continuar a trabalhar como empregada doméstica. Foi após passar por outros empregos que ela começa a trabalhar no colégio Divina Providência, que implementa políticas de ações afirmativas para funcionários

através da ação da então diretora Irmã Irene – também negra, se formando posteriormente em pedagogia no ano de 2001. Inicia seu envolvimento com a política em 1999 no mandato de Zinho (eleito deputado federal), virando assessora parlamentar para trabalhar com políticas sobre questões raciais, auxilia na criação dos cursinhos pré vestibulares e na política de ações afirmativas da Universidade Federal do Paraná e esteve presente na criação da Defensoria Pública do Paraná.

Esta breve apresentação buscou contextualizar a pesquisa, mostrar os rostos e trajetórias das mulheres sábias e lutadoras que colaboraram com nossa pesquisa. Ainda que elas representem apenas uma pequena parte de um todo de histórias, memórias e vidas de mulheres nas periferias espalhadas pelo país, aqui elas catalisam todo o universo de significados que ser mulher na periferia representa no Brasil e, em especial, em Curitiba. Nas páginas que seguem apresentamos as ações desenvolvidas por elas, bem como suas percepções acerca do espaço que vivem, viveram e que auxiliam a construir cotidianamente por meio de suas lutas.

Desta forma, neste capítulo, buscamos apresentar a cozinha de nossa tese, “abrindo as portas de nossa casa estendida” e revelando cada detalhe do processo percorrido ao longo destes anos. Nele, é possível acompanhar a fundação que possibilitou a construção que segue, bem como os desafios encontrados no caminho e as soluções encontradas.

Na periferia urbana, uma das principais práticas para a conquista da casa encontra-se na chamada autoconstrução, estratégia dos próprios moradores – às vezes, no combinado com um pedreiro conhecido ou existente no bairro – fazendo a construção, não raro, em sistema de mutirão, nos fins de semana e tempos que sobram, com o material que é possível comprar. Assim, cômodo por cômodo a moradia é produzida, criando uma paisagem característica de tais localidades onde as casas estão sempre em constante estado de vir a ser.

Em minhas lembranças este construir contínuo sempre se fez presente, em todas as casas que morei e/ou tinha convivência, fazendo com que aprendesse desde cedo – tanto com meu pai como com minha mãe – a importância de ir assentando e consolidando diária e coletivamente nosso espaço. E assim, tal como as autoconstruções contínuas, recortadas e “coladas” da periferia é a construção desta tese, paredes feitas e refeitas, cômodos que precisam ser adaptados, estratégias que depois se mostraram não tão eficientes e, às vezes, que foram suficientes em um dado espaço e tempo.

Por isto, quando abrimos as portas e convidamos os leitores para adentrarem à cozinha da tese tentamos explicitar os percalços encontrados bem como os percursos que decidimos trilhar. Obviamente um processo de quatro anos não pode ser resumido em poucas linhas, por isto, definimos o que consideramos aspectos centrais para compreender as reflexões que seguem. No próximo capítulo, abordamos e contextualizamos as periferias urbanas, em especial a produção espacial da cidade de Curitiba, capital do Paraná.

2. "Da margem ao centro": reflexões sobre a periferia urbana tecidas na interseccionalidade da classe/gênero/raça, da ética do cuidado e das políticas espaciais de precariedade

Periferia... Bairro/Vila... Favela... Comunidade... Enfim, palavras não faltam para nomear estes espaços à margem dos centros das metrópoles, que também são urbanos e constituem expressão espacial de um sistema excludente e dependente que produz excluídos e precarizados. Em cada localidade, há um modo de pensar e se referir ao espaço em que moram, vivem, partilham experiências, sonhos e frustrações.

Na mesma medida em que palavras são mobilizadas para expressar estas localidades também surgem tentativas de compreender o que é a periferia a partir dos olhares acadêmicos. Em diversas análises, privilegia-se a dimensão econômica, em outras a geográfica também parece aparecer, existem aquelas ainda que, de fato, se aproximam da complexidade existente partindo de visões interseccionais das questões que ali encontram-se estruturadas.

Definir periferia é trabalho árduo e cuidadoso, que parte das experiências pessoais e do nosso lugar geográfico de fala também. Por este motivo, este capítulo é dedicado a conceituar e apresentar as considerações que tecemos acerca do tema, aproximando-o e recortando-o a partir de nosso objeto de pesquisa e construindo assim uma visualização acerca do espaço no qual construímos a presente tese e suas reflexões.

Dentre as inúmeras possibilidades que temos para realizar esta tarefa optamos por iniciar este capítulo com relatos, experiências e registros daquelas que melhor podem explicar sobre os locais nos quais teceram seu cotidiano: as próprias mulheres periferizadas. Como as mesmas pouco estão/estiveram na academia, acionamos outras ferramentas para construir reflexões. Assim, utilizamos de várias linguagens produzidas por mulheres como as letras de canção, poesias, blogs, podcasts, livros, que serviram de aporte e estrutura narrativa para entender sob vários olhares e perspectivas como a periferia é vista, sentida e compreendida pelas mulheres.

Em seguida, relacionamos a existência de políticas de precariedade com as políticas espaciais urbanas, que reforçam uma segregação espacial, fazendo com que as localidades à margem sejam aquelas ocupadas por corpos de outros gêneros, raças, sexualidades e classes distintas do padrão estabelecido.

Num terceiro momento relacionamos de modo interseccional classe, gênero e raça, reforçando a relação existente entre o corpo dos sujeitos e a vivência/resistência no

espaço, demonstrando que existe uma relação dialética pois a espacialidade é formada pelos corpos que ali estão como estes vão construindo suas experiências a partir dos espaços pré-existentes.

Por fim, relacionamos as reflexões tecidas a um debate sobre a ética do cuidado, que, em nosso entender, constitui o cerne da periferia brasileira que resiste, inclusive a curitibana, uma vez que a forma como as mulheres constroem suas ações sobre o espaço relaciona-se às dimensões que extrapolam o sentido individual do ser e abrangem os diferentes campos do cuidado que geram e possibilitam a vida dos seus e dos que virão a ser.

Deste modo, buscamos apresentar a periferia estudada e de que modo a visualizamos, analisamos e a adentramos, para apresentar a potencialidade ali existente e o impacto causado pelas diferentes mulheres na conformação das espacialidades de seus bairros – tanto no passado como na atualidade.

2.1 A periferia vista do lado de cá: literatura, território e narrativas na explicação do espaço periferizado

Existem várias periferias nas diferentes narrativas e memórias... Periferias reinventadas, reconstruídas e ressignificadas, daquelas que ganham novas cores e paisagens à medida em que são descritas, que revelam nuances até então escondidas em suas esquinas.

Elas aparecem em muitos formatos, algumas podem nos fazer marejar os olhos, outras aquecem nosso coração com felicidade, ainda temos as que nos levam a empunhar o braço e agir sobre as injustiças, bem como as que nos acolhem como o afago de uma mãe. Presente nos livros, poemas, declarações e pichações, nas músicas e suas rodas, nos ônibus a caminho do trabalho, no ecoar da vida cotidiana, estas periferias habitam o interior da alma de cada pessoa que ali constrói a sua identidade e território, sendo, portanto, espaço complexo e em constante disputa.

Para observar estes bairros sob outra ótica não basta trazermos inúmeras citações e recortes encontrados em diferentes locais – e tempos –, é preciso compreender os repertórios de ações que ali se encontram. Adentrar o turbilhão de emoções que atravessam as mulheres periferizadas que decidiram romper o silêncio a partir da arte, para contar sua própria história, para serem donas de suas narrativas e

vidas. Vera Paixão, do projeto Ka-naombo, expressa que não existe nada mais gostoso do que denunciar as injustiças a partir da cultura e da arte.

É entendendo esta potência que caminhamos pelas diferentes facetas apresentadas sobre as periferias, pois estas constituem diferentes perspectivas de uma realidade fragmentada e complementar, que tem em si contradições dificilmente explicadas em poucas linhas. Por meio de suas expressões, somos convidados a adentrar um mundo ocultado da superfície social – uma vez que a periferia é reduzida, à primeira vista, a uma imagem monocromática de pobreza e miséria. É preciso entender como as vielas e esquinas ganham vida e resistência na perspectiva de quem a habita.

Existem as que irão revelar o lado mais cruel e duro da realidade, explicitando a fome, ao mesmo tempo que registram a vontade de sobre-viver (JESUS, 2019). Existem outras, rememoradas no futuro, que apresentam um tom saudoso e simbólico, que reforçam os aprendizados ali produzidos e o amor de uma convivência comunitária (EVARISTO, 2017). Outras ainda que trazem as resistências traçadas para tensionar o sistema, com organizações e festas, demonstrando uma outra forma de lidar com estas questões. Algumas nos levam a pensar e refletir, outras nos fazem brilhar os olhos, mas todas, com certeza, nos encaminham para construção de perspectivas sobre a periferia que extrapolam a monosssemização do sentido anteriormente colocado.

Foi pensando nisto que este tópico apresenta algumas reflexões que consideradas importantes para contextualizar a periferia, entendendo que a arte é ferramenta de pesquisa de campo, principalmente quando dados mais complexos sobre a temática não existem. Estas diferentes formas de expressões artísticas foram as estratégias utilizadas por mulheres para que pudessem construir e disputar discursos sobre seus territórios e suas trajetórias, assumindo o lugar central de sua própria narrativa – visto que frequentemente lhes retiram esta possibilidade, tal como apontado por Gonzalez (2020).

Além disto, é possível reconhecer que as tecnologias de informação atuais permitem uma amplificação destas potentes obras, fazendo com que os pontos de vista apresentados se contraponham à realidade monocromática ou enviesada apresentada por setores conservadores da academia e dos meios de comunicação. Ou seja, a produção emancipada, popular e organizada das mulheres em suas localidades possibilita apresentar a realidade com outras cores e problemáticas, demonstrando a complexidade do espaço cotidianamente transformado e reivindicado.

Para dar abertura a este item no qual debatemos a potência da literatura e da arte para compreender o espaço produzido pelas mulheres na periferia, trazemos um poema de Vera Paixão, criadora e presidente do Grupo Ka-naombo, que compõe a ACNAP e militante do movimento negro de Curitiba.

[...] Ser negra
 Ser negra de carapinha, de dança brilhante, de pés soltos no caminho
 Ser negra de negras mãos, de negra mama, de negra alma
 Ser negra nos traços, nos passos, na sensibilidade negra
 Ser negra de verso e reverso, de choro e riso, de verdade e mentira
 Como todos os seres que habitam na Terra
 Eu sou negra, puro afro!
 Sangue negro, saindo aos jorros por todos os poros
 Dignidade!
 (Vera Paixão, 25/11/2022)

Aqui Vera consegue transmitir a força do ser negra nesta sociedade, exaltando a beleza de cada um de seus traços. Este grito anuncia o orgulho de ser quem é; reivindica poder para delimitar e narrar sobre sua própria trajetória; evidencia a ruptura com um sistema que insiste em ocultar e apagar sua existência, indo na contramão do que a ordem hegemônica estabelece. Seu jogo de palavras ressignifica expressões e estabelece significado político para sua presença no espaço, assume e reivindica características e traços que a classificam como “o outro”, demonstrando que fazem parte de seu ser, integralmente, do jeito que é. Desmonta, por fim, os argumentos de que deve permanecer nas sombras, sem orgulho de sua resistência.

A reivindicação do ser negra por Vera Paixão pode ser facilmente conectada à obra de Carolina Maria de Jesus, escritora negra e periférica brasileira, que registrou de maneira sincera a dura realidade que viveu na periferia de São Paulo. Sendo catadora de papel e sustentando sozinha quatro filhos, Carolina apresenta em seu conjunto de escritos uma narrativa repleta de detalhes, que tocam o mais profundo de quem lê, fazendo com que o espaço ali descrito ganhe contornos e seja quase palpável ao longo de suas páginas.

Em sua obra mais famosa: *Quarto de Despejo*, originalmente publicado em 1960, a autora registrou, nas páginas de seu diário, a vida e o cotidiano de uma das maiores favelas de São Paulo, trazendo a complexidade de esparsos momentos de felicidade em meio a uma rotina da fome. Carolina, diferente de muitas análises, nunca se colocou no papel de uma mulher “sofredora”, que não possuía controle sobre sua vida ou destino, pois, apesar da visão dramática apresentada em seus escritos, a mesma descrevia tais cenas com sua personalidade forte e marcante, o que a faz ser notadamente uma das maiores escritoras da língua brasileira.

Tal como Carolina, um número significativo de mulheres que frequentam o Clube de Mães e Pais Vila Torres também tem na reciclagem seu meio de sobrevivência, buscando a partir disto levar sustento para seus filhos. Nos ciclos de palestras e oficinas que realizamos ao longo do ano de 2022, os relatos sobre a rotina extenuante e a dificuldade de recolher este material apareceram em mais de uma oportunidade, fato que nos fez buscar ideias para que pudessem utilizar estes mesmos materiais na produção de artesanato, resultando nas oficinas de vasos e de bijuterias.

Estas mulheres, que vivem/viveram em lugares e tempos distintos, possuem em comum a necessidade de se autodefinirem, de ressignificarem o papel dado a suas trajetórias, de demonstrar que são muito mais do que imagens produzidas e definidas por suas dores. Carolina e Vera dão voz e contorno ao conjunto de características da periferia e, ao não se submeterem à sua situação, avançam no caminho de transformação desta realidade.

Voltando para a obra citada anteriormente, em um dos trechos de seu diário a autora Jesus (2014) reflete que “[...] Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado” (p. 41), complementando em outro trecho que “[...] A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo” (p. 62). A mesma traz tanto a denúncia das dificuldades de sobreviver na periferia quanto a imprescindível determinação de permanecer vivo, presente na população que ali se encontra, já que é esta vida – dura, esperançosa e que, por vezes, parece inatingível – que permite o levantar de cada dia para conquistar novamente o pão.

As mulheres com quem convivemos ao longo desta pesquisa reforçam o aspecto da luta e do esperar para sobreviver, que é onde encontram alternativas viáveis para que continuem a existir. Por isso, os espaços de mobilização ganham destaque – como o Clube de Mães e a ACNAP – pois tornam possível pensar e efetivar alternativas para viabilizar as vidas.

As espacialidades traçadas neste trecho têm duas características marcantes: sua durabilidade diária/curta – uma vez que a conquista do almoço é sucedida pela janta e assim num ciclo intenso de 24 horas – e arranjos flexíveis – que se adaptam às necessidades dos moradores. A periferia apresentada pela autora reforça o fluxo cotidiano da vida, aqui entendido como este processo de ajustar significantes e significados às ações e atividades desenvolvidas pelos indivíduos em suas localidades (HELLER, 1985; LEFEBVRE, 1991; RIBEIRO, 2014).

Além disto, é possível destacar em seus relatos a precariedade da vida da população pobre de São Paulo, sendo a política um tema fortemente abordado em suas reflexões. Jesus (2014) defende em uma passagem que “[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças.” (p. 29) Num momento seguinte a mesma reflete: “[...] se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar a raiz dos políticos açambarcadores.” (p. 39)

Neste sentido verificamos que, apesar de ter frequentado a escola por apenas dois anos, Carolina Maria de Jesus tece complexas explicações sobre a conjuntura política e social do país, evidenciando o abismo existente entre governantes e a população em situação de fome e escassez. A fome, tema recorrente de sua escrita, apresenta-se como fio condutor da condição de uma classe social, demonstrando como seu cotidiano torna-se condicionado, assim como sua vivência no espaço, à superação diária deste cenário.

Ainda que seu livro tenha sido escrito há meio século atrás, a realidade da fome segue permanecendo uma dura realidade de nosso país, atualmente, estima-se que 30 milhões de brasileiros e brasileiras estejam em situação de fome, não tendo acesso à três alimentações diárias. Tomar como base a escrita de Jesus sobre a vida na periferia significa também problematizar a permanente condição de precariedade a qual parte da população brasileira continua imersa, longe das cadeiras do ensino formal, vagando pelos sinaleiros ou com seus carros de reciclagem para garantir o almoço ou a janta daquele dia.

As paisagens e territorialidades que se criam neste contexto são específicas, com tonalidades, e apesar de estarem situadas em espaço-temporalidades diferenciadas, facilmente conseguimos conectar a São Paulo da década de 1960 com a Curitiba atual. - Carolina sempre reforçava a predominância da cor amarela, de temporalidades vinculadas a uma rotina diária e repetitiva, a simbologias e modos de organização espacial que dão contornos a uma periferia tecida coletivamente por um conjunto de indivíduos, na qual constata-se a consciência coletiva de que todos estão em situação de vulnerabilidade – contrastando com ações e brigas individuais – na qual cada um empreende suas armas e ferramentas para sobreviver, não raro em detrimento de outras pessoas.

O individualismo, visto num primeiro momento como um obstáculo ou falta de “compreensão de classe”, revela na realidade uma série de ações que buscam dizimar o papel coletivo da comunidade nestas localidades. A situação de precariedade extrema, não raro, faz com que não consigam se organizar coletivamente para que possam modificar o quadro no qual se encontram. Daí novamente que ressaltamos a importância das ações produzidas por diferentes mulheres nestas espacialidades que, com oficinas e encontros rompem – pouco a pouco – estas práticas sociais subalternizadas, demonstrando a potência em se lutar coletivamente.

Como já dissemos, as temáticas trabalhadas por Carolina Maria de Jesus permanecem atuais apesar dos cinquenta anos de sua publicação. Fome, vulnerabilidade, exclusão social e condições precárias de sobrevivência nas periferias e esquinas do Brasil permanecem existindo – voltando a crescer nos últimos anos por conta de um governo de extrema direita que não investiu no enfrentamento das questões sociais. Deste modo, a autora auxilia a traçar uma visão acerca destes espaços, produzida na perspectiva da extrema falta – inclusive de esperança – no futuro, buscando todos os dias algo para que pudesse prover o amanhã de seus filhos.

Além do que já evidenciamos, quarto de despejo é a escolha de Carolina para realizar uma analogia sobre como se sentia vivenciando aquele lugar. Para ela, a favela é um quarto de despejo, aquele espaço no qual se colocam todas as coisas descartáveis, o espaço escondido da casa, que não convidamos ninguém a entrar, que passa despercebido e escondido apesar de sua importância. Em casa de alvenaria, Jesus (2021) relata que

[...] É porque a favela é o *quarto de despejo* de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isto que eu denomino que a favela é o *quarto de despejo* de uma cidade. Nós os pobres somos os trastes velhos. (p. 17)

A analogia construída pela autora relaciona-se ao modo como a cidade capitalista industrial é produzida, evidenciando que, a partir da especulação imobiliária e do aumento dos preços dos terrenos e habitações centrais, a cidade vai expulsando e expropriando a população trabalhadora de residências coletivas, os conhecidos cortiços e realocando-os às margens destes centros urbanos. É neste sentido que a periferia se torna também georreferenciada, espacialmente localizada, demarcando os locais de exclusão e precariedade.

O sonho de transformar o quarto de despejo em uma casa de alvenaria encontra-se presente em todas as lutas da população periférica pelo acesso à moradia e permanência em seus bairros. Vimos no capítulo anterior que a periferia de Curitiba foi produzida a partir de inúmeros movimentos de ocupação e pressões para construção de conjuntos habitacionais, que se contrapunham à retirada e realocação das famílias para longe de suas comunidades. Isto demonstra que a principal reivindicação do movimento popular por moradia encontra-se em acessar um local para viver com dignidade, tendo acesso a todos os serviços públicos a fim de manter suas comunidades com vidas dignas.

E é justamente a partir das pressões por realocações e retiradas de comunidades periféricas na cidade que destacamos a autora Conceição Evaristo. Nascida em Belo Horizonte, é Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e representa hoje uma das maiores expoentes da literatura brasileira. Seus livros trazem escrituras de diferentes espaços, tempos e corpos, retratando outros brasis e periferias.

Em seu livro *Becos de Memória* (2017) a autora inicia recordando uma favela que, segundo ela, não existe mais, trazendo elementos que desenvolverá ao longo do livro. A mesma narra a existência da torneira, da água, dos barracões de zinco, de doces figuras tenebrosas, crianças e malandros, lavadeiras e seus varais, pernas cansadas, suadas, negras... Enfim, através de sua narrativa a escritora nos apresenta o mundo pelos olhos de Maria-nova que, aos poucos, vai descobrindo seu lugar e papel no espaço, principalmente a partir do momento em que sua favela será destruída.

[...] As tardes na favela costumavam ser amenas. Da janela de seu quarto caído de branco, Maria-Nova contemplava o pôr do sol. Era muito bonito. Tudo tomava um tom avermelhado. A montanha lá longe, o mundo, a favela, os barracos. (EVARISTO, 2017, p. 32)

Por meio da narrativa, verifica-se que não se nega a miséria ou a pobreza existente neste processo, mas se ressignifica a totalidade ali presente. São justamente estas memórias e a luta para conquistar e permanecer – resistir, no espaço que faz com que estas famílias não aceitem simplesmente a realocação para outra comunidade. Reivindicar condições de moradia não significa migrar para outro espaço isolado, mas reforçar que o direito à cidade deve ser expandido para todos e todas, nas localidades que decidiram existir.

A luta pela moradia, o deslocamento forçado e reassentamento de famílias, bem como a insegurança de perder seu local é tônica presente em diferentes escritoras

periféricas, isto porque a casa (sonhada e almejada) materializa uma primeira necessidade de sobrevivência: a segurança e a certeza de pertencer ao espaço. Não obstante, mulheres em diferentes épocas protagonizaram movimentações potentes para conquista seu pedaço de terra, tal como as mulheres do Xapinhal.

Considerando que a escrita e as expressões artísticas manifestam-se como possibilidade de apresentar visões múltiplas de cada sujeito sobre os fatos, muitas lideranças mulheres fazem uso da mesma para denunciar e registrar – sob sua perspectiva – a luta empreendida, eis a relevância dessa literatura para nossa tese. Um exemplo que nos parece importante é o de Sebastiana de Oliveira Motta, uma das protagonistas e lideranças da ocupação do Xapinhal, no bairro Sítio Cercado em Curitiba/Paraná. Seu diário, do período da ocupação, foi posteriormente organizado no formato de livro, sendo um importante documento de registro da história, da produção do espaço e do processo de conquista da terra daquele local. Em sua escrita encontra-se a angústias, a luta e, acima de tudo, a esperança de diferentes pessoas – majoritariamente mulheres – naquele movimento.

O livro *Diário de Tiana: uma experiência de fé na periferia de Curitiba* apresenta os principais momentos de um dos maiores movimentos de ocupação urbana ocorridos na capital paranaense ao fim dos anos oitenta, visando suprir a alta demanda por moradia que crescia dia após dia na cidade. Já em sua abertura a autora destaca:

[...] estou com muito medo, é chegada a hora tão esperada... Depois de aproximadamente 2 anos de reuniões, discussões, organização do povo em busca da moradia, da casa própria, esgotados todos e qualquer meio legal de conseguir a terra, nos preparamos para ocupar a terra [...] (MOTTA, 1991, p. 05)

Sabemos que durante as décadas de setenta e oitenta vários foram os movimentos populares surgidos nas periferias urbanas brasileiras, visando fortalecer o direito à moradia. No caso da ocupação do Xapinhal em Curitiba, a problemática principal encontrava-se na falta de um lugar para habitar, no qual fosse possível permanecer na cidade e deixar de pagar aluguel.

A ocupação de um grande terreno ocioso – que seria utilizado para especulação imobiliária - no bairro Sítio Cercado foi marcada por grande preparação – como é possível verificar no trecho transcrito – e as primeiras semanas foram de tensão sob as lonas pretas espalhadas por toda a localidade. Negociações na prefeitura, perigo e ameaças de despejo, a presença de seguranças contra os “invasores” e as intempéries do tempo marcam os primeiros desafios de famílias que vinham de diversas comunidades próximas como Acordes, Independência, Maria Angélica e Gramados.

Apesar da longa jornada inerente ao processo de ocupação, aos poucos os materiais para casas provisórias começam a ser comprados, substituindo as lonas por moradias mais adequadas e confortáveis, nas palavras de Tiana. Com isto, aos poucos, a dinâmica da comunidade também passa a se estabelecer, sendo destacados pela autora a solidariedade e o companheirismo nesta etapa do processo:

[...] A partilha da amizade, todos trabalham com muito carinho. Na casa da Lina eu faço almoço para todos nós, e também não falta a deliciosa caipirinha e aos poucos vai ficando pronta a casa.
Sinto que esta casa não é só minha, tem a mão de muita gente. Eu vou morar nela, mas ela pertence a tanta gente. Faltou grana para o telhado, vou trabalhar mais um mês para comprar. Até lá será coberta de lona. (MOTTA, 1991, p. 29)

O senso de comunidade vai se fortalecendo nas trocas cotidianas e na organização coletiva para a construção de suas casas. Cada pessoa doa o pouco tempo que tem para que as construções fiquem prontas o mais rapidamente, garantindo assim melhores condições de vida à maioria das pessoas. Além disto, os momentos de diversão e conversa auxiliavam a manter a unidade daqueles que vieram em busca do direito à moradia, ainda mais quando estas batalhas são longas e envolvem a luta por muitos outros direitos.

Destaca-se na narrativa o momento em que a moradia de Dona Tiana é finalmente conquistada. A mesma expressa que: “[...] estou feliz, sinto-me segura, pois sei que este pedaço de chão é meu até o fim da vida. Finalmente tenho um lugar para morar.” (1991, p. 38). Verifica-se que o acesso ao “chão” reforça os laços criados com aquele local que, mesmo sendo periférico em relação ao centro da cidade, é seu – fruto de lutas e resistências.

Neste sentido, podemos destacar a relevância de tais narrativas porque registram, na perspectiva das ocupantes ou de quem mora na periferia, a esperança da transformação social da situação encontrada, ou seja, mesmo imersas em uma situação de precariedade as mulheres que denunciam e anunciam os modos como vivem a partir da literatura, o fazem para fortalecer a esperança por modificar a realidade apresentada. Carolina Maria de Jesus em sua obra Quarto de despejo (1960) batalhava todos os dias na esperança de sair de seu quarto de despejo, Sebastiana de Oliveira Motta (1991) esperançava sobre conquistar sua casa e seu pedaço de terra após tantos anos tendo este direito básico negado. Também Conceição Evaristo (2017), através de sua escrivência, demonstra a capacidade de acreditar no amanhã dos povos periféricos.

[...] Negro Alírio insistia em nos injetar esperança. Não uma esperança apática, crente que o milagre pudesse acontecer, mas uma esperança que se

concretizada na luta. [...] Era o único que pisava num solo que sabia ser seu. Era só uma questão de tempo. Um dia, poderia ser hoje ou amanhã, todos os homens teriam os mesmos direitos. Tempo chegaria em que os homens todos se proclamariam e viveriam como irmãos. (EVARISTO, 2017, p. 154)

Assim, o esperar, enquanto verbo de ação, na narrativa da autora está fundado na possibilidade de movimentar-se, permanecer lutando pela ruptura com o sistema capitalista, seja a partir da denúncia, por meio da mobilização e mesmo pela recusa silenciosa em obedecer o destino que lhes é imposto.

É neste emaranhado de fios que a vida vai se formando, moldando e ganhando sentido, produzindo assim as territorialidades⁹ das quais falamos. Torres e Nascimento (2018) em seu livro *Identidade e Força Ancestral: história de mulheres dentro da periferia de São Paulo*, apresentam um pouco desta complexa trama, produzindo uma escrita que evidencia a presença – e potência – das mulheres que cotidianamente constroem a periferia. Segundo as autoras, ao longo de seu projeto de conclusão de curso – que dá origem ao livro – as mesmas passam a entender e afirmar sua identidade enquanto mulheres periféricas, dando-se conta que “[...] desde pequenas, tivemos grandes influências e referências dentro de nossa própria família, ao acompanhar nossas mães, avós e tias batalhando diariamente para manter suas e nossas casas, em lutas individuais e coletivas.” (p. 10)

Ao longo das páginas as autoras nos apresentam a trajetória espacial das seguintes mulheres: Tula Pilar, Ana Paula Nascimento, Marilu Cardoso, Aline Anaya, Jéssica Moreira, Giovana Tazinazzo e Bea Andrade. Todas estas mulheres – individual e coletivamente – encontraram na arte um modo de se expressar e se fazer ouvir diante das interdições de suas falas. Através de suas narrativas adentramos a universos tecidos no plano do cotidiano. Por exemplo, Marilu Cardoso ressalta em seu relato para Torres e Nascimento (2018) que “[...] cada palmo de rua asfaltada naquele território tem a mão de uma mulher que batalhou para que isto se tornasse realidade.” (p. 42), além disto, reforça que

[...] A nossa luta acontece em diferentes espaços. Tem diferentes formas de resistir, de lutar, de transformar essa sociedade. E a luta das mulheres, da minha mãe, da minha avó, eu reconheço muito nas mulheres da periferia, que são mulheres anônimas, que não tem suas histórias contadas, que não estão em evidência, mas que fazem parte da realidade de muitas pessoas. (entrevista Marilu Cardoso, TORRES e NASCIMENTO, 2018, p. 46)

⁹ Posteriormente adentraremos com maior propriedade à questão da produção de territórios a partir das territorialidades, por agora importa dizer que as territorialidades correspondem, segundo Saquet (2015), a diferentes escalas espaciais, variando no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais existentes entre os sujeitos e seu lugar de vida.

Apresentar a periferia a partir da arte significa também uma possibilidade de abordar a memória e a força ancestral destas mulheres, anônimas, que foram – e são – centrais para a produção do espaço de seus bairros, em uma perspectiva não acadêmica, mas que, em muito, auxilia na compreensão de vozes historicamente interdidas.

Tais memórias apresentam as resistências e modos de compreender o mundo, por isso, constituem fissuras ou brechas abertas nas narrativas hegemônicas por meio das quais mulheres periféricas conseguem expressar-se, rompendo com práticas sociais artísticas que excluem a população periférica de seus direitos de fala e de escrita, sobretudo se forem mulheres. Ao analisarmos as narrativas cujos excertos transcrevemos percebemos que as mesmas dão ênfases às questões voltadas ao direito à cidade, a saída da precariedade e visibilidade. Sua leitura de mundo é baseada na realidade, e no entendimento da complexidade do que existe de modo conjunto e não mais separado.

A produção literária, muitas delas autobiográficas de mulheres periféricas, são relevantes porque a construção discursiva destas diferentes mulheres passa por trajetórias de exclusão, invisibilização e ocultamento, evidenciando que o modo como descrevem suas próprias espacialidades está vinculado com as lutas e possibilidades que cada uma construiu para que suas vozes fossem reverberadas em diferentes suportes linguísticos e meios de comunicação. Seus relatos cantados, dançados e escritos apresentam memórias sobre as lutas e resistências tecidas no cotidiano, sendo forma de marcarem na sociedade sua existência e sua centralidade na produção das vidas e, na presente pesquisa, dos espaços e territórios.

Podemos destacar ainda o papel do samba na apresentação da periferia brasileira na perspectiva das pessoas que vivenciam o cotidiano deste lugar. Elza Soares, eternizada em sua potente voz e militância, expressou através de seu timbre e composições, ao longo das décadas, diversas facetas das “esquinas do fim do mundo”. Em sua famosa canção *A carne* ela denuncia: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, complementando “Que vai de graça pro presídio/ E para debaixo do plástico/ Que vai de graça pro subemprego/ E pros hospitais psiquiátricos”, denunciando a exploração, a situação de miserabilidade e a necropolítica voltada ao extermínio e controle social da população negra no Brasil.

Elza Soares da Conceição transpira resistência. Nascida no subúrbio do Rio de Janeiro, onde hoje é a Vila Vintém, casou-se a primeira vez quando tinha apenas 12 anos, dando à luz a seu primeiro filho aos 13. A artista ficaria viúva aos vinte e um

anos, tornando-se responsável por quatro filhos, tendo perdido outros dois por desnutrição e uma filha sequestrada – que só viria a reencontrar anos depois. Foi em 1953 que sua voz ficou conhecida a partir do programa de calouros de Ary Barroso. Sua motivação? Seu filho de dois anos estava com pneumonia e precisava de remédios, logo, cantar foi sua alternativa para salvar o filho.

Quando naquela noite foi questionada de que planeta Elza teria vindo, a mesma respondeu “do Planeta Fome”, nome que seria adotado por um de seus trabalhos mais recentes, antes de sua morte. É justamente neste álbum que somos apresentados à música *Brasis*, que em sua letra pauta a desigualdade, a divisão, o abismo social existente no país. Elza canta “Tem um Brasil que soca/ Outro que apanha/ Um Brasil que saca/ Outro que chuva/ Perde, ganha/ Sobe, desce/ Vai à luta, bate a bola/ Porém não vai à escola”.

Assim como as cantoras de blues norte-americanas, Elza empresta sua voz para toda uma nação e, ao cantar sobre suas dores, sua fome, suas feridas, canta também sobre as dores de toda uma população usurpada de direitos, expressa na falta de dinheiro, que vive no quarto de despejo das cidades como Carolina Maria de Jesus, aguentando e reescrevendo suas próprias trajetórias. Canta sobre estes diferentes *Brasis* dentro de um mesmo Brasil, que abarca também as múltiplas periferias, interrogando o conceito de periferia, que permite que as visões de Carolina, de Conceição, de Sebastiana e de Vera estejam ali, nenhuma se sobrepondo à outra, mas, como um mosaico, todas se justapondo e, de algum modo, se complementando.

A tentativa de compreender o território da periferia urbana brasileira pode ser efetivada por este mosaico, pela compreensão da existência de uma multiplicidade de territórios num mesmo território, na contradição que compõe este espaço e os próprios sujeitos que ali se encontram, como também na escolha de qual filtro ou camada decide-se enfatizar para compreender tal realidade.

A literatura e a arte produzida por estas mulheres auxiliam a complexificar o conceito de periferia, aproxima o leitor – que por ventura não conheça estas localidades – de uma compreensão mais realista e profunda acerca do significado de habitar os bairros periféricos, possibilitando acessar múltiplas narrativas, quase auto cartográficas, acerca da pobreza, da miséria e do crime.

Por isto, ao longo deste item buscamos apresentar a periferia a partir da perspectiva de diferentes mulheres artistas brasileiras, contemporâneas ou não que, através das letras das canções, da poesia e da prosa e outros escritos deixaram gravadas

suas percepções acerca do espaço que ocupavam e dos territórios que teceram em seu cotidiano. No item que segue, avançamos na caracterização da periferia urbana brasileira a partir de uma discussão sobre as políticas espaciais de precariedade e como as mesmas se materializam nos territórios destes bairros.

2.2 As políticas espaciais urbanas de precariedade e sua materialização nos bairros periferizados

Vimos anteriormente que várias são as formas de significarmos as periferias, isto porque elas são desdobramentos de inúmeras relações e interações sociais, atravessados por conflitos e pela solidariedade. Dito isto, é importante frisar que tais localidades são também expressão espacial das políticas de precarização da vida, evidenciando ausência assistida¹⁰ do Estado, efetivada através da permanente exclusão, invisibilização e, não raro, criminalização destes sujeitos.

Ainda que a periferia não possa ser reduzida a esta espacialização, é importante entender quais são estas políticas de precarização e como materializam os bairros e neles se manifestam, a fim de compreender seu impacto na construção das espacialidades e territorialidades interrogadas por quem neles habitam. Ao longo deste item apresentamos uma reflexão acerca destes aspectos, demonstrando que a potência de mobilização das mulheres periferizadas ancora-se também na contraposição às políticas de precarização impostas às suas comunidades.

Ora para compreendermos o que significam políticas de precariedade e como elas refletem nas periferias nas quais nos encontramos, precisamos mobilizar um conceito muito utilizado e base das políticas pensadas pelos Estados: a *biopolítica*. Foucault (2019) explica que o poder do Estado sobre as vidas desenvolveu-se, concretamente, a partir do século XVII, por meio de duas formas: a primeira centrou-se no corpo como máquina – que precisa ser adestrado e condicionado para produzir mais neste novo sistema, o capitalista – e a segunda no corpo-espécie, por meio da qual busca-se controlar os processos biológicos, a proliferação, nascimentos, nível de saúde, longevidade etc.

¹⁰ Maricato (2003) afirma que a ausência assistida se refere- à contradição do Estado regulatório, por um lado, não ofertar infraestrutura à população periferizada, ao passo que tolera a ocupação e surgimento de periferias em localidades de preservação ou sem infraestrutura. De modo geral, observa-se que esta ausência parece ser programada e parte de um conjunto de políticas de precarização para esta população em específico.

Ambos os processos caracterizam a chamada biopolítica da população que, segundo o autor, está vinculada ao desenvolvimento e organização do poder do Estado sobre a vida da totalidade da população. Todavia, assim como em outras esferas da modernidade, é possível concluir que o biopoder se constitui por um lado pela organização e adestramento dos corpos para viverem, se reproduzirem e trabalharem – sendo a condição para a existência do capitalismo e, por outro, se materializa nos corpos deixados para morrer, que constituem parte da população a ser apagada e destruída por meio de políticas de eugenia, genocídio, precariedade e abandono.

Anteriormente vimos que as populações periferizadas de Curitiba são postas, sistematicamente, em posição de invisibilidade e precariedade da vida. Com isto, os bairros nos quais as mulheres com as quais trabalhamos vivem constituem territórios nos quais estas políticas de abandono são implementadas, a partir da falta de serviços de saúde e educação, ações truculentas da segurança pública – que resultam inclusive na morte de diversos jovens anualmente -, falta de transporte público, dentre outros. Por exemplo, no bairro Vila Torres, durante o mês de novembro de 2022 e em protesto contra a morte de outros dois jovens em uma ação policial, moradores colocaram fogo em um ônibus, esta ação fez com que a empresa retirasse os ônibus de circulação no bairro, dificultando a locomoção de diversos trabalhadores em menos de 24 horas.

Do mesmo modo, não foram poucos os relatos colhidos nas oficinas de mulheres que não conseguiam vagas na creche para seus filhos, ou que estavam em busca de indenizações por doenças e/ou acidentes de trabalho, ou ainda que buscavam caminhos para tirar seus filhos do mundo das drogas. Logo, compreender o conceito de biopolítica nos auxilia na construção de entendimentos acerca das problemáticas enfrentadas por estas mulheres em suas localidades de vida.

Com base nas reflexões de Michel Foucault, Mbembe (2016) desenvolve o termo necropolítica/necropoder, explicando que o necropoder opera na definição de quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é. Basicamente o necropoder opera sobre o poder de fazer morrer, sendo aplicado desde o período colonial, através de genocídios e escravização de diferentes povos até os dias atuais, a exemplo dos estados de sítio e das guerras militares como da Palestina até operações policiais em morros e favelas do Brasil que resultam em inúmeras mortes. Falar em necropolítica significa dizer que estas mortes evitáveis não constituem fatalidades ou resultam de problemas de gestão, mas compõem um projeto de extermínio de parte da população considerada indesejada na atual fase da acumulação capitalista.

As necropolíticas implementadas somam-se às políticas de precarização da vida aplicadas também para estas populações, sendo as materializações expressas, via de regra, em intensificação de processos de violência biopolítica implementada para comunidades periféricas, constituída por corpos indesejáveis.

Butler (2019, p. 40) define a precariedade como

[...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações, expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (p. 40)

São inúmeros os exemplos de precariedade e de políticas de precariedade que encontramos hoje nas sociedades urbanas: a falta de empregos estáveis e com remuneração digna, a interdição do direito à moradia e a insegurança que esta privação gera, principalmente em terrenos recentemente ocupados, a falta de acesso a alimentos e água potável, impedimento de acesso à escola (para adolescentes que necessitam do ensino noturno e próximo de sua residência), a falta de creches que impedem mães de trabalharem, caso não tenham outra rede de apoio, o medo de sair de casa à noite principalmente para a população jovem negra, enfim, as políticas de precariedade manifestam-se nas mais diferentes formas atingindo em maior ou menor grau o corpo dos sujeitos que ali estão.

É importante frisar que por mais que tais políticas atinjam também classes e/ou grupos sociais não periféricos, principalmente quando os observamos isoladamente como raça, sexualidade ou gênero, será na interseccionalidade destas condições que encontraremos as pessoas em maior condição de precariedade. Além disto, sendo esta sociedade capitalista, possuir dinheiro significa não vivenciar determinadas exposições, dado que os grupos hegemônicos frequentam e habitam outros espaços, construindo discursos meritocráticos pois sua condição financeira os deixa a salvo das políticas de ausência assistida efetivadas pelo Estado.

Gonzalez (2020), por exemplo, expressa que o racismo no Brasil – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – estabelece uma divisão racial do trabalho, compartilhada pelas condições socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Percebe-se que as divisões e classificações corporais, efetivadas em massa sustentam o sistema capitalista contemporâneo, relegando parte significativa da população a uma condição de precariedade, que amplia a mais valia pelo trabalho mal

remunerado e também pela interdição de direitos materializados pela não efetivação de políticas públicas voltadas à dignidade das existências dos periféricos.

Neste ponto podemos questionar: qual a relação entre as políticas de precariedade e as políticas públicas urbanas apresentadas para as periferias brasileiras? E de que forma estas políticas ocorreram ao longo dos últimos anos com a pandemia e restrições de circulação? Queremos agora tecer uma reflexão que aponte para a existência de “territórios de precariedade” nos bairros periféricos brasileiros, criados a partir da materialização de políticas de precariedade, promovidas por meio da já explicada ausência assistida do Estado, tendo como referência a realidade encontrada nos bairros de Curitiba nos quais trabalhamos.

Maricato (2015) explicita que, dependendo de cada local, uma proporção maior ou menor da população urbana será excluída do direito à cidade e do mercado formal capitalista, buscando acesso à moradia a partir de seus próprios recursos. A autora também indica que na invisibilidade dessa “não cidade” os excluídos da cidade hegemônica são compreendidos como minorias – ainda que, na realidade, sejam a maioria da população.

A cidade de Curitiba, como abordado anteriormente no Capítulo um, não é exceção à regra. Pelo contrário, suas políticas de urbanização desde o século passado estão ligadas a expulsão, ocultamento e realocação dos pobres da cidade, fazendo com que seu modelo de *citymarketing* seja reproduzido em outras localidades do Brasil. Não é raro, na grande mídia, abordarem a capital paranaense como aquela que não possui nem pobres nem ocupações irregulares, muito menos favelas ou periferias. Do mesmo modo, os circuitos de turismo focam sua linha em trajetos baseados num intenso malabarismo para esconder residências e bairros periféricos.

Sua política de desfavelização e a realocação das populações mais pobres em regiões de “áreas de interesse de moradia popular” fazem com que as políticas de invisibilização desta parcela da população seja mais eficiente, sobrando poucas comunidades visíveis nos trajetos do aeroporto até o centro da cidade. Para turistas desavisados ou pessoas que não atentam seu olhar se torna simples ignorar a realidade que existe na capital.

A Tabela 2, apresenta dados sobre renda, média de habitantes por bairro, percentual de pessoas não brancas, total de pessoas em situação de extrema pobreza e número de escolas:

TABELA 2- OS 10 BAIRROS COM MAIOR E MENOR RENDA DE CURITIBA/PR

Bairros de Maior Renda						
	Renda	População	Habitante por area	População não branca	Pessoas em situação de Extrema Pobreza	Escolas
Batel	4.140,70	10.878	62,6	7%	264	1
Bigorriho	3.729,56	28.336	97,83	7%	140	0
Mossunguê	3.583,90	9.664	28,72	11%	65	2
Cabral	3.519,61	13.060	64,44	8%	33	1
Juvevê	3.323,66	11.582	94	8%	71	0
Jardim Social	3.265,90	5.698	29,1	7%	80	1
Centro Cívico	3.170,22	4.783	50,5	10%	10	1
Água Verde	3.170,07	51.425	107,74	9%	193	5
Hugo Lange	3.143,61	3.392	28,64	7%	29	1
Seminário	3.088,78	6.851	32,26	8%	8	4
Bairros de Menor Renda						
	Renda	População	Habitante por area	População não branca	Pessoas em situação de Extrema Pobreza	Escolas
Caximba	559,51	2.522	3,07	26%	75	3
São Miguel	578	4.773	6,33	33%	66	2
Tatuquara	590,06	52.279	46,53	35%	633	21
Ganchinho	615,91	11.178	9,84	39%	195	3
Campo de Santana	627,91	27.158	12,59	34%	288	13
Prado Velho	691,78	6.077	24,97	41%	274	3
Sítio Cercado	726,28	115.525	103,15	31%	1040	43
Augusta	731,64	6.598	7,19	29%	83	6
Umbará	762,65	18.730	8,34	24%	238	5
Riviera	770,79	289	1,19	28%	6	0

Org.: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2022

Para realizar este comparativo utilizamos os dados obtidos no último censo do IBGE (2010) levantando os dados dos 10 bairros de maior renda média da cidade e os 10 com menor renda média. A estes dados, inserimos a quantidade de habitantes por bairro, o número de habitantes por área, a porcentagem de população não branca (nas categorias de pretos e pardos pelo IBGE), o número de pessoas em situação de extrema pobreza e a quantidade de escolas (equipamento público de extrema relevância nas áreas periféricas) existentes por bairro.

Primeiramente chama a atenção a enorme diferença de renda entre estes bairros. Para efeito de comparação, o Batel possui uma renda 740% maior que o bairro com menor renda, Caximba. Ainda que comparássemos o décimo bairro de cada categoria, teoricamente mais próximos, do ponto de vista econômico, ainda sim, o bairro Seminário possui uma renda média 400% maior que o Riviera. Logo, percebe-se que Curitiba, tal como outras metrópoles na sociedade capitalista, é uma cidade de extremos, marcada por abismos sociais e espaciais, expressão da ampla desigualdade social.

Quando avançamos nossa análise para o número de pessoas que vivem nas localidades, percebemos que os bairros periféricos de menor renda abrigam mais pessoas que os de maior renda, demonstrando que, de fato, apesar de serem

estigmatizadas como minoria social, representam a maioria da população em números absolutos, a exemplo do bairro Sítio Cercado que possui uma densidade demográfica de 103,15 pessoas por quilometro quadrado, sendo habitado por 115.525 pessoas, tendo sido palco ao longo das últimas décadas dos principais movimentos de ocupação e reivindicação de solo urbano: a ocupação do Xapinhal.

Como percebemos pela tabela, apesar da densidade demográfica de bairros mais ricos ser alta (Água Verde 107,74; Bigorriho 97,83) o número total de sua população é pouco expressivo se comparado com os mais pobres, podendo este fator ser explicado pelo processo de verticalização e pela pequena extensão territorial dos bairros, característicos daqueles próximos ao centro da cidade.

Outro ponto a ser destacado pode ser compreendido a partir do que Gonzalez (2020) explica como sendo uma *divisão racial do espaço* em nosso país,

[...] uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra: quase dois terços da população branca (64%) se concentram na região mais desenvolvida do país, enquanto a população negra, quase na mesma proporção (69%) concentra-se no resto do país, sobretudo em regiões mais pobres como é o caso do Nordeste e Minas Gerais. (p. 94)

Extrapolando esta análise de González para o espaço das cidades, percebemos pelos números apresentados na Tabela 2 que a concentração da população negra de Curitiba localiza-se nos bairros de menor renda média, realçando o contraste com os bairros de maior renda que chegam no máximo a 11% de uma população não branca. Os indicadores evidenciam a existência de uma divisão racial do espaço, no qual os corpos negros e não-brancos são expostos às políticas de precariedade com maior intensidade, sendo privados de melhores condições de emprego, moradia, saneamento, expressão do racismo estrutural que também os tornam alvos de políticas de extermínio em suas comunidades.

A “aclamada” Curitiba branca oculta sua face não-branca, presente em bairros projetados para estarem escondidos das câmeras que, como veremos a seguir, constituem as regiões marginalizadas. Por fim, e sem diminuir a importância, destacamos a massiva presença de escolas públicas nos bairros periferizados, frisando que esta existência se encontra relacionada às demandas e às lutas e mobilização das populações destes locais, uma vez que tais instituições representam a política pública prioritária para esta população – após a conquista da moradia.

Para Zibechi (2015) as periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes de um sistema que tende ao caos, uma vez que o Estado projeta sua

ausência e que conflitos voltados à desintegração da sociedade fazem parte do cotidiano e que enfermidades crescem de modo exponencial, evidenciando a presença de políticas de controle populacional (biopolíticas). Por esta passagem verifica-se que as condições existentes na periferia urbana, que podem ser vistas como problemas de gestão ou simples ausência, fazem parte de um conjunto de estratégias relacionadas ao bio e necropoder, deixando parte da população desamparada de políticas que regulem as enfermidades e fatores que diminuem suas possibilidades de vida.

Maricato (2013) evidencia que nas áreas de concentração territorial homogeneamente pobres encontram-se concentradas a ausência de atividades culturais, falta de regulação social e ambiental, mobilidade restrita ao bairro e o desemprego crescente, explicitando a falta de políticas públicas para amparar tais regiões. Não é novidade que os bairros mais pobres possuem menores áreas de lazer, espaços culturais, parques tanto que a escola se torna muitas vezes, o único ponto de encontro e socialização dos estudantes.

Do mesmo modo, possuem uma mobilidade restrita, porque seus habitantes dependem de um transporte público muitas vezes ineficiente e caro para acessar outros bairros e localidades da cidade. Em Curitiba, por exemplo, quando observamos a distribuição dos parques da capital (OLIVEIRA, D. 2018) – que compõem os grandes cartões postais de lazer desta localidade – percebemos que os mesmos estão distantes dos bairros mais pobres, impedindo o fluxo e utilização destes espaços públicos pela população de baixa renda.

Até 2017 a cidade possuía a chamada passagem “domingueira”, que correspondia ao valor de R\$1,00 para andar de ônibus no domingo. Famílias pobres tinham a chance de sair de suas residências e aproveitar os espaços públicos localizados no centro e em outros bairros, sem pagar muito pela locomoção. Com o tempo, esta política foi extinta na cidade, diminuindo o fluxo destes moradores pela cidade, voltando a aumentar a segregação espacial existente na mesma.

Outro exemplo relacionado à restrição de mobilidade relaciona-se com a retirada de linhas de transporte público ou mudança de rotas sob a justificativa de falta de segurança. A linha Cabral/Portão foi suspensa em novembro de 2022 após um protesto realizado próximo à trincheira da Rua Chile em que um ônibus foi queimado. A suspensão afetou a dinâmica diária de inúmeros trabalhadores que dependiam do transporte para se locomover e/ou levar seus filhos para escola.

Tendo em vista o exposto, queremos é importante evocar a relação existente entre as políticas públicas urbanas, incluindo sua ausência assistida, com aquelas vinculadas à precariedade das vidas, expressões do bio e necropoder, demonstrando que na organização da cidade capitalista ambas funcionam de maneira articulada, uma vez que a segunda embasa toda a engenharia social traçada pela primeira. Ou seja, as políticas urbanas nas sociedades excludentes se constroem a partir da precariedade das vidas, que é atravessada pelo racismo, questão evidente quando observamos a presença massiva de corpos categorizados como inferiores ou menos capazes.

As políticas de precariedade são territorializadas nos espaços, não estando apenas no plano discursivo de análise. Pelo contrário, expressam as políticas públicas urbanas excludentes e estão presentes nos bairros de diferentes formas, garantindo a vida em bairros ricos e estruturados e deixando ou fazendo morrer em bairros periferizados onde ficam evidente a precariedade e a necropolítica. Ambas compõem e são expressão da produção do solo urbano capitalista, distribuído de modo segregado e desigual.

Zibechi (2015) declara que a pobreza é uma questão de poder! Como bem sabemos, Foucault (2019) afirma que poder e saber encontram-se em constante relação, existindo no Estado moderno uma associação entre eles. Por isto, a produção de políticas de precariedade caminha no sentido de manter o poder através da utilização de ferramentas e tecnologias que condicionem parte da população à marginalidade, exigindo da mesma extremo esforço para manter-se viva, uma estratégia para impedir que se organizem para subverter a ordem vigente.

Cria-se “territórios de precariedade”, nos quais concentram-se as ações do Estado contrárias à manutenção da vida. Esta concentração é espacialmente localizada e desigualmente distribuída, não sendo uma política que atingirá todos os corpos da cidade, pelo contrário, tais ações possuem alvos da classe trabalhadora que possuem gênero e cor de pele específicas.

Para Ribeiro (2014) o território em um sentido político relevante deve ser compreendido a partir das práticas sociais dos sujeitos, suas ações, as dinâmicas de vida, dentre outros elementos que influenciam na organização dos territórios. Quando falamos de territórios de precariedade referimo-nos à espacialização das ações do Estado em determinadas regiões da cidade, que impossibilitam que as populações ali residentes tenham de fato direito à mesma.

Tais territórios, gerados pelas políticas ali implementadas, avançam até as fronteiras nas quais estas não chegam, representando espacialmente a já descrita segregação espacial e racial das cidades atuais. Assim, os espaços periferizados não são apenas localidades em que residem pessoas que possuem renda mais baixa ou que chegam à cidade sem condições de se sustentar, mas são a expressão territorial de um modelo de gestão capitalista de Estado, portanto, constituem o resultado de uma série de políticas públicas que concentram as populações pobres em uma mesma região.

Butler (2019) questiona de quem são as vidas abreviadas mais facilmente e como a exposição diferencial à mortalidade é gerenciada. Para responder estes questionamentos a mesma explica que a distribuição demográfica desigual da precariedade, que ao nosso ver também é geograficamente localizada produzindo territórios, implica na exposição diferencial à morte, na qual a vida que mais está em risco é dos povos subjugados e precarizados, como resultado do racismo sistemático, da biopolítica expressas em diversas formas de abandono.

Durante a pandemia de COVID-19, principalmente durante o ano de 2020, foi possível verificar mais explicitamente a distinção entre as localidades em que a precariedade se encontra instaurada e aquelas que possuem renda. Nas primeiras semanas de pandemia, o que vimos na capital paranaense foi uma porcentagem da população com melhores condições de vida atuando via trabalho remoto em contraste com a mais precarizada que permaneceu indo para seu serviço em ônibus lotados, considerados trabalhadores essenciais que incluíam: caixas de supermercado, atendentes de farmácia, lixeiros, dentre outras profissões pior remuneradas.

Para Leite (2020) o pano de fundo deste cenário parecia ser um “cabo de guerra” promovido pelo governo federal entre a economia ou a proteção de vidas, convocando-se ao trabalho presencial e à circulação na cidade aqueles trabalhadores cujas vidas eram as mais precarizadas, sendo aqueles que foram mais expostos ao risco de morte, uma vez que são substituíveis, ainda mais considerando as taxas de desemprego. Ou seja, percebemos que durante a pandemia a divisão entre sujeitos desejáveis e indesejáveis tornou-se nítida e violentamente explícita.

Do mesmo modo, com o passar do tempo, inúmeros postos de trabalho deixaram de existir. Mas, ao contrário do que se pode concluir, quando observamos os números, vimos que o desemprego atingiu a população mais pobre, tendo boa parte da classe média e rica mantido sua renda e seus postos de trabalho durante todo o período pandêmico. Isto significou o aprofundamento do abismo social já existente na sociedade

brasileira, colocando parte da população em extrema vulnerabilidade e risco de morte enquanto que a outra ficou a salvo ou foi submetida a um risco menor de óbito.

Com base nos dados da secretaria municipal de saúde de Curitiba, verificamos que quando são relacionados os dados de incidência a partir da proporção entre habitantes por bairro o cenário muda em relação aos locais mais afetados. Ainda que na regional matriz se concentre um grande número de casos, percebemos que vários de seus bairros possuem na verdade a menor incidência da cidade. Ao mesmo tempo, os distritos do Tatuquara e Bairro novo, tem na divisão por bairros média ou alta incidência de casos quando consideramos o número total de sua população.

Para além dos números da doença e do aumento de desemprego, foi durante este período que muitas famílias acabaram perdendo sua renda e, com isto, se viram em situação de fome, não existindo programas governamentais nem políticas estatais para sanar a situação de emergência. Famílias que anteriormente não dependiam de programas de renda passam a necessitar dos mesmos, evidenciando o crescimento da fome e da pobreza.

Poderíamos então questionar como estas populações continuam existindo e resistindo diante destas políticas de precarização e sustentando seus modos de vida, ou ainda, buscar entender como as relações ali se estabelecem para avançar contra tais ataques. O fato é que vimos a capacidade de mobilização dos povos periféricos quando as condições de precariedade extrapolam o já inaceitável.

Durante o período de pandemia em Curitiba, com destaque para Caximba, Sítio Cercado e Prado Velho, organizaram-se cozinhas solidárias, sopões e distribuição de cestas básicas, além da produção de hortas em canteiros vazios em pequenas localidades da cidade¹¹. Comitês solidários se espalharam, pessoas com um pouco mais de renda passaram a dividir o que tinham, escolas se mobilizaram para doar os alimentos que continuavam a chegar para a merenda, enfim, grandes mutirões e redes de solidariedade espalharam-se por estes territórios, garantindo o sustento da vida.

E qual foi o papel das mulheres neste processo? Ora, estando estas próximas do trabalho de gerenciar e garantir a vida, foram também elas que primeiro perceberam a intensificação da precariedade produzida em seus lares, com isto também foram elas

¹¹ Um exemplo de pequenas localidades está nos canteiros centrais entre as linhas de ônibus articulados, no caminho entre o terminal do Boqueirão e o terminal do Sítio Cercado contabilizamos cerca de 8 hortas comunitárias.

que mobilizaram vizinhas, colegas e familiares para produzir coletivamente ações que garantissem a alimentação de crianças, idosos e adultos da comunidade.

As mobilizações orquestraram um arcabouço de lutas e estratégias de ação produzidas, socializadas e aprendidas ao longo das décadas de exposição à precariedade e as políticas de morte promovidas pelo Estado. Zibechi (2015) em seu livro, já dava destaque ao falar das periferias urbanas latinas que a ação social coletiva e popular de mulheres centraliza a luta nestas localidades. Segundo o autor

[...] A abrangência da organização coletiva das mulheres pobres de Lima mostra sua capacidade de intervir na vida política do país a partir de um lugar próprio. Nos refeitórios, as mulheres transferiram o que fazem dentro de suas casas para o espaço público. Outro tanto pode se dizer das demais organizações. A lógica do cuidado familiar estendida e multiplicada em tempos de crise. (p. 69)

Tal como em outros momentos da história e da geografia dos movimentos sociais urbanos, as mulheres através de uma ampla rede de organização, produziram marmitas e sopões, gerindo a vida comunitária para que pudessem continuar as vidas naquele espaço, atuando contra o padecimento e a fome, materializando resistências.

Percebemos que, apesar da existência de territórios de precariedade nos bairros periferizados, há redes de resistência que produzem outras territorialidades, constituindo periferias altamente complexas e plenas de conflitos, embates, produções, coletivos dentre outros. Ou seja, a luta contra a precariedade da vida é intrínseca à população e aos corpos considerados desviantes e indesejáveis, fazendo com que se formem cordões os mais diversos de proteção resultantes de mobilizações fazendo frente a um sistema que visa eliminá-los.

Butler (2019) afirma que estando os direitos imersos numa condição de precariedade diferencialmente distribuída, a luta contra e a resistência em relação a esta realidade precisam estar baseadas na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualitariamente e que sejam igualmente vivíveis. Ao longo dos próximos capítulos demonstramos como diferentes mulheres ao longo das décadas produziram territórios de vida e de cuidado como efetivas respostas aos territórios de precariedade impostos para si e para seus próximos.

Neste item buscamos apresentar como as biopolíticas se materializam nas periferias urbanas, produzindo territórios de precariedade, analisando a intensificação das mesmas durante o período da pandemia de COVID-19. Nas linhas que seguem defendemos a necessidade de compreender estes espaços a partir de uma leitura

interseccional, mobilizando as principais características da interseccionalidade e sua potência para explicar a produção espacial das mulheres nestas localidades.

2.3 Gênero, raça, classe e periferia: como a interseccionalidade auxilia a realizar uma análise espacial contextualizada

Vimos no item anterior que as políticas de precariedade se materializam na cidade capitalista a partir das políticas públicas urbanas, reforçando nas áreas não ocupadas por grupos hegemônicos da cidade ausências assistidas do Estado, expressão da biopolítica que “deixa morrer” sujeitos que não se encaixam no padrão normativo institucionalizado. E, dessa maneira, criam-se, reproduzem-se ou se fortalecem territórios de precariedade, impostos à determinadas classes sociais e/ou grupos étnicos cujo pressuposto da existência é a contraposição à biopolítica imposta, ou seja, a resistência.

Pelo exposto, verificamos então que a periferia urbana resulta e é permeada por uma série de disputas espaciais, entre a imposição de políticas de precariedade e a contraposição de práticas sócio territoriais que possibilitam a vida dos grupos periferizados que é bastante diverso. Por isso, a análise interseccional constitui elemento chave na compreensão da complexidade das dinâmicas que ali se estabelecem.

Os encontros, as entrevistas bem como as leituras deixaram evidente que não basta focalizar as reflexões em questões de classe, de raça ou de gênero tomadas isoladamente, uma vez que estas e outras estruturas de opressão atuam todas ao mesmo tempo sobre as localidades e os corpos, gerando alianças potenciais (BUTLER, 2019) entre sujeitas e sujeitos entendidos como o “outro”.

Produzir uma reflexão sobre as periferias urbanas brasileiras, e em especial as curitibanas, supõe considerar a interseccionalidade na base deste processo, visto que este conceito permite construir um olhar complexo da realidade estudada. Buscar uma leitura interseccional do espaço da periferia impõe observar e considerar as diversas e diferentes possibilidades de resistência cotidiana produzidas nestes espaços por mulheres que, além de serem da classe trabalhadora, são negras, possuem orientações sexuais, religiões entre outras características que auxiliam a produzir contrapontos particulares, de acordo com suas condições materiais de vida às políticas territorializadas e impostas os sujeitos que ali estão.

De acordo com Collins (2022) a interseccionalidade é uma teoria social crítica que parte das seguintes premissas metodológicas orientadoras: a) relacionalidade; b) poder; c) desigualdade social; d) contexto social; e) complexidade e f) justiça social.

Além disto, Collins (2022) reforça que “[...] o significado das ideias não é intrínseco às próprias ideias. Ao contrário, ele está no modo como as pessoas usam essas ideias [...] pela maneira como seus compromissos éticos influenciam suas ideias e ações.” (p. 388). Por isto, podemos dizer que a construção de uma análise interseccional do espaço extrapola a mera conexão ou soma de categorias como raça, classe e gênero, sendo necessário mais que palavras ou conceitos somados para compreender a relacionalidade dos fatos, por isso compromissos éticos são fundamentais para a construção de pesquisas que, para além do campo das ideias, reverberem em ações comprometidas com tais grupos sociais.

O pensamento relacional, segundo a própria autora, parte de uma análise que considera de maneira aditiva, articulada ou interdependente as categorias a serem discutidas. Neste sentido, Collins (2022) utiliza o conceito de espaço saturado como uma forma de compreender a relacionalidade de modo articulado pela interseccionalidade, no qual

[...] espaços saturados agrupam práticas, instituições sociais, representações e padrões de interação social cotidiana que aparecem e reaparecem em sistemas de opressão aparentemente separados. Espaços saturados são importantes porque sua hipervisibilidade e onipresença tornam os pontos de convergência ou transações de relações interseccionais de poder mais visíveis. (p. 328)

Trazendo para o plano de nossa pesquisa poderíamos somar a ideia dos espaços saturados aos territórios de precariedade abordados e que representam os espaços periferizados, visto que nestas localidades as relações interseccionais de poder apresentam-se de modo contundente e desnudo, estando no cerne das políticas de morte ali estabelecidas.

Quando observamos a distribuição populacional de Curitiba observa-se a existência de uma rede de segregação geograficamente localizada na cidade, interrogando a abordagem de problemas e questões em separado pois fica evidente a presença de padrões de raça, amalgamados à classe e ao gênero ali presente. É também a partir da relacionalidade que se explica a existência de diferentes movimentos e organizações de mulheres nos bairros periferizados de Curitiba, tal como o Clube de Mães da Vila Torres e as ações desenvolvidas pela ACNAP no bairro Sítio Cercado, enfrentando diferentes questões (raça, gênero, classe, idade e sexualidade) que atravessam os sujeitos que compõem tais movimentos.

Ao longo das oficinas realizadas no Clube de Mães pudemos debater e relacionar as diferentes opressões sofridas por estas mulheres, muitas delas negras e chefes de família, que encontraram no clube uma possibilidade de amparo e constituição de coletivos. Com isto, após diversos encontros verifica-se que educaram-se coletivamente, o que permitiu a tomada de consciência de que os problemas vivenciados individualmente, estão relacionados com uma estrutura sócio econômica e que a solução deve ser coletiva.

A partir desta constatação já avançamos para o segundo ponto destacado por Collins (2022) em relação à interseccionalidade: o poder, que produz divisões sociais que coproduzem uns aos outros com resultados materiais desiguais. A organização dos sistemas de poder opera de modo conjunto e indissociável, assim – e por este motivo – não basta compreender a periferia em uma perspectiva econômica ou racializada ou generificada, é preciso compreender estas estruturas de poder de maneira imbricada em sua produção e reprodução.

O terceiro fator levantado por Collins (2022) corresponde a levar em consideração a desigualdade social quando tecemos uma análise interseccional, fugindo de uma explicação simplista da mesma. Rejeita-se aqui as noções que normalizam a desigualdade, e aponta-se as relações de propriedade e de poder na origem das questões sociais.

A existência das periferias deixa de ser uma causalidade desastrosa ou um impacto do sistema e passa a ser analisada sob o viés da violência sistemática e cotidiana empregada na produção do espaço urbano de Curitiba. Isto porque, como vimos no capítulo 1, a ocupação e urbanização dos bairros periféricos nas “margens” da cidade em nada tem a ver com escolhas ou possibilidades de ocupação, mas corresponde a uma política de desfavelização e ocultamento da população mais pobre da cidade construída sob a narrativa de uma cidade modelo.

Como consequência da apropriação privada da terra, da referida narrativa e política aplicadas, a população trabalhadora de Curitiba foi impelida a ocupar bairros que até então mal possuíam infraestrutura básica como saneamento, arruamento e, muitas vezes, energia, gastando horas em um transporte público ineficiente para chegar até seu trabalho em áreas centrais. Das poucas comunidades que resistiram em regiões privilegiadas, o estigma e a construção de vias buscam inviabilizar a circulação pelo espaço, é o caso da Vila Torres.

Isto nos leva a trazer tanto o contexto social como a complexidade também apresentada por Collins (2022), quando a mesma expressa que a) a produção do conhecimento parte de um espaço e de como as comunidades interpretativas compreendem a realidade apresentada e b) múltiplas lentes para a investigação interseccional facilita a produção de análises mais complexas e abrangentes. Compreendemos que estes dois componentes estão relacionados às metodologias de pesquisa que permitem a desnaturalização dos espaços produzidos, auxiliando a compreender a produção da cidade a partir das práticas sociais dos mais diversos sujeitos no contexto do capitalismo dependente.

Tal problematização leva-nos então a última questão apontada pela autora que é a *justiça social*, isto porque nada do que foi até agora colocado faria sentido numa análise interseccional caso não compreendêssemos a implicação ética de nosso trabalho. Esta tese baseou-se em nosso compromisso ético e politicamente posicionado, que acredita e atua na transformação da sociedade fortalecendo a ocupação dos grupos subalternizados em todos os espaços – incluindo os acadêmicos.

O compromisso com a justiça social e a ética do trabalho faz com que a realidade seja apresentada de modo posicionado, fugindo da inexistente neutralidade ainda reivindicada por uma fração da academia. Produzir esta tese parte de uma necessidade, de uma vontade e importância em compreender o papel das mulheres invisibilizadas na produção e construção de territórios do cuidado em seus bairros.

Dito isto, percebe-se que cada uma destas premissas constitui hipóteses de trabalho ou suposições que influenciam a investigação e a práxis da interseccionalidade. Portanto, muito antes da interseccionalidade surgir como conceito para explicar a complexidade da realidade, esta já se encontrava presente nas teorias, defesas e construções de mulheres negras e latinas que organizavam suas lutas numa perspectiva do gênero, da raça, da etnia, da idade, dentre outras categorias de opressão que somam à classe social.

Compreender as premissas metodológicas orientadoras desta teoria auxilia a verificar a potência nela contida e reforça a necessidade de produção de um conhecimento comprometido para além de ideias com a transformação material da sociedade. Para Akotirene (2019) a mesma

[...] impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das

estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (p. 43)

Isto porque os corpos e sujeitos não são fragmentos que, separados, possuem raça, gênero, localização geográfica, classe. Pelo contrário, a estrutura de opressão que os classifica parte de uma conjunção de fatores – não uma soma como expresso pela autora, mas atravessamentos e mesclas, que devem ser compreendidos em sua complexidade. Por isso, as premissas anteriormente colocadas são relevantes, uma vez que não basta considerar as diferentes esferas de opressão para nomeá-las como um trabalho interseccional.

Foram inúmeras as teóricas e ativistas que defenderam a importância de pensar sujeitos em sua complexidade no espaço, por exemplo, Gonzalez (2020) em seu texto *Por um feminismo afro-latino-americano* denuncia como as mulheres não brancas foram “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantilizava, colocando-as em um lugar inferior no interior de sua hierarquia, tanto em relação a condições biológicas de sexo quanto de raça, além de reforçar o peso da colonização e neocolonização neste processo.

Tal denúncia reforça que a produção de teorias críticas que abordavam as categorias de modo separado invisibilizaram uma porção de sujeitos que encontravam-se na intersecção dos processos, fato bem apontado por hooks (2019) quando esta expressa que “[...] criaram analogias entre “mulheres” e “negros”, quando o que realmente comparavam era o status social de mulheres brancas com o de pessoas negras.” (p. 28). Neste caso, o termo mulher foi universalmente compreendido como de mulher branca e o termo negro à homens negros, fazendo com que mulheres negras ficassem desassistidas e ocultadas nas discussões de gênero e raça.

Davis (2016) em seu texto *Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres* também discorre sobre a seletividade de quem era considerada como mulher nos movimentos ocorridos durante este período. A autora afirma que, apesar da importância da Declaração de Seneca Falls, em meados do século XIX sobre os direitos das mulheres, a mesma ignorava totalmente a situação de mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das negras, fosse do sul dos Estados Unidos ou do Norte, ou seja, a análise da condição feminina produzida desconsiderava as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe média branca.

Assim, Lugones (2020) reforça que as mulheres do feminismo hegemônico branco não entenderam a si mesmas em termos interseccionais, numa interação de raça, gênero e outras potentes marcas de sujeição ou dominação, fazendo com que também

não percebessem as diferenças profundas existentes entre as mesmas. Mas por que estamos levantando estas questões? Para problematizar a importância de compreender o termo mulheres nesta tese de forma ampla e diversa, visto que o conjunto das mesmas que produzem espacialidades na periferia é bastante diverso, demandando uma perspectiva interseccional a despeito de sua situação de precariedade generalizada.

A Tabela 3 a seguir apresenta os dados que relacionam classe (renda média), gênero (chefes de família com até 2 salários mínimos) e raça (população não branca) dos dez bairros com a menor renda na cidade de Curitiba:

TABELA 3 -CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES DE BAIXA RENDA E POPULAÇÃO NÃO BRANCA NOS 10 BAIRROS COM MENOR RENDA MÉDIA DE CURITIBA/PR (2010)

	Renda	Taxa de Chefes Mulheres	População não branca
Caximba	559,51	88%	26%
São Miguel	578	91%	33%
Tatuquara	590,06	89%	35%
Ganchinho	615,91	90%	39%
Campo de Santana	627,91	87%	34%
Prado Velho	691,78	82%	41%
Sítio Cercado	726,28	80%	31%
Augusta	731,64	86%	29%
Umbará	762,65	85%	24%
Riviera	770,79	89%	28%

Organização: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2022. Fonte: IBGE, 2010.

Podemos perceber que os sujeitos presentes nas periferias curitubanas possuem gênero e raça bem definidos, constituído por uma significativa presença de população negra e na qual as chefes de família mais pobres são mulheres. É preciso observar que, ainda que o percentual da população não branca nos bairros corresponda a menos de 50% da totalidade de seus ocupantes, a presença negra é maior nos mesmos, com ênfase para o Prado Velho, no qual encontra-se a Vila Torres, com 41% da população não-branca, maior porcentagem de Curitiba. Entendemos que esta intersecção ajuda a evidenciar a necessidade de abordar as diferentes lógicas e territorialidades produzidas nestas localidades, uma vez que expressam uma série de políticas de precariedade aplicadas contra seus corpos e os lugares que ocupam.

Trata-se, portanto, de segregação em territórios de precariedade que constituem desdobramento da dimensão econômica, avançando para outros aspectos que consolidam o capitalismo moderno e colonial. Definir as fronteiras existentes na cidade

de Curitiba significa também abrir caminho para compreender estas outras áreas formadas, que são cotidianamente invisibilizadas e desassistidas por parte do poder público.

Davis (2016) indica que ao longo da história dos Estados Unidos a maioria das mulheres negras trabalhou fora de casa tanto no período da escravização como após este. Como trabalhadoras “livres”, elas nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas, demonstrando a insuficiência de leituras que entendem a libertação das mulheres pela liberação das funções domésticas, independentemente de sua classe ou raça.

A organização da lógica doméstica e do trabalho somente em casa foi negada para boa parte desta população que, além de não possuir condições materiais de sobrevivência também ocupam os postos de trabalho mais explorados e mal remunerados – muitas vezes indo realizar o trabalho doméstico e do cuidado originados pela “libertação” das mulheres de classe média, gerando jornadas duplas e triplas de trabalho.

No apêndice do texto *Mulher Negra* de Gonzalez (2020) encontra-se uma carta denúncia do coletivo de mulheres negras NZINGA:

[...] Do fundo do poço do seu anonimato – nas favelas, na periferia, nas prisões, nos manicômios, na prostituição, na “cozinha da madame”, nas frentes de trabalho nordestinas -, talvez nunca tenham ouvido falar de *direito de cidadania*, mas têm consciência do que significa ser *mulher, negra e pobre*, ou seja, viver acuada, à espreita do próximo golpe a ser recebido, vigiando-se e “saindo de cena” para não ser mais ferida do que já é quando se trata de diferentes agentes da exploração, da opressão e também da repressão.” (p. 111)

Apesar das décadas que separam esta carta denúncia (1984) e o momento atual, pouca coisa mudou no cenário. Ao observarmos os dados do IBGE presentes no informativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* de 2019, verifica-se que as mulheres negras receberam cerca de 44,4% do valor que homens brancos no mercado de trabalho, do mesmo modo, as mesmas receberam cerca de 59% a menos do que mulheres brancas no mesmo período.

A diferença de renda é explicada pela segregação ocupacional e falta de acesso à educação formalizada, fazendo com que estes grupos sejam colocados em situação de vulnerabilidade e falta de perspectivas para garantir a renda do dia a dia. Carneiro (2011) utiliza a expressão “matriarcado da miséria” cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para reforçar como mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica e trajetória geográfica marcadas pela exclusão, discriminação e

rejeição social, sendo necessário destacar que, a despeito disto, ocupam papel central na resistência e liderança de suas comunidades miseráveis por todo o país.

Com isto pontuamos novamente a capacidade de reorganização das mulheres que habitam as periferias para atuarem e permanecerem em seus locais a partir da organização coletiva e solidária. Collins (2022) explica que o poder é complexo e questionado dentro da interseccionalidade, sendo necessário olhá-lo por vários ângulos e interrogar que tipos de relações estão subjacentes àquelas que são mais visíveis em determinado contexto.

É justamente a partir da problematização das relações de poder existentes nas periferias que podemos compreender que a precarização destes territórios está ancorada em uma série de dimensões, justificada por um bio e necropoder do Estado moderno. Sabendo então que as políticas de precariedade que materializam o território periférico estão para além da dimensão econômica podemos avançar nos demais aspectos que consolidam o sistema atual.

Isto porque a precarização para conformação deste grupo não atinge sujeitos universais ou corpos quaisquer, pelo contrário, tais contingentes são formados por corpos que possuem raça, etnia, idade, sexualidade e gênero, periféricos na sociedade capitalista. Butler (2019) explica que, ao afirmar que determinados grupos possuem diferenças em sua vulnerabilidade, está expressando que, sob determinados regimes de poder, alguns grupos serão mais visados e sofrem mais a pobreza que outros, sendo mais expostos à violência policial que outros.

As estatísticas comprovam a seletividade dos corpos que padecem sob governos eugenistas e autoritários. Contudo, os mesmos se expressam também no choro não contido de mães e avós que perdem seus filhos para fome, violência ou doença, seja pelos corpos de jovens assassinados estendidos nas vielas, fruto da violência estrutural que tem nos corpos negros seus alvos em potencial.

Evidenciamos que mulheres negras e pobres dificilmente tiveram o direito de apenas estar em casa ou realizar trabalhos do cuidado com exclusividade, pelo contrário, desde há muito, ocuparam postos de trabalho – em geral mal remunerados – conciliando cargas duplas ou triplas de trabalho. Realidade esta que, de certo modo, diverge das imagens das donas de casas não negras submissas e enclausuradas em seus lares, sem a possibilidade de sair.

É justamente a partir do abismo entre estas realidades que as visões acerca do lar e da maternidade também ganham contornos diversos, visto que a compreensão

deste segundo grupo – entendido como universal – marcou uma lógica e um modelo a ser copiado, distante das possibilidades encontradas no primeiro grupo. Collins (2021) explica que o modelo tradicional de família se baseia em casais heterossexuais, racialmente homogêneos, com filhos biológicos, a quem serão reproduzidos uma estrutura de autoridade específica

Assim como nos Estados Unidos, este modelo está longe de representar a maioria das famílias presentes nos bairros brasileiros. Seja pela ausência principalmente do pai ou da mãe, seja pela presença de outros membros como avós, tios e primos, seja inclusive pelos arranjos familiares que se estendem para a comunidade – e ultrapassam laços consanguíneos. Fato é que se torna impossível pensar a periferia pela perspectiva da família mononuclear.

Quando destacamos a presença de chefes de família mulheres nestas comunidades não estamos expressando a “falta” ou “ausência” de homens que constituiriam “famílias regulares”, mas queremos evidenciar que estamos diante de outras organizações familiares, constituídas para “dar conta da realidade apresentada”. Para Martins (2016) existem alguns aspectos que atuam de maneira transversal nas periferias no que se refere às estratégias de resistência, e uma delas seria a figura da “Mãe”.

A autora explica que em tais localidades as mães são centrais na formação das gerações, além de buscarem minimizar conflitos cotidianos, garantir sustento diário e expressar simbolicamente um conjunto de qualidades sobre resistência e luta. Longe de construir uma figura sobre humana de mulher, esta passagem busca demonstrar que elas representam certezas¹² nestas localidades e, como tal serão espelhos e/ou modelos seguidos pelas gerações de filhos e netos, construindo lógicas alheias àquelas encontradas nas classes hegemônicas e patriarcais.

Não à toa serão elas a ocuparem barricadas e cadeiras para organizar e criar condições dignas de moradia e cuidados em seus bairros, demonstrando, assim como dito por Collins (2021) que a consciência política pode surgir das experiências vivenciadas no dia a dia, como no trabalho materno de mulheres negras – e aqui realizamos um paralelo com as periferizadas. Além disto, como expusemos

¹² Optamos pelo uso da palavra “certeza” uma vez que a presença feminina na periferia é vista, no senso comum, como uma constante e nunca como uma variável. Em todos os arranjos familiares – por mais diversos que sejam – existe pelo menos uma figura feminina que exerce este papel do cuidado para crianças e jovens, podendo ser inclusive pessoas de fora do círculo familiar consanguíneo, como vizinhas ou amigas.

anteriormente, o aspecto e a lógica familiar ultrapassam os limites consanguíneos, exigindo destas comunidades e famílias que criem laços de solidariedade na criação de crianças, a partir do olhar e do cuidado de vizinhas e amigas que moram na mesma localidade.

Tais aspectos criam outras territorialidades que escapam à lógica hegemônica capitalista, possibilitando inclusive as condições materiais para a luta e permanência em suas localidades. A partir da ruptura e da construção de outras lógicas familiares e comunitárias estes grupos unem-se em alianças para fazer frente à precariedade, ganhando corpo e força para mudarem as estruturas estabelecidas.

Neste item refletimos sobre a relevância da interseccionalidade para produzir uma análise acerca das periferias brasileiras, e em especial a curitibana. Trouxemos elementos que possibilitam relacionar raça, classe e gênero nos bairros de Curitiba e as implicações desta configuração em entendimentos como de comunidade, trabalho/lar e família. Tal perspectiva nos auxiliou a compreender como os territórios de precariedade são construídos e como a interseccionalidade permite observá-los. No próximo item sistematizamos como ocorrem as resistências cotidianas nestas localidades, partindo da reflexão sobre a ética do cuidado e a possibilidade de outras territorialidades criadas.

2.4 A ética do cuidado e o cotidiano da periferia: uma reflexão necessária como contraponto às biopolíticas de precariedade

Até aqui caracterizamos como a espacialidade da periferia urbana é atravessada por políticas de precariedade que se baseiam em múltiplas estruturas de poder como classe, gênero e raça. Da falta de acesso ao saneamento básico à insegurança em andar por ruelas escuras, do contingente populacional desempregado e sem condições de comprar alimentos até a constante tentativa de invisibilizar a existência destes bairros, as ações estatais para a periferia curitibana baseiam-se em expor parte de sua população a condições de extrema vulnerabilidade, expondo-as à precariedade das vidas. tais ações se territorializam sob a forma de zonas de exclusão, na qual a ausência do Estado se faz presente e pensada para tal.

A exemplificação desta territorialização da precariedade pode ser diagnosticada ao constataremos que a urbanização dos bairros periféricos de Curitiba ocorre por meio da ampla e constante mobilização de seus moradores, indo desde a divisão de quadras, reivindicação de saneamento, asfaltamento, abertura de escolas, linhas de transporte

público, enfim, boa parte dos serviços públicos que o direito à cidade pressupõe chegam a partir da mobilização.

Importa então compreender que a periferia não se constitui apenas por estas intervenções externas, que visam condicionar a existência dos que ali estão através da precarização da vida. Pelo contrário, uma parte significativa da mesma é produzida nas resistências cotidianas tecidas por seus integrantes que, através das lutas, da organização e da resistência em viver passam a criar novas formas de estar no mundo, tecendo territorialidades baseadas na esperança e no cuidado.

Considerando a ampla mobilização dos sujeitos que ali vivem, propomos agora entender como a ética do cuidado pode ser mobilizada para analisar as ações desenvolvidas nas periferias, enfatizando a potência e dimensão revolucionária que existe no plano da politização do cotidiano bem como as territorialidades ali construídas que se contrapõem às políticas da morte e da precariedade anteriormente apresentadas. Para tanto, é preciso ter em mente o que anteriormente discutimos em relação à interseccionalidade, compreendendo que as alianças ali desenvolvidas partem de uma noção solidária, popular e comunitária que enfrentam as das opressões que estão no cerne do atual sistema capitalista.

Por isto, iniciamos esta análise entendendo o que é o cotidiano e como ele representa uma escala importante para observar a potência existente nas periferias urbanas brasileiras. De pronto destaca-se que várias resistências e os movimentos com os quais trabalhamos, não raro, passam despercebidos diante de olhares desatentos, visto que modificam a realidade desde o micro, o diário, o invisibilizado aos olhos de quem foca sua análise apenas na dimensão macro.

Quando começamos a trabalhar com o Clube de Mães da Vila Torres nos deparamos com grandes ações, mas também com micro mudanças, nas quais a presidente do Clube busca auxiliar na mudança de vida de cada mulher que ali chega ou que ela encontra na comunidade, seja através de conversas, auxílio para encontrar um emprego, roupas para que recupere sua autoestima e, principalmente, ações para que construam e/ou fortaleçam sua autonomia e possibilidade de mudança.

Estas ações partem do entendimento de que as mudanças individuais proporcionadas pelo coletivo se inter determinam, transformando deste modo a realidade. É preciso garantir que estas mulheres sejam capazes de enfrentar seus desafios, para tecerem exemplos e serem fortaleza para outras que, a partir de então, também passam a transformar seus modos de estar e ser no mundo.

Para Ribeiro (2014) as ações envolvem sentido, desígnio, pensar sobre o que se está realizando, é isto que difere uma prática social de uma atividade, realizada sem reflexão. Logo, quando apontamos para ações desenvolvidas no Clube estamos remetendo a desdobramentos pensados, refletidos, que possuem um significado: de mudar a trajetória de vida destas mulheres. Irenilda, a presidente do Clube, muitas vezes destaca em nossos encontros como adquiriu ao longo dos anos formas de trabalhar e auxiliar quem a procura, sempre no sentido de saber quando a ajuda deve ser imediata e quando demandaria uma série de ações para transformar a realidade.

Para exemplificar, em uma das oficinas realizadas cujo tema era auto estima das mulheres, durante a dinâmica da caixa e do espelho, todas as mulheres, fortalecidas pelas palestras anteriores, atribuíam adjetivos positivos ao que viam refletido na caixa, até que chegamos a uma moça, nova, acanhada, que olhou a si mesma e exclamou que se via “grande”. No semblante de todas as mulheres da roda percebeu-se o choque e um sentimento de “e agora o que fazemos?”, mais do que prontamente Irenilda olhou para ela e disse: “você quis dizer grandiosa não é mesmo?”, no qual a moça abriu um sorriso e concordou.

Ainda que quase imperceptível, esta frase não apenas fortaleceu esta menina como também ocasionou um fortalecimento do grupo, reforçando a noção de que através do trabalho coletivo com nossas angústias podemos ressignificar o que pensamos de nós mesmas e nos ver através do olhar de outras – semelhantes e diferentes. Este é um exemplo de como as ações de cuidado na periferia acontecem no cotidiano e, para serem percebidas ou captadas, nossos ouvidos e olhos devem estar atentos.

Para Lorde (2019)

[...] Revolução não é algo que aconteça uma vez e pronto. Revolução é se atentar cada vez mais para as mínimas oportunidades de promover mudanças verdadeiras nas reações estabelecidas e ultrapassadas; é, por exemplo, aprender a abordar com respeito as diferenças que há entre nós.

Temos um interesse em comum, a sobrevivência, e é possível que não a conquistemos se nos isolarmos dos outros simplesmente porque suas diferenças nos deixam desconfortáveis. (p. 177)

Com isto, sabemos que as transformações sociais se efetivam através da soma de todas as mudanças e rachaduras causadas no sistema, indo do micro para o macro, e por meio das alianças criadas em meio às diferenças. O sobreviver destacado pela autora é fator comum a todas e todos que vivem sob a condição de precariedade, nas suas mais diversas manifestações. Tal fator é potencializado nos espaços segregados da periferia,

cuja politização cotidiana promove então o reconhecimento e aceitação das diferenças e a união em prol de um bem comum.

A formação de alianças, sejam estas transitórias ou permanentes, é ponto marcante da produção espacial da periferia, visto que de modo isolado dificilmente é possível avançar. Um bom exemplo deste tipo de ação pode ser registrado pela ocupação do Xapinhã, ocorrida ao fim dos anos 1980 e que marcou a paisagem do bairro Sítio Cercado em Curitiba.

Nela, diferentes pessoas – em sua maioria mulheres – uniram-se em prol da conquista da moradia, independentemente de suas características físicas, todas elas estavam sob a condição de precariedade extrema, não possuindo um local para morar, residir e, com isto, viver e ter direito à cidade. A busca por um terreno ou uma casa extrapola o sentido material ou econômico, observado em um primeiro momento. Mas caminha também para outras dimensões que atingem fisicamente os corpos: a segurança de um teto, a possibilidade de um endereço, conseguindo atendimento em postos de saúde e escola, o sentimento de pertencer de fato a um lugar e, portanto, ter direitos.

Butler (2019) evoca que existe um caráter corporificado importante na luta dos povos marginalizados, visto que frequentemente são suas necessidades corporais básicas que não estão sendo atendidas pelo Estado. Logo, o acesso à casa, à alimentação, à água potável e saneamento básico configuram-se como condições primárias para que o corpo – e o sujeito – possam de fato sobreviver! Ou seja, a luta pela moradia está amalgamada a luta pela vida e pela sobrevivência de sua população.

Através do relato das moradoras e do diário de Tiana passamos a saber que a conquista da ocupação não ocorreu de modo rápido ou que foi marcada apenas por grandes eventos, mas desenrolou-se ao longo de anos – caindo inclusive no esquecimento da grande mídia e da sociedade em geral. A resistência diária e a força comunitária foram essenciais para que os ocupantes não desistissem diante das adversidades encontradas: entraves jurídicos, a lama, os preconceitos de pessoas próximas, entre outros.

Em uma entrevista dada ao jornal *Entrelinhas* após 19 anos de ocupação, Tiana relata que na época as condições da população eram precárias, que muitos residiam em barracos na beira de uma valeta e que a maioria não podia mais pagar o valor elevado do aluguel na região, mesmo sendo ela periférica. Estes foram fatores centrais para que a população começasse a se organizar e protagonizasse uma ocupação marcante na capital paranaense.

Campos (2014) relembra que, em geral, destacam-se nas análises o momento, o evento em que os fenômenos são levados em consideração, esquecendo-se de reconhecer o processo como um todo, pois muitos elementos compõem o movimento de transformação. Com isto, percebe-se que não apenas a noite da ocupação merece destaque, mas toda a organização ocorrida ao longo de dois anos e também as transformações causadas no espaço e as estratégias de luta de outros movimentos sociais urbanos a partir desta primeira ocupação.

E é justamente neste contexto que a dimensão do cotidiano auxilia a evidenciar que a luta é diária. Como já destacado, estes movimentos sociais são constituídos não apenas de grandes eventos, seja os de moradia, seja o do Clube de Mães ou de outras organizações, todos possuem em comum a organização, a solidariedade e o trabalho diário de suas integrantes, que dedicam boa parte de suas vidas à transformação da realidade.

Mas afinal o que significa cotidiano? Para autoras como Ribeiro (2014) e Heller (1989) o cotidiano representa dimensão essencial do ser humano e da humanidade, uma vez que é nele que vivenciamos nossa vida. O decorrer do cotidiano é composto por atividades que realizamos automaticamente e de outras que possuem implicações sociais e éticas, constituindo ações refletidas e que possuem um significado maior, uma intencionalidade voltada à transformação daquele contexto.

Deste modo, todos nós vivemos no plano do cotidiano, sendo impossível fugir desta dimensão ou negá-la. A grande questão que decorre disto é o ajustamento dos sentidos dados às ações desenvolvidas, uma vez que nelas se encontra a grande potência de mudança, mas também, a força da alienação. Apesar de estarmos imersos nesta cotidianidade, que também supõe a repetição de atividades diárias, será na reflexão e promoção de ações coletivas também diárias que a possibilidade de transformação da realidade se torna palpável e material, dada a politização necessária para as mesmas.

Inexiste transformação social sem a reflexão dos problemas cotidianos, não existem movimentações e organizações de sujeitos sem o reconhecimento e a consciência dos ataques sofridos diariamente contra seus corpos. Enfim, não existe mudança sem o caminhar diário e a politização de pessoas postas em condição de precarização para romper com este sistema. Para Heller (1989) na vida cotidiana existem alternativas e escolhas e a aceitação das consequências constitui uma das dimensões do processo.

Com isto cabe aos sujeitos – coletivamente – compreenderem as determinações e optarem por práticas sociais por meio das quais traçam sua vida cotidiana, agindo sobre aquela realidade ou adequando-se a ela. Em nossa tese trouxemos exemplos de mulheres que, ao contrário do conformismo, decidiram “nadar contra a maré” protagonizando mudanças em suas comunidades a partir do próprio exemplo e, posteriormente, organizadas em grupos.

Quando diferentes mães da periferia curitibana decidiram reunir-se e apostar na transformação na ocupação do Xapinhall elas construíram uma reflexão de mudança a partir de seu cotidiano, reconhecendo o local em que estavam dentro do sistema urbano capitalista e suas ferramentas para garantir sua sobrevivência. Tais reflexões que se encontram na base da produção espacial destas periferias, que produzem processos diários contra sistêmicos.

Heller (1989) também declara que “[...] a fé e a confiança desempenham na vida cotidiana um papel muito mais importante que nas demais esferas da vida” (p. 33). Neste ponto, compreende-se de onde surge a potência e força contidas nas ações cotidianas destas diferentes mulheres, também relatadas em suas entrevistas: a fé na transformação de sua realidade. Tanto no diário de Tiana como nos relatos colhidos nos campos, a presença da fé na transformação e a confiança de que suas ações eram a condição para que a mesma se materializasse foi o que deu foco à luta diária destas mulheres, ainda que, não raro, passassem por muitas adversidades.

Acima de tudo, a luta pela transformação da realidade em que se encontravam dizia respeito a uma possibilidade de viver uma vida na qual seus corpos pudessem sobreviver, fugindo à condição precária a que estavam relegadas, o que auxiliou a criar novas lógicas espaciais em seus bairros. Neste sentido, percebemos que suas ações também foram guiadas por uma ética do cuidado, no qual o cuidar de si e dos outros constituíam condição prioritária na luta pelo direito à cidade.

O cuidado pode ser compreendido como aquele conjunto de atividades que satisfazem as necessidades para a manutenção da vida, exigindo solidariedade, inter e ecodependência e também responsabilidades compartilhadas em diferentes escalas. Representa então um princípio que rompe o individualismo do ser humano – elemento fundante para o triunfo das relações capitalistas de produção – exigindo compreensão da interdependência dos sujeitos entre si nas mais diferentes escalas.

Sobre esta questão, Butler (2019) expressa que a vida do outro, aquela que não é nossa, é também nossa, uma vez que “nossa vida” deriva precisamente dessa

sociabilidade e é então, desde seu início, dependente de um mundo de outras vidas, um mundo social. Existe então uma dependência com o outro na própria concepção de sociedade, visto que ninguém existe sozinho, principalmente quando atravessado por condições de precariedade.

Ainda que na sociedade capitalista o cuidado tenha sido entendido e restringido à esfera privada e familiar, queremos aqui evocar a dimensão comunitária e popular do mesmo, que abrange tanto as relações familiares como também a preocupação com a vizinhança, a solidariedade entre diferentes sujeitos e as ações para tornar o espaço da periferia um espaço de vida.

Para Silva, J. e Ornat (2021) o cuidado é primeiro

[...] uma forma de conceitualizar as relações pessoais e sociais. Segundo, o cuidado compreende um conjunto de valores, ou princípios morais que oferecem uma direção para nossa conduta. Terceiro, o cuidado precisa ser pensado como uma prática em que estão envolvidas as pessoas que prestam cuidados e as que recebem. (p. 53)

Sendo assim, o cuidado não se refere à uma condição natural da sociedade – e em especial das mulheres – mas trata-se de um processo social, coletivo e político baseado em valores e princípios éticos e morais que condicionam condutas interdependentes. O processo de produzir espacialidades por meio de práticas do cuidado diz inclusive respeito às alternativas que se contrapõem à precarização extrema da vida, que possibilita o entendimento de que a ação individual às adversidades torna as situações ainda mais críticas.

Pensando no processo politicamente direcionado do trabalho do cuidado é que podemos discutir sobre sua ética, estendendo-o para uma dimensão não naturalizada e muito menos espontânea, mas baseada em valores e práticas sociais que condizem com a sociedade que queremos criar. Longe de promover um “resgate” sobre como a chamada ética feminista do cuidado surge, queremos aqui apresentar os principais pontos que nos fazem defender que as territorialidades vinculadas aos movimentos de resistência produzidas nas periferias têm como fundamento esta ética.

A ética do cuidado refere-se a uma série de ações e construções nem sempre nomeadas como tal. Como na interseccionalidade, a nomeação de um fenômeno não inicia propriamente com aquela experiência relatada. Além disto, partindo da compreensão diversa dos feminismos e das perspectivas acerca do mesmo, a ética feminista do cuidado, segundo Kritsch (2020), também será multifacetada, cabendo aqui a necessidade de trazermos reflexões que melhor demonstrem o que queremos expressar.

De modo geral, a ética do cuidado “[...] valoriza e incorpora as emoções. Emoções como a simpatia, a empatia, a sensibilidade, a capacidade de responder às demandas que nos são endereçadas.” (KRITSCH, 2020, p. 4). Com isto, ao invés de separar e dualizar a mente e o corpo, a razão da emoção, no qual a primeira impera no espaço público e a emoção no privado, parte-se da indissociabilidade destas dimensões, considerando relevância da empatia e escuta ativa para compreender as demandas apresentadas. Outro ponto que pode ser destacado é a impossibilidade de se pensar na sociedade individualmente, visto que sempre somos co-dependentes de outros sujeitos, necessitando de vínculos afetivos e éticos para que possamos garantir a nossa sobrevivência.

Tronto (2007) afirma que não existe um consenso sobre o significado de cuidado, podendo ser interpretado de diversas formas pelas diferentes sociedades, todavia, a autora destaca a importância de se notar as posições de poder existentes dentro destas relações. Com isto, percebe-se que não basta a defesa por uma sociedade na qual o cuidado existe e seja destacado – principalmente na sociedade capitalista na qual os trabalhos do cuidado têm sido cada vez mais explorados e mal remunerados, no qual os postos são ocupados por mulheres negras de países do sul global. É preciso que se pense a ética do cuidado pela premissa da democracia e da igualdade de acesso e poder entre quem recebe e quem realiza estes trabalhos.

Para além das diferenças que podem ser encontradas nas diversas abordagens acerca do tema, Kritsch (2020) destaca cinco características gerais, que irão embasar nossa análise acerca da presença desta ética nas periferias: a) estabelece como foco central a ênfase moral em atender ou responder demandas por quem somos responsáveis; b) parte do exercício de compreender o que a moralidade requer de nós, incorporando emoções e capacidades relacionais; c) respeita as reivindicações de outros concretos com quem estabelecemos relações particulares, rejeitando a ideia de uma universalidade e impessoalidade nas relações; d) reafirma a relevância da crítica feminista a respeito das noções sobre pensamento científico e filosófico tradicionais sobre esfera pública e privada e; e) questiona a noção de pessoa como ser individual, independente e descorporificado.

A partir destas cinco características percebemos que o cerne da ética feminista do cuidado encontra-se no entendimento de que a sociedade está conectada, não sendo baseada em relações impessoais e nem individualizada nos diferentes lares e espaços privados. Pelo contrário, a noção de uma sociedade fragmentada e separada compõe o

modelo capitalista industrial moderno, que impõe uma cisão entre as esferas da vida e cria a falsa ideia de que não necessitamos de ninguém. Ora, é inclusive neste contexto que o “sucesso” ou o “fracasso” são entendidos em nossa sociedade como resultados de atos individuais e independentes, compreensão que fortalece a territorialização de políticas de precariedade em diferentes localidades.

Partindo destes princípios percebemos que vários exemplos de ações cotidianas realizadas em comunidades periféricas ou comunidades negras, indígenas e africanas balizam-se ou estão fundadas na ética do cuidado, demonstrando que estas representam noções e compreensões críticas acerca da sociedade, que conectam os valores à defesa cotidiana das vidas, contrapondo-se às relações capitalistas de produção.

Collins (2019) expressa que há muito tempo existem atos de resistência organizados e anônimos entre as mulheres afro-americanas. Em seu livro *Pensamento Feminista Negro* (2019) a autora afirma que a construção dos saberes coletivos das comunidades negras parte de um ponto de vista coletivo, baseado nas condições apresentadas em grupos em relação a moradia, ao emprego, à segregação racial, dentre outros pontos, fazendo com que os valores coletivos das comunidades negras propiciassem historicamente a politização coletiva do cotidiano.

Com isto, dado o contexto social, político e geográfico no qual estas comunidades se formam, a noção de coletividade é construída de outro modo, reiterando a necessidade de se pensar na segurança e na defesa da vida de todos e não apenas nas dimensões individuais. Um paralelo à esta situação pode ser feito em relação ao movimento e à comunidade negra brasileira que, ao longo de décadas, discute a necessidade de apoiar-se em ações coletivas que modifiquem estruturalmente a sociedade.

González (2020) afirma que a atuação das mulheres negras ocorreu nas comunidades periféricas muito antes das organizações do movimento de mulheres, uma vez que estas já se reuniam para discutir seu cotidiano, marcado tanto pelo racismo como pelo machismo de homens brancos e de seus companheiros. Porém, a autora reforça que apesar de não deixar de reconhecer o caráter destas opressões, o feminismo negro tinha por fundamento a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum. Diferente do feminismo branco, as mulheres negras jamais deixaram de lado seus companheiros, colocando-os como antagonistas, mas buscavam apresentar sua realidade para que os mesmos entendessem sua condição e as opressões que sofriam.

A produção social destas comunidades era assim focada na construção solidária entre as partes, compreendendo que todos os sujeitos ali presentes estavam, de alguma forma, asujeitados às condições de precariedade, necessitando construir lutas conjuntas em favor das mudanças sociais. Podemos também destacar a organização e mobilização dos povos periféricos a partir da década de 1960 que, segundo Gohn (1985), organizaram-se pelo reconhecimento de sua condição na marginalidade, compreendida pela autora como uma forma particular de integrar indivíduos em um modo específico sendo algo inerente ao sistema.

É no contexto da ausência de condições materiais para sobrevivência que estes sujeitos ocupam espaços, produzem e auto-constroem suas moradias, organizam-se para cuidar uns dos outros por meio de mutirões e arrecadações para que toda a comunidade tenha o mínimo necessário. Não é segredo nem excepcionalidade este modo de se construir comunidade, visto que por toda América Latina os povos precarizados e excluídos produziram formas comunitárias e populares de luta para viver.

A ideia de uma ética do cuidado baseada nas relações humanas parte do respeito absoluto à vida, indo na direção oposta ao que está posto nas premissas das políticas e territórios de precariedade inerente ao capital. Com isto, a produção de territorialidades baseada no cuidado tem como fundamento as resistências que dão suporte a outros modos de pensar e criar a cidade e seus direitos.

Quando somamos os princípios da ética do cuidado à politização do cotidiano significamos os processos que acontecem nas periferias em uma outra ótica baseada na construção de laços comunitários. O cuidado baseado na solidariedade mútua apresenta-se nas mais diferentes formas: através da ajuda – nem sempre solicitada – da vizinha cuidando de seu filho, nos mutirões para construção de casas, no auxílio com as sacolas da senhora idosa ou até mesmo visitas quando os idosos moram sozinhos, no ir até a casa de uma conhecida para auxiliar com os serviços domésticos, enquanto ela se recupera de um parto, enfim, até mesmo a comida oferecida de modo despretensioso numa tarde, demonstra o cuidado e a preocupação com o coletivo nestas comunidades.

Ainda que muitos destes laços e relações estejam ao longo do tempo sendo tensionados a partir dos processos cada vez mais violentos do capitalismo e das lógicas hegemônicas, podemos dizer que – principalmente em periferias mais antigas – estes princípios ainda se mantêm em algumas comunidades. O estabelecimento de lógicas individualistas bem como a alta rotatividade de pessoas em casas alugadas, não raro, tem impedido a construção de comunidades que se conheçam e auxiliem.

Com isto, vê-se os territórios perifерizados e fragmentados em constante disputa sobre seu sentido, contudo, existem focos de resistência que buscam fortalecer elementos outros para a vida cotidiana próxima, produzindo ainda uma diversidade de ações que fogem ao capital.

Estas fugas e focos de resistência são encontrados em geral entre mulheres, visto que seus olhares e percepções sempre estarão atentos à violência e ao perigo que elas e seus filhos, em função de suas condições e características físicas. A solidariedade e sororidade permitem a criação de vínculos mais facilmente, sendo notável através de encontros nas igrejas, clubes de mães ou até mesmo em conversas nos mercadinhos, nas feiras, nas ruas e em outros espaços. Por este motivo, expressamos a importância da presença feminina na produção dos espaços perifерizados – antes e atualmente – visto que constituem uma presença massiva na conformação e andamento cotidiano de suas comunidades.

Zibechi (2015) afirma que

[...] O predomínio dos valores de uso, ou melhor, a desconstrução dos valores de troca em valores de uso aparece estreitamente ligado ao “auto” e ambos estão relacionados com o papel destacado das mulheres. Uma lógica doméstica, espaço onde por certo tempo esteve confinada a produção de valores de uso, começou a se expandir para o espaço público, a se propagar de modo capilar pelo tecido social, de modo muito particular nos momentos críticos para a sobrevivência das comunidades. (p. 46)

Aqui entra outro elemento anteriormente exposto sobre a ética do cuidado: a redefinição dos conceitos de espaço público e privado. Ainda que no contexto do capitalismo e da produção industrial se conceba o espaço privado como espaço doméstico – de caráter feminino, restrito, emocional – e o espaço público como aberto, masculino, no qual a política e a razão imperam, a realidade apresentada nas comunidades periféricas é outra.

A chamada lógica doméstica, baseada no cuidado e na atenção com o outro, toma conta dos espaços públicos à medida em que são as mulheres suas principais lideranças políticas e organizacionais, ou seja, mescla-se tais conceitos a tal ponto que a comunidade torna-se um grande campo das lógicas comunitárias de vida, propiciando o cuidado voltado às vidas neste espaço.

Ao longo das décadas estes exemplos se reproduzem, passados de geração em geração. Um exemplo importante da mobilização pela vida pode ser visto durante a pandemia que deixou inúmeras famílias numa condição de extrema precariedade e vulnerabilidade. O Clube de Mães Vila Torres, por exemplo, passou a realizar inúmeras ações para cozinhar e distribuir marmitas, arrecadar alimentos e roupas e deixar seu

espaço aberto para quem precisasse desses auxílios para a sobrevivência, além disto, distribuiu os computadores que tinha para crianças que não tinham acesso e precisavam estudar no período do ensino remoto emergencial.

As experiências relatadas não se restringem como bem sabemos ao Brasil mas reverberam por toda a América Latina. Gago (2020) destaca que na crise da Argentina de 2001 foram as mulheres que se encarregaram de produzir espaços de reprodução da vida em termos coletivos, comunitários, diante do desemprego massivo de trabalhadores. Logo, percebe-se que as mulheres trabalhadoras, periféricas – em geral negras ou não-brancas – são responsáveis por liderar seus bairros quando as situações de precariedade se impõem.

Não que representem heroínas ou que naturalmente sejam dotadas da “sabedoria do cuidado”, pelo contrário, estas mulheres ao viverem diferentes interseções de opressão criaram, desde a mais tenra idade, ferramentas e repertórios políticos e sociais próprios para enfrentar coletivamente este sistema. A maioria dos ensinamentos foram, inclusive, socializados através de gerações e, por vezes, remontam ao período da escravização (COLLINS, 2019). A ética do cuidado empregada nas comunidades periféricas então são fruto de uma produção politicamente engajada e cotidianamente construída, que demandam diferentes mãos para que se efetive.

Suas ações consolidam materialmente territórios de cuidado que se contrapõem aos anteriormente nomeados territórios de precariedade, demonstrando a complexa guerra espacial que ali se desdobra! Com isto, reiteramos a dimensão multifacetada da periferia brasileira e, em especial da curitibana, cotidianamente produzida, reproduzida e espacializada, não sendo possível reduzi-la a apenas em uma de suas dimensões.

Ao longo deste item destacamos como as ações cotidianas de mulheres na periferia remontam à noção da ética feminista do cuidado, possibilitando a criação de espaços e territórios outros em suas comunidades. Também reforçamos que suas produções partem dos ensinamentos e aprendizados desenvolvidos diante da interseccionalidade de opressões a que estão expostas, devendo sua conduta ser desnaturalizada e afastada do “inerente a mulheres”.

Este capítulo buscou apresentar um pouco da complexidade da periferia, evitando analogias e apresentações homogeneizantes acerca de sua espacialidade. Com isto, visamos unir as diferentes estruturas e espacialidades ali dispostas, expressando uma ininterrupta luta por território e pela vida dos sujeitos que a habitam. No próximo capítulo, apresentamos e analisamos as trajetórias espaciais das mulheres e das

organizações com as quais trabalhamos, visando demonstrar a materialização dos territórios de cuidado e de suas lutas a partir de seus relatos e experiências.

3. Sobre espaços e tempos vinculados: a produção de contra-espços pelas mulheres a partir da ética do cuidado

Até este momento caracterizamos, debatemos e refletimos acerca da produção espacial das periferias urbanas brasileiras, compreendendo inclusive de que modo ocorreu a ocupação dos bairros periféricos da cidade de Curitiba. Além disto, expusemos como as dinâmicas que ali se estabelecem geram contraditoriamente tanto territórios de precariedade – fruto de políticas de segregação e exclusão sócio espacial – como aqueles vinculados aos cuidados – baseados na ética do cuidado, expressão da resistência de diferentes pessoas, em especial mulheres, para que possam continuar a viver.

Tendo em vista esta contextualização o presente capítulo busca adentrar e apresentar estes territórios do cuidado, aqui entendidos enquanto contra-espços, produzidos cotidianamente nas periferias. As reflexões aqui tecidas são fruto dos trabalhos de campo por meio dos quais muitos desdobraram-se em convivência nestas localidades que auxiliaram a costurar relatos atravessados pelas experiências e dinâmicas de diferentes mulheres cuja caminhada acompanhamos.

Como já relatado no prólogo desta tese, estas mulheres estão por todas as partes de seus bairros, ao andar pelas ruas provavelmente passamos e cruzamos com várias, suas mãos constroem o território periférico cotidianamente, ainda que, na maioria das vezes, elas permaneçam no anonimato. Suas trajetórias mesclam-se com fatos históricos e políticos da cidade, do estado e do próprio país, tendo influenciado na criação e efetivação de políticas públicas, estando nos bastidores, nas cadeiras e nas ruas reivindicando ações que garantissem a sua vida e a de suas semelhantes.

Sua presença pode ser sentida e ouvida em cada esquina, sua voz alerta o perigo da rua e a necessidade de “prestar atenção”; seus braços produzem ou transformam alimentos em refeições – calorosas, aconchegantes; seu corpo, sujeito a intempéries do tempo durante as ocupações de terra, permitem o abrigo seguro para a família; suas performances denunciam a angústia, a injustiça e a tentativa de invisibilização constante de seu povo; o seu grito ecoa nas trajetórias das crianças que ali crescem, seus postos de trabalho, em geral, passam ou perpassam o ambiente de educação formal e não-formal, visto que a conquista da escola é – concretamente – a ilusão fecunda (SPÓSITO, 1993). Nestas comunidades, ou melhor, diante das políticas de acesso e permanência que abrem cada vez mais a possibilidade destas gerações

estudarem até a educação superior, podemos dizer que mais do que ilusão fecunda, a luta pela escola se torna uma materialidade que deu e dá frutos e flores.

Com isto, percebemos que são diversas as maneiras de constatar a produção do espaço nas periferias a partir das mulheres, isto porque, as suas ações buscam garantir direitos de uma vida digna, que seja de fato considerada e efetivamente seja protegida (BUTLER, 2021). Para estruturar este capítulo definimos palavras-mundo que operam enquanto temas geradores (FREIRE, 2011) presentes nas falas e ações destas mulheres nos diferentes momentos que nos encontramos.

Num primeiro momento refletimos em torno do **Pertencer**, a partir do direito de existir e a conquista do lar, produzindo espaço de acolhimento das vidas. Isto porque o estar e o ser são fortemente vinculados, exigindo uma análise complexa acerca da importância de conquistar um lugar, uma moradia, o direito básico de existir protegido das intempéries do frio ou do calor. Do mesmo modo, este estar no espaço está ligado à condição de formar comunidade a fim de pertencer a um lugar.

Em seguida, abordamos o ato de **Alimentar**, enfatizando a importância da alimentação na vida e nas relações comunitárias da periferia, seja de modo individualizado nas casas ou nos espaços coletivos e debates organizados pelos grupos, o alimento e a centralidade dele sempre estão presentes, demonstrando que o alimentar representa mais do que um elemento básico de sobrevivência, demonstra um conjunto de valores de nossas comunidades periferizadas.

Num terceiro momento, abordamos o **Esperançar**, construído a partir de uma perspectiva das ações culturais, sócio territoriais e por meio das denúncias realizadas pelos movimentos nestas e destas comunidades. Neste ponto, é importante compreender que a arte bem como as festas materializadas nas periferias compõe ações de politização do cotidiano, por meio das quais o sentido e a própria comunidade se fortalecem. Nesses encontros, ocorre a produção de um entramado cuja tessitura é elaborada em uma matriz dialógica fundada na compreensão de que vida e luta constituem faces de uma mesma moeda, assim como artes e festas, o sentir e o pensar, fundamentos da produção de espaços do cuidado.

Para finalizar o capítulo realizamos uma reflexão a fim de compreender a produção do espaço a partir das movimentações e ações das mulheres e movimentos que fazem parte, demonstrando que seu caminhar é marcado por processos educativos vinculados à educação popular, instrumento/estratégia fundamental para a construção de seus territórios efetivados coletivamente.

3.1 O pertencer e o direito de existir: mobilizações e permanências na conquista do espaço nas periferias

Lina de Carvalho, é militante pelo direito à moradia e pela educação faz muito tempo. Em sua trajetória de vida inúmeros encontros, debates, seminários e vivências a auxiliaram a compreender e atuar no mundo numa perspectiva crítica e esperançosa. Lina, assim como outras inúmeras mulheres estava em mobilização durante meses da ocupação do Xapinhall, localizada na cidade de Curitiba, o que garantiu na década de 1990 moradia para inúmeras famílias que não tinham condições materiais para viver na capital paranaense.

Em uma de nossas primeiras conversas, ainda antes da pandemia, a mesma relatou:

[...] Nenhuma mãe, nenhuma, quer ver filho passando fome, que só morar não é suficiente, só pagar a água e luz não é suficiente, você quer ver filho estudando, você quer ver filho vestindo bem, porque querendo ou não, você quer ver um filho bonitinho arrumadinho, sabe, você quer um filho que estude, você quer um filho tem um intelectualmente também que cresça, não é? (Informação Verbal)¹³

É importante destacar por este trecho que a casa e a garantia do morar não se encerram em si mesma, ter um espaço para morar faz parte de um conjunto de necessidades básicas para se viver com dignidade, assim como comer, vestir-se e estudar. A opção por iniciarmos este capítulo a partir do pertencer justifica-se por compreendermos que este direito fundamental aparece nas narrativas das entrevistadas como eixo estruturante de todas as outras reivindicações que se constituem a posteriori à conquista da moradia. Visto que morar, ter um endereço, pertencer a algum lugar é condição para as suas existências.

hooks (2022) na introdução de seu livro *Pertencimento: uma cultura do lugar* expressa que [...] A ideia de lugar – ao qual pertencemos – é um assunto recorrente para muitos de nós.” (p. 21), em seguida, a autora complementa “[...] Muita gente não tem senso de lugar, mas, sim, um senso de crise, de desgraça iminente.” (p. 21). Com isto, a autora inicia um debate sobre a importância dos valores de pertencimento, do conjunto de questões comunitárias que aprendemos em nossas raízes e, no caso dela, a necessidade de retornar para o local onde iniciou sua caminhada.

As comunidades humanas são construídas a partir de diferentes valores, prerrogativas e, conseqüentemente, pertencimentos. Se sentir pertencente a um espaço significa compartilhar, se sentir acolhido e conviver com outras pessoas que se

¹³ Lina de Carvalho, em 05 de maio de 2020, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

encontram na mesma localidade. Logo, a moradia e o espaço da casa, principalmente em comunidades periféricas, não podem ser reduzidos a sua mera localização, ou seja, não é visto como local individualizado, um ponto georreferenciado apenas. O lar de que falamos, o espaço conquistado, relaciona-se com uma série de ações coletivas, que abarcam desde o seu sentido concreto – proteção – até a produção das casas, não raro por meio de mutirões nos finais de semana, o que possibilita a produção do sentido de pertencimento ao lugar, à comunidade – fator necessário inclusive para o surgimento das territorialidades, central na produção dos contra-espacos¹⁴ da periferia.

A apropriação do espaço pode ser vista pelas práticas que buscam constituir espaços próprios com relações diferenciadas do espaço geográfico já existente, complementando que, com frequência, essa forma específica de produção espacial pode também ser compreendida pela presença dos espaços em coletividade. Com isto, observa-se que os movimentos de produção do espaço periférico – por meio de ocupações e autoconstruções – visa a transformação espacial das porções de terra que, ou estavam abertas à especulação imobiliária ou foram destinadas para programas sociais, por meio da territorialização das habitações populares e dos conjuntos habitacionais.

Este ocupar e transformar refere-se a trazer para este espaço um conjunto de valores vinculados ao fortalecimento das coletividades que, pouco a pouco, irão constituindo a nova comunidade que ali se forma. Ou seja, fortalecer o espaço e o lugar do morar relaciona-se justamente com a necessidade de pertencimento a um pedaço de chão conquistado graças às ações coletivas organizadas no processo de ocupação, evidenciando a obviedade de que as vidas humanas pressupõem a presença de algum lugar no espaço. Somos porque estamos e, estando, somos diretamente afetados pelas relações, contradições, valores e experiências que se desenvolvem nos espaços que ocupamos! Podemos ou não concordar com a cultura e as relações estabelecidas nos lugares, todavia, estas vão constituindo o modo como as coletividades vivem, enxergam e significam o mundo.

Para Quintero (2019)

¹⁴ O conceito de contra-espaco é trabalhado por Moreira (2002), apresentando a dinâmica de reestruturação de espaços existentes na sociedade a partir da força da sociedade civil em luta, que visa transformar as espacialidades de acordo com suas vivências. No capítulo 4 trabalharemos com maior profundidade este tema, compreendendo que as palavras mundo escolhidas expressam de que forma se produz o espaço das populações periféricas e, conseqüentemente, contra-espacos em relação ao capital.

[...] é a *perspectiva ou lugar de ver o mundo*, desde onde toda comunidade humana define a origem de seu *estar* e que, além disso, é o que orienta todo o processo de sua conformação como cultura, quer dizer, este *lugar de ver* é o que orienta as condições em que se produzem as relações materiais e simbólicas do grupo com a natureza e com o mundo, assim como suas relações internas de sociedade e poder. (p. 102, Tradução nossa)¹⁵

Significa dizer que a localização dos sujeitos interfere em seus modos de observar e agir no mundo, não podendo ser uma questão naturalizada ou universalizada. Isto porque as comunidades criam regras, valores e estratégias próprias, a depender das condições que lhes são apresentadas. Obviamente quando estamos falando das comunidades periferizadas, sabemos que elas são atravessadas por políticas de precariedade, que irão expor todo este conjunto de sujeitos a controles e à necropolítica de modo diferenciado. Com isto, também são nestas localidades que um conjunto de estratégias são criadas para a sobrevivência, possibilitando a existência de construção de territórios de cuidado, constituídos enquanto contra-espços em relação à cidade capitalista hegemônica.

O *conquistar seu espaço* para pessoas que são constantemente ignoradas, subjugadas e compreendidas como um “problema” das cidades, é sinônimo para as mesmas de visibilidade e reconhecimento de existência. Ivani, mulher negra, militante do Movimento Negro desde a década de 1980, reforça este entendimento ao expressar que quem é negro, em especial na cidade de Curitiba:

[...] sabe que por mais que ele tenha conhecimento de quem ele é, ele sabe que todos os espaços que ele passa ele tem que conquistar. Nunca vai ser fácil. Ele vai ter que conquistar [...] Os negros que foram conquistando espaço, já foram colocando assim que naturalmente ele sempre vai ter que lutar por um espaço que é dele, não devia. (Informação Verbal)¹⁶

Tendo como referência a compreensão de Ivani, verificamos uma relação intrínseca entre o existir e a conquista do espaço – sejam estes de moradia ou de participação comunitária, sobretudo para as classes populares. Além disto, verifica-se pelo relato da Ivani que estas populações possuem consciência de que seus espaços sempre serão conquistados através da luta, do estar, do aparecer, do reconhecimento. Este conjunto de estratégias criadas e trabalhadas coletivamente através dos movimentos sociais e por algumas gerações pode ser compreendido, de acordo com Collins (2019) como *saberes subjugados*, expressão criada para explicar as estratégias

¹⁵ No original: “[...] es la *perspectiva o lugar de ver el mundo*, desde donde toda comunidad humana define el origen de su *estar* y que, además, es lo que orienta todo el proceso de su conformación como cultura, es decir, este *lugar de ver* es el que orienta las condiciones em que han de producirse las relaciones materiales y simbólicas del grupo con la naturaleza y el mundo, así como sus internas relaciones sociales y de poder.”

¹⁶ Ivani Oliveira, em 03 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

de sobrevivência, que envolvem conhecimentos produzidos cotidianamente por mulheres negras disseminados para os vários membros de suas comunidades.

Isto porque este escopo de luta foi sendo construído nas margens da cidade de Curitiba através de estudos, debates e práticas sócio territoriais, gerando produções espaciais que possibilitam o fortalecimento do sentimento de pertencimento a um espaço, fundado em um coletivo que reivindica sua existência nesta cidade, ainda que ela lhes negue e tente apagá-los. Para compreender a importância do estar e do *seu espaço* nas comunidades periféricas é preciso ampliar o olhar, compreendendo que esta necessidade abarca tanto o sentido econômico¹⁷, como também o simbólico de existência, de pertencer a uma comunidade, de ser reconhecido como protagonista na produção espacial de seus bairros, não como inquilinos ou passageiros, mas como pessoas que tem raízes profundas com aquele lugar.

Considerando as questões colocadas, a análise da produção espacial pelas mulheres da periferia de Curitiba precisa ser atravessada pela luta e pela conquista de *seu* espaço. Por isso, o presente item foi organizado em dois eixos: o primeiro relacionado à luta por moradia, colocando como exemplo a Ocupação do Xapinhã – bairro Sítio Cercado – e as trajetórias de Sebastiana (Tiana) e Lina, lideranças do período de acampamento; o segundo diz respeito à conquista/constituição de espaços coletivos, através da construção das sedes da ACNAP e do Clube de Mães União Vila Torres, ambas fruto de intensa luta e reivindicação das integrantes dos coletivos. Isso porque após as conquistas da moradia, outras lutas vão se desdobrando, expressão da configuração e/ou produção dos territórios do cuidado produzidos por elas.

Lina explicita que a luta por uma moradia através da ocupação do Xapinhã significava para ela um “[...] querer um espaço meu também né? Eu queria um espaço que eu dissesse: Esta é minha casa! Esta eu vou morar né? Aqui eu vou morar, aqui é o meu canto! Né? Eu sempre digo assim que eu nunca vou vender...” (Informação verbal)¹⁸. Sua fala sintetiza justamente o desejo de pertencimento, do estabelecimento

¹⁷ Para além da questão comunitária e de pertencimento formada nestes espaços, é importante compreender que a conquista de um lugar na cidade capitalista se traduz em direito – ou no mínimo reconhecimento – de existência. Ao considerar que esta sociedade se baseia fundamentalmente na propriedade privada, não possuir uma residência fixa significa não existir! Isto porque o acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia e segurança baseiam seus protocolos em endereços residenciais e comprovantes – lembrando que nem sempre os aluguéis são feitos a partir de contratos.

¹⁸ Lina de Carvalho, em 05 de março de 2020, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

de raízes em um lugar, de ter um espaço para chamar de seu e ter a segurança de não precisar ir embora, ser expulsa e/ou ficar sem abrigo em situação de desamparo.

Considerando o que já demonstramos anteriormente, sabemos que a formação dos bairros perifêricos de Curitiba é marcada pela presença massiva de pessoas e/ou famílias do interior do estado do Paraná, muitos povos do campo que chegaram aqui a partir da década de 1970 em busca de salários, residência e condições dignas de vida. A Ocupação do Xapinhal, na qual muitas mulheres foram protagonistas e militantes na busca por um pedaço de chão, reforça a luta por dignidade, uma vez que reivindicavam a moradia para que pudessem assentar-se e produzir sua comunidade definitivamente, em um terreno antes destinado à especulação imobiliária.

O movimento que agregava associações de moradores do Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão¹⁹, via na luta organizada um modo de conquistar moradia fixa na capital paranaense, uma vez que todas as alternativas haviam sido esgotadas e as políticas públicas habitacionais não atendiam de modo satisfatório a população. Ao longo de três anos, segundo relatos de Lina e Tiana, os e as ocupantes reuniram-se semanalmente para pensar alternativas, estudar terrenos, negociar, criando ali um senso de comunidade e solidariedade, valores fundantes para construção dos territórios de cuidado e contra-espços produzidos por diferentes mulheres nas periferias. Boa parte de tais experiências foram registradas no *Diário de Tiana* (1991), traduzido em outras línguas, apresentado na imagem 3 que segue.

FIGURA 3 - CAPA DO DIÁRIO DE TIANA – TRADUZIDO PARA O ITALIANO E ALEMÃO



Figura 3 – Capa do Diário de Tiana – Traduzido para o italiano e alemão. Foto da autora (20/08/2019)

¹⁹ A origem do nome da Ocupação inclusive remete às iniciais dos bairros em que a maioria dos militantes residiam no período: Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão.

Tiana, autora do *Diário de Tiana: uma experiência de fé na periferia curitibana*, nos contou em entrevista realizada dia 06/05/2022, que a ocupação do Xapinhal contou com diferentes auxílios, em especial dos Carmelitas e das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, que auxiliaram na avaliação, programação e execução do movimento. A mesma também informa que “[...] isto partiu da necessidade, e foi uma luta das mulheres. Te digo isto com a maior certeza do mundo, muito pouco homem teve a coragem de ir. As mulheres vieram todas! Mas os homens foram muito menos corajosos ou falta de acreditar.” (Informação verbal)²⁰

Analisar este movimento por moradia exige antes de tudo compreender que o momento da ocupação representa uma parte, um momento de um longo e complexo processo. Para Campos (2014), o evento é o momento em que os fenômenos são levados em consideração, todavia é necessário reconhecer o processo em suas causas e consequências, sendo estes três componentes parte de um único movimento de transformação tomado em sua totalidade. Pensando nisto, vamos analisar a conquista do espaço do Xapinhal através destes três pontos levantados por Campos para observar, na totalidade, o impacto deste movimento na produção e dinâmica da periferia curitibana.

Lina, ao contar sobre sua trajetória evidencia que

[...] Neste período, acho que foi em 1984, que começou o movimento devido o aluguel muito caro né? E aí começou o movimento pela moradia. E, eu já era casada e já tinha dois filhos, tinha minhas duas filhas mais velhas. Daí, eu, na verdade eu estava grávida da segunda, e aí a gente entrou. Eu que participava das reuniões, dos movimentos sociais, quando falou da moradia, se tinha proposta de conquistar uma casa, de pagar esta casa, equivalente o que você ganhava. Aí eu comecei a participar porque eu sabia desde o começo que a gente podia ocupar. Só que a gente não falava, na época a gente falava viajar, por causa da questão da ditadura, por causa da época, a gente não podia falar. (Informação Verbal)²¹

Num período em que a ditadura ainda estava presente no país, estas famílias, principalmente as mulheres mobilizaram-se para exigir moradia digna, que se adequasse às suas condições financeiras e que, de fato, permitissem que pudessem ter sua casa própria. Quando Lina utiliza o termo viajar verificamos aqui mais uma estratégia para manter o sigilo, um pacto para que a organização fosse exitosa nos anos de chumbo.

Tiana explica que no período anterior à ocupação primeiro estudaram possíveis terrenos, uma vez que a maior necessidade do povo – segundo as associações – era de fato a moradia, após este diagnóstico, começaram as reuniões. Ela conta que

²⁰ Sebastiana (Tiana) Motta, em 06 de maio de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

²¹ Lina de Carvalho, em 18 de fevereiro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

[...] Começamos a trabalhar as reuniões semanais. Para a gente ver esta questão de ocupar. Mas isto foi anos, eu não me lembro direito a data, acho que foi três anos mas no livro eu devo falar. [...] A gente se encontrava, era aberto para outras associações aqui da nossa região, e a gente tudo lá. E muita gente desistiu, porque achava que isto não ia dar em nada. Mas também não era uma coisa que qualquer um pudesse ir e falar: eu vim, pra bisbilhotar! Tinha uma chamada, nós tínhamos uma carteirinha para participar, era dentro da Igreja, tudo muito secreto, daí pra poder falar entre nós, porque a gente era muito visado! Já que era o povo que ia pra tudo quanto é revolta, passeata, estas coisas. Então a gente não era tido como dado pelo pessoal da prefeitura. (Informação Verbal)²²

Novamente verificamos no relato que o tempo de planejamento foi cercado por inseguranças e necessidade de se manter segredo, usando espaços estratégicos como os da Igreja para manter o movimento em segurança. É neste sentido que as duas relatam que poucas pessoas sabiam o local exato da ocupação e o dia em que a mesma ocorreria, sendo expressamente proibido falar sobre esta questão com outras pessoas de fora da reunião. Todo este cuidado foi necessário para que a ocupação do Xapinhall de fato fosse efetivada, exigindo colaboração, solidariedade, companheirismo, estratégia e paciência dos participantes que estavam em busca da conquista de seu lar.

Modesto (2014) explica que a vida coletiva é rica em interpretações e possibilidades de mudanças em relação à realidade apresentada, fazendo com que no contexto urbano, as lutas entre forças hegemônicas e invisibilizados demonstre a potencialidade da força da ação. A luta coletiva permite que os sujeitos encontrem seus pares, identifiquem os problemas a que estão submetidos e pensem soluções para tais problemáticas, criando possibilidades outras de mundo, na qual possam se estabelecer e viver.

A organização construída tem como pressuposto o “acreditar” que, por sinal, sempre esteve presente nas conversas com as lideranças com as quais trabalhamos. Podendo estabelecer um paralelo entre esta expressão e o esperar defendido pelo professor Paulo Freire acerca das movimentações dos grupos oprimidos de nossa sociedade. Este acreditar e/ou esperar não constitui uma confiança cega de que as coisas irão se resolver, mas tem como fundamento a ação coletiva e conjunta de diferentes sujeitos para modificar a situação na qual se encontram imersos.

Para Ribeiro (2014) a ação política extrapola o agora, sendo projetada para além de sua reprodução momentânea. Com isto, percebemos que a organização e ação sobre o espaço por parte destes movimentos constitui uma busca por transformar a precária realidade imposta, modificando assim o agora e o amanhã. Ainda que o

²² Sebastiana (Tiana) Motta, em 06 de maio de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

movimento de ocupação do Xapinhal visasse responder a um problema imediato – a moradia – o comprometimento dos sujeitos com a luta também condensou a vontade de existir, de estar, de ser dentro nesta sociedade que lhes negava todos os direitos básicos.

O fato é que uma parte significativa deste movimento – ainda que não seja possível especificar em números – foi composta por mulheres e destas, majoritariamente, foram as mães que acamparam com suas barracas e permaneceram meses separadas de suas crianças – que ficaram com avós, tias, pais ou conhecidas, evidenciando a necessária colaboração de uma coletividade que extrapola os sujeitos diretamente envolvidos nas ocupações.

O evento em si da ocupação ocorreu, segundo os registros, no dia oito de outubro de 1988, num sábado à noite, após a reunião semanal realizada pelos participantes. Tiana informa em seu diário que estava com muito medo naquele momento, pois era chegada a hora tão esperada.

Lina, quando recorda o momento de ocupar explica que

[...] E aí a gente foi fazendo estas reuniões, e isto te dava uma força. E aí você via também que não estava sozinha, tinha muito mais gente, além de nós, tinha outras comunidades né? E assim, só participaria quem participasse da reunião, quem faltasse às reuniões durante este período não ia participar. Não adiantava ir a três reuniões e daí ir, tinha que ter um acompanhamento, um amadurecimento para participar. Aí quando foi no dia 08 de outubro, a gente teve a última reunião fora da ocupação, eu me lembro assim que a pessoa falou assim: é hoje que nós vamos viajar! (Informação verbal)²³

Aqui percebemos que as diversas reuniões realizadas ao longo deste período anterior à ocupação constituíram processos de educação não-formal, próprias dos movimentos sociais, para que os sujeitos ali presentes construíssem consciência acerca das ações que iriam realizar. Isto porque o ocupar estava ancorado numa série de debates críticos sobre o direito à moradia e à terra, ao acesso digno destas famílias à cidade, enfim, o direito à cidade.

Freire (2011) afirma que a existência, porque humana, não pode ser muda, mas também não pode nutrir-se de falsas palavras, logo, ação e reflexão devem caminhar de modo inseparáveis, construindo a práxis. Dar sentido ao mundo, significar as experiências, foi parte fundante para que este movimento fosse exitoso, visto que no período de preparação todos criaram consciência de que apenas a luta coletiva e contínua poderia modificar o quadro em que se encontravam.

Na entrevista realizada, Tiana relembra que

[...] Aí quando nós chegamos era muito perto de casa. Mas a gente não sabia. Eu vim, eu me lembro que eu vim numa caçamba suja de terra, a gente foi na

²³ Lina de Carvalho, em 18 de fevereiro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

igreja no escuro, as dez horas da noite, não podia acender luz e só podia falar “cochicho”. A gente partiu, quando eu fui comprar lona neste dia, o cara falou que será que tem hoje, tanta lona, comentou com outra pessoa lá. Eu também não podia dizer né? O que que eu ia dizer? [...] Aí de noitinha eu falei pro meu filho e espere pra quando eu voltar da reunião, que diz que tem uma surpresa da reunião, mais tarde. Daí a reunião foi mais tarde, aí quando a gente foi só voltava em casa pra pegar. (Informação Verbal)²⁴

Após a noite da ocupação, a organização do movimento precisou ser modificada. Rapidamente os ocupantes montaram o acampamento, composto por madeiras e lonas, num terreno cheio de cobras, escorpiões e grama. Além disto, dividiram-se em comissões, buscando estruturar como seria o dia a dia nos próximos meses, procurando, como estratégia, prever todos os problemas que poderiam encontrar. A figura 4 ilustra a organização do acampamento.

FIGURA 4 - VISTA PARCIAL DO ACAMPAMENTO DO XAPINHAL



FIGURA 4 – Vista parcial do acampamento do Xapinhall. Fonte: Acervo pessoal de Sebastiana Motta (1991)

O medo do despejo e as intempéries do tempo (como chuva e frio) marcam este novo período. Diferente da etapa de planejamento, a ocupação revela a materialidade da organicidade do movimento, evidenciando seu papel na reconfiguração do espaço desabitado, agora com a presença de 3.000 famílias, num período em que a insegurança em relação ao amanhã circulava na mente de todos que ali estavam.

Tiana, em seu diário, registra que desde o momento da ocupação sentia que eles já eram uma nova comunidade, divididos em setores de 1 ao 10, encampando o mesmo propósito: o de conquistar a terra, pois segundo ela “[...] Se a origem do homem veio da terra, acredito que o homem não pode viver separado da terra. Homem e terra são unidos, desde a criação do mundo.” (p. 7)

²⁴ Sebastiana (Tiana) Motta, em 06 de maio de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

hooks (2022) defende que abraçar a comunidade de modo verdadeiro faz com que busquemos viver em comunhão com o mundo à nossa volta, aceitando a diversidade humana e comprometendo-nos com a construção da mesma, apesar das adversidades. Ao ocuparem a região do Xapinhal, estas famílias e lideranças materializam o lento e complexo processo de construção de uma comunidade, com valores que representassem sua cultura e seu lar, enfim, o seu pertencimento ao espaço urbano que historicamente lhes fora negado.

Lina relata que durante os dias de acampamento da ocupação

[...] Tinha família que veio de mudança, era aquilo que eles tinham, se não desse certo eles não tinham pra onde ir. [...] Só que tinha algumas famílias, que nem no meu caso, eu tinha uma casinha aqui, no fundo do terreno da minha sogra, se não desse certo, eu iria pra lá, voltaria pra lá. Mas tinha gente que não tinha pra onde ir. Então assim, as mulheres, a maioria das mulheres que tava no acampamento, na hora de fazer a segurança a gente que cuidava, durante o dia era a gente que cuidava. [...] E as mulheres é que seguravam a barra, que faziam as coisas do dia-a-dia... (Informação Verbal)

Por meio do relato verifica-se que a ocupação do Xapinhal representou a única alternativa para muitas famílias, que não conseguiam ser inseridas em nenhuma política pública de habitação promovida pela administração pública. Do mesmo modo, o outro conjunto de ocupantes buscava uma maior autonomia, fosse saindo dos terrenos familiares ou deixando de pagar aluguel, possuindo então a segurança de um lugar em que não pudessem ser despejados ao vencer um contrato de locação. A figura 5 mostra que, além das mulheres, a ocupação fez parte também do cotidiano de muitas crianças, cujas famílias não tinham com quem deixá-las.

FIGURA 5 - BARRACO DE LONA NA OCUPAÇÃO DO XAPINHAL, COM CRIANÇAS



FIGURA 5 – Barraco de lona na Ocupação do Xapinhal, com crianças. Fonte: Acervo pessoal de Sebastiana Motta (1988)

Podemos verificar a presença de duas crianças no acampamento, evidenciando a dificuldade que algumas famílias tiveram em permanecer por este longo período acampados com poucas condições de higiene ou abrigo. Durante os meses de acampamento a construção política deste grupo continuou, por meio das comissões e reuniões comunitárias. Lina relata que fez parte da comissão de saúde durante dois anos, pensando e promovendo ações de saneamento e de saúde principalmente para crianças, ela diz que

[...] Na época, eu fazia parte da comissão de saúde, do acampamento né? Então durante estes, acho que dois anos de acampamento, eu era da comissão de saúde. A gente procurava orientar o pessoal que não deixasse muito lixo, pusesse lixo direitinho lá na frente pros lixeiros levar, que amarrasse as sacolas, que mantivessem os barracos limpos e organizados. E cuidava muito das crianças que estavam doentes, fazia muito soro caseiro na época né? Porque tinha muita criança com desidratação... (Informação Verbal)²⁵

Registra-se que foram inúmeras as dificuldades encontradas pelas famílias ocupantes: a falta de água, luz e esgoto. Além disso, as condições precárias de alimentação e higiene provocaram inúmeras doenças, em especial entre as crianças, lastimavelmente doze perderam suas vidas neste período!

No mesmo sentido, Tiana explica sobre as comissões de segurança, compostas principalmente por mulheres que, durante o dia, faziam rondas no acampamento para verificar a presença de força policial para desocupar ou então para impedir que pessoas estranhas entrassem na localidade. Por seis meses as pessoas acampadas só saíam do local para trabalhar, precisando sempre retornar no período da noite, fazendo com que muitas destas mulheres ficassem longe de seus filhos e parentes.

Além destas duas comissões, também havia outros grupos responsáveis tanto pela negociação com a prefeitura, aqui os parceiros do movimento auxiliavam na intermediação com a prefeitura. Tiana fez parte deste processo – bem como participou dos grupos que preparavam as refeições, preparadas em casas próximas de pessoas que não ocuparam, mas estavam juntas na organização.

Foi apenas no primeiro semestre de 1989, mais de um ano após a ocupação, que os acampados começaram a construir suas casas de 18 metros quadrados (3x6), com madeira para as paredes e lonas no teto, construção esta realizada de modo solidário e coletivo, para que pudessem ter mais conforto no local. As casas provisórias foram construídas em decorrência da falta de andamento da negociação, sendo necessário permanecer no lugar e continuar reivindicando o direito àquela terra, antes desocupada.

²⁵ Lina de Carvalho, em 18 de fevereiro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

A coleção de imagens na figura 6 registra dois momentos da ocupação: à esquerda é possível ver o acampamento e à direita a movimentação da construção coletiva das casas.

FIGURA 6 - O ACAMPAMENTO E A CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS CASAS NO XAPINHAL



FIGURA 6 – O acampamento e a construção das primeiras casas no Xapinhãl. Fonte: Museu da Periferia, 2022.

Ainda que tenham existido outras formas de acessar o lote e a casa nas periferias urbanas curitibanas, tomamos por exemplo a ocupação do Xapinhãl, pois ela representa a centralidade na luta pela terra, bem como constitui um conjunto de experiências de construir uma comunidade desde a auto-organização de seus moradores. Novamente reiteramos o que hooks (2022) chama de valores de pertencimento, uma vez que, ao estarem acampados, estes sujeitos constroem e vão compartilhando trajetórias, dando a tônica do que querem para este lugar de habitação, seu território de vida.

Tiana, em entrevista, evidencia que “[...] as mulheres que batalharam para construir estas casas, por isto eu digo que foi luta da mulher sim. [...] Porque elas acreditavam, eu acho que elas acreditavam e queriam um lugar para os filhos, eu to aqui

já, aguento esperar mais um pouquinho.” Do mesmo modo, através dos registros do período, observa-se que foi através do debate coletivo nas comissões – eleitas democraticamente – que a divisão das terras foi feita, garantindo terrenos proporcionais para todas e todos que estiveram presentes neste período de luta.

FIGURA 7 - CONSTRUÇÃO DA CASA (3X6) DE TIANA NA OCUPAÇÃO.

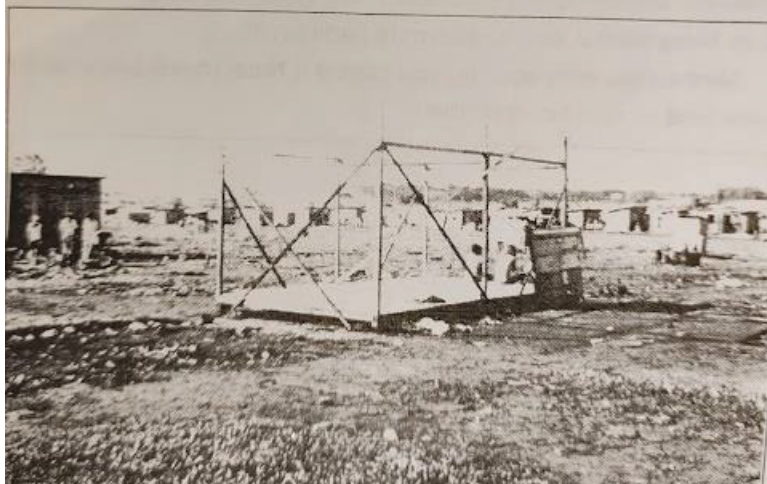


FIGURA 7 – Construção casa (3x6) de Tiana na Ocupação. Fonte: acervo de Sebastiana Motta (1989).

Em seu diário, Tiana descreve que após a construção de sua casa no terreno determinado ela sentia que

[...] Sinto que esta casa não é só minha, tem a mão de muita gente. Eu vou morar nela, mas ela pertence a tanta gente. Faltou grana para o telhado, vou trabalhar mais um mês para comprar. Até lá será coberta de lona. Finalmente deixo definitivamente o aluguel e mudo para casa, apesar das péssimas condições de higiene, pois temos uma privada para trinta famílias. Banho? Só de bacia. (MOTTA, 1991, p. 29)

Deste trecho podemos destacar duas questões centrais: primeiramente a vida comunitária e a solidariedade presente na construção das primeiras casas que, em outros momentos, seriam substituídas por construções de alvenaria; e em segundo lugar o desfecho da mudança para casa própria, ainda que esta não esteja finalizada e as condições não sejam ideais.

Em relação ao primeiro ponto Maricato (2000) destaca que a autoconstrução, o mutirão, a auto ajuda, enfim, são termos que determinam um processo de trabalho cooperativo entre as pessoas, seja por meio de favores, laços de amizade ou de compromissos familiares, diferenciando-se das relações de compra e venda vinculadas à exploração da força de trabalho. A construção das casas da ocupação foi feita a partir da troca de saberes, compartilhando o conhecimento de construção entre todos, com

paredes erguidas a várias mãos, que sempre são recordadas e reconhecidas por quem esteve presente neste período, como podemos verificar nos relatos de Tiana.

Já em relação à mudança para casa própria, esta representa tanto o libertar-se do aluguel (dinheiro este que passa a ser destinado para outras prioridades, incluindo a construção da casa própria), como a autonomia para estar em um lugar que pode chamar de seu. Verifica-se que foi um movimento de plantar raízes, construir um novo espaço de pertencimento, mesclando tanto os valores anteriores como aqueles cunhados na luta para o direito à cidade.

Por fim, cabe destacar que após muita negociação e esperar destas mulheres e famílias, o loteamento finalmente foi efetivado no ano de 1990. Das 3.000 famílias iniciais apenas 1.260, ou seja, pouco menos de 50% conseguiram passar pelas provações do período anterior. Após dois anos de perseverança e luta, o loteamento – e seu respectivo sorteio – foi realizado pela Cohab e pelo presidente da associação de moradores Nossa Luta. É importante salientar que a estrutura das ruas e o loteamento do espaço foram construídos conjuntamente, com terrenos que possuíam a mesma metragem, considerando inclusive porções para espaços comunitários. A seguir temos uma imagem do sorteio dos lotes e uma da realocação da casa de Tiana, para o lugar definitivo de seu terreno.

FIGURA 8 - SORTEIO DOS LOTES E MUTIRÃO PARA REALOCAÇÃO DAS CASAS



Até este ponto destacamos a conexão existente entre a conquista do lote na periferia e a consolidação do existir na cidade através do exemplo da Ocupação do Xapinhal. Todavia, não são apenas os espaços individuais que possuem relevância quando se trata de ocupar e produzir o espaço periferizado. A potencialidade de luta produzida por estes sujeitos encontra-se justamente na construção de espaços comunitários, que possibilitam o encontro, o debate e a reflexão de diferentes moradores sobre seus problemas e necessidades, evidenciando que a luta pelo direito à cidade é atravessada por ações coletivas e processos educativos inerentes aos movimentos sociais.

Sejam os salões das igrejas católicas – como na década de 1970 -, as associações de bairro que conquistam suas sedes pouco a pouco, ou até mesmo as salas de aula cedidas para reuniões, o fato é que o espaço comunitário na periferia concentra todo o poder de transformação vindo da união destas comunidades. Estas porções do território são produzidas de modo coletivo, uma pintura aqui, uma parede acolá, fotos e retratos de festas, luta e reuniões, lembranças que reforçam que mais do que existir individualmente, estes sujeitos existem e resistem coletivamente.

Para exemplificar o que estamos relatando, tomamos por exemplo a conquista da Sede da ACNAP, no Xapinhal/Sítio Cercado e a Sede do Clube de Mães União Vila Torres, na Vila Torres/Prado Velho. Ambas as construções são fruto de uma intensa luta coletiva para sediar os projetos que visam ampliar, refletir e agir sobre a localidade que vivem em uma perspectiva do cuidado.

Irenilda, presidente e fundadora do Clube de Mães União Vila Torres, explica que antes da conquista da sede oficial, os primeiros cursos ofertados foram realizados em um ônibus adaptado da prefeitura, além disto, as reuniões e demais atividades estavam espacializadas primeiramente na casa dos pais dela.

[...] Este lugar aqui que é o Clube de Mães hoje, isto aqui é da prefeitura, é da COHAB, isto aqui ficou abandonado! Era uma cavalaria, virou um local de usuário de droga. E eu pagava aluguel para o espaço que eu estava, aí eu entrei com um pedido aqui e consegui. E daí a gente deu uma melhoria, o Bernardinho, técnico da seleção de vôlei, a primeira vez foi ele que veio aqui e fez a reforma pra gente começar! Então foi muito legal, no começo tinha muita criança no sinaleiro, pedindo, e nós queríamos acabar com isto, e a gente conseguiu! (Informação Verbal)²⁶

Apesar de ter sido uma das protagonistas para a conquista do espaço atual, a mesma reforça que sempre contou com ajuda de outras pessoas da comunidade e parceiros que auxiliavam nos trâmites legais do que fazer. Além disto, é importante

²⁶ Irenilda, em 26 de outubro de 2021, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

destacar que com os projetos realizados a partir do Clube de Mães – de formação e de esporte – outras reformas aconteceram, sendo a última realizada em dezembro de 2022, idealizada e construída a partir da própria comunidade, pintando, adaptando e melhorando o local para realização destas várias atividades.

FIGURA 9 - Fachada frontal do Clube de Mães União Vila Torres



FIGURA 9 – Fachada frontal do Clube de Mães União Vila Torres. Fotografado pela autora (26/10/2021)
Segundo hooks (2022)

[...] Nascemos e mantemos nossa existência no lugar da memória. Traçamos nossa vida por meio de tudo de que lembramos, do momento mais mundano ao mais majestoso. Conhecemos a nós mesmos por meio da arte e do ato de recordar. As memórias nos oferecem um mundo onde não há morte, onde somos sustentados pelos rituais de afeto e lembrança. (p. 26)

É espaço onde nossos pés pisam, que sustenta nosso corpo e que emociona nossos sentidos. As memórias são produzidas a partir de espacialidades, bem como toda nossa existência. Logo, a pintura da fachada do Clube expressa o modo como os coletivos que o utilizam se apropriam deste espaço, representa os usos que a comunidade faz daquele ambiente, aberto para toda população.

Os projetos de boxe/luta, a biblioteca, os cursos profissionalizantes, palestras e espaços de reflexão, tudo isto coexiste neste ambiente coletivo e estão grafados na fachada. Tais ações, que visam transformar a realidade encontrada, apresentando outras possibilidades para os moradores da Vila. Este espaço que pouco a pouco foi sendo preenchido pela vida, experiência, cores e recordações de quem por ali passou, revela

marcas territoriais próprias, que representam um conjunto de valores de pertencimento cujo fruto visualizamos na luta coletiva e organizada dos moradores.

Em outro bairro da cidade, na antiga ocupação do Xapinhã, parte do bairro Sítio Cercado, vemos outro exemplo de espaço coletivo do cuidado conquistado após anos de luta e mobilização. A ACNAP, amplamente conhecida no bairro, promove desde muito tempo ações culturais e denúncias acerca do racismo estrutural existente em Curitiba. Idealizada por vários grupos negros que decidem juntar-se em uma só Associação, ela permanece resistindo até hoje à falta de investimento e tentativas de invisibilização.

Vera Paixão, presidente e fundadora do grupo Ka-naombo, se emociona ao contar sobre aquele espaço e a formação do grupo afrocultural Ka-naombo.

[...] Meu pai morava aqui, que era ocupação. Então meu pai morava aqui no barraco, e eu e minha irmã tinha um salãozinho 2x2 e eu vim fazer o trabalho aqui. E aí nós não tínhamos nada [...] Daí a gente não tinha onde ensaiar, aí ensaiava na rua, aqui na frente. Só que começou a ficar muito pequeno, pra você ter ideia teve uma época que nós tínhamos 91 crianças e 33 que faziam apresentação. (Informação Verbal)²⁷

Ela continua relatando que se tornou cada vez mais difícil realizar os ensaios, e apesar da diretora da Creche Parigot de Souza ter cedido o espaço para que pudessem desenvolver o projeto, existia muito preconceito em sair da ocupação e ir até uma parte do bairro que já era asfaltada e considerada “mais rica”. Ela explica

[...] Este lugar aqui era um mato, tudo mato. E aí o Vanderlei veio um dia aqui, bem no meio e gritou “um dia aqui será a sede do Grupo Afrocultural Ka-naombo”, parece que os anjos falaram amém. Aí o Jaime, a gente já tinha casado, aí o Jaime pegou e foi fazer parte da Associação de Moradores Nossa Luta, e aí a gente colocou de fazer um espaço nosso. Aí a gente fez a nossa sede aqui, e a ACNAP antes ela tinha cinco grupos, que foram saindo. [...] E aí a gente levou aqui pra construir quase 20 anos, para construir aqui, mas assim, tudo desde carpir, até colocar os tijolos, tudo aqui eu acompanhando, a maioria parentes, meus amigos, e aí fomos pagando e fomos fazendo, aí ficou uns 7 anos parados só com a estrutura. (Informação Verbal)²⁸

Foi somente depois de muita luta e empenho que a sede finalmente pode ser finalizada. Neste meio tempo a ACNAP e o grupo Ka-naombo (que Vera considera um braço da associação) realizaram inúmeras atividades formativas: festas culturais, cursinho pré-vestibular – com sede na UFPR campus botânico -, concurso beleza dos Palmares, debates sobre racismo, dentre outras ações na comunidade e na cidade de Curitiba. Infelizmente pouco tempo depois da finalização da sede, a pandemia de Covid-19 impediu que as atividades pudessem ser realizadas. Durante este período, apenas o trabalho de alimentação, que abordaremos a seguir, foi realizado. Agora, em

²⁷ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

²⁸ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

meados do fim do ano de 2022, os trabalhos estão sendo retomados, tendo inclusive uma sala que abriga o Museu da Periferia, que havia sido despejado de seu antigo local pouco antes da pandemia.

A sequência de imagens na figura 10 mostram o salão principal da Sede da ACNAP, contando com outras salas para realização de atividades específicas.

FIGURA 10 - SALÃO PRINCIPAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR – ACNAP, 2022



Encontro Mulheres contra o Racismo, salão principal da ACNAP. (Dez/2022)

Oficina de Dança no salão principal da ACNAP. (Dez/2022)

Nas imagens podemos perceber que as paredes da sede são preenchidas por fotos, que registram pessoas e momentos da Associação e dos grupos que ali compuseram ou compõe o espaço. As cores, os panos e a organização no interior deste local representam os valores e entendimentos de mundo destes grupos e que ficam registrados marcando presença em quem ali frequenta.

Sua conquista e construção demonstram a luta da resistência negra na periferia de Curitiba, trazendo para esta cidade – embranquecida em seus discursos oficiais – a existência e permanência da população negra aqui! É através desta territorialidade, expressa por meio de imagens, músicas e cores que somos convidados a compreender a dimensão espacial dos bairros periféricos, bem como a importância destas localidades para difundir e trabalhar – através da educação não-formal – os valores que fundamentam os territórios de cuidados cultivados na periferia curitibana, produzidos especialmente pelas mulheres.

Pois bem, Collins (2022) explica que na vida cotidiana o termo comunidade, não raro, é usado como uma mera descrição, todavia, a autora demonstra que as pessoas usam a construção da comunidade para pensar e fazer política, extrapolando uma naturalização deste processo. Percebemos em nosso estudo sobre acesso e conquista do espaço que a produção destes territórios ocorre sempre de maneira coletiva, uma vez

que a produção espacial não pode ser individualizada. Os exemplos evocados buscam refletir justamente sobre a centralidade existente do sentimento de pertencimento ao lugar que remete a uma construção coletiva das espacialidades dos bairros.

Assim, o espaço conquistado na cidade se refere diretamente à evidenciação do ser, pois estando em algum lugar há que reconhecer a existência destes indivíduos. Ainda que discursos oficiais possam ocultar, ou a mídia teime em não evidenciar suas lutas, estas pessoas, ao estarem em *seus espaços* têm a certeza de que são vistas, que podem gritar e agir sobre a estrutura posta.

Para Lefebvre (2006) o espaço não pode ser concebido como passivo ou vazio, como um palco no qual as relações sociais se desdobram, para ele o espaço ganha

[...] uma triplicidade sobre a qual se voltará em mais de uma retomada:
A prática espacial que engloba a produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social [...]
As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem [...]
Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação. (p. 36)

Ao analisarmos a conquista do espaço sob a ótica desta triplicidade apresentada percebemos que a produção espacial é composta por uma complexa teia comunitária que vai movimentando e agindo, produzindo e fortalecendo os locais que conquistaram. No caso da periferia curitibana, verificamos que as populações sempre precisaram se mobilizar e encampar lutas para que acessassem a moradia, tivessem saneamento básico, escola, saúde e arruamento, enfim, para que pudessem ter o direito à cidade, que historicamente lhes fora negado.

Seria uma ingenuidade pressupor que a urbanização dos bairros periféricos de Curitiba é expressão da boa vontade do poder estatal ou da ação individualizada de algumas pessoas, pelo contrário, apenas com o conjunto de movimentações, mobilizações organizadas pelos movimentos sociais (representados por suas associações e clubes) que os direitos à cidade são conquistados.

Logo, poderíamos dizer que ao lutarem pela terra, estes grupos realizam *práticas espaciais* que produzem e reproduzem o espaço de acordo com as características e demandas dos grupos que o ocupam. Verifica-se uma contraposição às representações do espaço hegemônico. É a partir destas práticas que os códigos, regras e valores da nova comunidade vão sendo definidos sendo estas que dão suporte e fundamentam os espaços de representação descritos. Por meio destes primeiros

desdobramentos temos tais espaços apropriados e reivindicados por estas pessoas, que representam seu local de pertencimento.

Ao longo deste item buscamos demonstrar que a conquista do espaço urbano se refere ao direito de existir e pertencer das comunidades na cidade, exemplificando esta tese por meio de dois exemplos: o movimento de Ocupação do Xapinhall e a conquista das sedes do Clube de Mães Vila Torres e da ACNAP. Ambos os exemplos demonstram a importância da educação não-formal e popular, além da organização comunitária para que a pauta do direito à cidade pudesse ser atingida.

Compreendemos que a luta e a conquista do espaço coletivo expressam a materialidade dos territórios do cuidado na periferia – produzido por diferentes mulheres – uma vez que explicitam a relação entre elas e seu lugar, o pertencimento ao chão que habitam e, conseqüentemente, fundamento da sua luta para organizar/produzir nos espaços de seus bairros locais de esperanças e de vida, portanto, do cuidado.

No próximo item desdobramos outra palavra-chave central para compreender estes contra-espços: a alimentação! O alimentar e as refeições estiveram presentes em todos os debates, atividades e diálogos que tivemos ao longo de nossa investigação ação participativa, demonstrando que dentro do conjunto de valores de pertencimento das comunidades periferizadas de Curitiba, o alimento congrega uma série de significados, sendo pauta política e prioritária para as mulheres que militam nestas localidades, afinal, são condição para que a vida se realize.

3.2 As mãos que transformam os alimentos: o papel da comida e da alimentação nas relações comunitárias da periferia

No último item trabalhamos com a importância da conquista do espaço para as comunidades periferizadas, condição para a realização de suas vidas, mas também expressão de suas organizações, lutas e processos educativos não formais. Em minha memória, desde cedo fui levada a não apenas compreender, mas a valorizar o pedaço de chão conquistado por meus avós e meus pais, fruto de uma intensa luta para que tivessem moradia fixa para criar seus filhos e netos. Ao longo dos anos memorizei e fui grata por cada cômodo reformado – muitas vezes construídos durante as férias por meio da autoconstrução – e fui refletindo criticamente que o sentido de um lar era bem mais do que um ganho econômico, mas representava materialmente a possibilidade da nossa existência, expressão do cuidado e do necessário acolhimento de todos.

Assim, após os trabalhos de campo e a realização das entrevistas com lideranças tornou-se obvio que nossa análise precisava ser iniciada por este tema. De um modo muito distinto, ocorreu a continuação deste tecimento, uma vez que até o fim dos campos a questão alimentar não estava presente em nosso planejamento. Veja só! Basta realizar um exercício de memória para recordar os cafés e a necessidade “de oferecer algo para as visitas”, ou então a bronca de mães, tias e avós que “não estávamos nos alimentando direito”.

A alimentação e o oferecer alimentos é uma realidade tão imbricada em nossa cultura comunitária, que por vezes é tratada de modo naturalizado, tida como universal e presente em todos os grupos humanos. Todavia, assim como outras questões trabalhadas ao longo de nosso estudo, é preciso desnaturalizar as questões, politizá-las, compreender de onde vem estas práticas sócio espaciais que tomamos como “normais”.

Minha infância, adolescência e vida adulta é marcada intensamente pela questão alimentar. O cheiro da comida fresca no fogão, os almoços oferecidos e feitos pela família, o café da “tia Marli” quando ficávamos na sua casa, as marmitas preparadas quando o trabalho já não permitia almoçar em casa, enfim, o estar em volta da mesa e a alimentação sempre foram sinônimos de cuidado e atenção, algo que marca profundamente o modo como me relaciono com o mundo.

Assim como eu, inúmeras gerações cresceram com estas mesmas lembranças, que, ainda que em tempos de escassez, viam pais e avós desdobrarem-se para não faltar o básico ou essencial para alimentação. A divisão do alimento em porções igualitárias, as contas para que não faltasse nada até o fim do mês, a consciência desde a mais tenra idade que o alimento é sagrado, e não deve ser desperdiçado em nenhuma hipótese.

Tais questões que aparentam ser amenidades da vida revelam a potência da solidariedade e dos sentidos comunitários dos povos periferizados em relação ao alimento. Isto porque a sobrevivência humana só é efetivada nestas localidades a partir do esforço diário e, por vezes, da ajuda de pessoas próximas, expressão material da solidariedade. Logo, mais do que uma necessidade fisiológica o alimentar e o comer tornam-se ações políticas, pois mantém nossos corpos existindo e vivos, ainda que as políticas de precariedade visem extingui-los.

Dito isto, o “click” em torno desta palavra ocorreu durante uma das atividades na ACNAP – uma feijoada – na qual a Vera não aceitou que eu não levasse para casa uma marmita, afinal de contas meu marido não estava presente no dia e precisava comer

a feijoada também! Ela inclusive inspecionou se eu estava colocando uma quantidade adequada de alimentos e como separar para que ficasse bom.

Neste dia, voltando para casa percebi que em nenhum campo que realizei faltou comida: nas entrevistas Lina fazia bolos, Tiana tinha bolachas, até na entrevista com a Ivani, na escola, paramos para lanchar. Nas atividades do Clube e da ACNAP: salgadinhos, café, almoços, feijoadas.... Independente do momento, sempre existia alimentos a serem partilhados, produzidos a várias mãos.

Do mesmo modo, as sedes dos movimentos com os quais trabalhamos contam com cozinhas bem equipadas, capazes de produzir banquetes a partir das mãos dedicadas de mulheres que se propõem a realizar este ato de amor, acolhimento, cuidado e carinho com os demais membros da comunidade. Esta dedicação foi evidente durante a pandemia de COVID-19 quando estas cozinhas permaneceram ativas, produzindo marmitas quentes a partir de doações para entregá-las a quem não tinha como alimentar-se, vítimas da fome que assolou comunidades inteiras em função da crise econômica que atingiu sobretudo os trabalhadores e trabalhadoras precarizados.

É por estes e tantos outros motivos que a segunda palavra-chave que emergiu de nossa pesquisa para compreender a produção espacial dos territórios do cuidado pelas mulheres na periferia é o **Alimentar**. Para tanto, primeiramente refletimos acerca do sentido do alimento e da alimentação nestas comunidades, os símbolos inerentes a estas ações e as marcas que promovem na reorganização espacial.

Também buscamos politizar estas ações cotidianas, demonstrando a potencialidade existente nesta partilha e produção do cuidado, fundamental no fortalecimento dos laços de solidariedade. Por fim, relacionamos a questão da comida com a educação popular/não-formal, buscando demonstrar que esta fortalece os valores de pertencimento dos grupos e movimentos sociais periferizados com os quais trabalhamos.

Zibechi (2015) expressa que nas periferias urbanas latinas formou-se uma economia de sobrevivência e resistência, constituída com base na cooperação. Mais adiante em suas reflexões o autor reforça a existência de ações, protagonizadas principalmente por mulheres, a partir da década de 1970 focadas na garantia de alimentação para as comunidades, dando destaque aos refeitórios populares de Lima no Perú, para ele,

[...] Nos refeitórios, as mulheres transferiram o que fazem dentro de suas casas para o espaço público. Outro tanto pode se dizer das demais organizações. A lógica do cuidado familiar estendida e multiplicada em

tempos de crise. Em um dos momentos mais cruciais vividos pelo Peru, as mulheres não somente intervieram em organizações locais como os refeitórios, mas também diretamente no cenário político nacional. (2015, p. 69)

Primeiramente é preciso considerar que a criação de refeitórios autogeridos materializam uma forma de fazer movimento social diferente do que tínhamos até o momento, a preocupação com questões imediatas como a alimentação demonstram que, ao atuarem no cenário da política, as mulheres trazem para a sua centralidade outras pautas, fazendo uso de um jogo de escalas em que trabalham tanto as lutas vinculadas ao existir diário como as transformações estruturais necessárias para que este cenário seja modificado.

A materialização de cozinhas comunitárias é uma realidade para a maioria das comunidades periféricas, em especial quando assoladas por tempos de crise e precariedade extrema. Quando observamos a produção espacial da periferia curitibana também conseguimos encontrar exemplos ao longo de todo o processo sobre o papel do cozinhar e do alimentar-se nos movimentos.

Durante a ocupação do Xapinhã, por seis meses os ocupantes não possuíam condições de cozinhar no terreno em questão, assim foi necessária uma força tarefa em casas próximas e associações para que a alimentação pudesse ser garantida para mais de 3.000 pessoas. Lina, em entrevista, explica que “[...] Comida vinha durante um tempão, eu não me lembro quanto tempo, acho que durante uns seis meses mais ou menos, eles, a alimentação vinha de fora. A gente comia tipo assim um sopão, e a gente comia.” (Informação Verbal)²⁹.

Mesmo após o período em que as casas provisórias foram construídas ainda persistiram relatos de refeições conjuntas, onde uma ia na casa da outra para que pudessem compartilhar a cozinha e preparar uma refeição, tal como exposto por Tiana em seu diário quando registra o dia em que esteve na casa de Lina para fazer o almoço, enquanto outros amigos ajudavam a construir a sua casinha.

Para compreendermos melhor o papel que a alimentação e a partilha do alimento possuem na produção de territórios do cuidado na periferia curitibana, precisamos, antes de tudo, contextualizar a realidade alimentar de nosso país, uma vez que já durante a década de 1950 Carolina Maria de Jesus expunha a fome como a tônica e tonalidade (amarela) para uma parcela significativa da população brasileira, afirmando inclusive em sua obra que “[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já

²⁹ Lina de Carvalho, em 05 de março de 2020, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” (1950, p. 29).

A falta de alimentos diários na mesa de brasileiras e brasileiros é uma demonstração explícita e cruel de como as políticas de precariedade atuam no sentido de dizimar parte da população por meio da fome e das doenças a ela vinculadas. Entre os anos de 2018 e 2020 o número de pessoas passando fome subiu para 19,1 milhões de pessoas, dado ainda mais alarmante quando observamos o número durante a pandemia: quase 117 milhões de pessoas viviam em algum grau de privação de comida.

Segundo Butler (2019) ninguém sofre com a falta de moradia ou do desemprego sem que exista uma falha ou fracasso social que garanta moradia e emprego de modo que seja acessível a qualquer pessoa. Extrapolamos esta constatação para fazer frente ao quadro de fome que se instaura no Brasil, entendendo que ninguém é privado da alimentação sem que exista uma falha na estrutura social, ou melhor dizendo, uma política de precarização que impede que uma parcela da população possa realizar três refeições diárias e nutritivas.

Santa, militante negra, mulher e ativista na construção de políticas públicas nesta área, expressou em entrevista, quando questionada sobre o que compreendia como cuidado, que

[...] Cuidado? Eu acho que existem várias formas de interpretar cuidado. E eu tenho pensado muito sobre uma questão de cuidado, que é quando uma família, ou quando uma pessoa não tem alimentação ela não tem dignidade. Porque o primeiro princípio da dignidade humana é alimentação. Então quando você olha para a realidade de uma sociedade ou de um povo que não tem comida, que não tem uma estrutura básica mínima necessária, porque a nossa Constituição garante saúde, garante educação, garante estrutura que é nossa qualidade de vida, que são as nossas necessidades básicas, e as pessoas não tem isto. (Informação Verbal)³⁰

Por meio deste relato conseguimos compreender que a garantia a uma alimentação adequada é prioridade para os movimentos populares das periferias, reforçando a ideia de que morar – tal como visto anteriormente – e comer, são necessidades básicas, centrais para que as populações possam sobreviver e reivindicar acesso à saúde, educação e cultura. Já na década de 1960, ao finalizar seu livro *Geografia da Fome*, Josué de Castro expressava que acabar com a fome no país constituía o desafio para sua geração, todavia, passados sessenta anos, este problema ainda cria paisagens grotescas na vida de brasileiras e brasileiros.

³⁰ Santa de Souza, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

Há que se constatar também que durante o período do governo Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016), o Brasil conseguiu, pela primeira vez, não figurar no mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), este fato foi resultado de inúmeras políticas sociais promovidas para as populações que se encontravam em situação de precariedade extrema. Dentre os programas destacamos o “*Programa Fome Zero*”, criado durante o primeiro mandato do governo Lula que buscava atacar o problema da insegurança alimentar brasileira a partir da melhoria de renda da população considerada pobre, visto que o problema era o acesso e distribuição, e não na produção de alimentos.

Este programa integrado à outras tantas iniciativas sociais (a distribuição do leite, a vinculação do bolsa família à frequência escolar, os programas de cotas e bolsas universitárias etc.) mudaram o panorama de nosso país, que teve a população periférica avançando em conquistas sociais pautadas há décadas e saindo do mapa da fome em 2014. Todavia, desde o ano de 2016, com o golpe cívico militar sofrido por Dilma Rousseff, o Brasil volta a diminuir investimentos para estas áreas, fazendo com que no ano de 2022, durante o governo Bolsonaro (2018-2022), o país voltasse a figurar no mapa da fome, configurando segundo a conclusão da ONU, uma situação com percentual acima da média mundial de pessoas que não sabem quando terão sua próxima refeição.

Esta contextualização se faz necessária para compreender que a relação entre alimentos, populações periféricas e fome faz parte do cotidiano destas comunidades desde sua origem, evidenciando que o papel das cozinhas comunitárias, na garantia de marmitas durante a pandemia e/ou nos encontros com a presença de comida tem significado mais amplo do que saciar os corpos que se encontram nestes espaços.

Quando ouvimos relatos dos sujeitos periféricos, em geral, todos trarão histórias – suas ou de familiares – de sua situação de fome e/ou extrema miséria nutricional. A divisão de um ovo entre vários irmãos, ou a fila para comprar a carne mais barata do açougue constituem paisagens comuns nestes locais. Do mesmo modo, estes mesmos sujeitos vão configurando nas gerações seguintes a valorização da alimentação, o partilhar o pouco que se tem com quem não tem nada, o desperdício zero do que se coloca no prato...

Ensinaamentos estes que constroem um conjunto de valores que modificam o modo com as gerações que ali vivem relacionam-se tanto com o acesso a alimentos como com a produção dos mesmos, fortalecendo uma solidariedade comunitária para que ninguém passe fome. Ora, Costa, Wallau e Wedig (2023) expressam que

[...] O ato de produzir e preparar o alimento possui uma relação direta com afeto e partilha, é ciclo que inter-relaciona quem plantou, quem colheu, quem preparou e quem comeu, que deve levar em conta em que condições e como estes alimentos chegaram onde estão. É uma verdadeira conexão com a memória. Um modo de preparo, um aroma, uma cor, que trazem lembranças e fazem do comer um ato de felicidade. Uma forma de viver em comunidade que comunga com a natureza e expressa uma cultura e suas identidades. (p. 344)

Assim, ao problematizarmos a questão da alimentação para as populações periféricas de nosso país estamos expondo a valorização que estes sujeitos e suas famílias terão no acesso às refeições periódicas, indícios da centralidade desta atividade em seu cotidiano. É justamente esta conexão e forma de viver em comunidade que percebemos ao entrevistar as mulheres do presente estudo, que sempre tinham a mesa posta para um “café”.

Aliás, há que salientar que não oferecer ou rejeitar a comida oferecida é tida como grave ofensa na cultura popular. Vemos, atualmente, que parte da população mais afetada pela fome nas décadas passadas transfere para as gerações atuais a ideia do alimento e do comer como uma forma de expressar seu amor, cuidado, estima e valorização, ou seja, nesta lógica oferecer comida é expressão do cuidado, do carinho e de acolhimento para com o próximo.

Sobre isto, Rodrigues (2012) explica que o saber-fazer das comidas de cada comunidade, geralmente passado de mãe para filha, refere-se a um patrimônio familiar, no qual os pratos recebem novo valor simbólico, com narrativas que tendem a enaltecer as estratégias de reprodução social familiar, principalmente quando se trata da garantia do alimento diário. Ainda que cada localidade do Brasil possua tipos e grupos de alimentos específicos e locais, o fato é que a alimentação e o preparar dos mesmos estão vinculados a uma simbologia e conjunto de valores que configuram os territórios de cuidados produzidos nas periferias pelas mãos e corpos de diferentes mulheres. A figura 11 materializa o que refletimos até então:

FIGURA 11 - CAFÉ DE ENCERRAMENTO SEMANA “MULHERES EM AÇÃO” DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DE 2022



FIGURA 11 – Café de Encerramento Semana “Mulheres em Ação” durante o mês de Outubro de 2022.

Fotografado por: Danielle Willemann Sutil de Oliveira (21/10/2022)

Nas imagens acima temos um dos inúmeros cafés realizados ao longo do ano de 2021 e 2022 no Clube de Mães União Vila Torres. O momento de encerramento sempre contava com o compartilhamento de experiências a partir de diálogos enquanto tomávamos café, comíamos o lanche e sentávamos em círculo de modo mais descontraído. Logo, engana-se quem pensa que o ato de comer após uma dinâmica ou palestra seja uma atividade mecânica, pelo contrário, neste momento o debate continua e é adensado, fala-se sobre as impressões causadas, cria-se um ambiente no qual todas se sentem parte e, muitas vezes, falam sobre temas que até então não haviam mencionado.

É justamente o ar de acolhimento que a “mesa do café” traz que modifica a espacialidade ali encontrada até então. Ainda que muitas mulheres se sintam coibidas em expressar suas opiniões no grande grupo no momento considerado “sério”, todas elas, sem exceção, participam ativamente no momento “final”. Às vezes nos puxavam para o lado para conversar um assunto particular ou pedir dicas, outras vezes confidenciavam problemas passados em casa enquanto comiam, outras ainda expunham reflexões sobre o que havíamos acabado de trabalhar, retomando ideias de encontros posteriores ou o que poderíamos conjuntamente melhorar nas próximas reuniões.

Ribeiro (2013) ao falar sobre o território e as territorialidades reforça a existência de uma indissolubilidade espaço-tempo tornando necessária a compreensão do cotidiano para entender o território, sendo justamente nesta espaço-temporalidade cotidiana que as territorialidades resistentes são criadas. Em outro texto Ribeiro (2014) também destaca que o território praticado parte da leitura do espaço como um *prático-inerte* no qual se condensam a determinação ativa de múltiplas entradas.

Logo, podemos destacar a existência do espaço concebido, percebido e vivido (LEFEBVRE, 2006) no qual diferentes sujeitos vão agindo e interagindo com o espaço dando novos significados para eles. Assim, ao incluir o elemento comida – que possui um conjunto de valores simbólicos relacionados ao acolhimento, descontração e partilha – estas mulheres ressignificam o espaço em que estão, ainda que o ambiente e a disposição das cadeiras permaneçam iguais (em roda ou de modo aberto).

A mudança que exemplificamos nos encontros do Clube de Mães também se deram em nossas entrevistas individuais. Ao retomar meu diário de campo produzido ao longo de todo o período de doutorado encontrei o seguinte relato:

[...] Durante uma hora ela caminha entre passado e presente, cenários e consequências, mescla suas conquistas a esta potente trajetória de luta. Após este tempo decidimos parar pelo momento, outros encontros ainda vão acontecer. Ela convida para um café, fez bolo de laranja – daqueles que o cheiro abraça –, não dando tempo para negativas o cheiro de café já invade a cozinha e voltamos a falar de amenidades da vida. [...] quase que naturalmente passa a contar de quando jantou com Frei Betto, que foi banca de outro frei que a convidou para ver a defesa da tese. Ela também relembra que nos anos 80, quando jovem militante foi convidada para uma formação em São Paulo sobre fé e política, onde pode conhecer o Professor Paulo Freire, dizendo que não tirou uma foto com ele e hoje vê a filha lendo vários livros do mesmo. Finaliza lembrando que também esqueceu de tirar fotos quando Lula – então sindicalista – passou para tomar café em sua casa em Curitiba. (OLIVEIRA, D., 2022, não publicado)³¹

As entrevistas gravadas não revelam e nem chegam perto do quão potente foi o momento do café, registrado apenas na memória. Apesar de ter conversado por horas – neste e em outros encontros – sobre sua trajetória militante, seu papel no movimento por moradia no Xapinhal e a criação de sua família, ainda assim foi no momento do café com bolo de laranja que Lina apresentou memórias afetivas de sua luta, daquelas que considerava amenidade, algo corriqueiro que não valia a pena ser falado “no oficial”.

Isto porque é no momento da mesa posta e da reunião em torno dela que nos sentimos livres para partilhar memórias de modo fluído, sem o enquadramento da entrevista, do registro e dos dados. E são justamente nestes momentos que toda a profundidade da trajetória de vida destas mulheres se revela.

³¹ Trecho do diário de campo produzido pela autora da tese

Ora, para Woortmann (2013) a comida “fala” e se manifesta como uma linguagem, que demonstra desde origens sociais até práticas de cada grupo e/ou classe social. A autora explica que nas mais diferentes sociedades os alimentos não são apenas comidos, mas também são pensados. A partir dessa compreensão, podemos afirmar que nas comunidades brasileiras está presente a compreensão de que a alimentação é um ato social – e não individual. É nesta perspectiva que defendemos que a comida também “fala” sobre as espacialidades e territorialidades a partir das quais é produzida e disponibilizada, representando compreensões e valores de modos de existência de uma população, sendo potente catalizador de experiências coletivas de luta contra a privação e fundamento do esperar.

Não é mera coincidência que as casas na periferia sempre tenham, pelo menos, um café para visitas, que não se resume apenas à bebida em si, mas a uma refeição, assim como é importante verificar que todo encontro dos movimentos sociais e associações contem com almoços, cafés ou jantares. A presença da comida expressa a ética do cuidado e do acolhimento, práticas centrais na estratégia de sobrevivência destas populações que clamam por justiça e dignidade.

Politizar e compreender criticamente o momento da alimentação comunitária nas periferias pressupõe olhar e compreender o universo de saberes, transmitidos de geração em geração, que constitui juntamente com outros a noção de territorialidade e comunidade nestes espaços.

Em seu livro *pertencimento: uma cultura do lugar*, bell hooks (2022) discute em vários momentos o impacto emocional e mental gerado na população negra que migrou do sul para o norte, ressaltando a ruptura da relação com a natureza, com a produção do alimento e a própria partilha das refeições, que ocorrem de modo diferente nesta nova espacialidade. Ao debater a dimensão das refeições familiares, das receitas e dos cheiros presentes na memória desde seu local de origem, a autora permite refletir sobre quão profundos são os laços entre territorialidade e práticas alimentares.

Isto porque a alimentação para os grupos subalternizados constitui também política, que não deve ser nem naturalizada nem tratada num segundo plano. Considerando o que já apresentamos sobre o universo de significados que o alimentar e as refeições conjuntas possuem nas comunidades com as quais trabalhamos, vamos agora nos deter em outro ponto: a relação nestes movimentos entre a prática da educação popular e as refeições presentes em seus encontros.

Ao longo dos encontros nos quais estivemos presentes e que pudemos auxiliar na ACNAP e no Clube de Mães percebemos que as aproximações utilizadas e as metodologias escolhidas sempre estavam vinculadas à educação popular. Mesmo olhando as estratégias utilizadas no movimento de ocupação do Xapinhal, conhecidos através dos relatos registrados no fim da década de 1980, constatamos a dinâmica da educação popular e seus preceitos presentes na forma como o movimento se organizava e agia.

A Educação Popular, segundo Freire (2018), refere-se à educação de um certo tipo de classe social: a do povo. O autor explica que o termo está relacionado com a educação das classes populares, cujo objetivo encontra-se em atender os seus interesses que há quinhentos anos são negados, significando de modo mais radical, “[...] caminhos, isto é, o caminho no campo do conhecimento e o caminho no campo político, através dos quais o amanhã – e aí vem a utopia – as classes populares encontrem o poder.” (p. 208).

Em geral, encontramos práticas de educação popular espalhadas em diversas porções dos territórios periferizados, em especial nas associações e clubes que realizam inúmeras ações tendo como referência as demandas comunitárias. A partir do encontro entre pessoas e a discussão de diferentes temas, estes locais se transformam em espaços educativos, parte da chamada educação não-formal (GOHN, 2006), na qual sujeitos em movimento vão refletindo sobre suas questões cotidianas e tecendo possibilidades de mudança, bem como socializando tais ensinamentos para as gerações que sucedem.

São variadas as formas e estratégias utilizadas pelos movimentos para construir espaços de educação popular, sempre conectadas com questões cotidianas que colocam em xeque a dignidade das vidas e com o conjunto de valores de pertencimento estabelecido em cada territorialidade. No caso dos territórios em que construímos nossa pesquisa e dada toda a perspectiva já apresentada neste subitem, podemos afirmar que a partilha das refeições é elemento que agrega e que mobiliza estes sujeitos.

Conectar as práticas educativas organizadas nestas localidades com a alimentação expressa a compreensão de que os elementos ali dispostos possuem significado político e territorial, visto que fazem parte do repertório construído por estas pessoas para que se fortaleçam por meio de encontros que as conectem. A feijoada e o churrasco, presentes na cultura popular brasileira são parte do repertório de

fortalecimento coletivo destas comunidades, não podendo ser excluídas dos momentos de reflexão e aprendizado³².

FIGURA 12 - FEIJOADA DA ACNAP E CHURRASCO NO CLUBE DE MÃES – 2022



FIGURA 12– Feijoada na ACNAP e convite para a Feijoada (25/11/2022); Churrasco de Encerramento do Clube de Mães (23/12/2022).

Os momentos de partilha de alimento forjam um senso de comunidade, fortalecendo os laços ali estabelecidos. A comida aqui ganha a dimensão política e social as quais já havíamos mencionado, mais do que isto, expressam a importância do

³² O dinheiro arrecadado nestas ações visa dividir o custo dos alimentos – visto que a preparação é feita pelas mulheres da própria comunidade de modo voluntário. O valor restante é destinado para a manutenção das sedes.

estar juntos, de compartilhar momentos cotidianos, de estabelecer raízes e redes de solidariedade conjunta.

A feijoada ocorrida no dia 25 de novembro de 2022 na ACNAP foi uma parte da programação pensada para o debate **Mulheres e Racismo** – em função do mês da consciência negra. Neste dia tivemos também uma oficina de dança e teatro (que trataremos no próximo item), além de um debate sobre o que significa ser negra na sociedade curitibana. O almoço, executado a várias mãos durante toda a manhã contou com a solidariedade das mulheres, que destinaram seu tempo e força para que a tarefa fosse realizada, além disto, a venda da feijoada buscou arrecadar fundos para manter a ACNAP funcionando.

Já o churrasco de encerramento do ano de 2022 do Clube de Mães União Vila Torres originou-se numa conversa também em novembro durante o primeiro encontro de pais e homens no espaço do clube, no qual decidiu-se unir todos os projetos que ali se desenvolvem – a magia da luta, as mulheres em ação e as atividades com as crianças – para um momento conjunto.

Para que fosse possível, cada pessoa levou um prato de alimento já pronto de casa e também uma quantia de carne (que fosse possível) possibilitando assim o churrasco comunitário. Este momento de integração marca também a volta das atividades presenciais, paralisadas ao longo de dois anos de pandemia, e que auxilia a direcionar as necessidades da família, como um todo, para participar deste espaço – algo que o Clube projeta para suas ações de 2023.

Para hooks (2017) “[...] ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento.” (p. 58) e este, no caso dos espaços da periferia curitibana, se faz possível através do encontro para almoços, jantares e cafés. As espacialidades ali criadas conectam-se profundamente com o ouvir, o escutar e o falar sobre questões que emergem no cotidiano da comunidade que se faz presente por meio do conjunto dos sujeitos que se dispõem aos encontros e diálogos.

As ausências nestas práticas são sentidas. Quando reunimos grupos de pessoas para realização das atividades sempre são lembradas aquelas e aqueles que, por diferentes motivos, não puderam estar presentes, sua ausência é justificada ou refletida entre os pares, fazendo com que suas demandas – ainda que sem sua presença física – sejam consideradas nas estratégias que vão ali sendo construídas.

Todavia, não é apenas em reuniões temáticas ou encerramentos que a comida se faz presente e importante nos espaços de educação não-formal. Como já relatamos

ela pode ser encontrada em todos os espaços de reunião que as associações e os movimentos produzem. Durante a ocupação do Xapinhal, por exemplo, são vários os relatos de que o momento da comida ou celebrações contavam com esta partilha que criavam o sentimento de comunidade entre as pessoas.

Do mesmo modo, nas oficinas construídas no clube de mães ao longo de 2022 sempre tivemos a presença de um café com salgados, como expressão do acolhimento no trabalho de consolidação dos conhecimentos abordados ao longo da tarde, como já demonstrado em imagens anteriores. Freire (2011) nos explica que a experiência histórica, política, cultural e social dos homens e mulheres precisa ser considerada nos espaços educativos, sendo esta a solidariedade social e política que precisamos para construir uma sociedade menos feia e menos arestosa.

Em uma comunidade na qual o alimento é visto como fonte de vida e central para a manutenção da mesma, e que sua partilha é compreendida como forma de cuidado, afeto e amorosidade, é fundamental demonstrarmos sua importância na produção espacial destas periferias. Para além disto, ressaltamos que a relação entre o alimento e estas comunidades caminha ainda no sentido de valorização da terra, ou seja, considerando que a origem majoritária das famílias que vivem nas periferias curitibanas é do interior do estado e do campo, a relação entre o produzir, colher e alimentar é intrínseca – ainda que nem todos possam realizar tais atividades.

Irenilda, por exemplo, apesar de não ter um espaço no clube hoje que possa plantar verduras, sempre fala de sua horta em casa e das flores que planta perto de seu terreno. Para ela o lidar com a terra sempre remeteu a uma atividade que acalma, de lazer, um momento de encontrar-se com si mesma. A rega diária, observar se a planta cresce, cuidar para que ela esteja protegida, tudo isto condensa um ritual de conexão entre os outros elementos da natureza e o ser humano, tão pouco lembrado na vida frenética das metrópoles.

Em um mundo no qual o cinza impera, retomar o verde se faz essencial! hooks (2022) nos fala que “[...] quando temos amor pela terra, cultivamos uma forma de amor-próprio mais completa.” (p. 67), por isto, quando estas mulheres falam sobre sua hortinha ou sobre o desejo de morar em um local mais verde, estão expressando esta conexão profunda.

Na ACNAP, pelo contrário, o terreno destinado à associação permitiu a construção de uma ampla horta, cuidada com carinho pelas pessoas que ali frequentam. É dela que saem as saladas dos almoços oferecidos e também doações para famílias que

não possuem condição de pagar. O espaço encontra-se aberto para toda comunidade que queira contribuir com a “lida” da terra, contando com várias hortaliças e verduras.

FIGURA 13 - HORTA COMUNITÁRIA ACNAP



FIGURA 13 – Horta Comunitária no espaço dos fundos da ACNAP – 2022. Fonte: acervo pessoal Vera Paixão.

Por fim, dedicamos ainda dedicar um breve espaço para tratar da questão da alimentação durante a pandemia de Covid-19. Como já expresse anteriormente, este período apresentou e intensificou diversos desafios presentes na periferia urbana das diferentes metrópoles do país. Em Curitiba o desemprego, a fome e a falta de acesso à educação emergencial marcaram as localidades periferizadas, exigindo das comunidades reorganizações rápidas para buscar sanar as necessidades prioritárias, dentre elas a da alimentação. A figura 14 registra o trabalho coletivo do Colégio Estadual Benedito João Cordeiro que se organizou para distribuir alimentos durante a Pandemia de Covid-19.

FIGURA 14 - CESTAS BÁSICAS ENTREGUES À FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DURANTE DA PANDEMIA DE COVID-19



FIGURA 14 – Cestas básicas montadas com a merenda escolar destinadas às famílias de baixa renda com filhos na instituição durante a pandemia. Fonte: foto da autora, 2021.

Nas escolas dos bairros periféricos de Curitiba o que vimos foi a rápida mobilização de transformar a merenda escolar – dos itens não perecíveis – em cestas básicas, completando estes alimentos através de “vaquinhas virtuais” e “doações” que eram levadas até as instituições. Na preparação, organização e entrega das cestas o que vimos foi a presença massiva das mulheres que trabalham nos locais ou como agentes educacionais ou professoras – principalmente do ensino fundamental II no caso das escolas estaduais.

A participação para esta entrega era voluntária e não existia nenhuma escala ou exigência para que as pessoas comparecessem para trabalhar na distribuição, com isto, novamente temos um indício acerca da importância das mulheres na produção espacial de seus bairros e na garantia de que as necessidades básicas das famílias fossem sanadas. Foram muitos finais de semana organizando, separando, entrando em contato com as famílias para que todas fossem atendidas, formando uma verdadeira rede de solidariedade que tinha na escola um espaço físico de viabilização destas entregas.

Ainda que a distribuição nestes espaços tenha ocorrido pela manutenção da entrega desta merenda escolar, não utilizada uma vez que os prédios escolares estavam fechados), percebe-se que o sucesso desta ação deveu-se sobretudo ao empenho e protagonismo de mulheres, principalmente agentes educacionais, que trabalham na área de limpeza e cozinha nas escolas. Estas, que em geral não possuem nem o ensino médio completo, compreenderam a urgência da fome para muitas famílias periféricas que, ao perderem seus empregos e muitos entes queridos e sem acesso a seguros se viram em posição de extrema vulnerabilidade.

Butler (2019) explica que todos estamos sujeitos à vulnerabilidade, todavia alguns corpos e grupos estão mais expostos que outros, uma vez que são colocados numa posição de “dispensáveis” ou “indesejáveis”, dificultando o acesso às condições básicas de sobrevivência – que configuram justamente esta posição de precariedade. Foram justamente estes sujeitos os mais atingidos e atingidas pela pandemia de Covid-19. Logo, garantir a distribuição de alimentos entre estes sujeitos faz parte da dimensão solidária, de cuidado e acolhimento que a comida implica nas periferias: o saciar uma necessidade prioritária.

Para além das cestas distribuídas nas instituições de ensino formal, queremos aqui também evidenciar o trabalho protagonizado pelo Clube de Mães Vila Torres e pela ACNAP, pois durante todo o período da pandemia não mediram esforços para

realizar ações em relação à alimentação de suas comunidades. Fontes (2021) utiliza como termo a expressão “nós por nós” dita por uma líder comunitária do Jardim São Luís – São Paulo – em sua pesquisa. A ideia do nós por nós expressa tanto a denúncia de que o Estado e poder público não chegou a todos que necessitavam, ou não agiu com a rapidez necessária, como demonstra a potência das comunidades unirem-se para sanar suas próprias demandas, visto que não podem esperar por ações oficiais.

Vera Paixão nos fala que durante a pandemia

[...] E aí fizemos só a parte de cesta básica, pra ajudar as pessoas. Só esta parte mesmo. Daí a gente recebia a cesta básica, e foi aberto pra isto. A gente recebia as cestas básicas e aí a gente levava pras pessoas ou elas vinham pegar. E aí a gente entregava porque a situação estava muito difícil. Todo mundo desempregado, aquela coisa né? Desempregado, sem trabalho. Fizemos isto! (Informação Verbal)³³

Percebe-se que durante o período pandêmico o movimento destas mulheres não parou, ao contrário, a demanda para compreender quem mais necessitava das ações ali desenvolvidas foi ampliado, a busca ativa por famílias que estavam em situação de precariedade precisou extrapolar o ambiente da associação, tomando as ruas e conversas na calçada para encontrar quem precisava. A figura 15 destaca a entrega de cesta básica pela ACNAP em tempos pandêmicos.

FIGURA 15 - ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS PELA ACNAP



FIGURA 15 – Entrega de Cesta Básica recebida pela ACNAP. Fonte: Acervo pessoal Vera Paixão, 2021.

³³ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

Além da entrega de cestas básicas no Clube de Mães União Vila Torres tivemos também os mutirões para cozinhar sopas e marmitas, uma vez que um problema constatado pelas lideranças era que muitas famílias não tinham mais dinheiro para comprar o gás, não conseguindo então cozinhar seus próprios alimentos. A realização destas ações contou com a organização conjunta do Comitê de Solidariedade Vila Torres³⁴ que através das redes sociais realizou uma ampla arrecadação de alimentos para que a sopa e marmita comunitária semanal pudesse ser mantida.

FIGURA 16 - FOTOS DAS AÇÕES DO COMITÊ DE SOLIDARIEDADE VILA TORRES DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19



FIGURA 16 – Ações desenvolvidas pelo Comitê de Solidariedade Vila Torres: sopa solidária e marmitas na vila. Fonte: Rede social do Comitê, 2020

Nas imagens da figura 16 constatamos então que a organização popular foi fundamental para que a população em situação de precariedade pudesse permanecer se alimentando, demonstrando a potência que os movimentos têm de mobilizarem-se rapidamente e criar redes de solidariedade, que fortalecem os territórios ali construídos. Para Esteves (2020) observa-se que nas práticas solidárias apresentadas durante a pandemia nas periferias, a comida foi percebida como uma materialidade da ajuda, que

³⁴ O Comitê solidário Vila Torres é uma organização surgida durante a pandemia para realizar diferentes ações na comunidade. Composto por estudantes do Ensino Superior eles auxiliam na organização e efetivação de mutirões, reforço escolar, palestras, organização comunitária, agindo em parceria com o Clube, aqui verifica-se a existência de parcerias nos processos de organização comunitária que colocam em diálogo sujeitos, não raro de distintas classes sociais.

condensava e possibilitava feixes de relações num período em que precisávamos nos afastar uns dos outros.

As ações de cozinhas comunitárias para produção de marmitas a serem distribuídas e também de cestas básicas remetem justamente ao conjunto de estratégias de sobrevivência já desenvolvidas anteriormente por estes movimentos, tal como relatado sobre o período de Ocupação do Xapinhal. Como os ensinamentos e as ações sociais são ensinados e praticados cotidianamente através das gerações, a resolução dos conflitos acelera-se à medida em que estes movimentos vão construindo e agregando em si repertórios de lutas ao longo de sua trajetória espaço-temporal.

Esteves (2020) também expressa que

[...] A solidariedade enseja, assim, gastro-políticas da ajuda voltadas para a manutenção da vida, contrapondo-se às gramáticas de poder elaboradas, sistematicamente, em torno da morte. É através da prática da solidariedade que milhares de pessoas insistem na capacidade criativa de partilhar esperança, alento e garantir a alimentação, essa que, atualmente, parece ser mais um direito negligenciado. (p. 14)³⁵

Este trecho em específico explicita a nossa já defendida ideia de que os movimentos periféricos, sobretudo na figura das mulheres que ali atuam, produzem contra-espacos ou territórios de resistência, ao efetivarem ações que se contrapõem às políticas de precariedade que lhes são impostas. Assim, se os agentes hegemônicos deixam a população à mercê da fome, elas irão criar redes para distribuir alimentação e/ou atender outras necessidades, expressando sua contraposição às necropolíticas.

Até agora apontamos a importância e centralidade da alimentação para as populações periféricas, seja no sentido de ajuda antes e durante a pandemia, na configuração das cozinhas comunitárias e também no universo de significados presentes no ato de comer nestas comunidades. Além disto, também evidenciamos o imbricamento entre a educação popular e os processos educativos não-formais e a partilha dos alimentos por meio do exemplo dos grupos com os quais trabalhamos.

A conquista e resistência no espaço e a garantia de alimentação constituem ações imbricadas e são fundamentais para compreender a produção dos territórios de cuidado nas periferias curitibanas, porém, não são as únicas que possibilitam estas configurações. Tendo avançado nas primeiras duas palavras-mundo que consideramos chave e evidenciado sua relevância, chega o momento de entendermos como, munidas

³⁵ Gastro-política é um termo criado por Appadurai (1981) que compreende a comida como parte de um sistema no qual, em contextos particulares, pode articular dinâmicas de socialização, de igualdade ou de desigualdade entre as populações. Este termo, ao nosso entender, segue a lógica das diferentes biopolíticas construídas pelo Estado, que faz uso de distintas estratégias para deixar parte da população em situação de precariedade, utilizando inclusive do acesso à alimentação para atingir seus objetivos.

de espaço e alimentadas, estas mulheres alimentam sua alma, gritam as injustiças e esperançam dando formato a um outro mundo possível através da cultura que proporciona o fortalecimento da crítica à sociedade excludente e da solidariedade fundamentais aos processos de resistência.

3.3 Mais que sobreviver, é pelo direito de viver! Denúncias, cultura e felicidade no caminho de “se fazerem ouvidas e vistas” em Curitiba

Até o momento trabalhamos neste capítulo com as palavras mundo que auxiliam nos processos de resistência, portanto, de sobrevivência das pessoas na periferia curitibana. A conquista do espaço e a alimentação são fatores que possibilitam a vida dos indivíduos que se encontram em situação de precariedade, permitindo que com saúde e segurança possam então denunciar e fortalecer suas espacialidades de resistência.

É neste sentido que a terceira ação escolhida para explicar o modo como são tecidos os territórios de cuidado pelas mulheres na periferia de Curitiba é: **esperançar**. Freire (2011) explica que o verbo esperançar vem de um mover-se na esperança enquanto luto e que, se luto com esperança, espero. Assim, longe de representar uma passividade de esperar por um futuro melhor, o esperançar enfatiza o trabalho cotidiano destas mulheres em denunciar as injustiças e anunciar o mundo que estão construindo.

Esperançar: é ação evidenciada nas práticas sociais que condensa todas as particularidades existentes nas estratégias e processos de luta que estas mulheres desempenham ou desempenharam para transformar sua realidade. Isto porque não são apenas palavras, mas estratégias, métodos, planos e execuções dotados de cores, de vozes, de movimentos de dança e, acima de tudo, de felicidade.

Foi e é através de ações culturais, das festividades e das alegrias que se comemora o estar vivo. Neste contexto, estas mulheres encontram forças para superar suas dores e problemas, pois é também com o sorriso compartilhado em tais práticas sociais que se é possível continuar a caminhada mesmo quando os pés começam a falhar.

O esperançar destas mulheres vem no sentido de que mesmo num mundo de dor, de medo e de violência, elas creem e verificam que suas ações sociais – repetidas ao longo de anos de caminhada e construção – são capazes de modificar os espaços, de transformar vidas e de construir mudanças significativas para si e para os seus.

Tal esperar não é apenas ilusão, mas se mostra materialidade das práticas sócio territoriais quando veem a juventude acessando políticas de cotas, observam mulheres saindo de ciclos de violência, possibilitam a discussão e produção de políticas públicas que combatam efetivamente o racismo e garantem moradia e alimentação em suas comunidades. Ou seja, elas encontraram uma maneira de lutar pela liberdade e pela autonomia sem se deixarem abater ou endurecer pela cruel realidade a que lhes é imposta.

Lina nos conta que durante a ocupação do Xapinhall cantavam sempre a seguinte música “[...] animados pela fé/ E bem certos da vitória/ Vamos fincar nosso pé/ E fazer a nossa história!” (Informação Verbal)³⁶. Segundo ela, quando entoava estes versos sentia a esperança tomar conta de si, e sempre acreditou que seria possível conquistar a vitória a partir da luta conjunta. Ao recordar estas questões da ocupação a mesma expressa que passa um filme por sua cabeça e que dificilmente quem não viveu estes momentos vai conseguir compreender na totalidade o que se passou.

Uma característica importante dos Movimentos Sociais construídos nas periferias encontra-se justamente na união de práticas culturais e artísticas com o significado político contido nos versos, letras e performances. Tal união, presente nos movimentos populares do campo e da cidade, apresenta não apenas uma nova forma de reivindicar direitos, mas é expressão de que não querem “se adequar ao sistema” e sim buscam um mundo no qual seu conjunto de símbolos e forma de viver seja respeitado e possível.

Longe de ser um palco ou um receptáculo da vida social, o espaço configura-se pela multiplicidade de produções e apropriações, sendo resultado das produções e reproduções que ali se encontram, inclusive em embate. Ao reivindicar o espaço e denunciar as injustiças à que estão submetidas a partir da arte e da performance, estas mulheres reforçam um novo modo de fazer política, enraizada nos movimentos da educação popular presente nas Comunidades Eclesiais de Base, na qual o movimento de ocupação do Xapinhall germinou.

Durante nossos campos na ACNAP e no Clube de Mães e nas entrevistas que reconstruíram a ocupação do Xapinhall e a luta do Movimento Negro em Curitiba percebemos a centralidade da poesia – seja esta manifestada de modo corporal, em música, em declamações e até mesmo em suas vestimentas – na produção de suas

³⁶ Linha de Carvalho, em 18 de fevereiro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

identidades e estratégias para movimentar-se. Este é um aspecto que deve ser salientado, uma vez que – tal como a questão da conquista do espaço e da alimentação – faz parte do conjunto de valores de pertencimento construído através das gerações por estas pessoas.

O canto, a dança, o teatro e as atividades culturais produzidas reforçam o senso de comunidade e relembram o sentido da luta – e de toda a dor enfrentada: viver e poder ser feliz nesta vida. Raimundo (2017) expõe que as experiências dos coletivos culturais na periferia podem ser tomadas como “sistemas de significações”, produzidos de maneira indissociável por práticas e produções culturais que, conseqüentemente, criam e fazem surgir novas formas de conceber políticas públicas e condições de exercer a cidadania.

Assim como Lina relembra a música que os embalava durante os momentos de ocupação do Xapinhãl, Tiana também registra em seu diário outra letra que descreve este momento denominada “*O povo que dança xote conquistando o seu lote*”, que possui a seguinte estrofe “[...] Morando aqui no bairro/ Nós vemos muita gente/ Em casas alugadas/ E fundos de quintal/ Não tem terreno próprio/ E mal podem comer/ Porque o salário é pouco/E pro aluguel tem que ceder.” (p. 40).

A expressão das mazelas sofridas pela população trabalhadora na cidade de Curitiba a partir desta música evidencia a situação de extrema precariedade enfrentada, na qual famílias necessitavam escolher entre o alimento e o aluguel para ter uma moradia, ambas questões fundamentais para a manutenção das vidas. A angústia de não saber como será o dia posterior foi transformada em xote, ritmo que marca alegria, um esperar a partir do movimento em luta pela terra e pelo terreno – finalmente os livrando desta escolha entre comer ou morar.

Ora, Raimundo (2017) escreve que

[...] Para quem mora e conhece bem a periferia, as condições de vida, as dificuldades de mobilidade de ir de um lugar para o outro, o sofrimento em relação ao tempo e o dinheiro gasto com a mobilidade para ir ao trabalho, contraditoriamente também preserva a capacidade criativa e a esperança das utopias e dos desejos de construção de outra cidade. Esse movimento de pensar a cidade, em si como processo de reflexão e interpretação, reivindicar o direito à cidade no sentido de reaver o direito de pensar a cidade é uma conquista libertadora e revolucionária. (p. 224)

A capacidade criativa da população periferizada em transmutar sua dor em palavras de ordem, mobilização e alegria é tônica da caminhada e combustível para que a organização não seja desmobilizada, principalmente quando observamos o cotidiano

extenuante ao qual estão expostos. Ivani, militante do movimento negro e educadora na periferia de Curitiba, exclama durante uma entrevista que

[...] Só que tipo assim, se a gente cansar, aí piora. Então você não tem nem o direito de descansar. Sabe quem é negro, ou quem levanta a bandeira mesmo que não seja negro, que levanta a bandeira de uma equidade, não é nem igualdade porque não tem, né? De uma equidade, quem levanta a bandeira de equidade, não descansa nunca mais! Nunca mais, você vai levantar tuas frentes, tuas bandeiras e você sabe que se você descansar, quem não tem esta concepção, ele vai crescer, ele vai se fortalecer, então a gente não tem nem o direito de descansar! (Informação Verbal)³⁷

A frase “*a gente não tem nem o direito de descansar*” condensa todo o significado do que é ser o “outro”, vigiado constantemente e alvo das necropolíticas, excluído do sistema de direitos por ser quem é, preso a um corpo julgado, observado e classificado socialmente. Isto porque para quem nasce negro, mulher, periferizado, dentre outras características que o coloca em uma sociedade desigual em uma outridade subalternizada, a sobrevivência em si já é expressão de uma árdua luta.

Aprende-se desde a mais tenra idade a como comportar-se, a como fincar suas raízes e gritar ao mundo qual seu lugar no espaço, ensina-se para as novas gerações sobre como não abaixar a cabeça, como não virar estatística, como caminhar pelo terreno espinhoso que se apresenta à frente. Mas, acima de tudo, ensina-se e aprende-se a não desistir, a juntar os cacos após uma derrota e colocar um sorriso no rosto, pois o amanhã reserva mais uma luta, mais uma batalha, que não pode deixar de ser lutada.

Aqui entra a importância de trazer a música, a poesia, a performance da dança para a arena da política dos movimentos populares periferizados, pois sem a alegria do encontro e a melodia tocada sente-se a esperança esvair. A cultura e o encontro para estes sujeitos reverberam na retomada do ânimo, da força ancestral e da renovação do espírito. Vera Paixão, quando questionada sobre o motivo de decidir militar a partir da arte e da cultura explica que “[...] Porque eu adoro a arte! Primeiro porque é isto mesmo, porque eu adoro interpretar, adoro denunciar de uma outra forma, de uma forma que quando a gente tá apresentando tem muita gente chorando, vai mudando sabe?” (Informação Verbal)³⁸.

Collins (2019) explica que os padrões de comunicação de matriz africana preservaram a integridade da voz pessoal dentro de um contexto coletivo, salientando ainda que o ato de adquirir voz pela escrita e aqui acrescentamos outras manifestações da arte, de romper o silêncio com a linguagem, levam as mulheres negras a falar com os

³⁷ Ivani Oliveira, em 03 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

³⁸ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

outros. É exatamente este falar com os outros que Vera, Ivani e outras mulheres negras produzem na periferia curitibana: um novo modo de abordar os problemas relacionados ao racismo estrutural, à organização da sociedade enquanto classe e o machismo presente no espaço.

Reivindicar o espaço a partir da arte e da cultura faz parte de um conjunto de estratégias políticas para atingir um maior número de pessoas e motivá-las a movimentar-se em conjunto, uma vez que esta abordagem materializa de modo didático os problemas enfrentados pelos sujeitos em suas situações cotidianas. hooks (2019) em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, defende que existe um valor em cada voz individual, e que ouvir um ao outro (o som destas diferentes vozes), escutar ao outro, é também exercício de reconhecimento.

Quando se rompe o silêncio e é possível materializar em palavras o sentimento e a angústia que os cercam, estes sujeitos são capazes de se reconhecer no outro, de compreender que seus problemas não são individuais e, com isto, buscar soluções conjuntas para uma mudança estrutural e permanente na sociedade. Não que o silêncio não deva ser observado e inclusive interpretado também como forma de resistência, mas o excluir, neste contexto, é poderoso instrumento de mobilização entre as comunidades.

Raimundo (2017) explica que

[...] Esses novos olhares constroem a cidade, modos de ser e viver as experiências cotidianas e políticas, tem na arte, uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões, questionamentos, críticas, utopias e projetos. Arte vista como uma expressão que pode dar sentido e significado a nossa existência, funciona como uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões. (p. 146)

Se a cultura e a arte são produtos e expressões de cada sociedade humana, evidenciar aquela que se desenvolve nos seios das periferias significa compreender as comunidades por elas mesmas, no que decidem expor de seu modo, com sua linguagem e com suas entonações. Tal compreensão abre um campo de investigação que auxilia a complexificar ainda mais como ocorre a produção de espaço nestas localidades, em especial a produzida pelas mulheres.

Tendo destacado este papel geral da arte na denúncia e no anúncio dos movimentos organizados da periferia, queremos avançar nas principais expressões utilizadas por estas sujeitas no que se refere a se expor no mundo. Durante os campos e entrevistas pudemos observar três principais manifestações artísticas: a música/poesia; a dança e o teatro. Todas estas formas estão distribuídas no tempo e no espaço da

produção espacial periférica de Curitiba, tecendo um território rico em ritmos e gestos.

No início deste item colocamos trechos de duas músicas que embalarão o período de ocupação do Xapinhal. Elas somadas às festas de finais de semana e encontros entre pessoas organizaram um jeito de ser comunidade específico, lembrado por Lina e Tiana com carinho. Ambas relatam que durante os primeiros anos sempre existiam confraternizações regadas a muita música e dança, além das letras cantadas nos momentos de reunião e assembleia. Butler (2019) diz que as assembleias nas ruas e reuniões comunitárias se caracterizam como uma aliança de corpos distintos e adjacentes, na qual a ação e inação reivindicam um futuro diferente, assim

[...] essa performatividade não é apenas a fala, mas também as reivindicações da ação corporal, do gesto, do movimento da congregação, da persistência e da exposição à possível violência. Como entendemos essa ação conjunta que abre tempo e espaço fora e contra a arquitetura e a temporalidade estabelecidas pelo regime, uma ação que reivindica a materialidade [...] Essas ações reconfiguram o que vai ser público e o que vai ser o espaço da política. (p. 84)

Logo, ainda que colocassem seus corpos em perigo no momento em que se colocam no movimento, estas pessoas, conjuntamente, formam uma aliança e ocupam o que até então encontrava-se desocupado. A ação efetivada dá visibilidade para uma série de questões, sendo cada movimento e gesto detentor de mensagens sobre a realidade que se quer transformar.

As confraternizações com dança em um salão improvisado e as reuniões a céu aberto no qual ecoavam diferentes vozes em uníssono entoando o refrão da vitória passam a mensagem de que aquele povo, despojado das condições básicas de moradia e alimentação, estavam ali e não aceitariam de modo apático a dura realidade e lutariam para serem vistos, ouvidos e contemplados em suas demandas e direitos.

Os gestos, as ações e as vozes fazem parte do corpo que, como já mencionado, é fronteira que delimita o eu e o outro, o dentro de nós e o mundo no qual estamos, é também aquele que sofrerá fisicamente as consequências das políticas de precariedade aplicadas sobre estes territórios por parte do Estado e que, sem uma luta coletiva, padecerá sob tais condições.

É pelo corpo também que os indivíduos se manifestam, se colocam em pé e em silêncio diante da vigília por mortes precoces de crianças e adolescentes, marcham de mãos dadas em direção à prefeitura para conquistar a creche e o posto de saúde, erguem seus braços e gesticulam ocupando o espaço e fazendo com que todos compreendam que o lugar também é seu e que, portanto, possui direitos.

Para além das músicas entoadas como mobilização ou como relaxamento, as letras das canções expressam poesia que tem várias formas de ser performada nestes movimentos. Gomes (2019) expressa que a palavra *grito* significa som emitido com força pela voz ou clamor de diferentes vozes, e que na periferia este grito nasce do atrito, do lugar, da política, da linguagem e da própria palavra, conclui que é potente, estabelece pontes e rasga o tecido estéril e engessado da cidade se fazendo ouvir.

A poesia nos movimentos sociais periferizados é grito, dito de diferentes formas, em distintas entonações, mas sempre permeado por significados e mensagens.

Vera, durante o encontro sobre Racismo e Mulheres declama

[...] Ter a consciência negra significa compreender
 Que a luta contra o racismo não é luta somente para os negros
 E sim para toda sociedade que se quer ver livre
 Pois não há cidade livre onde existe o racismo
 Ter a consciência negra significa compreender
 Que somos discriminados duas vezes
 Uma porque somos negros
 E a outra porque somos pobres
 Ai ai ai e quando mulheres mais uma vez ainda
 Porque por ser mulher negra chega toda humilhação da sociedade
 Ouço mas não Falo
 Vejo como se não estivesse Vendo
 Choro vendo presente sempre lembrando em relação ao passado
 Tiraram as nossas origens,
 Queimaram o nosso passado!
 Das cinzas restaram pouco
 De um povo tão humilhado
 Iluminais Zumbi querido
 Este povo tão sofrido
 Que até os dias de hoje ainda se encontra reprimido
 Vamos dar asas a nossa liberdade
 A um povo forte e viril
 (Vera Paixão, 25/11/2022)

Aqui, Vera condensa em sua proclamação tanto denúncia como o anúncio, denúncia ao apresentar a dupla, por vezes tripla opressão que sujeitos negros vivenciam na capital paranaense, por serem negros, por serem pobres e, como bem coloca, inúmeras vezes, por ser mulheres. É anúncio, uma vez que retoma a força, a resistência e a reivindicação de sua ancestralidade. Sua poesia reverbera as inúmeras dores que a população negra periferizada curitibana vivencia – e vivenciou através dos séculos – além de trazer o convite para transformar a realidade apresentada.

Cada palavra ecoada por sua voz transmite mensagem, cada pausa entre os versos também, seus gestos e vestimentas evidenciam a força e a potência que seu corpo negro teve ao longo dos anos para permanecer vivo, para permanecer na luta e não cansar. A lembrança de um povo humilhado, cuja história foi apagada através do fogo,

da morte e do ocultamento, mas que permanece viva na carne, no espaço e na trajetória de cada um destes sujeitos.

FIGURA 17 - VERA PAIXÃO, DECLAMANDO SUA POESIA



FIGURA 17 – Vera Paixão, declamando sua poesia em um dos espaços da ACNAP. Fotografada por: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2022.

A denúncia do racismo através dos versos performados por Vera são parte de uma construção geracional e de sua trajetória de militância, transmitindo o suor que acompanha cada pequeno pedaço da ACNAP – tal como vimos na conquista de sua sede. Além disto, suas declamações ficam na memória de quem vê, fazendo brilhar os olhos de todos que se encontram à sua volta.

Percebemos então que por mais que a palavra falada seja importante, o corpo também fala e expressa emoções, opiniões e pautas. Os gestos são tão políticos quanto palavras de ordens, levando-nos à segunda expressão que encontramos em nossos campos: a dança. Brandão e Fagundes (2016) colocam que o reconhecimento da existência e o respeito em relação aos distintos conhecimentos e culturas compõem a ação cultural e remontam ao que seria o caminho para a construção de um processo de revolução cultural e de libertação.

Cada sociedade, em seu espaço e tempo, tem maneiras de se expressar gestualmente para transmitir mensagens. A dança e a performance corporal são

constituídas a partir de valores, significados e compreensões acerca do mundo de cada um destes grupos e na periferia esta realidade não é diferente. Vista por muitas pessoas como mera distração, as oficinas de dança no Clube de Mães e na ACNAP possuem motivação maior do que a mera movimentação destas mulheres. Pelo contrário, sua intencionalidade encontra-se tanto na construção do sentimento de grupo como no auto-reconhecimento dos corpos por meio dos movimentos.

Em outras palavras, as oficinas visam fazer as mulheres participantes “se soltarem”, reconhecerem seus corpos, entenderem o espaço que as cerca, dar fluidez e ocupar com seus movimentos este ambiente. Numa sociedade em que as mulheres periferizadas passam por dupla, tripla ou múltiplas invisibilizações, há que se constatar que os movimentos corporais são altamente interditados e regrados. Em geral, nos campos que realizamos vimos muitas delas chegarem quietas, encolhidas, braços sobre a barriga e sentando num canto da roda.

A postura encolhida apresentada por muitas é consequência de uma sociedade que lhes atinge o tempo todo, por seu gênero, por sua raça ou por sua classe. A dança e os gestos ali contidos atuam no sentido de libertar amarras invisíveis, fazendo com que sintam o espaço que lhes cerca com maior leveza, revelando quem são e conseguindo inclusive conectar-se com o momento.

FIGURA 18 - OFICINA DE DANÇA REALIZADA DURANTE O ENCONTRO MULHERES E O COMBATE AO RACISMO



FIGURA 18– Oficina de Dança realizada durante o encontro Mulheres e o combate ao Racismo.
Fotografado por: Danielle Willemann Sutil de Oliveira, 2022.

Para exemplificar tais oficinas utilizamos a ocorrida no dia 25 de novembro de 2022 na sede da ACNAP, no Xapinhã. Antes da feijoada e do debate sobre o combate ao racismo que teríamos, Vera anunciou que teríamos uma oficina de dança, com uma professora convidada, que nos contou que pensou uma música e uma coreografia que

retrata a ancestralidade negra, com passos que remetiam a diferentes culturas africanas trazidas para o Brasil.

Num primeiro momento realizamos a atividade em frente ao espelho, observando a professora, “sentindo o ritmo”, e observando o comportamento de nossos corpos durante os movimentos. Se, de antemão, parecia algo simples, a questão se revelou absolutamente complexa, visto que sem perceber não compreendemos de fato como o nosso corpo gesticula ou o espaço que ocupamos em um ambiente.

Aos poucos cada participante, da mais nova à mais velha, foi compreendendo seu próprio corpo, tendo mais confiança nos seus gestos, apresentando fluidez nas transições. Em aproximadamente uma hora os sorrisos já estavam nos rostos ali espalhados, as conversas de “consegui” foram se multiplicando e o sentimento de pertencimento crescendo.

Foi depois desta etapa que fomos divididas em grupos de seis pessoas e apresentamos para as demais que estavam assistindo, gerando aplausos e comentários sobre como todas tinham atingido seu objetivo – cada uma com sua particularidade. Após a finalização da oficina duas questões ficaram em minha mente: 1) A música e a dança reforçam nossos laços de comunidade ao partilhar um ritmo e passos iguais; 2) Nosso conhecimento corporal precisa ser trabalhado para que saibamos como ocupar nosso espaço.

A autoafirmação e o conhecimento adquirido através das oficinas de dança sugerem a potência existente nesta forma de manifestação cultural pelas populações periféricas. Mata (2019) afirma que as práticas de dominação em nossa sociedade são relações de constrangimento, logo, resistir não se estabelece apenas no âmbito da reação, mas avança nos possíveis deslocamentos que favoreçam a expansão e expressão da vida. O autor ainda explica que pelo entendimento da corporeidade rompemos a dicotomia mente/corpo, algo muito presente na tradição ocidental e negada nas matrizes africanas.

Para compreender a fundação do grupo Ka-naombo, atuante há mais de 30 anos na periferia de Curitiba, é preciso abrir um breve parêntese para compreendermos como o Movimento Negro da capital paranaense organizou-se na década de 1980 e 1990 para combater o racismo existente na cidade. Esta contextualização se faz necessária uma vez que o trabalho através da arte e da cultura se originam dos encontros e aprendizados da época.

Ivani nos conta que

[...] todo mundo dos bairros, campo comprido, sítio cercado, santa felicidade, todos os negros se reuniam neste espaço da igreja [Igreja da Rui Barbosa] toda quinta feira a noite. E pra discutir sobre questões raciais, e aí assim a gente lia alguns textos, debatia as dificuldades sabe? Então era das sete as nove, então tinha este grupo e este grupo foi se fortalecendo. Naquela época pra você ter uma ideia eu tinha treze anos, tinha o ensino médio. E daí todo mundo começou assim, todo mundo que tinha discussão ali começou a perceber que “poxa a gente agora precisa ter o curso universitário”, porque a gente vai precisar disto, e aí a partir daquela data todo mundo foi fazer curso universitário.” (Informação Verbal)³⁹

Percebe-se que ainda que o discurso hegemônico da cidade – baseado em dados quantitativos – busque invisibilizar a existência das pessoas negras em sua extensão, a comunidade encontrou estratégias já na década de oitenta para politizar e discutir sua vivência neste contexto.

A partir de reuniões centralizadas, pessoas dos mais diferentes bairros da cidade encontravam-se na Igreja da Rui Barbosa para debater textos sobre a negritude, mobilizando sua luta e definindo como agir diante do quadro de exclusão acentuado a que estavam expostos. Uma das vertentes, como relatado anteriormente, focou no acesso e na conquista do ensino superior, fazendo com que as lideranças voltassem sua dedicação em entrar nos mais diversos cursos universitários para atuar nos variados campos da cidade⁴⁰.

Todavia o movimento também empreendeu forças para outras áreas de atuação, tal como a cultural. Vera nos conta que

[...] E lá se reunia cerca de 80 negros, todos naquela sala. Só que eu não falava nada, eu ficava quietinha porque eu era muito tímida, e eu me sentia meio fora do contexto. Mas toda quinta feira tinha palestra e tal e eu fui aprendendo. Aí um dia eu falei o que eu vou fazer pra ajudar né? Um dia eu vendi 73 convites de feijoada pra ajudar. [...] Lá em Porto Alegre tinha o jornal Maioria Falante, e eles tinham uma festa e eu pensei: vou fazer esta festa! [...] Mas fizemos a festa, daí eu trouxe pra cá, meu pai morava aqui, que era área de ocupação, e minha irmã tinha um salãozinho 2x2, e eu vim fazer o trabalho aqui! (Informação Verbal)⁴¹

Foi através das reuniões na Igreja toda quinta feira que Vera teve a ideia de realizar a festa Ka-naombo, bem como o projeto focado na cultura e na beleza afro-brasileira. Ela que relata que cresceu tendo vontade de mudar as coisas e compreender como se podia combater o racismo, encontrou na arte um modo de denunciar e reivindicar sua existência.

³⁹ Ivani Oliveira, em 03 agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

⁴⁰ O princípio de acesso à educação superior faz parte de um escopo de luta presente tanto na comunidade negra de Curitiba como para nas comunidades periféricas. Durante os anos 2000 a ACNAP criou e efetivou um cursinho pré-vestibular que atendia estudantes do Xapinhã para entrada na Universidade Federal do Paraná, tendo suas aulas realizadas – por um período significativo – no Campus do Jardim Botânico (UFPR) aos sábados de manhã.

⁴¹ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

Gonzalez (2020) afirma que foi no movimento negro que encontrou o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política acerca do racismo e de suas articulações com a exploração de classe. Complementando que as mulheres negras também se reuniam para discutir seu cotidiano – principalmente na periferia – debatendo como combater o machismo não só de homens brancos como dos próprios negros. Verifica-se aqui a relevância da politização do cotidiano. Logo, ao participar dos espaços de debate sobre raça na década de 1980 na cidade de Curitiba, Vera instrumentalizou os conhecimentos produzidos por meio de seu projeto.

O único problema quando o trabalho foi iniciado encontrava-se no fato de que, como a própria Vera afirma, ela não sabia dançar. Porém, através de sua força de vontade e contatos conseguiu chegar a várias pessoas que auxiliaram na construção do projeto. Uma delas é Claudia, educadora, fundadora do bloco Pretinhosidade e hoje moradora do bairro Tatuquara, próximo ao Sítio Cercado. Ela nos conta que com dezessete anos foi convidada a participar das reuniões toda quinta feira na Igreja, ainda que na época não se reconhecesse como negra.

Com o tempo e as discussões ela começou a compreender e reconhecer sua negritude, além de estar no magistério para que pudesse ministrar aulas. Claudia explica que durante uma atividade em grupo tiveram que criar uma coreografia de dança, a qual sugeriu e construíram a partir da música Madagascar.

[...] E aí nas reuniões de quinta-feira eles sempre perguntavam: a você fez alguma atividade diferente? O que você fez durante a semana que possa se relacionar com a questão da negritude? Daí eu contei que eu participei desta coreografia e tal tal tal. Aí passou um tempo a Vera Paixão veio me procurar: aí Claudia eu soube que você é coreógrafa de dança afro. E o pessoal falou que você participou de uma dança... (Informação Verbal)⁴²

Apesar de sua explicação de que não entendia muito bem de coreografia, Vera explicou que ia iniciar um projeto com as crianças do Xapinhall e precisava de auxílio, e como Claudia sempre gostou de trabalhar com elas, decidiu auxiliar nesta construção. Claudia conta que na prática não tinha nada pronto “[...] A gente conseguiu era umas quinze crianças e ia ter a primeira noite Ka-naombo, então foi juntando tudo. Daí a gente começou a ensaiar estas crianças, começou a trabalhar a questão da auto-estima, conversar bastante com eles sobre se gostar.” (Informação Verbal)⁴³

Através do auto aprendizado e da força destas mulheres negras o grupo se consolidou chegando a contar com oitenta crianças durante os ensaios e trinta que participavam das apresentações. A noite Ka-naombo, relatada no trecho anteriormente

⁴² Claudia Axé, em 19 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

⁴³ Claudia Axé, em 19 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

era uma festa na qual tinham apresentações e o concurso “Beleza dos Palmares”, estruturado para exaltar e consolidar a auto-estima da população negra e periférica de Curitiba.

Neste processo de ensinar aprendendo, muito comum na educação popular, uma geração inteira de crianças negras formou-se a partir de princípios de pertencimento, valores e consciência social, atuando hoje como adultos dentro da ACNAP e outros projetos do Movimento Negro existente na cidade. A ocupação do espaço através da organização dos movimentos populares negros visibiliza sua existência, resistência e ação dentro da cidade – que finge não reconhecê-los.

Tal como a dança, outras expressões artísticas interferem no modo como agimos e nos relacionamos com o espaço: é o caso do teatro e do cinema. A performance corporal a partir de um roteiro pré-definido também entra no campo de atividades realizadas pelos movimentos com os quais trabalhamos, sendo uma alternativa para denunciar e, assim, politizar os problemas cotidianos sob uma outra lógica.

Considerando que, segundo Brandão e Fagundes (2016), os movimentos de cultura popular partem do princípio de transformar e significar o mundo de modo coletivo e social, compreendemos que os projetos teatrais e cinematográficos a que tivemos acesso também evocam os valores e significados da periferia pela ótica destes sujeitos.

Já em nossa primeira conversa pós pandemia, Irenilda trouxe um cartaz com o título de um filme mudo, gravado com crianças da Vila Torres – estas escolhidas após três meses de oficinas, conversas e apresentação sobre o que é o cinema. O curta foi apresentado em mais de 30 países e conta com variadas premiações, mesmo no período pandêmico.

Irenilda nos conta que

[...] Mas assim, a cultura ela é muito importante na vida das pessoas, não é só trabalhar esta questão de auto-estima, de valores, mas de incentivar elas a participar, interagir. Quando veio o cinema mudo, foi muito interessante, porque foram crianças que nunca saíram da vila, elas puderam participar. [...] A gente reuniu um grupo grande de crianças, fez as oficinas durante três meses, e nesta oficina foi descobrindo qual deles que tinha talento. E o bem interessante deste trabalho é que foram descobrindo os talentos. (Informação Verbal)⁴⁴.

Neste caso, o cinema e o projeto possibilitaram a inserção de cinquenta crianças em processos de aprendizagem sobre gestos, atuação e cinematografia, abrindo

⁴⁴ Irenilda Arruda, em 14 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

horizontes de profissões e/ou caminhos a serem percorridos, visto que o acesso ao cinema era uma realidade inexistente para todas elas. Do mesmo modo em 2022, foi gravado e apresentado no Museu Oscar Niemeyer um documentário de João Evangelista com o título *Reciclando Vidas – a realidade dos catadores de reciclados no Brasil*, que apresenta a vida dos catadores de reciclados pelo território nacional, incluindo a dos diversos catadores da Vila Torres. A reciclagem, tal como veremos no próximo capítulo constitui a principal fonte de renda para uma parte significativa das mulheres que frequentam o clube, e temática do documentário apresenta esta realidade complexa para a sociedade brasileira no geral.

Para além destes projetos de cinema apresentados e reproduzidos pelo mundo que mostram outros ângulos da conhecida Vila Torres, há que se frisar o teatro e a atuação teatral como forma de denúncia dos problemas enfrentados pelos moradores dos bairros periféricos. Ora, Augusto Boal, ao construir o método do “Teatro do Oprimido” nos anos 1970, expressou que todo teatro é político, porque políticas são todas as atividades do homem, sendo o teatro uma delas, reforçando que as ações diretas consistem em teatralizar manifestações de protesto, concentrações etc. (BOAL, 2009).

Munidas da pedagogia freiriana em suas atuações políticas, uma parte das mulheres com as quais trabalhamos trazem para a arena de discussão as dinâmicas presentes na metodologia do Teatro do Oprimido – mesmo que não a tenham nomeado ou que o método fosse pouco conhecido na época. Isto porque a estrutura e ação das peças desenvolvidas buscam apresentar e denunciar os problemas sofridos pela população periférica e negra de Curitiba, escrevendo seus personagens, trazendo questões cotidianas e apresentando a céu aberto ou durante reuniões.

Ivani nos conta que

[...] depois disto, no meu caso, eu fui trabalhando várias culturas, entrei muito em artes cênicas, fiz muito teatro. E teatro musical, e assim, isto foi sabendo eu me identificar e também querer fazer que a outra pessoa negra me pegasse como referência para se fortalecer mesmo, para se auto identificar. [...] Eu participei de um grupo de negros de teatro, que trabalhava teatro, e este grupo era só meninos negros e este grupo se chamava “Arte Negra” e só tinha menino, e este grupo se formou assim, eles moravam numa região que teve alagamento, aí eles queriam arrecadar dinheiro para poder ajudar as pessoas que não tinham condições, aí eles começaram a fazer teatro. E eles faziam teatro assim com todos os personagens negros. (Informação Verbal)⁴⁵

Ao observarem sua comunidade exposta a uma situação de precariedade extrema, jovens meninos decidem unir-se para fazer teatro e arrecadar dinheiro para ajudar quem não tinha condições após um alagamento. A produção independente fez

⁴⁵ Ivani Oliveira, em 03 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

com que pudessem mergulhar na cultura afro-brasileira e negra, compondo personagens com os quais se reconheciam e dotados de complexidade – diferente do que era apresentado na época pela cultura branca e hegemônica ao fim da década de 1980.

Fanon (2008) explica que na posse da linguagem reside uma extraordinária potência, pois é justamente a partir dela que as imagens, caricaturas, construções de sentido se estabelecem. Aqui encontra-se o motivo da produção cultural periférica ser central na análise de sua produção do território pois, ao inverter a lógica e tomar para si a posse da linguagem, subvertem também o sentido apresentado hegemonicamente. Quando o grupo Arte Negra passa a mobilizar e construir suas próprias narrativas trabalham pouco a pouco a autonomia e a construção de si e do outro, num trabalho conjunto de se auto significar.

A potência contida na posse da linguagem encontra-se justamente no poder da auto significação, uma vez que ser colocado na posição do outro condiciona a visão de mundo sobre o sujeito a partir de um conjunto de ideias externas. Teixeira (2007) busca em seu trabalho estabelecer uma relação entre Boal (Teatro do Oprimido) e Freire (Pedagogia do Oprimido), expondo que ambos buscam ferramentas para formação da consciência crítica e autônoma dos seres humanos.

Dentre os tipos de teatro exemplificados no trabalho encontra-se o Teatro invisível que seria “[...] uma técnica de representação de cenas cotidianas onde os espectadores são reais participantes do fato ocorrido, reagindo e opinando espontaneamente na discussão provocada pela encenação.” (TEIXEIRA, 2007, p. 98). E foi justamente no encontro da ACNAP sobre Mulheres e o Combate ao Racismo que fomos pegos de surpresa com uma peça que utilizou a técnica do teatro invisível.

FIGURA 19 - ENCENAÇÃO DO TEATRO RACISMO NATURALIZADO NA ACNAP



FIGURA 19 – Encenação do Teatro Racismo Naturalizado durante o encontro Mulheres e o Combate ao Racismo, utilizando a técnica do Teatro Invisível.

Fotografado por: Danielle Willemann Sutil de Oliveira (27/11/2022)

No momento que a peça começou já nos encontrávamos em roda para o início do debate central do dia, estávamos apenas aguardando poucas participantes que se encontravam na cozinha terminando de guardar a feijoada. Neste momento, duas participantes chegam na roda conversando em voz alta sobre fatos cotidianos antes de se sentarem.

Todavia, o que parecia apenas uma conversa logo se revela como uma situação de racismo, ambas usam expressões para se referir ao cabelo negro, ao corpo e também à beleza negra. Na sala, suspiros de indignação, até aquele instante poucas pessoas haviam entendido o que estava acontecendo, o que mais se observava eram os outros participantes se olhando desconfiados, se perguntando se aquela cena de fato era real.

Quando a Vera irrompe pelo salão tomando conta de toda a atmosfera, as duas outras participantes que estavam conversando passam a tecer elogios para elas, e é justamente neste momento que a sala rompe em risadas de alívio, pois todos, sem exceção percebem a existência do teatro na sala. Com isto, Vera agradece as participantes e começa a discussão justamente por este ponto: o quanto do Racismo se encontra naturalizado em nosso dia a dia? Quantas vezes, por mais que convivamos com pessoas negras, ainda temos atos, falas e percepções racistas da realidade?

Santa toma a frente do trabalho e conduz a discussão que dura em torno de duas horas, a maioria expressa como se sentiu ao ver aquela cena se desenrolar diante de seus olhos, dizendo que, por muito pouco, não interferiram na conversa para perguntar onde essas mulheres achavam que se encontravam. A dinâmica do teatro do oprimido permite justamente isto, a criação e execução de uma peça que aborde questões tão cotidianas e dolorosas, permitindo aos participantes questionarem as atitudes ali presentes, pensando inclusive em como combater tal realidade.

Boal (2008) defende que *a estética do oprimido*, busca devolver a quem participa a capacidade de perceber o mundo através de todas as artes, centralizando este processo na palavra, no som e na imagem. Assim, aprofundando o método do teatro do oprimido, o autor explicita como todas as artes possuem potência para que os oprimidos possam subverter sua ordem e compreender-se no mundo para modificá-lo criticamente. Do mesmo modo, Porto (2011) defende que a manifestação da palavra na periferia é

[...] Carregada das mensagens de resistência à cultura hegemônica, não é um grito para ser escutado à distância, não mais que uma reivindicação de igualdade de direitos, mas, sim, a forma legítima pela qual as comunidades "fora do centro" manifestam suas identidades. São vozes que se escutam entre si. Não esperam, fazem sua hora e seu lugar. (p. 62)

Deste modo, percebemos que ao se colocarem no mundo e se instrumentalizarem por meio da arte para denunciar os problemas e anunciar seu modo de compreender o mundo, estes movimentos imprimem uma dinâmica no modo de agir e estar no espaço, encontrando alternativas para se fazerem ouvidos, seja pelas autoridades seja entre seus pares. A cultura somada à felicidade e alegria de reunir-se, traduzem parte dos conjuntos centrais para a vivência e sobrevivência destas populações que, ao fazerem ecoar suas vozes, apresentam os outros mundos que resistem ao sistema excludente.

Neste item, buscamos apresentar a importância e potência do uso das artes e da cultura pela população periferizada para politizar as questões que se desdobram em seu cotidiano. Também buscamos explicitar que a felicidade contida na partilha e nas reuniões destes grupos surge da necessidade de permanecer firmes coletivamente na luta que os desgasta e desesperança.

O esperar é ato-chave deste processo pois todas estas ações no espaço significam avançar física e politicamente no espaço, delimitando seu território e se fazendo escutar, construindo as utopias voltadas ao amanhã. No próximo tópico, trazemos uma reflexão sobre a produção do espaço e do território em si, a partir do que já apresentamos no presente capítulo.

3.4 Quem se movimenta produz espaço: da redução de danos às práticas educativas de liberdade

Ao longo deste capítulo apresentamos a produção espacial dos territórios do cuidado da periferia pelas mulheres que ali estão a partir de algumas práticas – descritas por meio de três atos, representados por palavras chave – que exemplificavam as ações ali desenvolvidas. Agora buscamos realizar uma reflexão geral, baseando-nos nas exemplificações, acerca da potência e da necessidade do movimento para a produção espacial destas localidades.

Buscamos apresentar primeiramente a conexão entre produção do espaço, ação e movimentos sociais, avançando para o corpo-ação percebido no espaço da periferia e da centralidade da educação popular e não formal nestas localidades. O item visa conectar os exemplos anteriormente expostos, evidenciando que a produção de territórios de cuidado são fecundos frutos da trajetória política e conjunta de diferentes mulheres que produzem o espaço.

Silva, C. (2014) explica que o fazer geográfico remete às várias temporalidades e espacialidades, sendo considerada o conjunto de ações que desempenhamos em nosso cotidiano vivido, construídos a partir da “[...] nossa relação com os sujeitos que constroem suas histórias e visões de mundo a partir do cotidiano. O fazer geográfico consiste então no agir e no pensar sobre o agir.” (p. 25) Sendo assim, ao atuarem em seus bairros de maneira coletiva e cotidiana, as mulheres com as quais trabalhamos criam o espaço e suas territorialidades, imprimindo nas localidades valores e significados centrais para sua vivência.

Para compreender como esta produção do espaço ocorre é importante considerar, em primeiro lugar, o que Lefebvre (2006) explica ao expressar que o espaço não pode ser visto apenas como um receptáculo das atividades sociais, sendo na verdade percebido (práticas espaciais), concebido (representações) e vivido (espaços de representação), ou seja, é composto por uma complexa trama de sujeitos, estruturas e organizações. Sendo assim, o

[...] espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as relações sociais de reprodução, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na

divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. (LEFEBVRE, 2006, p. 35)

Quando remetemos à produção espacial das periferias curitibanas estamos considerando a relação dialética entre produção e reprodução, que abrange cada porção daquela localidade, além disto, deve-se compreender que as dinâmicas ali estabelecidas são fruto da cultura e da organização dos sujeitos que estão ali conjuntamente. Este conjunto não se refere apenas ao presente, mas é resultado também das ações passadas, principalmente em relação aos valores de pertencimento e conquista da terra e projeções sobre o futuro, trazendo para a dimensão do agora a totalidade do espaço produzido.

Santos (2012) explica que o espaço tem por singularidade ser formado por momentos que já foram e agora estão cristalizados como objetos geográficos atuais, abrigando uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade atual. O autor complementa que o momento passado não está “morto” como espaço, visto que participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

Vimos, por exemplo, que a conquista da terra, a garantia da alimentação e a organização da luta a partir da cultura/arte formam uma tríade de análise para compreender a disposição dos espaços periféricos. Este conjunto de elementos se contrapõem aos já denominados territórios de precariedade, projetados pelo Estado a partir de uma ausência assistida, que condensam uma série de biopolíticas nas quais os corpos ali habitando são considerados descartáveis.

Ao atuarem na contramão desta perspectiva, as mulheres periféricas subvertem a ordem estabelecida, disputando o espaço a partir da construção do que chamamos de territórios do cuidado, partindo da perspectiva que o cuidado consigo e com o próximo são a chave para a sobrevivência-resistência desta população. Todavia há que se frisar que tal construção não ocorre de modo individualizado, pelo contrário, compreendemos que a produção do espaço e do território é sempre coletiva, não podendo ser restringida a um indivíduo.

Moreira (2008) explica que a interação entre as práticas espaciais é um dado dinâmico, visto que agem combinadas e simultaneamente, além de estarem presentes na reestruturação e construção espacial da sociedade ao longo do processo, numa permanente recriação. Logo, há que se entender que as práticas espaciais que se desdobram nos territórios são constantes, numa eterna produção e reorganização, não estando estagnadas no tempo ou cristalizadas.

É a partir das práticas espaciais que os grupos vão delimitando seus territórios e disputando as narrativas sobre si e seus lugares de vivência. O território é então

conceito que auxilia na reflexão sobre estas produções, uma vez que, segundo Saquet (2015), a territorialidade variará de acordo com o tempo, as relações de poder, as redes de circulação, as identidades entre outras relações sociais realizadas entre os sujeitos e entre estes e seus lugares de vida.

Com isto percebe-se a conexão existente entre a produção do espaço pelas populações periféricas e a construção de seus territórios, uma vez que o agir sobre as localidades não constitui uma reprodução mecânica, mas caminha no sentido de imprimir a sua lógica de vivência e reprodução de vida. Se considerarmos ainda que o território adquire feições diversas de acordo com a espacialidade na qual se encontra – no entrecruzamento entre o vivido, o percebido, o concebido e o absoluto (HAESBAERT, 2015), então a vinculação entre estas produções fica ainda mais explícita.

Para entender o modo de produção do espaço nestas localidades temos que considerar sua atuação no tempo presente e cotidiano que, apesar de buscar transformar o futuro, dedica suas forças e energias para garantir, dia após dia, a existência das comunidades. Irenilda, em uma de nossas entrevistas, explicou que o termo mais apropriado para as ações que desenvolvem no Clube de Mães é o de “redução de danos”, a mesma fala que quando participou de um curso sobre o tema criaram na Vila um projeto que buscava trabalhar com a prevenção dos dependentes químicos, expondo que

[...] Redução de danos no meio da drogalização não se trabalha pedindo para a pessoa fazer um tratamento, para que ela pare, mas você começa fazendo um trabalho para que ela reduza a quantidade de uso, a frequência, esta coisa toda. E no caminhar deste trabalho todo daí a gente vai fazendo as descobertas dentro das oficinas que você faz, os estudos, o curso que eu fui fazer de redução de danos. Foi o primeiro treinamento internacional sobre redução de danos em Belo Horizonte, foi ali que eu tive conhecimento do que era redução de danos. E assim é bem interessante que todo trabalho que a gente faz com as pessoas é uma redução de danos! Acho que é bem neste sentido, por exemplo, dentro da casa, as discussões, por causa de uma bebida ou drogas, ou o marido seja alcoólatra, chegue em casa agressivo, então quando você trabalha a auto estima de uma mulher, quando você fortalece ela, você deixa ela entender que ela é poderosa, que ela consegue isto é uma verdadeira redução de danos! (Informação Verbal)⁴⁶

A perspectiva da redução de danos então visa realizar o possível em um plano do imediato, compreendendo que as mudanças na sociedade não vão ocorrer numa quebra abrupta e que os ciclos de vício e violência são processos a serem superados cotidianamente, um passo de cada vez. Ao longo do ano de 2022 realizamos um projeto no Clube focado especialmente nas mulheres, com reuniões mensais que tinham por

⁴⁶ Irenilda Arruda, em 14 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

objetivo final o fortalecimento das mesmas e a criação de uma rede de segurança e afeto para que se sentissem seguras.

Para atingir o objetivo, em cada reunião era pensada para avançar um pouco mais do que a anterior, tendo sido a primeira focada no auto-cuidado e a última na produção conjunta de joias com materiais alternativos. A construção de reflexões sobre quem são e como seus problemas podem ser trabalhados de modo conjunto permitiu o reencontrar a voz de cada uma das participantes, reforçando que elas podem realizar as coisas de uma forma diferente do que viram acontecer ao seu redor durante toda a vida.

É interessante notar que a ação baseada na redução de danos leva em consideração cada detalhe da vida cotidiana, no caso do trabalho com as mulheres não bastava a construção e/ou retomada da auto-estima e da confiança para se colocar, mas passava também pelo aprendizado de novos ofícios e a busca pela independência financeira, criando um arcabouço de ações para que tivessem segurança e, caso se deparassem com uma situação de violência, para que pudessem ter as ferramentas necessárias para sair da situação.

FIGURA 20 - PRIMEIRA E ÚLTIMA FOTO DO CICLO MULHERES EM AÇÃO DO CLUBE DE MÃES E PAIS VILA TORRES





FIGURA 20 – Primeira e Última atividade do Ciclo Mulheres em Ação - Oficina de auto cuidado e produção de joias no Clube de Mães União Vila Torres. Fonte: Acervo pessoal Irenilda Arruda, 2022.

Cabe destacar que a última foto oficial tirada não contava com todas as participantes uma vez que este encontro aconteceu durante um dia da semana como finalização do evento de produção de joias. Ao longo do ano, muitas mulheres se somaram e outras, por diversos motivos, não puderam mais participar, mas a ampla presença delas em todos os espaços possibilitou preciosas trocas entre nós.

Gago (2020) evidencia a existência de uma potência feminista, que seria a aquela do corpo como corpo sempre individual, coletivo e em variação, ou seja, singularizado coletivamente. A autora explica que não existe potência em abstrato, e que esta expande o corpo graças aos modos como é reinventado pela luta das mulheres. Para nós, os encontros realizados no Clube representam justamente a materialidade desta potência que, ao unir mulheres únicas e singularizadas em um coletivo produz um movimento de mudança e transformação no espaço do bairro.

A noção de redução de danos pode ser compreendida como sendo então aquela que vai atuando na localidade, a partir dos instrumentos disponíveis e que, pouco a pouco, vai possibilitando o fortalecimento do grupo que ali está. Como bem relatamos, muitas vezes, este termo tem sua explicação restringida à questão da adicção, todavia, como Irenilda bem colocou, as ações desenvolvidas no cotidiano da periferia também remetem a outros tipos de redução de danos, até chegarmos ao objetivo final pretendido.

Analisando por esta ótica, podemos dizer que a produção espacial das periferias curitibanas construída pelas mulheres foca seu trabalho justamente nesta concepção: realizar o possível, seja na luta pela terra, no empoderamento das mulheres ou na construção de uma sociedade anti-racista. Martins (2016) expõe que a estratégia de minimizar os conflitos na periferia é uma luta diária, onde as mulheres aprendem e ensinam métodos de defesa numa luta travada no cotidiano de um território conflituoso – que, no nosso entender, encontra-se em disputa.

Logo, da mesma forma que as ações desenvolvidas no clube podemos refletir sobre se o movimento de Ocupação do Xapinhã trabalha com os pilares da redução de danos em busca de uma sociedade mais justa, uma vez que a efetivação da ocupação foi uma etapa posterior a um período de dois anos de trabalho, no qual discutia-se estruturalmente porque viver na cidade era tão caro, quais as consequências de estar nesta situação de vulnerabilidade e fortalecia-se pouco a pouco cada um dos participantes para o momento de romper um ciclo e conquistar a terra. Os relatos de Lina e Tiana demonstram que foi a fé e a preparação contínua que permitiu que seguissem firmes até atingir o objetivo maior daquela movimentação.

Zibechi (2015) reforça que as periferias latino americanas possuem um padrão de ação coletiva para além do momento de seus eventos – como ocupações – fazendo com que exista a capacidade de auto-organização e, a partir disto, de autoconstrução e autocontrole da vida. O autor continua expondo que assim as periferias abarcam todos os aspectos da cotidianidade e que as mulheres tiveram – e tem – um papel de destaque neste processo. Logo, a luta que começou para resolver o problema do acesso a terrenos na metrópole que cresceu transformando-se na produção espacial de uma comunidade, vinda de diferentes pontos do estado e da cidade, marcando profundamente a estrutura desigual a partir da qual Curitiba se desenvolveu. Este caminho e o processo presente nele não podem ser desconsiderados.

Por fim, outro exemplo do qual podemos fazer uso está justamente na construção da identidade do movimento negro na cidade de Curitiba. Nos relatos e entrevistas que realizamos com mulheres negras, existiu a lembrança de uma produção contínua e longa para se reconhecerem e se colocarem como mulheres negras. A invisibilização à que esta população se encontra exposta – principalmente na capital paranaense que nega sua existência – faz com que o processo de assumir e lutar por sua identidade seja marcado, inclusive, pela dor. Ivani nos relata que

[...] Quando você nasce negro, é os outros que falam que você é negro. Só que o ruim é que eles te falam de uma forma muito amarga, eles vão te acusando como se fosse um crime você ser negro e eles já vem com a sentença que é o processo discriminatório mesmo sabe? Eu, por exemplo, me tornei negra quando veio a primeira reação negativa, de alguém apontar que eu era negra. Daí você vai pegando aquele apontamento feito de uma forma agressiva e você vai percebendo todas as coisas negativas primeiro (Informação Verbal)⁴⁷

Ivani relata também que o processo de desconstruir o “olhar que o outro te jogou” através da atuação no movimento negro, primeiramente na pastoral e depois em movimentos populares, se empoderando pouco a pouco até compreender que “não tem problema ser negro”. Ela também conta que após este processo, começa uma segunda etapa que é a de fazer com quem está à sua volta cotidianamente entender que não existe problema em ser negro, ou seja, trata-se de uma luta contínua para romper com o racismo estrutural presente na sociedade.

Gonzalez (2020) parafraseia Simone de Beauvoir ao declarar que “[...] não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista o tornar-se negro.” (p. 234), acrescentando que é uma questão de conquista de identidade própria e de retorno. Ouvindo o relato das mulheres que entrevistamos percebemos justamente este caminho até o tornar-se negro, e um tornar-se no sentido positivo, do empoderamento e da luta, de atuar na sociedade em busca da ruptura com o racismo estrutural.

A partir do momento em que se reconhecem e percebem a necessidade de atuar no espaço para produzir territorialidades nas quais outros sujeitos também possam se reconhecer, estas mulheres ocupam diferentes espaços. Ivani e Claudia, por exemplo, decidiram por atuar na área da educação formal, trazendo para o chão da escola a vivência militante por meio da qual foram formadas e transformando este espaço para ser de afetividade e acolhimento com as crianças e adolescentes negros que ali estudam.

⁴⁷ Ivani Oliveira, em 03 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

FIGURA 21 - AÇÃO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - COLÉGIO ESTADUAL BENEDICTO JOÃO CORDEIRO



FIGURA 21 – Fotos da ação do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra no Colégio Benedito João Cordeiro. Fonte: Acervo público Colégio Benedito João Cordeiro, 2022.

Nas imagens temos parte das atividades desenvolvidas no chão da escola em que Ivani trabalha e atua cotidianamente, ela quando questionada sobre o porquê optar por ser professora e pedagoga exclama que o ambiente da escola é transformador, e em outro momento, quando fala de sua trajetória para se reconhecer negra explicita que quando finalmente se empoderou quis modelar sua atuação como exemplo, para que outras mulheres negras pudessem se espelhar nela.

Com isto percebemos que as ações desenvolvidas por estas mulheres operam na escala do local, tendo todavia uma reverberação de suas vozes e potências para outras escalas – desde as regionais até muitas vezes globais. Sua luta e produção de espaço se pautam na garantia de vida de sujeitos parecidos com elas, que se encontram no mesmo espaço geográfico e que passam pelas mesmas problemáticas que elas enfrentam – ou enfrentaram.

Ribeiro (2014) explica que a abertura da compreensão da ação nos leva ao âmago do lugar, do cotidiano e das instituições que até então estavam preservadas como sendo algo da reprodução. Observar e analisar a ação desenvolvida por estas mulheres permite politizar a leitura acerca do cotidiano e coalizar toda a potência de transformação que o mesmo projeta. Isto porque a produção espacial destes grupos ocorre justamente no caminhar diário, extrapolando o que antes se entendia como uma mera reprodução da vida.

Novamente é importante destacar que esta ação não ocorre de modo individualizado, mas caracteriza-se pelo seu sentido coletivo de movimentação, levando-nos então a conexão dentre as ações desenvolvidas, a produção do espaço e a organização da luta a partir dos movimentos populares fundados na educação popular.

Gohn (2002) expressa que “[...] Sabemos que a conscientização não opera num vazio, não é um processo individual; ela ocorre por etapas, em processos de interação do indivíduo em coletivos organizados; ela é um ato político.” (p. 70), logo, a reflexão sobre a sociedade em que estamos inseridos e os instrumentos para transformá-la se constituem a partir da leitura conjunta de mundo, propiciada nos espaços formativos dos movimentos populares que temos evidenciado.

Considerando que através do espaço, um tempo social se produz e reproduz a partir de repetições, ritmos, ciclos e atividades (LEFEBVRE, 2006), compreendemos que a produção do espaço passa justamente por estas construções e relações desenvolvidas no tempo social, sendo aprimorada e reforçada à medida em que se desdobra. Portanto, ponto central para a análise deste território criado na periferia como resposta aos territórios de precariedade encontra-se o aprendizado coletivo a partir da educação popular, expressa nas reivindicações e na cultura popular reivindicada por estas populações.

Isto porque a tarefa de reduzir danos em busca de uma autonomia caracteriza-se pela busca de uma mudança – realizada a cada passo e etapa. Ou seja, a redução de danos não é atividade isolada do todo, pelo contrário, é a forma como estas mulheres encontraram para atingir a mudança almejada, construindo desta forma territórios do cuidado pela dinâmica estabelecida.

Pois bem, Brandão e Fagundes (2016) condensam a relação entre a educação e cultura popular a partir dos seguintes eixos: a) interação equitativa entre os diversos campos de pensamento e saberes; b) convergência de culturas; c) difusão de uma experiência de educação política transformadora e; d) centralidade da cultura e da política no próprio acontecer da educação. Ao observarmos a realidade, percebemos todos estes elementos nos movimentos populares da periferia curitibana, uma vez que a busca pela transformação passa pelo debate aberto entre os participantes do movimento, pela união de seus valores e culturas produzindo uma dinâmica própria, centralizando a necessidade de uma educação baseada nestes valores e numa crítica politizada da sociedade.

As ações desenvolvidas por estas mulheres produziu um espaço de esperança e de cuidado nas periferias curitibanas, transformando e abrindo novas possibilidades de viver a cidade para as gerações que seguiram. Este corpo-ação desenvolvido cotidianamente inicia-se por volta da década de 1980 e permanece agindo na

transformação da sociedade. Santa, ao ser questionada sobre a importância das conquistas no campo da educação formal (entre elas a política de cotas) diz que

[...] esta conquista eu vejo da seguinte forma, quando nós implementamos as políticas de cotas na Universidade Federal, a federal foi a terceira do Brasil [...] Então na época teve a conferência, que foi em 2001 sobre intolerância e correlata contra os crimes raciais, e na verdade o que aconteceu, no Brasil menos de 2% da população negra estava nas universidades, então nós tínhamos um problema grande no nosso país! Então o que veio, veio a partir desta conferência a necessidade de nós negros estarmos na universidade, porque se nós não estivermos na universidade consequentemente a gente também não estava no mercado de trabalho. [...] Então veio a implementação das cotas, não foi fácil, aqui na Universidade Federal para o Conselho que vota esta decisão foi 22 a 21, conseguimos por um voto! (Informação Verbal)⁴⁸

Além disto, buscando a efetivação e real ocupação desta política tão almejada, Santa conta que a ACNAP se organizou e começou a trabalhar um cursinho pré-vestibular, para preparar a população negra da comunidade para ocupar este espaço da Universidade Pública. Percebemos então que as políticas públicas criadas são fruto da mobilização e organização dos movimentos populares que, após conquistarem sua pauta, também se reorganizam para que possam ocupar os novos espaços conquistados.

Zibechi (2015) expressa que a luta dos movimentos e das sociedades em movimento são formas de tremores que afetam toda a sociedade, fazendo com que nada permaneça em seu lugar, além disto, defende que a “lógica” destes territórios vai se desdobrando ao caminhar, trilhando estes caminhos no andar e refletindo sobre os rumos tomados pelo coletivo na busca por sua autonomia. A produção do espaço por meio deste desdobrar evidencia um novo modo de construir território e espacialidades, pautada num constante reinventar, isto porque ao vencerem uma pauta prontamente refletem sobre a próxima conquista pela qual vão lutar.

Tiana em seu diário coloca que após a efetivação da conquista do lote muita luta ainda se desdobrava pela frente, incluindo a conquista do saneamento, da água encanada, da luz e das escolas. Por este trecho percebemos que ao colocarem prioridades em suas lutas, iniciando pelo mais urgente, vão avançando aos poucos, porém, num ritmo e força constantes.

Freire (2011) em *Pedagogia do oprimido* explica que num pensar dialético ação e mundo estão intimamente solidários, mas a ação só é humana quando é *quefazer*, ou seja, quando não se dicotomiza da reflexão. Aqui entra a importância da educação popular e não-formal nos movimentos periféricos de Curitiba pois, ao refletirem

⁴⁸ Santa de Souza, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista.

sobre seu lugar no mundo, unem a ação desenvolvida à reflexão anteriormente trabalhada, agindo de modo consciente na realidade em que se inserem.

Deste modo não se produz ações impensadas e também não desconectam sua reflexão dos problemas sofridos, ainda mais quando consideramos que nos territórios de precariedade seus corpos estão expostos de modo desproporcional às políticas de morte. É importante compreendermos então a produção do espaço nestas localidades pela priorização e urgência gerada por estas exposições, por isso, a conquista da casa e a alimentação são centrais para estes movimentos, pois constituem a condição para terem a força física para que seus corpos possam se colocar em caminhada.

O corpo, que se transforma aqui em corpo-ação, longe de ser mero receptáculo ou escala, expressa a materialização do ser, é fronteira atacada pelas políticas de precariedade, ao mesmo tempo que é a arma usada para contra-atacar. Estando o espaço em constante interação com os corpos dos sujeitos que ali se encontram – inclusive o produzindo coletivamente – é possível definir a existência intrínseca e indissociável entre ambos, isto porque à medida em que através de seu corpo-ação os sujeitos produzem espaço eles também se encontram nele inseridos para habitar.

Ribeiro (2014) define a ação como a práxis humana, sendo portadora de valores e sentidos próprios de quem lhe confere. Ao falarmos de um corpo-ação estamos trazendo para o debate o sujeito corporificado que se coloca em movimento para transformar o meio no qual se encontra, centrado na coletividade deste processo. As mulheres na periferia de Curitiba ao se organizarem em grupos e associações e traçarem suas trajetórias políticas na ruptura desta sociedade evidenciam justamente um corpo-ação coletivo, baseado em redes de solidariedade e trocas mútuas.

O grito e a organização destas populações – realizados sob a forma de passeatas, marchas, encontros etc – é voz potente que acumula em si séculos de invisibilização e maus tratos, reivindicando seu lugar de fala, sua posição no espaço e seu direito a existir sem precisar lutar cotidianamente pela sobrevivência. É nesta lógica relacional que frisamos que as revoltas e resistências dos corpos coletivos que hoje estão nestes territórios partem dos aprendizados e ensinamentos que atravessam gerações, gerando um conjunto de estratégias ensinadas por meio da educação popular. Salientamos que esta atuação ocorre por meio da tomada de consciência coletiva proporcionada pela reflexão da educação popular, permitindo reorganizar o entendimento do mundo de maneira crítica e traçar um plano de como conquistar este direito de existência no espaço.

Por este motivo, acreditamos que as ações desenvolvidas nestas localidades caminham no sentido de uma educação para a prática da liberdade, já discutidas pelo professor Paulo Freire e pela professora bell hooks. Em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, hooks (2019) fala sobre a transição de deixar de ser objeto e passar a ser sujeito de resistência e que define sua realidade. A autora também destaca que na produção de teorias (que em nossa leitura estão inclusas as construídas pelos movimentos em seus processos de educação não-formal), “[...] jaz a esperança da nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda dor – de fazer toda a nossa dor ir embora.” (p. 104).

Ao se encontrarem e criarem teorias que explicam seu mundo, compreendendo sua posição geopolítica no espaço, os movimentos destas mulheres periferizadas nomeia as dores que vivenciam, compreendem a conjunção de suas trajetórias e descobrem formas coletivas de continuar a sobreviver. São estas nomeações que permitem sair e romper ciclos de violência e precariedade, pois dão combustível para que se mobilizem na mudança concreta almejada.

Freire (2018) reforça que [...] o único caminho é reencontrar razões de esperança na desesperança. Reconstruir a esperança.” (p. 52), possibilidade esta que remonta ao processo de esperar um mundo melhor ainda que a realidade apresentada seja angustiante e sufocadora. A beleza da produção espacial nestas localidades periferizadas encontra-se justamente em encontrar a centelha da esperança em meio a uma realidade cruel, ver a beleza da possibilidade de um amanhã diferente diante de um hoje desigual.

Neste item e capítulo buscamos discutir e exemplificar de que forma ocorre a produção espacial das mulheres na periferia, demonstrando que a criação de territórios do cuidado se baseia na rede de resistências tecidas para que possam existir e resistir no espaço que conquistaram. Para tanto, a palavra ação é o pertencimento, o alimento e o esperar, finalizando nossa análise pela centralidade da movimentação e organização popular para que estas territorialidades possam ser efetivadas.

No próximo capítulo avançamos na apresentação dos territórios do cuidado produzidos e efetivados pelas mulheres nas periferias curitibanas a partir dos seguintes pontos: a potência da ética do cuidado no contexto das periferias, a amorosidade e a solidariedade como pilares de uma outra sociedade e as redes produzidas no desenrolar cotidiano da periferia.

4. Os Territórios do Cuidado como contra-espços criados na periferia por mulheres: Resistências, Esperanças e Amorosidade

Até este momento construímos nosso debate apresentando elementos que permitem verificar que as mulheres possuem centralidade no que diz respeito à produção dos espaços e territórios dos cuidados nas periferias urbanas curitibanas. Para tanto, no capítulo anterior expusemos ações para expressar por meio de palavras e conceitos que nos permitiram visualizar as práticas sócio territoriais destas mulheres e como reverberam nas territorialidades: com a conquista do espaço (pertencimento), a garantia da sobrevivência e a materialização dos cuidados (alimentação) e a luta contínua expressa na politização do cotidiano (esperançar).

Por meio da reflexão em torno das práticas sociais registradas pudemos perceber a potência contida na organização em rede destas mulheres que atuam em seus bairros através de clubes, associações ou movimentos populares com objetivos específicos que, em uma perspectiva de totalidade, reivindicam e lutam por dignidade das vidas e o direito à cidade. Neste capítulo procuramos sintetizar as discussões realizadas a fim de demonstrar nossa tese, objetivo central da pesquisa: a produção do espaço nas periferias curitibanas é atravessada pela lógica da construção dos espaços do cuidado, efetivados por meio das práticas sociais cotidianas de diferentes mulheres organizadas.

O presente capítulo aborda a compreensão de que a politização do cotidiano por meio das ações realizadas pelas mulheres periferizadas leva à construção dos territórios do cuidado da periferia, compreendidos como contra-espços. Tais ações, estão fundadas no esperançar e na busca contínua pela transformação social deste grupo. Por isso, iniciamos esta reflexão, trabalhando o conceito de contra-espço, bem como seus desdobramentos na realidade que estudamos.

Em seguida, abordamos a potência do cuidado nesta organização espacial, compreendendo como a ética do cuidado feminista e periferizada se espacializa na periferia por meio da ação destas mulheres, composta pela solidariedade e partilha para com o outro, produzindo um entramado territorial no qual a comunidade é vista enquanto conjunto e não individualmente.

Por fim, trazemos a importância dos ensinamentos que compõem o cotidiano da educação não-formal para a permanência e continuidade das territorialidades criadas,

compreendendo que tais espacialidades consolidam-se a partir da ótica do pertencimento e dos saberes passados através das gerações (educação informal).

Abordamos também a amorosidade como um dos fundamentos para a transformação da realidade, relacionando-a com a ética do cuidado já apresentada, o que permite sentirpensar o mundo desde outra perspectiva, na qual o individualismo – inerente à sociabilidade do capital, é colocado de lado para uma produção solidária e amorosa do espaço de vivência destas comunidades.

4.1 A produção coletiva dos contra-espços nas periferias pelas mulheres: ação, solidariedade e esperançar

Ao longo da tese demonstramos como as práticas sociais efetivadas pelo coletivo, composto por diversas mulheres na periferia curitibana, produzem contraposições às necropolíticas e auxiliam na produção espacial de seus bairros. Tais ações, revelam sua centralidade na construção de territórios do cuidado que se contrapõem às políticas territorializadas de precariedade.

Apesar de inúmeras possibilidades para conceituar tais territórios e seus papéis sociais, optamos por denominá-los de contra-espço, visto que as práticas sociais do coletivo das mulheres remetem à contraposição às políticas de precariedade e defesa das vidas, da dignidade e do direito à cidade.

Moreira (2006) afirma que a dinâmica do contra-espço acaba sempre numa reestruturação dos espaços existentes na sociedade, sendo – dentre outras coisas – expressão da força da sociedade civil em luta, que se movimenta para transformar os arranjos espaciais existentes e que não os contempla por resultar de processos de reprodução do espaço no, do e para o capital.

Considerando então as dinâmicas territoriais outras que são construídas por meio da ação das mulheres periferizadas em movimento na cidade de Curitiba, pudemos constatar que as mesmas produzem contra-espços pois constituem espaços que se contrapõem à lógica dominante da sociedade capitalista, tensionando e disputando o sentido da produção espacial por meio de suas organizações, vinculadas às suas ações políticas que estabelecem em seus bairros.

Vimos nos capítulos anteriores que a produção do espaço e, conseqüentemente de contra-espços – se materializa no fluxo do cotidiano a partir de uma triplicidade de ações vinculadas às dimensões do percebido-concebido-vivido (Lefebvre, 2006), sendo

possível supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação irão intervir, segundo o mesmo autor, nesta produção. Com isto, abordar a produção do espaço e do contra-espaço na periferia curitibana pressupõe entender as dinâmicas estabelecidas pelos sujeitos que as compõem, suas diferentes experiências, formas de vivenciar e de disputar a produção do espaço para que este se torne um local de vida e permanência e não de morte e expulsão.

Ao acompanharmos as práticas sociais desenvolvidas pela ACNAP e Clube de Mães, bem como retomar aquelas realizadas na ocupação do Xapinhall nos deparamos com outros aspectos inerentes aos eventos ocorridos nestas territorialidades. Isto nos permitiu analisar e verificar a existência de lógicas contrárias ao modelo hegemônico. Zibechi (2015) evidencia que as periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes de um sistema que tende ao caos, destacando o papel central das mulheres e mães nesta construção outra.

Ainda que existam diferenças e distinções entre as periferias espalhadas pela América Latina, são as similaridades encontradas que nos fazem analisar a produção espacial diferenciada ali disposta. Como já ressaltamos, a presença de mulheres lutando para viabilizar as vidas no cotidiano dá a tônica nestas localidades, configurando um conjunto de elementos de pertencimento e estratégias de sobrevivência passadas de geração em geração.

Moreira (2006) explica que tanto espaço como contra-espaço constituem uma relação que contém a trama estrutural da sociedade, numa complexa reciprocidade de determinações entre eles. Ou seja, a produção de contra-espaços nas periferias ocorre justamente em oposição à produção do espaço na sociedade capitalista, sendo impossível compreender uma, sem a outra.

Com isto, afirma-se que a cidade não constitui um monobloco, por isso, não podemos excluir da análise a dimensão da periferia e dos espaços subalternizados criados pelo capital. A relação dual entre riqueza/pobreza, precariedade/possibilidade, morte/vida, entre outras representam a indissociável trama dicotômica construída no espaço urbano capitalista, sendo os conjuntos de precariedades que constituem combustível ou terreno a partir do qual se produz contraposições pelas populações desprovidas do direito à cidade, portanto da dignidade em suas existências.

Para Ribeiro (2014) a ação desenvolvida pelos sujeitos no cotidiano possui sentido, sendo a responsável por possibilitar a transformação da realidade. Segundo a autora

[...] ser sensível aos movimentos em torno da ação corresponde à necessidade de estarmos extremamente atentos ao locus dinâmico da vida social. Temos que reconhecer quem tem o poder de iniciativa, quais são as instituições que definem projetos e como é concebida a ação propriamente dita. (p. 103)

Com isto, percebe-se que práticas sociais que se desdobram em movimentos das mulheres periféricas em seus bairros correspondem a respostas às instituições que definem projetos e programas públicos que, não raro, reforçam a ausência e a exclusão destas mesmas localidades. Os movimentos e grupos organizados de mulheres formam a complexa teia territorial construída nas localidades.

Ora, tal como Lefebvre (2006) aponta, cada sociedade produz espaços por meio de suas relações sociais, podemos afirmar que o jogo de forças e movimentos de ações desenvolvidos ao longo dos anos pelos desprovidos com sua presença, permanência e resistência na cidade marcam os territórios e espacialidades das sociedades capitalistas. Por este motivo e levando em conta outros contextos similares ocorridos em todo território latino-americano, podemos destacar similaridades presentes nas periferias urbanas de diferentes cidades, em vários estados e países espalhados em nosso continente.

O modelo de exploração colonial, as feridas produzidas no processo de extermínio indígena e da escravização, a usurpação dos minérios e consequente destruição das florestas e seus seres, a imposição de outro modelo sócio econômico – capitalismo europeu – e das hierarquias sociais desdobradas deste modo de produção sobretudo em torno do racismo estrutural, do machismo e da organização patriarcal que compõem a cotidianidade dos territórios e suas sociabilidades.

Do mesmo modo, a falta de políticas para as populações pobres – que configura uma política, as ditaduras militares, a contínua e permanente dependência econômica e política em relação à Europa (capitalismo dependente) bem como a intensa expulsão de camponeses de suas terras ao longo das décadas de 1950 a 70 marcam profundamente a atual organização espacial de várias capitais como Curitiba.

Excluir o processo e contexto no qual as periferias urbanas se formaram seria naturalizar ou então simplificar a produção espacial que até hoje ali se desenvolve, buscando construir contra-espços que se contrapõem a anos de exploração e periferização a que tais populações encontram-se expostas.

Retomar o contexto, observar suas marcas no presente, compreender o impacto das ações passadas nas futuras permite acima de tudo observar que os fatos decorridos do passado jamais aconteceram de modo passivo ou pouco combatido, pelo contrário, é

no corpo e na memória da população periférica que encontramos as marcas dolorosas deste passado, que há séculos busca construir espaços para si e para os seus, nos quais se sintam seguros e acolhidos.

Lefebvre (2006) explica que, para além de intervir na produção do espaço, a luta de classes é, mais do que nunca, lida no espaço. Segundo o autor,

[...] só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias. (p. 88)

Em nossa pesquisa, entendemos a luta de classes em uma perspectiva interseccional, diferente do momento anterior, no qual a dualidade entre classes era explicitamente assumida e as diferenças no interior das mesmas eram desconsideradas. Sabemos a quais corpos pertencem a etnia, a religiosidade, o gênero, a sexualidade das classes subalternizadas e que as políticas de exclusão e morte as atingem mais violentamente. Sabemos também como são vistas ao produzirem suas espacialidades e tentarem transformar o contexto de miséria e exclusão no qual se encontram.

Gago (2020) ao relatar a greve feminista na Argentina fala sobre a *geografia do medo e do risco* vivida por diferentes mulheres ao andarem no espaço, reforçando em seguida que tal geografia não se traduz na forma de vitimação, mas na capacidade estratégica de mapear os perigos e explorações vividas cotidianamente para alimentar maneiras outras de pensar o território, criando, em nosso entendimento, contra-espacos de segurança que se sobrepõem àqueles vinculados aos riscos e aos medos.

Tal qual o movimento destacado pela autora pelas ruas argentinas podemos perceber a movimentação e as ações desenvolvidas por mulheres nas periferias brasileiras para sobrepor uma também *geografia do medo e do risco* a que seus corpos se encontram expostos cotidianamente. Quando o clube de mães se reúne para propor estratégias para dar um basta na violência policial e na “guerra” que é entrincheirada em suas ruas, as mesmas estão pensando em como criar rotas de segurança para os moradores do bairro, em especial crianças e, a como sair de casa – a qualquer horário – sem o receio de que sejam abordados, mortos ou recebam a notícia de madrugada sobre mais uma vítima de “bala perdida”.

É nesta perspectiva que entendemos que existe a permanente construção de contra-espacos, sob a forma de territórios de cuidado no seio das periferias urbanas. Isso porque a produção espacial hegemônica é ordenada e regrada pelo modo de produção

vigente em uma sociedade, produzindo os espaços de exclusão (MOREIRA, 2002). Este conjunto de regras e sociabilidades qualificam determinados corpos como descartáveis, cujos espaços de existência também são ocultados, criminalizados e/ou desconsiderados. Por isso, cabe ao próprio conjunto de sujeitos invisibilizados lutar e organizarem-se sob outro conjunto de regulações que possibilite a sua existência e permanência no espaço, sem o risco de que se tornem as novas vítimas deste processo.

Com isto, observa-se que a produção espacial da periferia é expressão da ação coletiva dos sujeitos, sendo este padrão que indica que os territórios produzidos sejam considerados como contra-espços. Zibechi (2015) reforça que os setores populares criaram uma cidade diferente, por meio de seus próprios meios de economia, comunicação e, até mesmo, transporte, construídos na base da cooperação e do auxílio mútuo entre os que ali vivenciam o mundo. Para os que não conhecem e se recusam a compreender essa lógica, tais territórios são compreendidos como desordenados.

As práticas sociais que apresentamos ao longo de nossa tese são também fruto e demonstração da criação de uma “outra cidade”, na qual a cultura, a vivência, as condições materiais e os valores das comunidades periferizadas têm lugar central na produção espacial ali projetada e efetivada. Longe de escondermos as diferentes camadas de precariedade e violência existentes nos bairros, reforçamos que as mesmas demonstram a faceta violenta e cruel de um sistema que impõe territórios de precariedade, que são combatidos energicamente pelos grupos que se propõem a criar estes territórios de cuidado e esperança – estes sim produzidos nos seios de suas comunidades.

Ribeiro (2014) explica que o espaço não pode ser concebido como passivo ou como um produto a ser consumido e que, pelo contrário, deve existir uma produção de espaço apropriado pelos sujeitos. A apropriação dos bairros e a produção espacial por meio do movimento organizado das mulheres na periferia desdobram-se na criação de contra-espços que refutam a lógica imposta, bem como a concepção de um espaço e sujeitos passivos, que irão viver de acordo com o que o sistema lhes impõe.

Indo ao encontro desta constatação, trazemos a afirmação de Butler (2021) na qual a mesma demonstra que ninguém nasce indivíduo, e que nos tornamos indivíduos ao longo do tempo. Em outras palavras, a autora reforça a nossa condição de ser social e da nossa dependência radical das coletividades nas e com as quais vivemos. Com isto, Butler demonstra que a vulnerabilidade não deveria ser “[...] considerada um estado do sujeito, mas uma característica de nossa vida compartilhada ou interdependentente.” (2021,

p. 50). E por que evocamos esta passagem da autora para compreender a produção de contra-espços? Justamente para demonstrar que ainda que o sistema hegemônico reforce a ideia individualista de sociedade, nascemos, crescemos e só conseguimos sobreviver em função das coletividades.

Com isto, ao agirem coletivamente procurando construir alternativas de sobrevivência em comum, os sujeitos perifêrizados retomam questões básicas de interdependência e organização social, avançando em práticas baseadas numa ética do cuidado e da amorosidade, na qual o outro representa uma extensão de si mesmo. As dores sofridas pelo outro poderiam ser sentidas em nossa própria pele, a precariedade a qual o outro encontra-se exposto também pode ser a mesma que a nossa e, o mais importante, romper com a estrutura de exclusão e invisibilidade imposta auxilia na democratização de toda a sociedade.

A produção de contra-espços, neste sentido, auxilia na produção de fraturas e/ou rupturas conjuntas no tocante à realidade imposta, evidenciando a presença de outro conjunto de valores e ações na vida cotidiana. Um dos aspectos vinculados à produção de contra-espços na periferia realizada pelas mulheres que pudemos observar encontra-se justamente na articulação entre o espaço e o corpo, uma vez que esta dimensão do ser não é negada nem desconsiderada das análises espaciais desenvolvidas pelas mesmas.

Nascendo e sendo marcadas/marcados por características corporais que as tornam/os tornam alvos, é compreensível porque a dimensão do corpo é considerada na produção desta contra-espacialidade. Ao evocar que nem todos os corpos podem agir e estar no espaço como outros, reitera-se todo contexto no qual estamos incluídos bem como as políticas de precariedade a que estamos expostos, tal como observado por Butler (2019) quando a mesma explica que

[...] sob as condições contemporâneas, esteja sendo travada uma guerra contra a ideia de interdependência, contra o que chamei, em outros momentos, de uma rede social de mãos que busca minimizar a impossibilidade de viver uma vida vivível. Assim, esses conjuntos plurais de direitos, direitos que devemos encarar como coletivos e corporificados, não são modos de afirmar o tipo de mundo onde cada um de nós deveria ser capaz de viver; em vez disso, eles emergem de um entendimento de que a condição de precariedade é diferencialmente distribuída. (p. 74)

Partindo desta afirmação, também entendemos que a produção de contra-espacialidades nas periferias caminha no sentido de serem construídas numa perspectiva coletiva e corporificada, buscando acessar-produzir modos de viver, apesar de suas marcas e características corporais. O conjunto de valores que embasa tal produção

remete à construção coletiva de saberes e fazeres nos quais, na prática, nenhum sujeito deve ser “deixado” para morrer, ou seja, desamparado na coletividade.

As ações desenvolvidas que produzem tais contra-espacialidades são observadas num plano do cotidiano, devendo-se destacar – tal como relatado por Ribeiro (2014) – que a **ação** possui necessariamente questões subjetivas, nas quais os valores, visões de mundo e práticas/maneiras de ser são centrais no desenrolar do processo. Com isto, quando evidenciamos a produção espacial das mulheres nas periferias urbanas compreendemos que estamos necessariamente tratando de ações críticas e fundamentadas que as mesmas produzem para transformar a realidade na qual estão inseridas, sendo impossível portanto, realizar uma análise espacial destas localidades sem considerar suas ações na produção de seus territórios.

Além disto, Ribeiro (2013) também destaca que a leitura do território envolve, de modo impreterível, o cotidiano, temporalidade na qual manifesta-se contínuas microrupturas e desvios práticos na sociedade. Ou seja, segundo a autora, seria na agência cotidiana que o sujeito subalterno apareceria também como produtor de futuros e inventor de soluções, uma vez que a natureza prática do senso-comum fortalece a potência das territorialidades resistentes.

Com isto, o território passa a ser lido numa perspectiva de território usado/praticado, espacialidades ocupadas por corpos e ações que “remam” contra a corrente hegemônica que homogeneiza e aliena espacialmente as pessoas de suas localidades de vida. Por este motivo, as periferias, se consideradas os seus movimentos sociais, podem ser vistas como contra-espacialidades de resistência dentro da organização da cidade capitalista atual, por criarem círculos de vida e dinâmicas sociais que se dissociam da lógica apresentada como universal e correta, seguindo outros ritmos, tempos e ocupando outras escalas e formas.

Para Moreira (2006) espaço e contra-espaço constituem uma relação que contém toda a trama estrutural da sociedade em relação ao espaço, composto por uma complexa reciprocidade de determinação entre uma e outra. Logo, um não pode ser compreendido sem o outro, sendo consequência e articulador das diferenças existentes entre os mesmos. Em outras palavras, o contra-espaço é produzido no intenso e tenso diálogo com a produção do espaço do e para o capital.

Podemos enfim, reforçar que os contra-espacos criados são constituídos, antes e acima de tudo, enquanto espacialidades de esperar e resistência militante, que se

movimenta à medida em que precisa desprender-se de padrões e amarras impostas para mantê-los invisibilizados.

As ações e movimentações produzidas pelas mulheres cujos movimentos acompanhamos buscam não somente libertá-las como também abrir rupturas para que as novas gerações avancem mais do que elas puderam avançar, e deste processo vem a beleza de sua caminhada, a fé e esperança de que os próximos dias serão diferentes e melhores, ainda que o caminho seja repleto de obstáculos e dias nublados.

Dito isto, e compreendendo a força das ações articuladas por estas mulheres, passamos à análise e reflexão sobre a potência existente da dimensão do cuidado, central para compreender os territórios criados por elas em seus bairros. No próximo subtítulo compreendemos a potência revolucionária contida no cuidado bem como as redes geográficas que articulam estas diferentes mulheres nas espacialidades da periferia.

4.2 Que potência existe no cuidado? A espacialização a partir de redes geográficas na periferia

Anteriormente, no capítulo 2, evidenciamos a importância da ética do cuidado na produção de territórios na periferia curitibana como contra ponto aos territórios de precariedade impostos nestes mesmos bairros. O cuidado apresenta-se como pilar para compreender as ações voltadas à vida e preservação da mesma, principalmente quando observamos a gama de políticas que expõe estes sujeitos a situações de morte e exclusão. Com isto pode-se argumentar que a vida humana sempre será coletiva, tal como a produção do espaço, uma vez que nos encontramos conectados às outras pessoas, sejam estas de nossa família ou de nossa localidade.

Em localidades de extrema exposição à precarização e necropolíticas esta interdependência torna-se ainda mais evidente, uma vez que a conexão entre um grupo de pessoas em aliança (BUTLER, 2019) se faz necessária para garantir as condições mínimas de sobrevivência e lutar para que a vida seja possível. Focalizar o debate a partir da ética do cuidado relaciona-se então com a desnaturalização desta ação e a politização do termo, visto que por muito tempo as atividades do cuidar foram tratadas desde a perspectiva patriarcal – de modo menosprezado e invisibilizado, sendo exclusivamente imposta às mulheres.

Lefebvre (2006) afirma que o espaço social não é uma coisa entre as coisas, mas engloba coisas produzidas, suas relações em coexistência e sua simultaneidade, não podendo então ser reduzido a um simples objeto. Daí a importância de observar as periferias urbanas desde as práticas sociais estabelecidas pelos sujeitos que vivem o seu cotidiano, pois nos auxilia a compreender de onde surge a potência de transformação encontrada nestes espaços.

Ao longo de nossos campos, esta chamada ética do cuidado sempre esteve presente nas ações e práticas das mulheres com as quais trabalhamos, ainda que este nome não fosse utilizado. O primeiro encontro de mulheres no Clube de Mães, por exemplo, em dezembro de 2021, foi marcado pelo tema “do autocuidado ao cuidado” em que a roda de conversa tinha por objetivo demonstrar que para cuidar do outro também é necessário estarmos fortalecidas e bem, visto que o autocuidado e o amor próprio são peças chave na ação dos movimentos.

Nossa conversa começou com uma questão geradora: “**O que significa o cuidado para você?**”, apesar de um início permeado pelo silêncio e olhares desconfiados, aos poucos foram sendo colocadas questões do dia a dia como limpar a casa após um dia repleto de trabalho, ser dona de casa e escutar que não fazem nada o dia todo, apesar de terem passado suas horas limpando, comprando alimentos e garantindo que todos estivessem prontos para o trabalho e a escola, com o uniforme lavado e a alimentação realizada. Já neste primeiro momento percebe-se que o cuidado, para a maior parte destas mulheres, encontra-se relacionado com atividades de garantia de sobrevivência do outro, em geral marido, filhos e outros familiares.

À medida em que a conversa se desenvolveu uma frase ecoou na roda “Se eu não fizer, ninguém mais faz” sendo completada por outra participante “Quem é mãe não descansa mesmo”. Por meio destas duas frases começamos a problematizar então o papel da mulher como aquela que cuida da vida de sua família, muitas vezes de modo ocultado ou pouco valorizado. Ao perceberem o impacto que seu trabalho cotidiano tem na organização espacial da comunidade foi possível abrir um diálogo sobre os próximos encontros e temas que queriam que tratassem, visto que compreenderam que seu papel era central para que as vidas pudessem acontecer no cotidiano da comunidade.

Ora, Cortella (2010) explica que a presença do feminino nas periferias se traduz como atitude ética, visto que ele é entendido como sendo – ainda que não seja exclusividade das mulheres – expressão da incapacidade de desistir. Quando as mulheres em roda contam suas experiências vivendo jornadas duplas, triplas de trabalho

e toda a carga emocional e física que assumem para ter a certeza de que sua família irá se alimentar, morar e viver percebemos que sua luta é permanente, e que sua desistência implicaria num impacto significativo para as lógicas espaciais de suas localidades.

Longe de trazer uma figura indestrutível ou naturalizar esta incapacidade de desistir, aqui estamos expondo o motivo pelo qual as mulheres são centrais na produção espacial dos bairros periféricos. Ao se verem incumbidas das tarefas de cuidado com o próximo elas assumem a responsabilidade de dar continuidade à sua comunidade, transmitindo valores e possibilitando a sobrevivência dos seus, não sem questionar as altas cargas geradas por esta divisão/imposição.

FIGURA 22 - OFICINA AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA (MÊS DE JUNHO) NO CLUBE DE MÃES



FIGURA 22 – Oficina com o tema Autoimagem e Autoestima no Clube de Mães e Pais União Vila Torres, junho de 2022. Fotografado por: Danielle Willemann Sutil de Oliveira (jun, 2022))

Na figura acima temos representada a oficina ocorrida em junho de 2022 no clube de Mães União Vila Torres cujo tema era autoimagem e autoestima, buscando fortalecer tais mulheres. Tendo sido diagnosticada a alta carga de trabalhos de cuidado a que estas mulheres estavam submetidas em seu dia a dia de modo solitário, decidimos trabalhar como elas viam a si mesmas em seu cotidiano.

Para isto, utilizamos a dinâmica do espelho na caixa, na qual cada mulher levantava, olhava em uma caixa e dizia uma palavra sobre o que estava vendo. Esta atividade ocorreu após uma palestra motivacional e que as mulheres em roda conversaram sobre como, muitas vezes, são colocadas em uma posição de subalternidade ou se sentem diminuídas e feias em seu dia a dia. Tal conversa surtiu efeito uma vez que revitalizou a força delas de modo conjunto, fazendo com que as palavras ditas, registradas no cartaz apresentado na Figura, fossem elogios a elas.

As palavras usadas para se autodefinirem representam valores e características que extrapolam o sentido físico de suas aparências: Forte, Legal, Maravilhosa, Apaixonante, Espetacular e Linda são algumas que foram usadas para reforçar o conjunto complexo que marca a identidade destas mulheres, fazendo com que se vissem para além de suas funções – no trabalho remunerado ou em casa.

É aqui que a organização popular destas mulheres da periferia auxilia justamente neste ponto, ou seja, não é aleatório que elas se organizem desde há muito tempo para reivindicar conjuntamente políticas públicas em seus bairros. Ao estarem no papel central do cuidado, ainda que imposto pela sociedade apenas às mulheres, elas compreendem a impossibilidade de atender a esta demanda individualmente, buscando então organizar-se para se fortalecerem coletivamente e transformar o cuidado em potência de luta.

Braunstein (2012) explica que o cuidado se situa enquanto comportamento e ação pelo pensar humano, sendo expressão de um sentimento afetivo e também como reflexão racional lógica, baseado na capacidade da conexão humana, acrescentando que

[...] O cuidado e a conexão humana estruturam, comportam, as interações de ensino e aprendizagem, os diálogos, a capacidade de reflexão, crítica e auto-crítica, a capacidade de criatividade, o raciocínio lógico abstrato, a capacidade de memória seletiva, as representações sociais, a capacidade simbólica. (p. 24)

Sendo então sentimento afetivo e reflexão racional lógica compreendemos que as práticas do cuidado desenvolvidas por estas mulheres na periferia remetem a uma trama complexa de relações sociais e espaciais, baseada na politização de suas tarefas e na reflexão do local onde encontram-se na sociedade. Quando Tiana e Lina falam sobre a ocupação do Xapinhall percebemos também a centralidade do cuidado em suas lembranças.

Um dos primeiros grupos criados na ocupação – juntamente com a segurança – foi o de saúde e o da alimentação, buscando organizar estratégias para as condições básicas – principalmente para mulheres e crianças – viverem em meio às condições extremas de falta de água encanada, esgoto, de moradia adequada pois viveram em barracos de lona bastante precários. Foram as mulheres que ensinaram as famílias a fazer um soro caseiro, distribuíram alimentos e explicaram como os dejetos deveriam ser descartados a fim de não piorar a precária situação da ocupação. Foram elas que se organizaram para cozinhar fora da ocupação para trazer o alimento preparado para todos que estavam ali lutando pelo seu lugar.

hooks (2022) ao falar das colchas de retalhos trabalhadas a mão na comunidade que cresceu, reflete que “[...] sempre surgem histórias sobre estratégias de sobrevivência usadas para manter a esperança em situações de desespero [...] somos capazes de manter a dignidade mesmo em situações intoleráveis.” (p. 194). As estratégias de sobrevivência traçadas pelas mulheres na periferia vão ao encontro desta reflexão, visto que mesmo nas condições mais excludentes foram elas a acender uma chama de esperança fazendo o possível para “reduzir os danos” da situação.

O cuidar enquanto ferramenta de produção espacial interroga a ideia de que o espaço da cidade é produzido de modo individualizado e que o cuidado ficaria restrito à esfera privada. Ao considerarmos as comunidades e sua organização para sobreviver vimos que foi a partir do cuidado e das práticas sociais solidárias aprendidas desde a infância que estes sujeitos resistiram às políticas de precariedade que ali se instalam.

Vera ao ser questionada sobre o que compreende por cuidado nos fala que

[...] Cuidado, primeiro o cuidado é você respeitar o outro. Como ele é, a forma que ele é. Isto é o primeiro cuidado: respeito. Aí depois você vai cuidar para não julgar, tanto como tratá-lo, a hora de acolher, em todos os sentidos, em todo momento da vida, uma palavra amiga, também na hora de dar um chega pra lá, duro. Tudo é cuidado. (Informação Verbal)⁴⁹

Esta resposta condensa os valores que anteriormente já trabalhamos, auxiliando a compreender que o cuidado vai para além das tarefas de manutenção da vida, mas é organizado na dimensão emocional e por meio das estratégias formadas para tais atividades. Em outras palavras, percebe-se que a potência do cuidado se efetiva dialeticamente por quem o realiza e por quem o recebe, visto que não são práticas mecanizadas, mas que expressam o carinho e o acolhimento, o cuidado para com próximos sujeitos que compõem a coletividade.

Podemos dizer que estas expressões do cuidado são relevantes na formação da comunidade e no sentimento de pertencimento das pessoas com o lugar. Por meio destas práticas é possível perceber a conexão entre várias pessoas, formando redes geográficas do cuidado que propiciam a formação destes territórios já citados. Corrêa (2012) explica que as interações espaciais são multidirecionadas e se entrecruzam, não se caracterizando por padrões sistemáticos.

Sendo assim, a partir das ações destas mulheres as suas produções espaciais se entrecruzam formando um espaço relacional, formando coletivos de diálogo e trocas de experiências. Um ponto interessante na pesquisa foi perceber por meio de conversas informais que todas as entrevistadas e participantes, em geral, se conheciam, ainda que

⁴⁹ Vera Paixão, em 22 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista

não atuassem nos mesmos bairros. Ao falarmos do Clube de Mães ou da ACNAP, tanto Irenilda como Vera e Santa falaram sobre como se conheceram e dos encontros em que já estiveram juntas, evidenciando que a rede de relações transborda para além do local.

Ainda que todas as lideranças entrevistadas tenham trilhado caminhos em suas comunidades ou em campos de atuação diferentes, todas conectam-se pela formação crítica e politizada de suas ações, se reconhecendo uma na outra e formando esta grande rede de atuação na transformação da realidade.

Abordar as trajetórias de vida destas mulheres não remete à exaltação de suas ações individuais, mas do papel coletivo que as mesmas têm na formação do espaço de seus bairros, e como suas histórias misturam-se e traduzem a realidade de outras várias moradoras das periferias urbanas. Considerando que estes territórios são produzidos então desde uma lógica de redes geográficas do cuidado e da solidariedade, devemos atentar à este conceito.

Corrêa (2012) organiza as redes geográficas a partir dos seguintes pontos: **Organizacional, Temporal e Espacial**. Cada uma delas diz respeito a uma dimensão para a formação da mesma, sendo possível aqui estabelecer um paralelo entre elas e as práticas sociais das mulheres com as quais trabalhamos. Ora, em relação à dimensão organizacional, o autor explica que se considera os agentes, a origem, a natureza dos fluxos, sua função, finalidade, existência, construção, formalização e organicidade. Já em relação à dimensão temporal falamos da duração, velocidade e frequência dos fluxos. Por fim, no que tange à dimensão espacial, temos tanto as escalas como as conexões destas redes.

Tomando como parâmetro tal explicação, argumentamos que as ações destas mulheres formam redes geográficas do cuidado – que se materializam na forma de territórios – considerando que de modo organizacional foram movimentos sociais diversos cuja finalidade e função situam-se em transformar a realidade de seus bairros para que não estejam mais em condição de vulnerabilidade, para tanto, o cuidado e a solidariedade constituem os nós que fortalece esta rede.

Percebemos também que estas práticas socio territoriais são tecidas há décadas, tendo eventos momentâneos de organização e outros contínuos que sempre demandam a atualização de suas pautas: são as vidas e sua viabilização se fazendo presentes nos bairros. Por fim, é possível também entender o jogo de escalas e conexões criadas por estas mulheres ao entendermos como se encontram ligadas em suas trajetórias espaciais de vida, seja através de encontros, formações, trocas, atividades conjuntas ou até mesmo

admiração e respeito pelo trabalho uma da outra. O fato é que elas formam redes que atravessam a delimitação de seus bairros, demonstrando que a periferia não pode ser padronizada apenas pelas fronteiras estabelecidas pelos órgãos oficiais da cidade.

É neste contexto que se revela a importância do cuidado, como fio mediador e conector das ações destas mulheres para a formação de sua rede. Sabe-se que se estas tarefas fossem mecânicas ou protocolares dificilmente teriam a força para sobressair da esfera das casas e avançar como pilar na produção de espaços na periferia, logo, o cuidado – mais que tarefa – é sentimento que une e fortalece a esperança para continuar a lutar por uma mudança em defesa das vidas.

No início de nossa caminhada muitas vezes questionei qual era o preço que se paga por ser mulher na periferia em uma sociedade patriarcal e de classes, fosse por questões vinculadas às condições materiais de vida, fosse pelas exclusões sofridas cotidianamente. Ao longo deste extenso trabalho de quatro anos, entendi que esta não era a questão central, visto que todas que se encontram nesta situação sabem na pele e nos seus corpos qual é este preço.

Percebi que a questão central é: o que e como se paga este preço? Isto porque recordando histórias próprias da infância e conhecendo as trajetórias destas mulheres verifiquei que, ao receberem tais imposições sociais as transformam em potência de luta, não porque querem, mas porque precisam e porque esta é a única saída que se lhes apresenta.

Quando falamos do cuidado destas mulheres também estamos expondo uma ação politicamente centrada, permeada pela raiva de um sistema que lhes impõe dores cotidianas – das perdas, das faltas, da morte. Trata-se de uma raiva que mobiliza e se transforma em amor e cuidado para os outros membros de suas comunidades. Falamos então de espacialidades forjadas pela dor, mas blindadas pela esperança e pelo amor, que tornam suas práticas tão relevantes para compreender a produção do espaço.

Durante o encontro ocorrido em Março de 2022 no Clube de Mães debatemos justamente sobre os trabalhos do cuidado e a carga produzida para que estas mulheres “dêem conta do possível”. Novamente as participantes reforçaram que se sentiam solitárias, que no fim não viam ninguém ao seu lado e que “mães não tiram férias”. São frases cotidianas e que podem passar despercebidas – por serem tão naturalizadas. Mas, afinal de contas, onde encontram esta força para não descansarem ou tirarem férias?

A politização presente nas falas e práticas desenvolvidas pelas mulheres permite entender que, ainda que consideremos a estrutura de gênero e divisão de trabalho na sociedade patriarcal capitalista, suas respostas não bastariam para contemplar o motivo pelo qual as mulheres periferizadas “não param”, uma vez que não são apenas mães biológicas que têm o encargo do cuidado em seus ombros.

Pelo contrário, ao observarmos de perto veremos que suas ações se baseiam numa soma de fatores que inclui a divisão acima expressa, mas também remetem às necropolíticas a que seus corpos e de os de seus semelhantes estão expostos. Esta soma de fatores faz com que as mulheres “não descansem” buscando fazer com que as atuais e futuras gerações possam sobreviver, que seus semelhantes permaneçam existindo no espaço de suas localidades.

Sintetizando tais reflexões, ao saberem o preço pago por serem mulheres periferizadas e estarem à frente dos trabalhos do cuidado de suas comunidades, elas farão o possível – e o impossível – para que as atuais e as novas gerações não sintam a mesma dor, ou que pelo menos vivenciem de modo amenizado. A comparação com a pele e o corpo que sofre as violências não é mera coincidência ou artifício de linguagem, uma vez que as políticas de precarização e necropolíticas atingem diretamente os corpos destes indivíduos.

Butler (2021) explica que ninguém fica em pé sozinho ou se alimenta sozinho, todas as nossas capacidades humanas básicas são apoiadas de um modo ou outro pelos mais diversos sujeitos, fazendo com que sejamos dependentes parcial ou totalmente dos outros que se encontram à nossa volta. A autora continua pontuando que

[...] Nunca somos apenas vulneráveis, mas sempre vulneráveis a uma situação, uma pessoa, uma estrutura social, algo em que confiamos e em relação ao que ficamos expostos. [...] Ser dependente implica vulnerabilidade: alguém é vulnerável em relação à estrutura social da qual depende. Se essa estrutura falha, ficamos expostos a uma condição precária. (p. 50)

Considerando então que desde há muito as comunidades periferizadas compreenderam que as estruturas institucionais – que deveriam garantir condições de sobrevivência igualitária na cidade – não possuíam este interesse e que as colocava numa posição precária de vida, é possível também entender porque os seus movimentos organizados não esmorecem, visto que representam justamente a estrutura que dá apoio para que os sujeitos não se vejam em uma situação de total vulnerabilidade e desamparo, o que tornaria as suas vidas inviáveis.

Neste sentido, Braunstein (2012) explica que na exclusão social os “outros” não são considerados existentes ou merecedores de cuidado – seja afetivamente seja racionalmente – caracterizando esta condição de privação que implica ser ignorado e ampliando a possibilidade de ser vitimado. As mulheres organizadas nestas localidades criam tais redes de cuidado na intenção de reverter este quadro, realizando ações tanto afetivas – ao cuidarem uma das outras, dos filhos das vizinhas, darem conselhos – como as ditas racionais – ao lutarem pelas condições de saúde, acesso à educação e alimentação digna para todos do bairro.

Acima destas questões, é importante pontuar que as duas dimensões, embora apresentadas por ações em separado, mesclam-se na vida comunitária da periferia. O cuidar nas localidades periféricas por parte das mulheres abrange tanto a politização (anteriormente exposta como ações racionais) como o pertencimento (organizado a partir de laços afetivos), e é justamente nesta amálgama que surge a potência do cuidado nestas comunidades. Ora, as oficinas oferecidas na ACNAP e no Clube de Mães demonstram na prática esta união, por exemplo, Irenilda nos conta que quando realizaram oficinas de pintura em tela,

[...] Teve alguns momentos também de pedir pra pessoa desenhar o sentimento dela, o que ela estava passando colocar em desenho, então assim foi bem bacana estas mães fazendo isto né? Até uma história muito interessante de uma mãe que desenhou flores, dentro de um sentimento ela desenhou flores, e eu pensei assim nossa ela tá muito feliz né? Porque flor é uma coisa gostosa né? Aí fomos perguntar o teu é flores, mas a gente não queria cutucar, porque assim, era para expor ali, você não queria mexer, mas quando a gente falou assim: que legal, flores, que isto ilumina, é gostoso, vai florir a vida da gente. Aí ela disse por isto mesmo, porque eu preciso de flores, eu preciso que minha vida fique florida, porque hoje ela está muito escura. (Informação Verbal)⁵⁰

As oficinas estruturadas e ofertadas então buscam significar os sentimentos trazidos por estas mulheres, permitindo que a partir de uma prática de cuidado elas possam expor como se sentem e projetar alternativas para sair desta situação. No caso citado vê-se que através da pintura foi possível que esta mulher externalizasse seu desejo de melhorar sua vida, visto que se encontrava numa situação de tristeza e desânimo.

Guimarães e Hirata (2020) reforçam que ao redor do conceito de cuidado vem se constituindo um campo que enlaça diferentes problemáticas (a partir da raça, classe e gênero), aproximando campos tratados por vezes de modo separado. As autoras explicam que existem diferentes configurações nas relações sociais de cuidado,

⁵⁰ Irenilda Arruda, em 14 de dezembro de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista

entendidas enquanto “circuitos de cuidado” que podem ser divididas como cuidado como profissão, como obrigação e como “ajuda”. Nesta análise, focamos os dois últimos circuitos.

Pois bem, o cuidado enquanto uma obrigação manifesta-se no âmbito das relações sociais, muitas vezes tecidas nas casas, esta atividade

[...] está oculta, encapsulada em outras noções como “amor (por)”, “responsabilidade (para com)” e se encarna num conjunto de obrigações sociais, de expectativas de comportamento associadas às hierarquias e relações de gênero e geracionais, tecidas no seio do grupo familiar. (GUIMARÃES, HIRATA; 2020, p. 115)

Esta é uma das dimensões dos trabalhos do cuidado mais naturalizada e pouco reconhecida em nossa sociedade, sendo inclusive foco de nossas oficinas no clube como demonstramos. A mãe é vista como a figura que cuida e está presente em todos os âmbitos deste trabalho, sendo deixada por vezes sozinha em uma árdua tarefa de garantir a vida no dia a dia.

Nas comunidades periféricas, nas quais não se tem condições financeiras para terceirizar esta demanda de modo remunerado, as mulheres desdobram-se em múltiplas atividades, gerando as chamadas jornadas duplas ou triplas do trabalho. Não raro, são as mesmas que ocupam postos de cuidadoras em residências de uma outra classe social, na função de faxineiras, babás, cuidadoras de idosos etc.

Ora, Orozco (2012) afirma que os cuidados são um lugar privilegiado para analisar as dinâmicas da desigualdade de gênero, uma vez que a partir dos mesmos se torna possível questionar a perversidade de um sistema econômico que nega a responsabilidade da sustentabilidade da vida, baseada na exclusão e invisibilidade de múltiplos coletivos sociais. Ao deixarem suas casas para realizar trabalhos de cuidado de modo remunerado em outras localidades, estas mulheres abrem mão de parte da manutenção da vida de seus filhos para garantir o dinheiro necessário para a sobrevivência dos mesmos, demonstrando o caráter cruel desta realidade.

Indo ao encontro com esta análise hooks (2019) evidencia que, não raro, as mulheres brancas colocam a maternidade como obstáculo para “libertação de mulheres”, explicando em seguida que as negras fossem questionadas sobre os obstáculos de sua libertação a maternidade não apareceria entre as problemáticas principais.

O mesmo podemos falar sobre a maternidade e criação de filhos nas periferias urbanas, uma vez que, ao interseccionarmos classe, gênero e raça verificamos que estas mulheres não veem seus filhos como problemas a serem superados, pelo contrário, seu

núcleo familiar constitui parte importante de sua identidade e conjunto de valores. A autora continua afirmando que

[...] As mulheres negras que tinham de deixar sua casa e trabalhar pelo sustento de suas famílias não podiam colocar suas crianças numa creche (e, dependendo da época, as creches nem existiam). Contavam com a ajuda de pessoas da comunidade. Mesmo naquelas famílias em que a mãe ficava em casa, podia-se contar com essa ajuda. As mães não precisavam estar todas as vezes com seus filhos no parque, porque sempre havia pessoas da vizinhança para vigiá-las. Pessoas que não tinham filhos geralmente se dispunham a ajudar as que tinham. (p. 209)

De modo resumido ainda que o circuito do cuidado como obrigação seja um trabalho que recai sobre as mulheres, vê-se que a classe será elemento balizador na forma como ele é vivido pelas diferentes mulheres em nossa sociedade. Mais do que isto, ao compreenderem a potência existente neste papel as mulheres periféricas sempre buscaram estar presentes nestas atividades, pois sabem que seus ensinamentos auxiliarão na produção identitária destas crianças e jovens.

Considerando a impossibilidade de estar dedicada exclusivamente a estes trabalhos, ou que, tal como vimos na descrição das oficinas, esta carga seja alta ainda para quem fica em casa, percebe-se que nas periferias a maternidade comunitária, ou família estendida, é estratégia utilizada para garantir o cuidado para com quem está em situação de vulnerabilidade ou dependência. Isto nos leva ao terceiro circuito do cuidado como “ajuda”. A ajuda aparece entre aspas por ser o termo cotidianamente utilizado por estas mulheres para falar de suas experiências de cuidado com pessoas que não moram em suas residências de modo gratuito.

Guimarães e Hirata (2020) explicam que este circuito se constitui pelo vínculo das amigas locais e/ou comunitárias, sendo amplamente encontrada nas populações vulneráveis e reproduzidas em condições marcadas pela ausência da assistência social e pela impossibilidade de recorrer a serviços de cuidado, gerando redes de reciprocidade entre mulheres que são “[...] complexas e bem-articuladas, estruturadas em afetos, obrigações, reciprocidade e trocas materiais e nas quais comunicação e confiança são elementos imprescindíveis.” (p. 124)

Tais redes evocam o exposto por hooks (2019) anteriormente ao observar que o trabalho de maternidade nas comunidades negras dos Estados Unidos era realizado pela vizinhança também. Nas periferias urbanas brasileiras as crianças desde cedo são apresentadas às “tias” que cuidam ou as buscam nas escolas enquanto suas mães estão no trabalho, elas podem ou não ser de sua família consanguínea, mas expressam um

laço de solidariedade e pertencimento ao dividirem as tarefas do cuidado possibilitando a vida com as condições existentes.

Tanto Tiana como Lina relataram em suas entrevistas que durante o período de ocupação do Xapinhall tiveram possibilidade de deixar seus filhos com pessoas de confiança, vizinhos (Tiana) e sogra (Lina), podendo assim dedicarem-se totalmente à tarefa de conquistar sua moradia para garantir melhor conforto para si e suas famílias. Ao mesmo tempo, no acampamento, fizeram trabalhos de cuidado para auxiliar mulheres que precisaram levar seus filhos, demonstrando a partilha e solidariedade existente neste trabalho.

A presença de um cuidado comunitário nas periferias espacializa a rede geográfica de cuidados baseada na solidariedade de que falamos, uma vez que Corrêa (2012) explica que estas redes envolvem poder e cooperação, sendo meio e condição de reprodução dotada de funcionalidade. No caso, a principal funcionalidade encontrada nestas redes é a de garantia da vida e a organização espacial de seus bairros para que sejam espaços seguros para todas e todos por meio de ações cotidianas.

Os territórios de cuidado são, deste modo, espacialidades de vida criadas a partir da resistência às políticas de precariedade impostas para estas populações. Sua configuração é permeada por valores comunitários, críticos e coletivos, estabelecidos no cotidiano partilhado em busca de alimento, moradia e acolhimento, nos quais os sujeitos podem se sentir seguros, principalmente quando suas vidas são diariamente expostas à morte.

São estas redes que sustentam a produção de territórios do cuidado como contraponto aos de precariedade encontrados nestas localidades, criando laços fortalecidos na solidariedade e no esperar. Mas como estas redes se formam efetivamente e como se mantêm ao longo das décadas? Este é o ponto que iremos trabalhar no próximo tópico: defendemos que as práticas, saberes e ensinamentos construídos pela educação não formal e popular são a condição para a permanência das redes dentro destas comunidades.

4.3 Ensinamentos, Práticas e Saberes: os espaços periferizados pela ótica do pertencimento e da amorosidade

Nos tópicos anteriores evidenciamos que a produção das redes geográficas de cuidado representa os laços que sustentam a produção de territórios do cuidado nas

periferias urbanas e que estes podem ser lidos enquanto contra-espços de resistência nas cidades. Este entendimento ocorre a partir das dinâmicas produzidas na divisão dos trabalhos de cuidado e no fortalecimento criado nos movimentos populares, o que faz com que todos compreendam a importância destas dinâmicas. Agora dedicamos um tópico para compreender como estes valores são reproduzidos ao longo das gerações e sujeitos em suas comunidades, tendo como tese que será por meio da educação não-formal e popular que estes grupos se fortalecem.

A prática coletiva de resistência nas periferias produz espacialidades que perduram por gerações por meio da troca de experiências e ensinamentos, transmitidos pela oralidade e em oficinas organizadas pelos movimentos sociais. Produzir a vida de forma associada e coletivamente permite que possamos perceber nossa plenitude, do mesmo modo, o significado de incompletude e conexão com o restante do planeta parte de uma gama de valores presentes nos espaços dos subjugados, no qual considera-se a comunidade para além do indivíduo, por meio da organização coletiva de diferentes mãos somadas em prol de uma causa.

Lina, após a última entrevista realizada em 2022, contou durante o café o quanto aprendeu por meio dos movimentos sociais desde sua juventude, tendo participado de seminários, grupos de discussão, cursos – inclusive em outros estados –, dentre outras atividades teóricas que a auxiliaram a compreender a estrutura do mundo na qual encontra-se inserida. Já em nossa primeira entrevista ela conta como tornou-se militante durante um período em que o Brasil ainda vivia uma ditadura militar:

[...] Quando começou a luta pela greve, tudo, eu tinha 18 anos, eu tava no auge da minha adolescência, começando a ter responsabilidade, então assim, quando eu conheci este “pulo de liberdade de expressão” eu tava com 18 anos, então assim eu cresci podendo falar, me expressar, mas ao mesmo tempo com cautela porque você podia ser pega. Eu me lembro que dependendo do que a gente ia usar, camisetas, eu me lembro que a gente usava muitas camisetas com frases, e dependendo da camiseta você não podia andar por aí porque você era pega. Então muitas vezes a gente ia pros encontros, pros movimentos, e daí a gente chegava lá com uma camiseta e quando ia embora tinha que colocar outra pra não ser identificado. Então assim, a gente viveu isto, eu vivi isto! (Informação Verbal)⁵¹

Ouvir como sua trajetória de militância iniciou nos fez perceber que as trajetórias políticas e espaciais destas mulheres são compostas por uma diversidade de experiências e eventos que interferem na forma com a qual relacionam-se no espaço. Ora, Lina começa sua militância muito cedo e num período de extrema falta de liberdade de expressão, ainda assim, foi nestes espaços que encontrou a oportunidade de

⁵¹ Lina de Carvalho, em 05 de março de 2020, Curitiba, Informação verbal – Entrevista

compreender o mundo que a cercava e sentindo-se livre para expressar suas opiniões e pautas - ainda que no espaço público pudesse sofrer repressões.

Tal demonstração evidencia que há décadas os movimentos populares pautam a educação e a reflexão sobre o mundo como conteúdos relevantes para formar seus militantes. Tiana também relembra que no período anterior à ocupação – nas reuniões semanais – sempre eram selecionados textos que após a leitura eram debatidos conjuntamente, para ir criando uma práxis neste agir no espaço programado. Freire (2018) afirma em *Pedagogia do Compromisso* que “[...] só de onde eu estou eu vou mais além” (p. 105), buscando explicar que o processo de aprendizagem parte por um lado do conhecimento de onde estou no momento, porque só deste ponto inicial é que podemos ir mais além.

Ora, sabemos que a educação constitui conceito amplo que não se restringe ao ambiente da escolaridade formal, abarcando todas as relações humanas e sociais que estabelecemos no espaço. Com isto, a lógica de colocar-se no mundo e contextualizá-lo também é parte fundamental dos processos educativos realizados nas periferias urbanas por meio da educação não-formal e informal, caracterizadas, segundo Gohn (2006), como aquelas práticas que se desenvolvem extramuros escolares: a educação não formal como a das organizações e movimentos sociais e a educação informal aquela presente em nosso cotidiano.

São estas duas esferas de educação que permitem compreender de que modo as comunidades periféricas mantêm seus valores e experiências, gerando o sentimento de pertencimento com o local e a resistência para manter e/ou fortalecer suas espacialidades e territórios. Para tanto, as ferramentas, metodologias e abordagens utilizadas nas práticas encontradas não reproduzem o mesmo sistema utilizado nas escolas de educação formal, mas caminham sempre a partir da educação popular, fundamentadas no sentido dado para a palavra e para os textos escolhidos.

Tal fato torna-se explícito nas entrevistas realizadas com as participantes do movimento negro da cidade de Curitiba, que explicam que sua trajetória política foi impulsionada pelas reuniões de discussão semanais no centro da cidade durante as décadas de 1980 e 90. Apesar de todas sentirem o racismo desde sua infância, será através do movimento popular que elas passam a compreender e significar as experiências vividas, bem como enfrentar as problemáticas geradas pelo racismo, sexismo e periferização que atinge seus corpos.

Em resumo, a conversa e debate entre pessoas que sofrem a mesma opressão – ou práticas similares – auxilia a significar, dar nome, aos processos enfrentados, sendo a palavra um ponto de partida essencial no que diz respeito à educação popular. A educação popular se vincula com a possibilidade de um saber popular, onde, a partir da reflexão sobre a prática dos movimentos, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, além de aprender e se instrumentalizar. É esta instrumentalização que permite a modelagem de um novo arranjo espacial e também a permanência/resistência nos territórios ao longo dos anos.

Isto porque, para Santos (2012) o território corresponde ao “[...] lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.” (p. 13). Sendo justamente pela educação formal que estas paixões, forças e fraquezas deixam o plano individual do sentir em seu corpo para a esfera coletiva e politizada da dor comum, encontrando os verbos que auxiliam na ação sobre a realidade.

Foi por meio desta vontade de significar a realidade que vivia, que Vera Paixão passa a fazer parte do grupo de estudos do Movimento Negro em Curitiba, unindo a partir das leituras e vivências sua paixão pela arte e o impacto que gostaria de causar na comunidade em que se encontrava. O projeto Ka-naombo evidencia a conexão entre a educação popular, a ação no espaço, o cuidado e a significação das vivências, ao assumir um compromisso político de criar espacialidades seguras para as crianças e adolescentes negros na periferia curitibana.

Ao defender a educação enquanto prática de liberdade, hooks (2019), evidencia que ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros nos torna mais conscientes uns dos outros, sendo que a partilha das experiências e narrativas ajuda a estabelecer um compromisso comunitário com o aprendizado. Dizer a palavra e viver a mesma, além de reconhecer-se nos problemas do outro, cria nestes espaços de educação um ambiente em que as pessoas reconhecem sua própria incompletude, entendendo que seu processo de compreensão do mundo baseia-se tanto nos debates como nas experiências individuais das mesmas, dando as mãos para que todas e todos possam criar suas explicações de mundo de modo coletivo.

Ivani nos conta que ao se empoderar e fortalecer nos movimentos sociais e populares decidiu que queria tornar-se exemplo para outras meninas e mulheres negras, para que elas tivessem uma referência de que é possível conquistar e estar no espaço,

apesar da estrutura de opressão presente em seu cotidiano. Esta comunicação, por vezes silenciosa, torna-se possível quando consideramos a importância da representatividade para as gerações posteriores, visto que, ao assumirem locais de fala e liderança, estas mulheres demonstram a possibilidade e a importância de ali estar.

Neste sentido, observamos que a produção de uma educação não-formal e informal, de base popular, na periferia passa pelas narrativas e palavras transmitidas através das gerações pelas sujeitas que ali encontram-se. O ato de transmitir e falar sobre os valores e experiências vividos para as gerações mais novas faz parte de um arcabouço de estratégias de resistência aprendido e tecido desde muito tempo pelos corpos subalternizados. Se datarmos o período da escravatura veremos inúmeros exemplos, principalmente de mulheres negras, que ensinam para os mais novos estratégias para sobreviver àquela atroz realidade.

Do mesmo modo, os povos que sofrem com o racismo estrutural, com o sexismo, com a estrutura de classes e periferizados também produzem traços da identidade comum de seus grupos por meio das experiências vividas pelos mais velhos. Ivani, durante nossa entrevista, explica, por exemplo, que veio de uma família na qual [...] minha mãe sempre foi pra mim uma referência de mulher negra, forte... E minha mãe assim, independente da cor vai e lute, independente da cor, você vai lá, você conquista seu espaço, vai lá que é teu.” (Informação Verbal)⁵².

Quando verificamos nas entrevistas realizadas com outras lideranças, percebemos o papel que a família exerceu na criação da identidade crítica e militante das mesmas. Ainda que percebam contradições entre ações e conselhos de suas mães, todas reforçam que foi por meio desta figura materna que encontraram seu primeiro lugar no mundo, avançando posteriormente suas convicções a partir dos movimentos sociais e populares.

A forma como as famílias constroem estes debates e ensinamentos também pode ser observada no seio dos movimentos populares, que encontram nas pessoas mais velhas pontos de sabedoria, escutando-as e respeitando a história e trajetória espacial que as levaram até aquele local. A prática de escutar e aprender os ensinamentos passados na oralidade permite que os mesmos continuem a trilhar o caminho do ponto em que os mais sábios pararam, além de auxiliar na construção de consciências emocionais e políticas dos novos militantes explicando como passaram pelas situações.

⁵² Ivani Oliveira, em 14 de agosto de 2022, Curitiba, Informação verbal – Entrevista

hooks (2022) revela que, para ela, todas as formas de pertencimento de sua comunidade

[...] foram ensinadas a mim na primeira infância, mas este repertório ficou encoberto pela informação tendenciosa recebida da cultura dominante. Ainda assim, tornou-se o conhecimento subjugado que serviu de combustível para meu radicalismo depois de adulta. (p. 39)

A autora complementa explicando que “[...] A cura era, para mim, lembrar quem eu sou, reunir os pedaços da minha história e reconectá-los. Ao recordar minha infância e escrever sobre o início da minha vida, eu estava mapeando o território, descobrindo a mim mesma e procurando um lar.” (p. 42). Com isto, somos levados a dois pontos importantes no que diz respeito aos laços de pertencimento e à construção de comunidades, o primeiro encontra-se na importância das famílias na produção das identidades sociais e territoriais nos sujeitos que ali se encontram. Como bem sabemos, as famílias nestas localidades, em geral, são entendidas enquanto “famílias estendidas” agrupando não apenas as pessoas da casa, mas os vizinhos, tios, avós, dentre outras pessoas importantes na criação das crianças.

Por outro lado, também somos apresentados à importância de uma “retomada” desta identidade que, não raro, fica submersa em meio à educação formalizada, à cultura dominante e à rotina adulta. Não raro, o combustível de nossa luta encontra-se justamente nos exemplos e nas frases escutadas quando ainda éramos crianças, apagadas ou esquecidas à medida em que novas informações começam a aparecer. Todavia, apesar destas lembranças estarem ocultadas, as memórias construídas e sentidas permanecem em nosso corpo e raciocínio, sendo um real processo de cura reencontrar este caminho e fortalecer-se contra as injustiças do mundo.

Durante o encerramento do ano da ACNAP, na dinâmica de conversa, todos se apresentaram, incluindo membros novos da diretoria (todos jovens), dentre eles encontrava-se o presidente da associação, que tal como soubemos durante o debate era filho de uma senhora que frequenta o espaço desde sua criação e que realizou as atividades culturais já citadas desde criança até sua juventude. É esta intergeracionalidade que permite a permanência de um movimento forte e consistente, na formação das novas gerações.

Irenilda também relatou, por meio de uma conversa no início de 2023, a troca de membros da diretoria do Clube de Mães, falando sobre a felicidade de novas pessoas estarem assumindo aqueles postos e continuarem “com gás” o trabalho realizado há tanto tempo. Através do repasse de ensinamentos para novas lideranças, tem-se uma

contínua tomada de consciência sobre seu lugar no mundo, que chega por meio deste processo distinto de territorialização, primeiramente em núcleos familiares que se colocam em luta – seja esta pela garantia de sobrevivência própria, seja inseridos em movimentos populares – e, posteriormente, com a participação dos próprios sujeitos na atuação junto aos movimentos e organizações.

Neste sentido, poderíamos inclusive afirmar que a vivência nos seus territórios se torna educativa pois, ao vivenciarem conjuntamente com os mais velhos as lutas para conquista do mesmo, as novas gerações aprendem e valorizam a necessidade de continuar o trabalho iniciado anteriormente, demonstrando respeito por tudo que os mais antigos construíram e ganhando fôlego para novas mudanças e conquistas.

Lima (2020) reforça que

[...] Tanto o reconhecimento do outro quanto a reconstrução de seu mundo – vale a pena complementar –, contêm uma incontornável condição territorial que nos interessa desvelar. Para tanto, deve-se conceber o outro como um sujeito corporificado e territorializado, um interlocutor válido e legítimo, datado e situado, com irrestrito direito à justiça e à felicidade. (p. 127)

Ou seja, ainda que o sistema hegemônico invisibilize os sujeitos periféricos, os mesmos possuem corpos e territorialidades, materializados tanto por suas potencialidades e sonhos, quanto por suas necessidades e ataques sofridos na condição de precariedade. Tal luta pela construção de territórios do cuidado parte desta complexa conjunção, fortalecida pela ideia coletiva de produzir um espaço “seguro” para todos.

Por meio dos trabalhos de campo desenvolvidos durante o doutorado e de nossa própria vivência, foi possível refletir sobre estas dinâmicas e compreender que a construção intergeracional nos bairros periféricos de Curitiba é baseada em lógicas de cooperação e confiança, na qual um sujeito sempre pode contar com o outro na árdua tarefa de garantir o cotidiano. Não são poucas as ações, como já descrevemos, de arrecadações para manter os espaços utilizados coletivamente e para ajudar momentaneamente pessoas em situação de maior precariedade.

Ao longo do acompanhamento do trabalho de Vera e Irenilda vimos muitas vezes seus esforços em conseguirem cestas básicas, auxílios financeiros e/ou oficinas para profissionalizar as mulheres que participam das atividades, buscando sempre trazer para o campo da realidade o inédito viável, compreendido segundo Cortella (2010) como sendo a produção coletiva de construir o futuro, buscando oferecer a dignidade coletiva, amorosidade partilhada e, ao mesmo tempo, a esperança.

O autor complementa afirmando que o foco do inédito viável seria justamente aquilo que ainda não é, mas pode e deve ser na sociedade a única possibilidade de

vivermos, numa expressão freiriana, o “ser mais”. As ações desenvolvidas desde o movimento de ocupação do Xapinhã, passando pelo movimento negro das mulheres curitubanas e chegando às associações como a ACNAP e o Clube de Mães demonstram justamente o cerne do inédito viável que, ao mesmo tempo em que compreende e traz reflexões para transformações estruturais, descruzam as mãos para garantir direitos e possibilidades no agora, pois para as populações em situação de precariedade não para é possível esperar tal mudança.

Freire (2018) reforça que precisamos educar através do exemplo, e que um dos grandes desafios da época se encontrava em enfrentar a ideologia imobilista e fatalista propagada. Em nosso entendimento, tal lógica ainda impera em diversos discursos e reflexões apresentados, todavia, no cerne dos movimentos sociais pautados por esta educação popular transformadora, as dificuldades transmutam-se em atos de esperança, deixando de lado o fatalismo de que nada pode ser modificado.

Lina, durante um de nossos encontros, ao recordar seus primeiros anos de militância, expressou seu medo pelas novas gerações que, muitas vezes, se encontram imobilizadas, apáticas diante da situação de desmonte estatal do Brasil. Ela nos conta que o cenário vivido por aqueles que decidiram lutar pela ocupação também era cercado por medo e temerosidade, todavia, a partir do coletivo, juntaram forças para reivindicar o que consideravam seus direitos.

Quando observamos a permanência e resistências dos movimentos periféricos ainda hoje em Curitiba compreendemos que são justamente estas experiências vividas por Linas, Sebastianas, Veras e Irenildas – presentes em suas territorialidades – que permitem a manutenção da luta por meio do esperar. O conjunto de valores produzidos e alcançados nas gerações das décadas de 1980 e 90 persiste na mentalidade juvenil por meio de tais trocas e do fortalecimento das pautas de luta reivindicadas. E é justamente por esta lógica que compreendemos a importância deste conjunto de valores que geram o pertencimento nos territórios periféricos, ainda que estes estejam em constante embate e ataque pelos agentes propagadores da precariedade da vida.

hooks (2022) em um de seus últimos trabalhos, *Pertencimento: uma cultura do lugar* traça toda sua trajetória de encontros e desencontros, até voltar para o local no qual iniciou sua jornada. Por meio de uma escrita afetiva e científica, expressa como o conjunto de valores aprendidos em sua infância e confrontados durante toda sua

trajetória fizeram com que entendesse a importância do lugar e de pertencer a um espaço e a uma comunidade. Em um de seus textos ela destaca que

[...] A vida é repleta de picos e vales, triunfos e adversidades. Muitas vezes, sofremos por querer viver em um mundo somente de vales, sem lutas ou dificuldades, um mundo plano, reto, consistente. Relutamos em enxergar a verdade da diferença e da diversidade. Relutamos em reconhecer que nossas constantes existem dentro de uma estrutura na qual tudo está sempre mudando. Relutamos em aceitar mudanças. Mas, quando somos capazes de encarar a realidade com seus altos e baixos, admitindo que eles são necessários para o desenvolvimento a autorrealização, conseguimos sentir aquele bem-estar íntimo que é a base da paz interior. Essa vida de apreço pela diferença, pela diversidade, vida na qual admitimos o sofrimento como peça central à experiência de alegria, se reflete em nosso meio natural. (p. 55)

Esta passagem permite compreender que ainda que queiramos um mundo tranquilo e estável, quando nascemos em corpos subalternizados e em territórios estruturados para a precariedade, esta realidade não será possível. O mundo capitalista é estruturado a partir de uma divisão desigual de direitos e acesso à vida, destinando parte dos corpos a uma condição precarizada para sobreviver. Todavia, é justamente neste sofrimento e nesta condição que os povos subalternizados encontram forças para desfrutar da felicidade genuína, no esperançar engajado e militante, na organização da diversidade para enfrentar os problemas encontrados.

Tal compreensão da realidade só se faz possível por meio do coletivo, sendo impossível chegarmos a esta construção identitária de modo individualizado. Isto porque é no coletivo e na ação conjunta que encontramos forças para sorrir diante das duras circunstâncias da vida cotidiana. Lefebvre (2006) explica que será a prática espacial que definirá simultaneamente os lugares, numa relação entre local e global, ações e signos, sendo os mesmos políticos e sociais.

Do mesmo modo, o autor explica que o movimento centralidade-periferia coloca em jogo a lógica e a dialética da dupla determinação, uma vez que não se pode jamais eliminar as contradições existentes neste processo. Tal relação então pode ser encarada como contraditória e combinada, sendo essencial para a produção capitalista da cidade, contraposta a partir da movimentação de inúmeros sujeitos que não aceitam a condição de precariedade a que estão expostos, portanto, resistem.

É neste contexto que os processos de educação não formal e popular produzem as dinâmicas necessárias para o pertencimento dos sujeitos na periferia, ressignificada sob a lógica das vivências e práticas comunitárias para produzir o viver. Os bairros periféricos ganham significado para além da organização excludente da produção da cidade capitalista, representando, tal como apontado por Zibechi (2015), territórios de resistência ou verdadeiros espaços que produzem outro modo de viver a cidade.

Entender a relação entre estes processos permite avançar nas lógicas ali consolidadas, desnaturalizando a forma como foram criadas e vividas através das gerações, isto porque, segundo hooks (2017), achar a própria voz remete a não apenas contar suas próprias experiências, mas também significa utilizar de modo estratégico este ato de contar. Ou seja, quando estas lideranças mais antigas comunicam suas histórias e reconstroem sua trajetória a fazem tendo consciência de que as experiências vividas são exemplificações e materializações, enfim, estratégias de como resistir a um sistema excludente e invisibilizador, uma vez que resistiram e permanecem resistindo em seus territórios.

O modo como coletivamente as sujeitas encontram suas vozes são as mais diversas, como já pontuamos ao longo de nossa tese, porém, para além das estratégias e dinâmicas utilizadas, existe um fator que as une em suas caminhadas: a compreensão de que resistir no território ocorre a partir da fala, do anúncio, do não calar-se diante das injustiças vividas, e, ao mesmo tempo, de silenciar quando o perigo ronda, quando a violência extrapola os limites do aceitável, quando o luto precisa ser sentido e não verbalizado.

Assim, ainda que a oralidade da palavra façam parte do cerne da educação popular entre os grupos periferizados, precisamos considerar também o silêncio como um outro tipo de linguagem, que faz parte do arcabouço de estratégias utilizadas para que possam continuar sua luta. Compreendemos esta dimensão da linguagem não falada (ou silêncio) como aquela que considera as ações, gestos e expressões que também enunciam o mundo, transmitindo uma mensagem acerca do que pretendem comunicar.

Spósito (1993) explica que

[...] O silêncio, como linguagem do oprimido, é acompanhado de outra linguagem constituída pelo olhar. Os olhos, em geral, estão voltados para baixo, desviam-se do interlocutor. E, como no silêncio, do mesmo modo que indica submissão do que não enfrenta, que não desafia o outro, o olhar pode criar, contraditoriamente, a opacidade. Ele não se deixa conhecer, não há reconhecimento total do outro, que conserva distância e não se desvela, recusa ser dominado (p. 352).

Em diferentes momentos, estas populações são colocadas em situações em que as palavras não ditas expressam mais do que as ditas. Ao longo de nossas entrevistas e dinâmicas não foram poucas as vezes que o silêncio de vozes tomou conta do ambiente e que, ao mesmo tempo, as expressões e sentimentos ecoavam fortemente no espaço, isto porque existem aqueles que não podem ser traduzidos em meras palavras.

Um dos exemplos mais expressivos deste processo diz respeito ao luto. No processo de construção da tese algumas participantes perderam entes próximos e, em

especial em uma situação, por meio da violência estrutural presente nas periferias. A resposta a esta perda tão significativa e dolorosa foi encontrada no silêncio, no pacto silencioso entre os membros da comunidade em expressar o apoio sem precisar retomar este assunto em todos momentos, no olhar e expressão de dor de quem sabe que precisa continuar para que outras pessoas não passem pela mesma situação, enfim, não eram necessárias palavras para compreender a força dos laços que ali estavam expressos.

Moreira (2008) explica que a formação da comunidade obedece a uma organização de alteridade, sendo um arranjo espacial fruto da coabitação entre iguais (aqui entendido em relação aos valores e sistema de pertencimento). Com isto, o conjunto de palavras verbalizadas ou não também compreende este processo de formação da comunidade, visto que se entende o próximo a partir de suas expressões e ações, não apenas a partir do discurso proferido.

É através da produção da comunidade, constante e permeada pelos processos de aprendizagem, que os membros que ali se encontram vão modelando quando é necessário romper este silêncio que grita as injustiças, verbalizando e projetando formas de cessar as dores sofridas na pele e no cotidiano. Por meio da educação popular e do aprendizado do mundo, a partir da palavra, se faz possível refletir justamente sobre tais questões, uma vez que o falar, o sentir e o agir são entendidos de modo conjunto e indissociável.

Além disto, é preciso considerar que a produção destas comunidades e territórios passam pela prática do amor, conceito este visto por hooks (2022) enquanto uma ação cotidiana. Ou seja, pensar a amorosidade desde a perspectiva crítica e enquanto um verbo do agir, possibilita ampliar o campo de visão no qual estas ações impactam, compreendendo que a mesma faz parte do conjunto de valores construídos e reproduzidos nas comunidades periferizadas.

Ora, o que é, senão o amor pelo próximo e pela vida, as tentativas de viabilizar o possível e reparar os danos encontrados nestas localidades expostas às políticas de precariedade? Como explicar, senão pelo ato de amar, as rifas, os encontros, as cestas básicas, os desdobramentos para cuidar de pessoas conhecidas – e até mesmo desconhecidas – que dividem conosco o viver em uma zona considerada de perigo ou a ser esquecida?

Ao crescer repleta de exemplos de cuidado comigo e com o próximo pude perceber que, para além de tarefas decoradas e repetidas cotidianamente, o cuidar sempre foi atravessado por um amor profundo, gerado de toda a dor já mencionada

quando as políticas de precariedade atingem o seu corpo ou os dos seus, amor este que permite desvincular-se deste sentimento de apatia e lutar para que nenhum outro morra ou padeça em sua trajetória.

E foi este mesmo amor, aprendido e construído desde a infância, que encontrei durante as entrevistas e campos realizados durante a tese. O abraço caloroso no primeiro encontro, a preocupação com a alimentação e até mesmo o acolhimento imediato através da confiança fizeram com que neste processo de reflexão sobre a realidade não pudéssemos deixar de lado a relação intrínseca existente entre amorosidade e o cuidado nas periferias urbanas, no plano do cotidiano.

Assim é preciso, antes de tudo, compreender e pensar no amor, segundo hooks (2022), como uma ação em vez de um sentimento, uma vez que a maior parte da sociedade aceita que nossas ações são fruto de nossas intenções, ao passo que sentimentos seriam incontroláveis e/ou naturais. Por isto, compreender o amor enquanto ação pressupõe entender que diariamente podemos escolher estar no mundo por meio da amorosidade, assim como escolhemos priorizar o outro e a comunidade em nossas práticas para que a carga cotidiana seja menor.

Tal condição mostra-se presente enquanto princípio e valor de pertencimento na produção das periferias urbanas brasileiras, visto que as ações desenvolvidas por estas diferentes mulheres passam pela dimensão da amorosidade crítica e posta enquanto um verbo do agir. É através do amor, real e ativo, que os movimentos sociais se organizam em prol de seus sujeitos e que visam melhorias para todos os que se encontram em situação igual ou semelhante a si. É o amor que permite a manutenção da caminhada, ainda que espinhos se espalhem pelo caminho e firam a pele daqueles que andam descalços. Enfim, é por amor que dia após dia diferentes sujeitas permanecem vigilantes, atuantes e presentes, ainda que sua vontade seja “descansar”.

Ora, Lorde (2019) enuncia que

[...] O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luta que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa magia e a tornamos realidade [...] tal como o sonho faz nascer o conceito, tal como a sensação faz nascer a ideia, tal como o conhecimento faz nascer (antecede) a compreensão. (p. 45)

Ao expressar que o sonho faz nascer o conceito e a sensação faz nascer a ideia, a autora deixa em evidência que o que sentimos encontra-se diretamente conectado com o que elaboramos sobre a nossa existência. Assim, podemos afirmar que estas mulheres, ao participarem e construírem os espaços de luta e de mobilização, refletem sobre o

mundo a partir do que tem dentro delas mesmas, suas experiências, suas dores e suas projeções para o futuro, sendo necessária uma análise que considere esta “luz” a qual Lorde se refere.

É preciso inclusive considerar que o modo de refletir sobre as experiências femininas nas periferias urbanas também ocorre a partir desta luz projetada sobre suas vivências e expectativas. Como explicitamos, ao serem centrais no processo de produção de seus bairros, as mulheres periferizadas irão sentir pensar o espaço de modo diferenciado, trazendo para si a responsabilidade de construir os territórios do cuidado nos quais a vida prevaleça em relação a morte.

Assim, quando falamos da importância da educação não-formal e popular produzida nestes e por estes movimentos estamos unindo a dimensão da educação popular sob a luz dos estudos feministas, focando nosso olhar, tal como expresso por Rosa (2016), nas “esfarrapadas do mundo” e nos processos que as cercam durante sua vivência. Em outras palavras, significa compreender os espaços coletivos femininos como locais para a formação de um novo espaço dentro das periferias, com lógicas até então consideradas domésticas mas que são essenciais para a manutenção das comunidades em situação de precariedade.

Os saberes e práticas espaciais produzidos por estas mulheres ancoram-se em reflexões de uma educação popular, que compreende que os sujeitos e sujeitas presentes nas comunidades possuem trajetórias próprias, unidas pela vulnerabilidade imposta a seus corpos – em múltiplas esferas de opressão. Os ataques cotidianos e constantes a que estão expostas exige a produção de metodologias e estratégias de resistência que extrapolem as práticas tradicionais de luta, construídas por movimentos sociais organizados no período anterior.

Ou seja, quando as mulheres encampam a luta por uma cidade que garanta seus direitos básicos, elas organizam novas formas de agir e de se organizar, visto que sua rotina possui tarefas de cuidado a serem conciliadas com a militância. Spósito (1993) evidencia que as mães de São Paulo capital ao se organizarem para conquista das escolas em seus bairros precisaram estabelecer estratégias em relação aos horários de reuniões, quem participaria e a disponibilidade de cada uma para auxiliar no movimento. O mesmo processo pode ser visualizado durante a ocupação do Xapinhal, no qual as mulheres foram grandes protagonistas e precisaram unir-se para que todas pudessem participar efetivamente do movimento que garantiu a moradia para suas famílias.

Rosa (2019) ao escrever sobre as pedagogias populares feministas latino-americanas explica que, ao se colocarem à frente dos processos educativos em suas comunidades, as mulheres têm reinventado e reelaborado temas tratados tradicionalmente na educação popular, trazendo novos elementos para sua análise e construção. A autora explica que entre estas ressignificações encontra-se as dimensões relacionadas à empatia e ao inédito viável a partir da experiência vivida, destacando que “[...] a Educação Popular só existe, quando está junto aos movimentos sociais populares, fortalecendo a auto-organização das mulheres e a luta pela transformação social da realidade.” (p. 120).

Com isto, partir das experiências vividas para a produção de uma educação popular nas periferias partindo das mulheres, diz respeito à valorização de temas que anteriormente ficavam “submersos” no plano do cotidiano, não sendo considerados relevantes ou necessários para as pautas organizativas de movimentos sociais. Já enunciamos durante o capítulo três, algumas das dimensões que consolidam a luta das mulheres nas periferias urbanas – de Curitiba e de todo o Brasil – sendo justamente este o ponto que nos faz compreender que a formulação do conjunto de valores de pertencimento destes sujeitos ocorre a partir das práticas educativas promovidas por estas sujeitas.

Neste item apresentamos por fim a relação existente entre a Educação não-formal e popular construída na periferia por meio das mulheres organizadas em coletivo e a produção de valores de pertencimento (entre eles a amorosidade) em suas comunidades, reforçando o papel central do repasse de saberes e reflexão sobre experiências existentes entre as gerações que ali encontram-se em luta.

Deste modo finalizamos o capítulo quatro, que buscou apresentar como os territórios de cuidado da periferia podem ser analisados enquanto contra-espços criados por diferentes mulheres – em ação e organizadas coletivamente – a partir de redes geográficas que traçam e criam territorialidades tecidas nas resistências, esperanças e atos de amor cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Glória Anzaldúa, em sua carta *“Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”* escreve: “Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também” (p. 232). Com estas palavras decido iniciar as considerações finais desta tese, uma vez que o combustível necessário para a realização deste trabalho de escrita e reflexão vem justamente deste mesmo sentimento explicitado pela autora.

Escrever sobre as mulheres da periferia curitibana, cujos rostos me recordam a imagem de tantas outras mulheres que tive a alegria de ter do meu lado ao longo de minha criação, não foi tarefa fácil, nem foi uma decisão tomada pela mera necessidade acadêmica. Escrever sobre elas e sobre a importância de suas trajetórias foi sinônimo de compromisso de não me isentar em refletir sobre os ocultamentos a que estão expostas cotidianamente.

Quando no princípio desta jornada de pesquisa optamos por esta temática sabíamos dos desafios que nos esperavam, da falta de referências à complexidade de exprimir em palavras questões que tocavam a alma, que eram sentimentos e percepções antes de serem reflexões geradoras de frases, que eram memórias antes de serem conceitos, enfim, que eram vivências partilhadas antes de se tornarem tese. Ainda assim, uma necessidade oculta, um senso de dever e uma angústia gritavam que era o momento de nos debruçarmos – após toda a caminhada na academia – sobre o espaço cotidiano em que vivíamos e também aqueles de outras mulheres.

Foi com o espírito de “porque não tenho escolha” que esta tese foi trilhada, não no sentido árduo ou penoso, mas embasado no comprometimento com a realidade da qual partimos, do olhar e fazer emergir trajetórias que ficam submersas no plano de ocultamento construído meticulosamente por um sistema patriarcal, racista e contra a população periferizada. Com isto, entendemos que demos conta do objetivo central de nossa tese de verificar a existência, mapear e compreender as lógicas da produção de espaços de cuidado nas/das periferias curitibanas a partir das práticas sociais e ações cotidianas de mulheres.

Tal objetivo, construído a partir da observação e vivência da realidade, permitiu refletir sobre os diferentes trabalhos realizados a várias mãos por mulheres – muitas vezes anônimas – desta periferia viva, que busca dia após dia manter-se presente, existente, potente e ocupando suas espacialidades. Neste processo, cruzamos com ricas

trajetórias, de mulheres que dedicam suas vidas a produzir presentes e futuros, construindo coletivamente vitórias de resistência e sobrevivência.

As conversas, cafés e oficinas organizados ao longo destes quatro anos – com o intervalo forçado que a pandemia nos trouxe – revelaram angústias, esperanças e ações voltados à produção de territórios de cuidado, que fazem frente aos processos de precarização extrema impostos para os sujeitos que se encontram nos bairros periféricos. As histórias e trajetórias partilhadas permitiram traçar a complexa teia de ações que fazem a periferia curitibana ser exatamente do modo como é: um local de contradições estruturais, da vida e da morte, da esperança e do desespero, das memórias vivenciadas pelas pessoas que ali estão e da imagem – contrastante – apresentada pela mídia hegemônica.

Por meio dos relatos destas mulheres mergulhamos profundamente nas águas turvas da realidade, na qual os territórios do cuidado se comportam enquanto botes salva-vidas que permitem sonhar e avançar num amanhã seguro, no qual a possibilidade da morte não nos ronda de forma tão próxima. Para realizar este trabalho várias estratégias foram utilizadas, mas, sem dúvidas, a principal esteve no ato de escutar.

Uma escuta ativa e compromissada, realizada no processo do dia a dia, por vezes sem gravadores ou imagens, nas salas, cozinhas, sedes e até mesmo corredores de escolas e universidades. Uma escuta baseada no olhar, nos gestos, nas palavras de conforto trocadas e na partilha de histórias, que montavam o mosaico sobre como o espaço periférico é e foi construído ao longo das décadas. O que apresentamos ao longo destas páginas foi um esforço coletivo em trazer elementos que demonstram a centralidade destas ações e trajetórias, bem como registrar academicamente o que vemos e sentimos ao viver nestas espacialidades.

Com este intuito, trouxemos no primeiro capítulo a forma como a tese foi produzida, a construção - recheada de percalços – pela qual transitamos nestes quatro anos e o esforço para trazer numa linguagem acadêmica a diversidade de cores, ritmos e sabores que estão presentes nestes territórios. Além disto, não poderíamos deixar de refletir o modo como o ocultamento destas mulheres se refere a um projeto societário que reverbera inclusive na produção científica moderna.

Ou seja, longe de ser um processo aleatório, o ocultamento das mulheres periféricas na academia reflete um projeto de sociedade, no qual estas mãos, que produzem e garantem a existência do próprio sistema são deixadas num segundo plano,

escondidas num véu bem estruturado de indiferença, fazendo com que se questione a importância das mesmas e até mesmo sua existência.

Fraser (2019) demonstra que existem conexões profundamente estruturais entre a responsabilidade das mulheres com a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado e o androcentrismo da política econômica e industrial existentes nos projetos de desenvolvimento. Assim, ainda que suas imagens sejam violentamente apagadas, seria impossível realizar uma análise de nossa sociedade sem considerar esta parcela da população e seu impacto na manutenção das vidas cotidianas, sobretudo nas periferias.

O olhar e a interlocução do denominado outro ou melhor colocando “outra” da sociedade periferizada evidenciou que os aspectos de raça, gênero e classe influenciam em todos os aspectos de nossas vidas, inclusive na produção acadêmica. Deste modo, ao realizarmos leituras de mundo e de espacialidades baseadas no ocultamento e/ou desconsideração dos corpos dos sujeitos, retiramos do processo suas características intrínsecas que os colocam em situação de vulnerabilidade social, naturalizando as diferenças sociais e econômicas que permeiam a estrutura de nossas cidades.

Entretanto, estes processos, não são capazes de apagar ou diminuir a importância destas mulheres na produção do espaço e da vida cotidiana. Remando na contramão do sistema, elas são os braços que fortalecem e permitem a construção de uma sociedade anti-sistêmica, mantendo vivos aqueles que a hegemonia quer exterminar e/ou manter na posição subalterna.

Este fortalecimento e trabalho, tal como apontado em nossa pesquisa, não ocorre de modo romantizado ou pleno. Não se pode apagar os problemas, dores e intensas pressões a que estas mulheres estão expostas no momento em que tomam para si tal trabalho reprodutivo não pago. Todavia, optamos por demonstrar o que é realizado a partir deste emaranhado de sentimentos e obrigações, reforçando que, em meio à dor, se constrói a possibilidade de um mundo outro, ou, como dito na letra de Vida Loka (parte 1) do grupo Racionais MC's, “Onde estiver, seja lá como for. Tenha fé, porque até no lixão nasce flor.”

O empenho e o esperar destas mulheres encontra-se na fé inabalável de romper as estruturas de cimento e fazer florescer vidas – as existentes e as novas, permitindo que o brilho dos povos subalternizados inunde as vielas e esquinas produzidas pelos tijolos e suor dos habitantes destas localidades. Isto porque as trajetórias se vinculam e, tal como afirmamos, a periferia urbana refere-se a um

complexo conjunto de questões, que transita entre dores e alegrias presentes na vida cotidiana.

Periferia esta que possui gênero e raça bem delimitados, além de encontrar-se radialmente localizada nas bordas dos bairros ricos da capital paranaense. Logo, o segundo desafio apresentado nesta tese foi compreender e apresentar a periferia curitibana de modo consistente. Isto porque o discurso oficial da cidade teima em invalidar e invisibilizar a existência dos bairros mais pobres de seu conjunto.

A Curitiba branca, rica e “europeia” contrasta com a existência de bairros cuja presença de pessoas negras e mais pobres se faz presente. As políticas construídas ao longo das décadas, e mais especificamente, a partir de 1970 visaram deixar longe dos olhares turísticos a existência da pobreza e da população trabalhadora, que chega à cidade em busca de melhores condições de vida, dignidade e possibilidade de existência.

É a partir da população trabalhadora e oriunda majoritariamente do campo que o sul de Curitiba e as bordas do norte são produzidas, devendo se fazer referência ainda ao bairro Prado Velho que, mesmo localizando-se no coração da cidade, abriga a Vila Torres, localidade que resiste aos ataques de desmonte e especulação imobiliária presentes na região desde a década de 1970 – com os novos planos diretores.

Não coincidentemente, os bairros que possuem a menor renda per capita desta cidade também são os que abrigam a maior porcentagem de pessoas não-brancas e de mulheres chefes de família com renda inferior a dois salários mínimos. A intersecção existente entre raça, classe e gênero se tornam visíveis quando cruzamos os dados oficiais retirados do IBGE e do IPPUC, revelando uma nova Curitiba aos olhos desatentos a tais questões.

Lorde (2019) explica que a menos que se viva e ame nas trincheiras, dificilmente lembra-se que a guerra contra a desumanização é incessante, complementando que

[...] sabemos que o tecido de nossa vida é costurado com violência e ódio, que não há descanso. Não lidamos com isso apenas nas filas de piquete, ou em becos escuros à noite, ou nos lugares onde ousamos verbalizar resistência. Para nós, cada vez mais, a violência permeia a rotina de nossa vida – no supermercado, na sala de aula, no elevador, na clínica e no pátio da escola, vinda do bombeiro, do padeiro, da vendedora, do chofer de ônibus, do caixa de banco, da garçonete que não nos atende. (p. 244)

Compreender e apresentar a interseccionalidade por meio da qual a periferia curitibana é produzida significa explicitar quem está nas trincheiras da produção espacial destas localidades, quem encontra-se no fogo cruzado cotidianamente buscando

a sobrevivência e quem faz da dor e da violência combustível para transformação da realidade. A história da produção das periferias curitibanas é atravessada pela mobilização, pela luta incessante e pela organização de diferentes sujeitos, dentre eles uma presença massiva de mulheres – mães, avós, tias, vizinhas.

Esta percepção e o reconhecimento dos corpos que ali se encontram faz com que a dinamicidade da periferia seja mais facilmente explicada. Fugindo assim da explicação monolítica de que estas localidades são espaços apenas de violência, falta e precariedade, e avançando para outras dimensões destes territórios, muitas vezes ocultadas das reflexões de viés puramente economicista ou baseadas nas notícias midiáticas.

Estabelecer tal relação, não se refere a negar os aspectos violentos – inclusive estruturais – presentes na periferia curitibana, já evidenciamos ao longo do texto que é justamente na dor que estas mulheres irão se organizar e lutar por territórios de cuidado – seguros para crianças, jovens e demais sujeitos que ali vivem. Mas avança no sentido de não reduzir os nossos espaços de vivência apenas à sua faceta cruel.

Ao mesmo tempo que é lugar de faltas e que é atingida por políticas de precarização, a periferia também é espaço de criação e partilha. Crianças criadas em suas ruas pouco movimentadas são apresentadas desde cedo a um universo complexo que une brincadeiras com o sentido de estar alerta, guardando na memória doces lembranças das tardes jogando bola ou dos cafés com bolo oferecidos por vizinhas e/ou parentes, enquanto seus pais encontram-se em seus postos de trabalho.

Logo, como querer apresentar a periferia apenas pela ótica dos problemas? Diferentes mulheres brasileiras, que viveram em vários períodos e localidades, fizeram uso da arte para tentar apresentar esta complexa diversidade. Os sentimentos que aparentemente são contrastantes, na realidade, fazem parte da vivência da população periferizada cotidianamente, não sendo separada em sua memória ou vista de modo segmentado.

É sob esta constatação que o tensionamento territorial entre a precariedade e o cuidado se instaura. Se, por um lado, o Estado e os agentes hegemônicos destinam às localidades periferizadas suas biopolíticas de precariedade e morte, por outro, as mulheres organizadas transformam suas ruas em territórios de cuidado, fazendo com que o embate entre morte e vida se tornem uma constante nestes bairros.

Nunes, (2018) ao definir a mulher de favela (visto que seu trabalho se contextualiza no Rio de Janeiro) explica que a mesma é um sujeito político que se

constrói a cada dia, fazendo de seu cotidiano uma história de luta e de tomada de consciência permanente. Ora, ao estarem expostas às políticas de precariedade territorializadas em suas localidades de vida, estas mulheres, pelos papéis sociais que exercem, são apresentadas demandas da luta: romper com a dinâmica imposta pelas necropolíticas e políticas de precarização, tomar consciência dos processos nos quais encontram-se imersas, construir estratégias e táticas para resistirem nos territórios.

É neste processo contínuo de luta e aprendizagem que os movimentos das mesmas são produzidos, criando no caminho territórios de cuidado, a partir dos quais os sujeitos subalternizados vislumbram outras possibilidades de existência. Falar destes desdobramentos exige compreender a dinâmica de educação popular presente nestas localidades e ações desenvolvidas, uma vez que a mesma se encontra presente nas falas, nos atos e na organização dos mesmos em suas reivindicações.

Há que se considerar que os movimentos de periferizados da década de 1980 e 1990 em Curitiba foram ampla e fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, nas quais os preceitos da educação popular freiriana se fez presente e forte. Mesmo as organizações que não tiveram esta influência direta baseiam seu trabalho na ideia de redução de danos e na construção coletiva para a resolução dos problemas enfrentados, como no caso do Clube de Mães Vila Torres.

Considerando que a educação popular é invenção e expressão orgânica dos povos subalternizados e possui potência para organizar estratégias para que os sujeitos possam refletir de modo consciente e crítico sobre o mundo em que vivem. A análise que desenvolvemos sobre a organização e luta destas mulheres demonstra o impacto desta presença na forma, nos objetivos e nos resultados das ações produzidas por elas.

Visando entender da melhor forma como ocorre a produção do espaço dentro destas localidades a partir destas mulheres, utilizamos o que o professor Paulo Freire denomina de *palavramundo*, escolhendo três palavras/ações que expressam a organização e o trabalho destas mulheres. *Pertencer*, *Alimentar* e *Esperançar* condensam um universo de práticas sociais que se desdobraram ao longo de nossos campos. A prática cotidiana acompanhada de perto por meio de metodologias qualitativas permitiu compreender a profundidade que cada uma destas *palavramundo* desempenham na organicidade do trabalho das mulheres na produção dos territórios de cuidado em seus bairros.

A análise apresentada iniciou pelo *Pertencer*, considerando que o ato de estar encontra-se diretamente relacionado ao ser, e que o conjunto de valores de

pertencimento desenvolvido na periferia permite que os sujeitos ali presentes reivindicuem e organizem-se em torno da construção de sua comunidade, através da solidariedade e do cuidado mútuo. Neste ponto, demonstramos que a conquista da terra, do lar, do lote extrapola o sentido material do ter, mas caminha num movimento direto de pertencer a um lugar e a uma comunidade, além de garantir a seguridade básica para fugir das intempéries do tempo e dos percalços existentes nas ruas.

Pertencer agrega então a possibilidade de existir em comunidade, num ponto fixo, no qual se estabelece moradia e raízes, cunhando naquele território valores e simbologias transmitidos através de gerações, em geral, traduzidos na forma de saberes ocultos, que fortalecem as estratégias de sobrevivência da população subalternizada. O papel das mulheres na ocupação do Xapinhã, por exemplo, demonstra a centralidade que a conquista do lar representava para as mesmas, para que pudessem fundamentar e estabelecer sua moradia de modo definitivo, produzindo um espaço com o mínimo de segurança para criarem seus filhos e, posteriormente, netos.

A segunda palavramundo selecionada foi o Alimentar. Naturalizada em nosso cotidiano e condição básica de sobrevivência para todo ser humano, o alimentar não se limita ao sentido físico ou mecânico de ingerir alimentos para permanecer vivo, mas refere-se à um conjunto de práticas de cuidado que exprimem os valores e saberes produzidos pelas populações periferizadas.

Ao centralizarmos o alimentar em nossa análise reforçamos a importância dos trabalhos do cuidado realizado pelas mulheres em suas localidades de vida. A seleção e busca por alimentos, a arrecadação de cestas básicas, as horas destinadas a limpar, cortar, cozinhar e servir a refeição, todas estas ações estão recheadas de simbologias que, em seu sentido máximo, mantem vivos os sujeitos ali presentes. Por isso, os espaços das oficinas e entrevistas sempre foram permeados pela presença de alimentos, na forma de cafés, salgados e refeições completas, sendo inconcebível não partilhar daquele momento com as outras pessoas presentes.

Por fim, o último aspecto levantado foi o Esperançar, palavramundo que é o substrato de todas as ações. Esperançar enquanto verbo reflete a potência e força presentes na caminhada destas mulheres, que buscam não esmorecer diante das intempéries produzidas pelas políticas de precariedade. As formas que encontram para permanecerem firmes são diversas e, não raro, são reverberadas na forma de arte.

A denúncia e resistência produzidas através da arte reforçam ainda a possibilidade de pensar outras formas de se fazer ouvir, trazendo para processos

cinzentos cores e para a melodia apática ritmo e vida. Muitas destas mulheres encontraram na poesia, no artesanato, na música e na dança possibilidades para expressarem o que sentiam, refúgio para lidar com seus principais medos e maneiras potentes para apresentar suas visões de mundo para a sociedade num geral.

Estes três aspectos reúnem então dimensões que permitem compreender de que forma ocorre a atuação das mulheres na periferia na produção espacial de seus bairros, reforçando o aspecto múltiplo e complexo ao qual nos referimos. Suas ações desdobradas no âmbito do cotidiano geram então territórios do cuidado que se apresentam antes de tudo como contra-espços em relação ao sistema hegemônico, produzindo ilhas, “respiros” numa sociedade sufocante.

Haraway (2019) explica que a consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda e que a consciência de classe, de raça e de gênero foi imposta pela terrível experiência das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. É diante desta constatação que estes denominados contra-espços são produzidos, uma vez que ocorre a imposição de que os corpos considerados outros se coloquem em luta para produzir espacialidades nas quais possam existir.

Com isto, vislumbramos que as ações produzidas por estas mulheres ancoram-se na constatação e na consciência de que são excluídas desta sociedade patriarcal, racista e de classes, fazendo com que criem outras territorialidades para permanecerem existindo. Assim, observa-se a produção dos chamados contra-espços, baseados em sistemas de valores próprios destas comunidades – e anteriormente apresentados – bem como no enfrentamento às biopolíticas de precariedade destinadas aos sujeitos que ali estão.

Neste ponto, o cuidado ganha nova centralidade, sendo elemento crucial da organização espacial das periferias urbanas produzidas por estas mulheres. As noções criticamente situadas dentro da ética do cuidado feminista permitem compreender de que forma as ações destas mulheres impactam diretamente na maneira como o espaço será vivenciado e transformado nestas localidades, uma vez que os princípios de solidariedade, codependência e acolhimento dão tônica nas ações desenvolvidas pelas mesmas.

E é deste modo que finalizamos a jornada apresentada nesta tese, sistematizando os elementos que consideramos necessários para comprovar que as mulheres são figuras centrais na produção espacial do cuidado nas periferias curitibanas por meio de suas ações e organizações. Uma reflexão nascida, germinada e florescida

em meio ao cotidiano e em conjunto com algumas destas mulheres, cuja trajetória se assemelha a tantas outras que não estão presentes aqui – pelo menos não nominalmente.

Aleksiévitch (2016) ao escrever seu livro “*A guerra não tem rosto de mulher*” se perguntava com que palavras seria possível transmitir o que escutava das mulheres com as quais se encontrava, como estruturaria seus olhos e ouvidos para captar e transmitir a complexidade que se desenrolava diante de si. A autora expressa em seguida que o caminho para que pudesse continuar seu trabalho seria justamente “ler a voz” destas mulheres que, cercadas por um mundo invisível de lembranças, buscavam transmitir o que havia sido a guerra por sua perspectiva.

Guardada as devidas proporções, percebo que o processo de escrita desta tese assemelha-se ao trabalho desenvolvido pela autora de “ler a voz” das mulheres com as quais partilhamos tantos momentos. Assim, respondo o questionamento levantado anteriormente na introdução e na discussão metodológica, encontrando alívio para angústia que significava tentar criar uma forma de transmitir, de modo sincero e honesto, todo o universo que se desdobrava à minha volta.

O registro e a leitura das vozes destas mulheres permitiu refletir sobre seu impacto e papel não apenas na produção espacial (contra-espço) das periferias em que vivem, mas também da permanência dos sujeitos que ali estão – vivos. Demonstrou que as ruas e paredes de seus bairros foram erguidas e que nelas existem memórias de dores, de sangue e de lágrimas, mas também estão repletas de felicidade, risos e esperanças. Este estudo apresentou uma complexa rede de cuidados e de encontros que fazem com que, de alguma forma, todas estejam relacionadas e conectadas a um projeto maior.

Enfim, através da leitura da voz, dos gestos e das emoções destas mulheres buscamos demonstrar nesta pesquisa a constatação de que elas são pilares no que tange a possibilidade de vida nas periferias, que o brilho de seus olhares são combustível para que continuemos nossa luta, que seus abraços confortam cada uma de nossas perdas e que, mesmo diante das adversidades, precisamos levantar e continuar a caminhada, uma vez que esta não pode ser interrompida.

Longe de esgotar a temática e esperançosas que estas discussões se multipliquem, finalizamos a presente tese citando a grande poeta e pensadora Audre Lorde:

[...] Passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada ou incompreendida. A fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências.” (LORDE, 2019, p. 51)

Que a fala e a escrita sejam presença constante daquelas que decidem por continuar a caminhada em busca de uma sociedade mais justa e baseada na solidariedade e equidade. Que nossas vozes sejam escutadas em cada sala dos ambientes acadêmicos e possamos ocupar estes espaços demonstrando a existência e trajetórias de mulheres que, através de sua prática cotidiana, possibilitaram não apenas nossa sobrevivência, mas a possibilidade de que adentrássemos à Universidade e realizássemos a tarefa de traduzir e registrar sob o formato da escrita desta tese suas dores, lutas e, acima de tudo, materializássemos suas esperanças.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2000, p. 229-236.
- APPADURAL, Arjun. Gastro-loitics in Hindu South Asia. In: **American Ethnologist**, v. 8, n. 3, 1981.
- ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade - modelo"**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Mauricio Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, jul/set, 2016, p. 89-106.
- BRAUNSTEIN, Helio Roberto. **Ética do cuidado: das instituições de cuidado e pseudo cuidado**. (219 f.). Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-política**. 1º ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CAMPOS, Adrelino. Movimento em estruturas "sócio-espaciais": em busca dos sujeitos subalternos. In: SILVIA, Catia Antonia da; CAMPOS, Adrelino; MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**, Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 47-66.
- CARVALHO, André de Souza. **Vivendo às margens: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba**. 314 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, Santa Catarina, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASTRO-GOMÉZ, Santiago. Descolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.).

El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2017, p.79-92.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias:** a interseccionalidade como campo de investigação. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORREA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, 2012, p. 199-218.

CORREIA, Ana Paula de Santana. **Mulheres da periferia em movimento:** um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. (204 f.) Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Guarulhos, 2015.

CORTELLA, Mário Sergio. Paulo Freire: Utopias e Esperanças. In: **Debates em Educação**, Maceió, v. 2, n. 3, 2010, p. 1-17.

COSTA, Brendo Henrique da Silva; WALLAU, Angélica Servegnini de; WEDIG, Josiane Carine. Conhecimentos, práticas e organizações camponesas na Jornada de Agroecologia do Paraná. In: **Revista Raízes – ciências sociais e econômicas**, v. 43, n. 1, jan/jun, 2023, s/p.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (org.) **Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais.** 3ªed, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTEVEVES, Uliana. Solidariedade e gastro-política na pandemia. In: **Boletim da ANPOCS**, n. 63, 2020, s/p.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-44.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Compromisso:** América Latina e Educação Popular. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAGO, Veronica. **A potência feminista** ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 27, 2019, p. 1-11.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo Afro Latino Americano**. Organização Flavia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação políticas públicas de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, jan/mar, 2006, p. 27-38.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985;

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, 2º ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 95-120.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. 10º ed., São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Casa de Alvenaria**. Volume 1. Osasco: Companhia das Letras, 2021.

KRITSCH, Raquel. A radicalidade do particular – o Encontro entre a Ética do Cuidado e as Epistemologias Feministas. **Dossiê Especial Ética do Cuidado**, n. 7, 2020, s/p.

LEITE, Marcia. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, 2020, p. 1-16,.

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**, São Paulo: Ed. Ática S.A., 1991.

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LIMA, Ivaldo. Em favor da Justiça Territorial: o encontro entre geografia e ética. In: **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, n. 2, v. 7, mai/ago, 2020, p. 125-148.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1º ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MARICATO, Erminia Terezinha Menon. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo Fundação SEADE, v. 14, n.4, p. 21-33, 2000.

MARICATO, Erminia Terezinha Menon. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, n. 48, v. 17, p. 151-167, 2003.

MARICATO, Erminia Terezinha Menon. Para entender a crise urbana. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Eliane de Moura. Pelos Caminhos Empoeirados das Periferias. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (org.). **Estudo feministas, mulheres e educação popular**, Curitiba: Ed. CRV, 2016, p. 245-262.

MATA, João da. Histórias insurgentes inscritas no corpo: a arte-luta da capoeira e a política libertária. In: MATA, João da; ALMEIDA, Juliene Rebêlo de. (org.) **Corpo-história e resistências libertárias**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 43-60.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. . **Arte & Ensaios**, n 32, dez, 2016, p. 123-151.

MODESTO, Nilo Sérgio d'Ávila. A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreino; MODESTO, Nilo Sérgio d'Ávila. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**, Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-113.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton. et. al. (org.) **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento**. 2º ed., Niterói: DP&A-PPGEO/UFF, 2006.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. 1º edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MOTTA, Sebastiana de Oliveira. **Diário de Tiana: uma experiência de fé na periferia de Curitiba**. Curitiba: Ed. Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1991.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set/dez, 2006, p. 647-654.

NUNES, Nilza Rogéria. **Mulher de Favela: o poder feminino em territórios populares**. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

OLIVEIRA, Danielle Willemann Sutil de. **Entre vozes, espaços, cartografias e ações: os territórios da juventude do bairro Sítio Cercado e o ensino de geografia**. (265 f.) Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós Graduação em Geografia, Curitiba, 2018.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.) **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**, São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2012, p. 51-93.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1º ed., Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**, São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2012, p. 13-28.

POLLI, Simone Aparecida. GUSSO, Ramon José. **Movimentos de Moradia em Curitiba: História, Repertórios e Desafios (1977-2011)**, 2013.

PORTO, Gisele Poletto. Poéticas periféricas: outras centralidades? In: **Revista Ide**, São Paulo, n. 53, v. 34, dez, 2011, p. 57-68.

QUINTERO, José Ángel Weir. **Fazer comunidade: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela**. Porto Alegre: Deriva, 2019.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. **Território, Cultura e Política:** movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. (274 f.) Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2017.

RODRIGUES, Heloisa de Almeida Fernandes. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. In: **SINAIS – Revista Eletrônica, ciências sociais.** Vitória: CCHN, UFES, v.1, n. 12, dez, 2012, p. 85-100.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Descolonizando Saberes e Fazeres: pensando as mulheres e a educação do campo. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. (org.) **Estudos Feministas, mulheres e educação popular,** Curitiba: CRV, 2016. p. 231-235.

RIBEIRO, Ana Calra Torres. **Por uma sociologia do presente:** ação, técnica e espaço. Vol. V, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da Ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5º ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos, 2a. ed, Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 73-94.

SILVA, Catia Antonia da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio d'Ávila. **Por uma geografia das existências:** movimentos, ação social e produção do espaço, Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 19-46.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Claudia Luiza Zeferini; COSTA, Benhur Pinós. (Org.). **Maneiras de ler: geografia e cultura.** 1º ed., Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, v. 1, 2013, p. 28-36.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN Junior, Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN Junior, Alides Baptista (org.). **Geografias feministas e das sexualidades:** encontros e diferenças. Ponta Grossa: Todopalavra, 2016, p. 13-30..

SILVA, Joseli Maria, Ornat, Márcio José. Casa, Corpo e Amor: desafios à imaginação geográfica no Brasil em tempos de pandemia. In: VASQUEZ, Georgiane Garabely Heil; SILVA, Joseli Maria; WOITOWICZ, Karina Janz (org.) **Vivências de mulheres no tempo e espaço da pandemia de Covid-19:** perspectivas trans-nacionais. 1º ed., Curitiba: CRV, 2021, p. 45-70.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** 3º ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPÓSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda:** a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Edusp, 1993.

TEIXEIRA, Tânia Marcia Baraúna. **Dimensões sócio-educativas do Teatro do Oprimido:** Paulo Freire e Augusto Boal. (335 f.), Tese (Doutorado em Educação e Sociedade), Universidade Autônoma de Barcelona, Departamento de Pedagogia Sistemática e social, Barcelona, 2007.

TONELLA, Celene. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010, p. 239-262.

TORRES, Brenda; NASCIMENTO, Sabrina. **Identidade e Força Ancestral:** Histórias de Mulheres dentro da Periferia de São Paulo. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n 2, maio/ago, 2007.

WOORTMANN, Ellen. A comida como Linguagem. In: **Revista Habitus** – Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, v.1, n. 11, 2013, p. 5-17.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.